

RELATÓRIO
DE GESTÃO

BIÊNIO

2023
2024



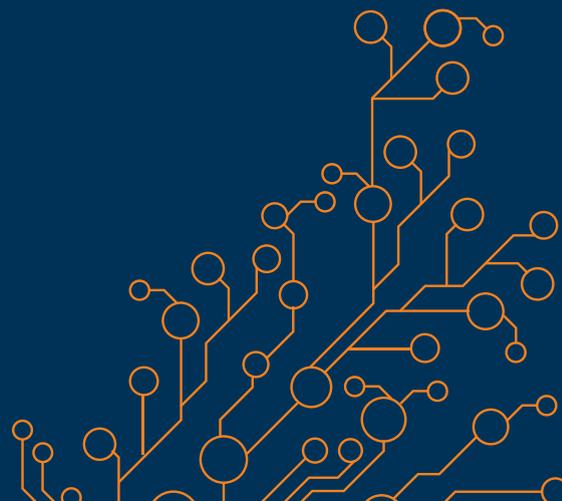
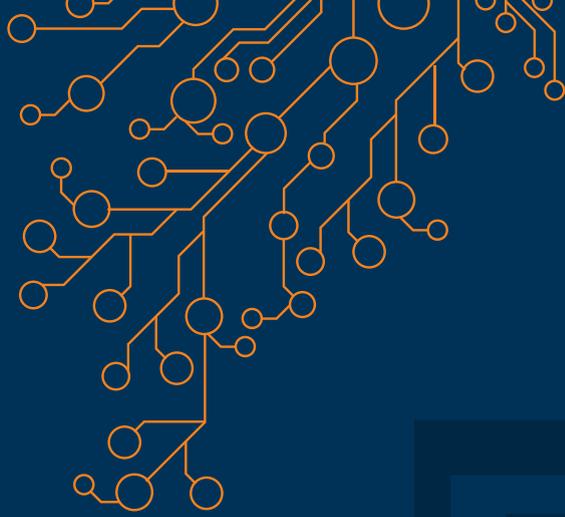
ESMAT
ESCOLA SUPERIOR
DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE

RELATÓRIO
DE GESTÃO
BIÊNIO
2023
2024



ESMAT
ESCOLA SUPERIOR
DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE

SUMÁRIO



8

APRESENTAÇÃO

11

AÇÕES INSTITUCIONAIS

49

PÓS-GRADUAÇÕES

61

CURSOS

127

EVENTOS

223

RELATÓRIO DE ATIVIDADES





INSTITUCIONAL

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) foi criada pela Resolução nº 5, art. 4º 3, inciso VI, § 7º, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em sessão Plenária, de 5 de novembro de 1998. A iniciativa, conforme enuncia o artigo 1º da referida Resolução, foi a criação de um órgão no Tribunal de Justiça capaz de atender aos requisitos previstos no artigo 93, incisos II, letra "c", e IV, da Constituição Federal. Em 2003, na gestão do então presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Marco Villas Boas, a Escola foi instalada, dando início à busca do aprimoramento técnico-profissional de magistrados(as) e de servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense.

A Esmat tem como objetivos: proporcionar meios para a especialização, iniciação, aperfeiçoamento e atualização de magistrados(as) e de servidores(as) ao exercício do poder e a funções jurisdicionais; incentivar a pesquisa científica e o debate jurídico de temas relevantes, a fim de colaborar para o desenvolvimento da ciência do direito, com vista ao aperfeiçoamento do sistema jurídico, seja na elaboração, interpretação e aplicação das leis e apresentação de projetos de aperfeiçoamento da legislação; incentivar o exercício da justiça, o fortalecimento da solidariedade humana, a compreensão e a promoção dos direitos fundamentais; proporcionar ao meio acadêmico e à sociedade em geral o acesso ao conhecimento do sistema jurídico como forma de aprimorar a sociedade e prevenir conflitos; propiciar a efetivação da cidadania por meio da promoção da educação jurídica e pesquisa científica em busca do respeito e fortalecimento dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Contando com cursos de capacitação e programas de pós-graduação lato e stricto sensu, a Esmat é uma das primeiras escolas da magistratura do país a desenvolver pesquisas sobre a utilização da inteligência artificial generativa. A Escola se propõe a estudar e debater o impacto da IA no sistema jurídico, buscando compreender as implicações éticas e legais da sua aplicação na área judicial. A Esmat visa capacitar magistrados(as) e servidores(as) para o uso responsável e ético da IA Generativa, garantindo a justiça, a equidade e a transparência no uso dessa tecnologia.

Com vista a alcançar bons resultados no cumprimento das suas obrigações institucionais, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) estabeleceu e definiu como referenciais estratégicos:



Missão

“Formar e aperfeiçoar magistrados e servidores em busca de boas práticas e da excelência da prestação jurisdicional.”



Visão

“Ser reconhecida pela excelência na formação e aperfeiçoamento dos magistrados e servidores, com fomento à pesquisa, extensão e boas práticas, objetivando o aprimoramento da prestação jurisdicional.”



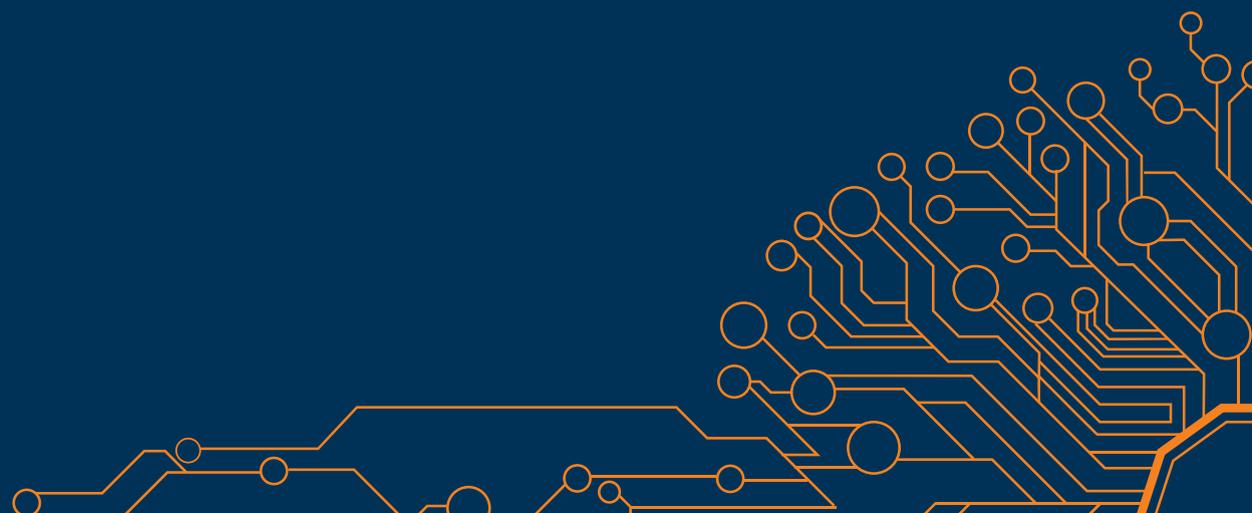
Valores

*ÉTICA – MORAL – CULTURA RESPEITO –
URBANIDADE DEDICAÇÃO AO ESTUDO
E AO TRABALHO – RESPONSABILIDADE*



Política da Qualidade

“Melhorar continuamente o processo de formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores, respeitando a legislação estabelecida.” Rev.01





COMPOSIÇÃO ESMAT

CONSELHO INSTITUCIONAL E ACADÊMICO

Presidente do Conselho

Desembargadora Ângela Prudente

Diretoria Geral

Desembargador Marco Villas Boas

1º Diretoria Adjunta - Conselho Editorial

Desembargadora Angela Issa Haonat

2º Diretoria Adjunta - Conselho de Cursos

Juiz José Ribamar Mendes Júnior

3º Diretoria Adjunta - Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica

Juiz Wellington Magalhães

ASMETO

Juiz Allan Martins Ferreira

Diretoria Geral TJTO

Ana Carina Mendes Souto

DIRETORIA

Diretoria Geral

Desembargador Marco Villas Boas

1º Diretoria Adjunta - Conselho Editorial

Desembargadora Angela Issa Haonat

2º Diretoria Adjunta - Conselho de Cursos

Juiz José Ribamar Mendes Júnior

3º Diretoria Adjunta - Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica

Juiz Wellington Magalhães

Diretoria Executiva

Ana Beatriz de Oliveira Pretto

EQUIPE TÉCNICA

Adriano Alves Silva

Alexandre Vieira dos Santos Júnior

Amanda Emilene Arruda

Ana Alice Damaceno

Andréia Teixeira Marinho Barbosa

Ângela Rodrigues Barbosa

Anna Paula A. M. Falcão Coelho

Bruno Odate Tavares

Cíntia Nogueira dos Santos

Cláudia Regina Carreira Marques

Cynthia Valéria C. Aires

Débora Regina Honório Galan

Denise Sodrê Dorjô

Edglei Dias Rodrigues

Ednan Oliveira Cavalcanti

Elaine Andrade P. S. Medeiros

Eugenia Paula Meireles Machado

Felippe Gomes

Francielly Oliveira Rodrigues da Silva

Francisca Aparecida Silva de Sousa

Francisco Erasmo Batista

Graciele Nascimento de Sousa Brito

Guilherme Silveira

Hodirley Marques Canguçu

Jadir Alves de Oliveira

João Leno Tavares Rosa

João Lucas Gomes Rabelo Aguiar

José Luis Ribeiro

José Zito Pereira Júnior

Kananda Rezende Toledo

Kênia Borges Silva Almeida

Letícia Pereira dos Santos

Lílian Gama da Silva

Lily Sany Silva Leite

Lucilene Aparecida da Silva

Lucilene Duarte Guimarães Goetten

Luiz Ferreira de Oliveira Júnior

Luiz Carlos Porto do Carmo

Maria Ângela Barbosa Lopes

Maria Luiza C. P. Nascimento

Michela Aires G. S. Kitamura

Michele Araújo Ferreira

Pablo Micael de Oliveira

Paulo Gosik

Rita de Cássia Gáspio Freire Rezende

Roberto Carlos Pires

Rogério Lopes da Conceição

Sabrina D. Lizandro T. de Sousa Freitas

Silvana Carvalho de Castro Pires

Silvânia Melo de Oliveira Olortegui

Sofia Alves Cirqueira

Sônia Cláudia Bezerra Sales

Tadeu Passarini Filho

Tayná Pereira dos Santos

Thelni Veloso de Sousa

Valdirene Cássia da Silva

Vanice Lunkes Gotz

Vinícius Fernandes Barboza

Vinícius Ferreira Rocha

Viviane Moreira de Jesus

Wherbert da Silva Araújo

8



APRESENTAÇÃO

Os novos conceitos e procedimentos que impactaram o sistema educacional brasileiro durante e após a pandemia global provocada pela transmissão do Coronavírus exigiram uma profunda reflexão sobre a nossa atuação social, ambiental e acadêmica. Foi nesse contexto que a Escola Superior da Magistratura Tocantinense celebrou, em 2023, o efetivo retorno à normalidade das atividades presenciais e a implementação dos eventos híbridos, que já vinham se desenhando no curso de 2022, realidades que se consolidaram com o limiar da construção de conhecimentos coletivos.

Sob um compromisso contínuo com a excelência acadêmica e a inovação no ambiente jurídico, a Esmat tem desempenhado um papel fundamental na formação e no aprimoramento de magistrados(as), de servidores(as) e da sociedade em geral. Neste ano de 2023, acompanhamos e debatemos os avanços, as ferramentas e a necessidade de diálogo acerca das inovações tecnológicas, mais precisamente sobre a Inteligência Artificial Generativa, preparando o ambiente acadêmico e judicial para trabalharmos com ética e segurança com as novas ferramentas que estamos desenvolvendo, e nos prepararmos para lidar com a Inteligência Artificial Geral, algo impactante que carecerá de debates aprofundados sobre neurociência e neurodireito. Como Escola, este será um dos nossos desafios educacionais de maior relevância.

Além disso, devemos intensificar o diálogo sobre as intercorrências da emergência climática, seus impactos socioeconômicos, principalmente sobre as comunidades vulneráveis, e o papel da prestação jurisdicional no acesso à justiça daqueles(as) que acreditam na via judicial como meio de solução de conflitos e pacificação social. Como reflexo do que observamos ao longo de 2023, a atuação da Magistratura em temas relacionados às emergências climáticas tornou-se crucial para garantir a justiça e o equilíbrio ambiental, atendendo às demandas da comunidade e promovendo a igualdade de direitos.

Reconhecendo a interconexão entre o sistema jurídico e os desafios ambientais, a Instituição entende a importância da prestação jurisdicional sobre questões relacionadas ao meio ambiente. Entende também que para promover justiça ambiental é preciso debruçar-se sobre o tema, reconhecendo a importância, a luta dos povos originários e a inter-relação do ambiente com uma sociedade mais fraterna e consciente.

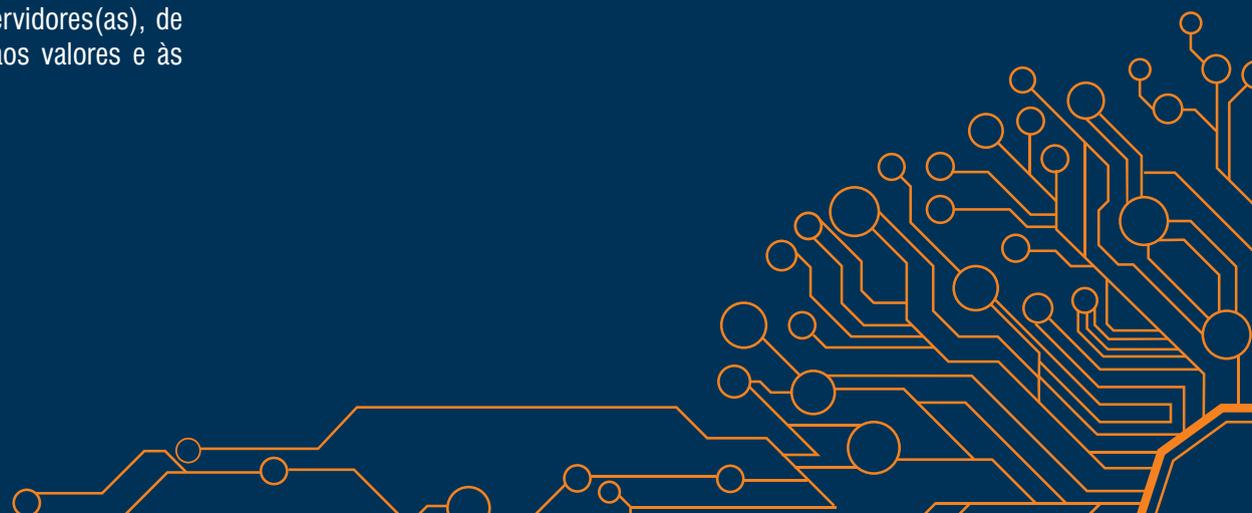
Em 2023, a Esmat se fortaleceu na consolidação de compartilhamento de saberes acadêmicos, com a oferta de turmas do Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos a magistrados(as) e servidores(as) do Judiciário dos estados de Roraima e do Acre. Feito inédito e memorável que descortina novos horizontes no processo de formação e aperfeiçoamento do Poder Judiciário Brasileiro. Por meio da parceria com a Universidade Federal do Tocantins, formamos também a primeira turma de magistrados(as) no Doutorado em Desenvolvimento Regional, o que qualificou a Esmat como a primeira Escola da Magistratura a formar doutores(as) com seu Programa Lato Sensu de Pós-Graduação.

Com todas essas conquistas, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense não apenas se destaca pelos avanços educacionais, mas também pela sua visão progressista e comprometida com os desafios contemporâneos, posicionando-se como uma instituição moderna, atenta a todas as novidades e com atuação constante na formação de magistrados(as), de servidores(as), de entidades parceiras e da comunidade, na promoção de uma justiça alinhada aos valores e às necessidades emergentes da sociedade.

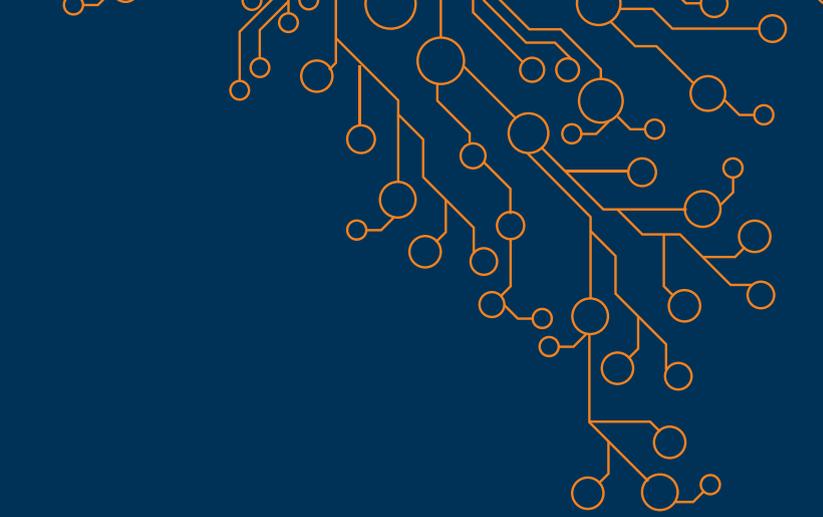


DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

DIRETOR GERAL DA ESMAT



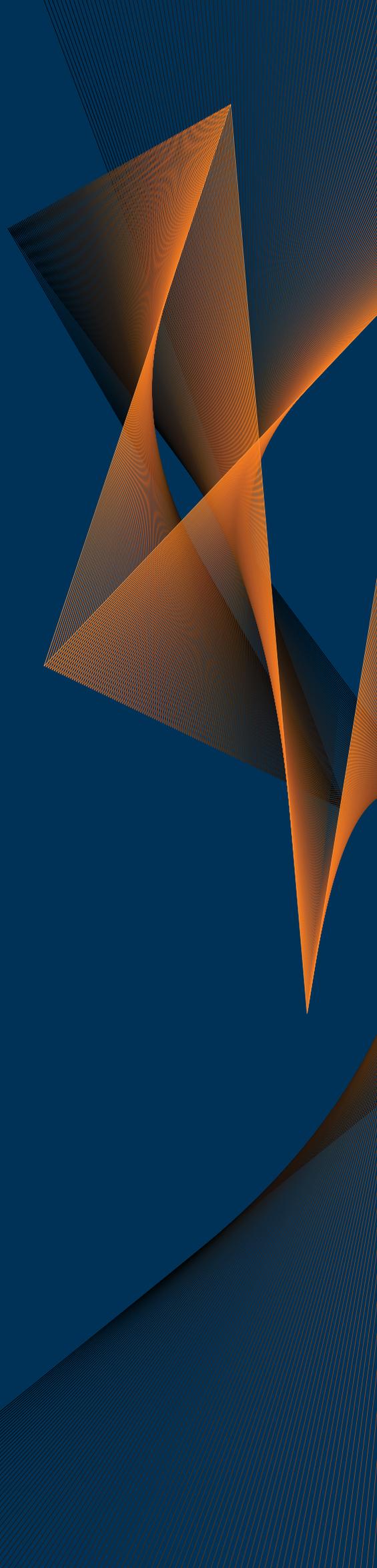




11



AÇÕES INSTITUCIONAIS





DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS E DESEMBARGADORA ANGELA ISSA HAONAT SÃO RECONDUZIDOS AO CARGO DE DIRETOR GERAL E DIRETORA ADJUNTA DA ESMAT

Durante a posse da Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), realizada em fevereiro de 2023, o desembargador Marco Villas Boas e a desembargadora Angela Issa Haonat foram reconduzidos ao cargo de diretor geral e de diretora adjunta da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) para o biênio 2023-2025.

Em seu discurso de encerramento de gestão, o desembargador João Rigo Guimarães ressaltou a importância da Esmat para a formação de magistrados(as) e de servidores(as) e os esforços para a construção da sede definitiva da Escola. “A Esmat tem um papel muito importante na formação de magistrados(as), de servidores(as) e de profissionais das comunidades. Com a recondução do desembargador Marco Villas Boas na Direção Geral, a Esmat permanece em boas mãos” afirmou.

Em sua fala, a desembargadora Angela Issa reforçou a importância da Escola ao longo dos tempos. “Assumir a Diretoria Adjunta da Esmat ao lado do desembargador Marco Villas Boas é uma grande honra, pois a Escola, além de promover a formação de magistrados(as) e de servidores(as), exerce a função social de aproximar o Poder Judiciário da sociedade”, lembrou.

O desembargador Marco Villas Boas menciona que, ao longo das últimas décadas, o TJTO tem investido na reestruturação de sua organização e de todo o Poder Judiciário ao levar um precioso apoio às comarcas, com estrutura de trabalho moderna, com rede de dados e voz, estrutura física adequada com novas sedes a partir do cumprimento do planejamento estratégico. “Além de investimento em tecnologia e organização judiciária e principalmente em capacitação de pessoal, levou-nos a alcançar o patamar de um Judiciário moderno, com foco na efetividade da jurisdição, na prestação jurisdicional, que prestigia a dimensão humana acima de todos os outros objetivos, de modo a promover direitos fundamentais e valorizar as pessoas. E, nesse cenário, a Esmat tem papel fundamental. Na minha gestão, ao longo desses anos, temos trabalhado em conjunto com os(as) demais gestores(as) do Judiciário. Nesse sentido, temos, cada vez mais, muita fé e esperança numa prestação jurisdicional mais rápida e justa”, reforçou.

EM EVENTO NO ACRE DIRETOR GERAL É LAUREADO COM MEDALHA JORGE ARAKEN

Em reconhecimento à sua prestimosa contribuição e relevantes serviços prestados ao engrandecimento da atividade acadêmica do Judiciário do Acre, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), foi laureado com a Medalha Jorge Araken no dia 6 de fevereiro em Rio Branco, capital do Acre. A homenagem foi concedida pelo Conselho Consultivo da Escola do Poder Judiciário do Acre (ESJUD) e outorgada pela desembargadora Regina Ferrari, diretora geral da Escola.

A comenda foi instituída ano passado por meio da Portaria nº 2.558, de 2022, com o objetivo de condecorar e agraciar personalidades jurídicas, bem como de outras áreas do conhecimento científico, além de magistrados(as) e servidores(as) ativos(as) e inativos(as) pelos relevantes serviços prestados à Escola. Na ocasião, o desembargador Caetano Levi Lopes, ex diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM) também foi um dos homenageados.



O PODER JUDICIÁRIO DO TOCANTINS E O DO ACRE FIRMAM TERMO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA

Com a proposta de fomentar o intercâmbio de experiências nos campos da docência, da pesquisa e da cultura, bem como na implementação de novas tecnologias e de investidoras em licenciaturas de caráter tecnológico, engajadas com a promoção do desenvolvimento intelectual de alunos(as) e docentes, nacionais e internacionais, incentivando a troca de conhecimentos como um método evolutivo de aprendizagem, o Poder Judiciário Tocantinense em parceria com o Poder Judiciário do Acre, por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e da Escola do Poder Judiciário do Acre (ESJUD), assinaram, no dia 7 de fevereiro, em Rio Branco (AC), um Termo de Cooperação Técnica, Acadêmica e Científica.

O documento visa promover o intercâmbio de docentes, discentes e pesquisadores(as), sendo: Implementação de projetos conjuntos de pesquisa; Intercâmbio de informações e publicações acadêmicas; Programas para realizar estudos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu; Implementação de projetos de cooperação técnico-acadêmica, dentre outros.

ENCONTRO DAS ESCOLAS JUDICIAIS E DA MAGISTRATURA



Representantes das Escolas Judiciais e da Magistratura, de todas as regiões do Brasil, se reuniram na sede ENFAM, em Brasília, para o encontro anual com a direção e coordenação das escolas e para o lançamento da Rede Nacional de Escolas Judiciais e da Magistratura (RENEJUM).

O Evento visou aperfeiçoar o trabalho em rede, com foco em situações específicas do contexto educativo, como, por exemplo, as gestões administrativa, pedagógica e acadêmica, dentre outras ações que demandem competências das equipes gestoras e técnico-pedagógicas, objetivando integração e articulação de saberes, recursos pedagógicos e administrativos, com especial atenção aos (às) profissionais da educação judicial do País.

Na ocasião, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, lembrou do processo de adaptação das escolas da magistratura durante a pandemia. “A pandemia da Covid-19 nos obrigou a migrar para o digital sem uma cultura de transformação, a inovar sem uma cultura madura de inovação nas nossas instituições, e nós sabemos que esse é um processo transversal que impacta a instituição como um todo, e que deve ser feito de uma forma inteligente, inclusiva, participativa e cooperativa”.



COMITIVA DE RORAIMA VISITA ESTRUTURAS DA ESMAT

Com o objetivo de conhecer ferramentas educacionais e modelos de gestão, o desembargador Cristóvão Suter, diretor geral da Escola do Poder Judiciário de Roraima (EJURR) e o coordenador acadêmico, Felipe Diogo Jácome Queiroz, visitaram em março de 2023 as estruturas da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). A visita técnica buscou firmar parceria de disponibilidade de vagas, por meio de intercâmbio acadêmico, no Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, realizado pela Esmat em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT).



ACESSO A JUSTIÇA PARA OS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS DO ESTADO É TEMA DE REUNIÃO INSTITUCIONAL

A Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais (Sepot) articulou uma ação em parceria com o sistema judiciário do Tocantins, focada no tema do acesso à justiça para os povos Originários e Tradicionais do estado. Durante uma reunião no dia 21 de março, na sala de reuniões da Esmat, o diretor adjunto, Juiz Wellington Magalhães, discutiu detalhes do projeto com a secretária Narubia Werreria. O projeto, teve como objetivo principal facilitar o acesso à justiça para os povos e comunidades tradicionais, almejando a desburocratização dos procedimentos iniciais.



DIRETOR GERAL DA ESMAT PARTICIPA DA POSSE DA DIRETORIA DA ESMAGIS-MT

Em maio de 2023, a desembargadora Helena Maria Bezerra Ramos foi empossada diretora geral da ESMAGIS, e o desembargador Márcio Vidal assumiu a função de vice-diretor geral, para o biênio 2023-2024.

Durante a solenidade de posse, o diretor geral da Esmat e presidente do COPEDEM, desembargador Marco Villas Boas, ministrou uma palestra "A Reconstrução dos Direitos Humanos na América Latina a partir do Interconstitucionalismo Judicial". Durante sua fala, Marco Villas Boas ressaltou sobre a efetividade das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o interconstitucionalismo judicial latino-americano.

PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIOPOLÍTICA DOS POVOS INDÍGENAS



No dia 19 de abril, em comemoração ao Dia dos Povos Indígenas, o Poder Judiciário Tocantinense, através da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), participou ativamente do Programa de Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas. O evento ocorreu no Centro de Ensino Médio Indígena Xerente, localizado no município de Tocantínia, a aproximadamente 70 quilômetros de Palmas. Cerca de 400 membros dos povos Xerente estiveram presentes.

A ocasião incluiu uma diversidade de atividades e atendimentos fornecidos por parceiros como Tribunal Regional Eleitoral, Defensoria Pública, Secretaria da Segurança Pública, Exército Brasileiro, Secretaria da Cultura, Receita Federal e Cartório de Registro Civil. O evento também contou com palestras sobre "Políticas públicas voltadas para o bem viver das comunidades indígenas", ministradas por representantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Centro de Práticas Integrativas Complementares (CEPIC/UFT).

ESMAT MARCOU PRESENÇA NO I ENCONTRO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DO NORTE E NORDESTE

A Justiça Restaurativa ganha força nas regiões Norte e Nordeste do País com o I Encontro realizado nos dias 19 e 20 de abril em São Luís. A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) marcou presença no Evento organizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), com o objetivo de fortalecer a implementação da Política Judiciária Nacional de Justiça Restaurativa.

O Encontro contou com a presença das juízas Rosa Maria Gazire Rossi e Silvana Maria Parfieniuk, e da servidora Andréia Teixeira Marinho Barbosa, coordenadora do Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Esmat (NUFAM), para compartilharem experiências e discutirem ações que promovam a Justiça Restaurativa nas regiões Norte e Nordeste.



TERMO DE COOPERAÇÃO É FIRMADO COM A UNIVERSIDADE LUSÓFONA EM PORTUGAL

O desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), assinou, no dia 29 de maio, um Termo de Cooperação Técnica, Acadêmica e Científica com a Universidade Lusófona, Centro Universitário do Porto, localizado em Porto, Portugal.

O Termo de Cooperação firmado entre a Esmat e a Universidade Lusófona teve como objetivo fortalecer os laços entre a Academia e o Poder Judiciário, promovendo a troca de conhecimentos, experiências e realização de projetos conjuntos. Durante a ocasião, o desembargador Marco Villas Boas foi agraciado com uma Medalha da Universidade, honraria conferida pela vice-reitora, professora doutora Isabel Babo.



VISITA INSTITUCIONAL BUSCA COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO COM O JUDICIÁRIO DE PORTUGAL



No dia 29 de maio, o desembargador Marco Villas Boas, presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) e diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), foi recebido pelo desembargador José Igreja Matos, presidente do Tribunal da Relação do Porto, em um Encontro marcado por esforços de cooperação e intercâmbio jurídico.

A visita teve como objetivo principal estabelecer uma sólida parceria entre as instituições, visando promover a divulgação das atividades e fortalecer a imagem do Tribunal da Relação do Porto perante o Judiciário brasileiro. Durante o Encontro, importantes discussões foram realizadas, abrangendo temas relacionados aos sistemas judiciais e possíveis áreas de colaboração entre os dois países.

PROCESSO EVOLUTIVO DE ENSINO DA ESMAT É APRESENTADO EM CONGRESSO INTERNACIONAL



O processo evolutivo tecnológico e educacional, alcançado pela Esmat em cursos para formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores, nas Pós-Graduações Lato e Stricto Sensu, foi apresentado no dia 25 de maio de 2023, em Portugal, durante a Edição da ExpoJud Portugal, na Faculdade de Direito de Lisboa.

O Painel “Escolas Judiciais: inovação, afeto e tecnologias” foi de responsabilidade do desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Copedem. No painel, foram apresentados os números referentes aos cursos, eventos e programas de Pós-Graduação da Esmat e, principalmente, os importantes avanços da Escola nos últimos 10 anos, além do papel que ela tem para possibilitar que magistrados(as) e servidores(as) façam uma análise dos riscos e benefícios do uso da tecnologia na atividade judicial.

PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE, POR MEIO DA ESMAT, FECHA PARCERIA INÉDITA COM A ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES DA USP PARA CAPACITAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA



O romper de fronteiras, a derrubada de muros, analogias que podem definir a parceria inédita entre o Poder Judiciário Tocantinense e a Universidade de São Paulo (USP). No dia 1º de agosto, no auditório do Museu do Ipiranga, na capital paulista, foi assinado um Termo de Cooperação Técnica entre as duas instituições, por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), terceira maior unidade da USP, com corpo docente de 270 professores(as) e cerca de 5 mil alunos(as). O compromisso de apoio mútuo foi assinado pela desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO); pelo desembargador Marco Anthony Villas Boas, diretor geral da Esmat; e pelo professor Doutor Ricardo Ricci Uvinha, diretor da EACH-USP.

O desembargador Marco Villas Boas ressaltou a importância da parceria com a Universidade de São Paulo. "É um momento luminoso para o Tribunal de Justiça e à Esmat. Sabemos que os programas desenvolvidos pela EACH-USP melhoram a vida da sociedade, principalmente o pós-doutorado sobre cidades inteligentes. Mais do que nunca precisamos nos aperfeiçoar e preparar para tudo que está vindo por aí. A vida nas cidades, as relações humanas e as transformações digitais nos exigem esse esforço contínuo", afirmou.

Ao efetivar a parceria, a presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins lembrou que o Judiciário abraçou a missão de promover uma Justiça mais próxima e inovadora. "Vemos aqui a oportunidade de ampliar os nossos saberes, indo muito além do Direito, buscando conhecer a fundo as necessidades humanas. Atender bem ao cidadão é a nossa obrigação, voltando à sociedade um olhar sensível e humano. A sólida base científica e cultural da Escola de Artes, Ciências e Humanidade, na qual os projetos de pesquisa envolvem todas as áreas de conhecimento, auxiliar-nos-á a estarmos cada vez mais próximos da sociedade".



Termo de Cooperação

O Acordo permitirá a cooperação mútua acadêmica, técnico-científica, cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum do TJTO, da ESMAT, da USP e da EACH.

A Esmat sai mais uma vez em vanguarda e se destaca por ser a primeira Escola da Magistratura do País a assinar Termo de Cooperação com a Universidade de São Paulo. Especializações, programas de mestrado e doutorado, das duas instituições, terão vagas disponíveis para seus(suas) integrantes, na busca por uma Justiça cada vez mais capacitada para atender às demandas do(a) cidadão(ã). O Termo de Cooperação tem validade de 60 meses, podendo ser prorrogado conforme o interesse das instituições. De forma a concretizar a parceria, serão buscadas formas de um maior entrosamento entre as instituições, com vista a: criar; estabelecer e dinamizar redes ou canais de comunicação permanentes entre seus quadros funcionais; promover intercâmbio de docentes e de pesquisadores(as); elaborar conjuntamente projetos de pesquisa; organizar eventos científicos e culturais ; trocar informações e publicações acadêmicas; intercambiar estudantes e membros da equipe técnico-administrativa; além de promover cursos e disciplinas compartilhados.

Homenagens

Os desembargadores do Tocantins agradeceram os(as) professores(as) doutores(as) da USP Ana Carla Bliacheriene, Ricardo Uvinha e Ignácio Poveda com o Medalhão Esmat, pela parceria e apoio dispensados ao Judiciário Tocantinense. As homenagens foram entregues pela desembargadora Etelvina Felipe, presidente do TJTO; pelo desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Copedem, e pela desembargadora Angela Haonat, diretora adjunta.



ESTÁGIO PARA PESSOAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS É PAUTA DE REUNIÃO NA DEFENSORIA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO DA ESMAT

Com o objetivo de oportunizar vagas de estágio específicos para pessoas indígenas e quilombolas do Tocantins, a Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) se reuniu no dia 5 de junho de 2023 com representantes da Defensoria Pública da União, da Secretaria Estadual de Povos Originários e Tradicionais (Sepot) e da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) para discutir a implementação da parceria.

O projeto faz parte da iniciativa da Sepot, Rede de Acesso à Justiça para os Povos Tradicionais e Originários do Tocantins (Rejusto), que conta com a parceria da Defensoria Pública.

Ele propõe o acesso à justiça para as comunidades indígenas e quilombolas, conscientizando e proporcionando um atendimento mais adequado por parte dos órgãos e entidades do sistema de justiça, cujos servidores recebem letramento racial para compreender melhor a realidade dos povos originários e tradicionais em sua pluralidade cultural, respeitando assim os princípios da eficiência e da dignidade da pessoa humana.



REAFIRMANDO EXCELÊNCIA NA GESTÃO EDUCACIONAL ESMAT É RECERTIFICADA COM ISO 9001:2015

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) alcançou, em 2023 e 2024, a recertificação de seu Sistema de Gestão da Qualidade com base na Norma ISO 9001:2015, destacando-se mais uma vez como referência em excelência na formação de magistrados(as) e de servidores(as) do Judiciário.

Em 2023, a recertificação foi celebrada no dia 6 de setembro, após auditoria conduzida pela empresa Quality Management System Certification Services (QMS). O auditor Renato Anselmo Júnior destacou a organização da Instituição, a eficiência na disponibilização de informações e o compromisso com a melhoria contínua. "A Esmat demonstra uma determinação expressiva em identificar oportunidades de aprimoramento, priorizando a qualidade e o progresso de suas atividades", afirmou Renato.



Já em 2024, a recertificação para o período de 2025 a 2027 foi concedida no dia 3 de setembro, após auditoria externa realizada pela ONC Certificação. O processo, conduzido virtualmente pelos auditores Hélder Costa Vêga e Sandra Soares Mariano, avaliou setores estratégicos da Escola, incluindo o Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Nufam), o Núcleo de Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores (Nucas) e a Secretaria de Controle de Gestão de Qualidade (SGQ).

As recertificações consecutivas, obtidas desde 2015, reafirmam a missão da Esmat em oferecer cursos e eventos de excelência voltados para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, promovendo o desenvolvimento de competências individuais e organizacionais.

COOPERAÇÃO EM DIREITO AMBIENTAL É TEMA DE VISITA AO INSTITUTO "O DIREITO POR UM PLANETA VERDE" EM SÃO PAULO

Com o propósito de promover o aprimoramento jurídico e incentivar a participação de magistrados em eventos acadêmicos sobre a temática ambiental e a conjuntura internacional, o Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) e a Esmat realizaram em 19 de julho de 2023 uma visita técnica ao Instituto "O Direito por um Planeta Verde" em São Paulo. O desembargador Marco Villas Boas, presidente do COPEDEM e diretor geral da Esmat, foi recebido pela professora doutora Patrícia Faga Iglecias Lemos, presidente da entidade.

O encontro teve como objetivos a elaboração de atividades conjuntas que promovam a atualização acadêmica de magistrados e servidores, visando aprimoramento jurídico na questão ambiental, além da possível publicação de artigos e participação em seminários.



ACADÊMICOS DO MESTRADO EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS PARTICIPAM DE ATIVIDADES DO PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIOPOLÍTICA DOS POVOS INDÍGENAS DO TOCANTINS



Com a proposta de buscar uma imersão na realidade social dos povos indígenas do Tocantins, acadêmicos(as) e egressos(as) do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH), promovido pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com a Esmat, realizou em 2023 atividades de pesquisa de campo nos territórios indígenas localizados na Ilha do Bananal, na região Sudoeste do Tocantins. A equipe de pesquisadores(as) sociais acompanhou as atividades do programa permanente de Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas, do Tribunal Regional Eleitoral Tocantins (TRE-TO).

Dentre as atividades desenvolvidas, foram realizadas entrevistas abertas visando à percepção dos indígenas da etnia Karajá, na Ilha do Bananal, acerca do acesso à orientação jurídica e à prestação jurisdicional. Além dos serviços itinerantes, a comunidade contou também com palestras educativas e informações diversas ministradas pela Escola Judiciária Eleitoral (EJE), Escola Superior da Magistratura do Tocantins (ESMAT), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Secretaria dos Povos Originários Indígenas do Tocantins (SEPOT), Gerência da Educação Indígena (SEDUC) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

ENCONTRO DA REDE NACIONAL DE ESCOLAS JUDICIAIS E DE MAGISTRATURA (RENEJUM)

O juiz Wellington Magalhães, diretor adjunto da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e a servidora Andreia Teixeira, coordenadora do Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (NUFAM), marcaram presença, nos dias 9 e 10 de outubro, no Encontro da Rede Nacional de Escolas Judiciais e de Magistratura (RENEJUM), na sede da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), em Brasília.

O evento reuniu 91 representantes de escolas judiciais e de magistratura, proporcionando discussões sobre diversos temas, incluindo gestão pedagógica. A programação incluiu plenárias e grupos de discussão sobre Planejamento de Ensino e Credenciamento do Plano de Ensino, Design Thinking e Metodologias Ativas, e Tecnologias e Ferramentas Aplicáveis ao Trabalho de Gestão Pedagógica.



DURANTE O 7º EXPOJUD DIRETOR GERAL DA ESMAT DESTACA O PAPEL DAS ESCOLAS JUDICIAIS NA MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO



O diretor-geral da Esmat ainda destacou o uso da inteligência artificial como ferramenta de aprimoramento do trabalho realizado e alertou para a constante evolução das tecnologias. “Vamos ficar muito surpresos com as novas tecnologias que virão e estas reflexões promovidas aqui são sempre muito bem-vindas em busca da utilização das melhores estratégias para a solução dos problemas que envolvem o judiciário, principalmente os sociais, para que a cidadania possa ser exercida em sua plenitude”, disse.

Também participaram do Painel a desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, diretora-geral da Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará (EJPA), desembargador Rommel Araújo de Oliveira, diretor-geral da Escola Judicial do Estado do Amapá (EJAP), e o juiz Silvio Romero Beltrão, supervisor da Escola Judicial de Pernambuco (Esmape).

Termo de Cooperação

Durante a Expojud, o Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem) assinou o Termo de Cooperação Técnica, Acadêmica e Científica com a empresa J.EX “visando o intercâmbio e compartilhamento de experiências por meio de cursos, treinamentos e encontros pela plataforma J.ExPlay, um hub de conteúdo do ecossistema de Justiça brasileiro criado com a finalidade de hospedar, capacitar e atualizar os magistrados, servidores e colaboradores em temas alinhados à transformação digital, tecnologias exponenciais e habilidades comportamentais”. Para o presidente do Copedem, desembargador Marco Villas Boas, a parceria vai contribuir muito para a evolução e transformação digital do Poder Judiciário. “O Ademir Piccoli, por meio da J. Ex., muito generosamente está disponibilizando para o Copedem todo o conteúdo e ferramentas já criados pela empresa, o que renderá bons frutos para a justiça brasileira”, destacou, ressaltando o debate permanente que existe entre as escolas judiciais sobre inteligência artificial e a necessidade de “interagirmos, trocarmos experiências e operação tecnológica para desenvolvermos as ferramentas que o Judiciário necessita”.

O Congresso de Tecnologia, Inovação e Direito para o Ecossistema de Justiça (Expojud), abriu espaço, no dia 25 de outubro, para discutir o papel das escolas judiciais na transformação digital da justiça. Do Tocantins, participou do Painel o presidente do Colégio Permanente dos Diretores das Escolas Estaduais de Magistratura (Copedem) e diretor-geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), desembargador Marco Villas Boas. A presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, acompanhou a apresentação. Mediando o debate, o desembargador do Tocantins destacou a importância das escolas judiciais no processo de transformação do Poder Judiciário e frisou a necessidade de utilização das tecnologias para solucionar os problemas e desafios da Justiça.

“As escolas são grandes responsáveis pela preparação dos magistrados e servidores para lidarem com essa nova realidade; temos que aplicar a inovação e a transformação dentro da Justiça em busca de soluções e aperfeiçoamento para que tenhamos uma justiça de melhor qualidade e mais efetiva”, pontuou.

LIVROS ARRECADADOS DURANTE A CAMPANHA “DOE LIVROS – LER LIBERTA” SÃO DOADOS AO SISTEMA PRISIONAL DO TOCANTINS



A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) reforçou seu compromisso com a ressocialização por meio da educação ao realizar a entrega de 920 livros arrecadados durante as campanhas de arrecadação ao longo do ano. No primeiro semestre, a Campanha “Doe Livros – Ler Liberta” contemplou a Unidade Prisional Feminina de Palmas. Já no segundo semestre, a bibliotecária Silvânia Orltegui conduziu a entrega simbólica, para a Unidade masculina de Tratamento Penal Regional Barra da Grota (UTPBG), em Araguaína.

Essa ação destaca o empenho da Esmat em contribuir para a construção de um futuro mais inclusivo, independentemente do contexto de cada indivíduo. Os livros foram obtidos por meio da colaboração de magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e da comunidade acadêmica.

ATIVIDADES DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS SÃO APRESENTADAS EM SEMINÁRIO INTERNACIONAL



A contextualização dos povos originários no Brasil pré e pós a Constituição, de 1988, e a inter-relação na América Latina foram os temas do painel “Questões indígenas e populações ribeirinhas na Amazônia: projetos e práticas de sucesso”, durante o IV Seminário Internacional Gestão e Inovação no Judiciário, que contou com a presença do desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Copedem.

O Seminário ocorreu no dia 21 de setembro de 2023 e foi promovido pela Escola de Formação Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDF) em parceria com o Grupo de Pesquisa Desempenho e Efetividade do Judiciário (GEJUD) e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

EM BRASÍLIA, MAGISTRADOS TOCANTINENSES PARTICIPAM DO 6º ENCONTRO NACIONAL DE JUÍZAS E JUÍZES NEGROS (ENAJUN)



A juíza Renata do Nascimento e Silva e o juiz convocado do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), José Ribamar Mendes Júnior, participaram, entre os dias 22 e 24 de novembro de 2023, do 6º Encontro Nacional de Juízas e Juizes Negros (Enajun). Dentro da programação também ocorreu o 3º Fórum Nacional de Juízas e Juizes contra o Racismo e todas as formas de discriminação (Fonajurd). A ação aconteceu em Brasília-DF, no prédio do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Na ocasião, juristas e especialistas em História, Sociologia, Literatura e Educação discutiram temas como racismo e colonialismo, ações afirmativas, o racismo na contemporaneidade, o direito de pessoas negras à vida, à terra e à cidade e a trajetória de luta dessa população, inclusive sua participação na Assembleia Nacional Constituinte.

HOMENAGEM AO DIRETOR DA EPM DESTACA COOPERAÇÃO ENTRE ESCOLAS JUDICIAIS



O desembargador José Maria Câmara Junior, diretor da EPM, reuniu-se, no dia 28 de julho, com o desembargador Marco Villas Boas, presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) e diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). O Encontro teve a participação da diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz de Oliveira Pretto. Na oportunidade, o desembargador Marco Villas Boas condecorou o diretor da EPM com o Medalhão da Esmat. A medalha é outorgada pelo Conselho Institucional e Acadêmico da Esmat para homenagear personalidades pela contribuição para a construção do conhecimento, incentivo às boas práticas e dedicação acadêmica e profissional voltada à pesquisa e ao aprimoramento da prestação jurisdicional.

O desembargador Marco Villas Boas destacou que a entrega da comenda também visa reconhecer a contribuição da EPM, por parte de seus diretores, ao aperfeiçoamento da Esmat, e recordou a transmissão de cursos de Formação Inicial e de Vitaliciamento da EPM para magistrados(as) tocantinenses, em 2008. O desembargador José Maria Câmara Junior agradeceu a visita e a gentileza da honraria, ressaltando que recebe a homenagem em nome da instituição. Destacou a importância do reconhecimento da Esmat ao trabalho da EPM para os(as) magistrados(as) e servidores(as) que atuam e atuaram na EPM desde a sua criação. Ressaltou a proximidade entre as escolas judiciais, lembrando que um dos auditórios da EPM está equipado com mesa de madeira maciça (Angelin Rosa), doada pela Esmat em 2008.

INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DA LEITURA: A CONTRIBUIÇÃO DA ESMAT



COMUNIDADE INDÍGENA AWÃ CANOEIRO

A campanha de arrecadação de livros, em 2023, para a aldeia indígena Awã Canoeiro, promovida pela Esmat, foi um sucesso, graças à união de toda a equipe da Escola, servidores(as) do Tribunal de Justiça, alunos(as) dos cursos, usuários(as) da biblioteca, familiares, amigos(as) e comunidade. Ao todo foram arrecadados cerca de 200 exemplares de livros de literatura. Com o objetivo de promover o acesso à leitura e incentivar o hábito desde a infância, a campanha priorizou a arrecadação de livros novos e/ou usados, com enfoque nas obras voltadas ao público infantil. A nova Escola Estadual Tutawa Awa, situada na aldeia Itaro, foi escolhida como ponto de recebimento das doações. Essa iniciativa teve como objetivo levar cultura e conhecimento para a comunidade indígena, contribuindo para o desenvolvimento educacional e cultural de seus membros.



UNIDADE PRISIONAL FEMININA DE PALMAS E UNIDADE DE TRATAMENTO PENAL REGIONAL BARRA DA GROTA DE ARAGUAÍNA

A Esmat reforçou seu compromisso com a ressocialização por meio da educação ao realizar a entrega de 920 livros arrecadados durante as campanhas de arrecadação ao longo de 2023. No primeiro semestre, a Campanha “Doe Livros – Ler Liberta” contemplou, com 120 livros, a Unidade Prisional Feminina de Palmas. Já no segundo semestre, a bibliotecária Silvânia Olortegui conduziu a entrega de 800 livros, para a Unidade masculina de Tratamento Penal Regional Barra da Grota (UTPBG), em Araguaína. Essa ação destaca o empenho da Esmat em contribuir para a construção de um futuro mais inclusivo, independentemente do contexto de cada indivíduo.

ESCOLA MUNICIPAL HORÁCIO JOSÉ RODRIGUES, NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BARRA DO AROEIRA

A Esmat entregou, em 28 de junho de 2024, 365 livros para a Escola Municipal Horácio José Rodrigues, localizada na Comunidade Quilombola de Barra do Aroeira, em Santa Tereza do Tocantins. Ao receber os livros, a coordenadora pedagógica Jucileide Alves Cardoso Campos expressou sua gratidão pela campanha e doação. Com cerca de cem crianças matriculadas, Jucileide comentou sobre a importância da escola para a comunidade, destacando sua relevância na preservação e transmissão das tradições e identidade cultural. “Nossas crianças já gostam de ler, mas com esses livros vão se sentir ainda mais motivadas. O nosso maior papel como educadores(as) hoje em dia é motivá-las. Quando você consegue motivar, já é um grande passo”, argumentou.



Para a bibliotecária Silvânia Olortegui, “fazer ação social de doações de livros é importante por várias razões, porque contribui para o desenvolvimento individual e comunitário de diversas maneiras. Em muitas comunidades, especialmente em áreas desfavorecidas, o acesso a livros e a materiais educativos é limitado. Doar livros pode ajudar a reduzir essa desigualdade, proporcionando recursos que de outra forma não estariam disponíveis”.

ESCOLA SILVÉRIO RIBEIRO DE MATOS, NO QUILOMBO MUMBUCA

A bibliotecária Silvânia Olortegui realizou, em 30 de setembro de 2024, a entrega de 168 livros para a Escola Silvério Ribeiro de Matos, no Quilombo Mumbuca. A iniciativa buscou ampliar as oportunidades de aprendizado, com ênfase em livros que abordassem a cultura e a história afro-brasileira, promovendo o fortalecimento da identidade cultural dos(as) alunos(as). Segundo o juiz Wellington Magalhães, essa ação reflete o compromisso da Esmat com a inclusão social e os direitos humanos. “Este é um momento especial, pois, por meio da educação, reafirmamos nosso compromisso com as futuras gerações. A Esmat cumpre sua missão não apenas de formar magistrados(as) e servidores(as), mas também de contribuir com a inclusão social e os direitos humanos”, afirmou.



UNIDADE DE TRATAMENTO PENAL DO CARIRI, EM GURUPI

A Esmat realizou, em novembro de 2024, a entrega de 445 livros arrecadados na campanha “Ler Liberta” à Unidade de Tratamento Penal do Cariri, em Gurupi. Os exemplares foram recebidos por Valquiria Martins Volpati, chefe de cartório; Danilo Roberto Volpati, coordenador pedagógico da unidade; e Sheila Cristina Magalhães, chefe adjunta do chefe de plantão.



A iniciativa busca promover a democratização do acesso à leitura dentro da unidade prisional, contribuindo para a remição penal. Parte dos livros doados é oriunda das leituras realizadas durante o projeto das Oficinas Literárias, desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Pessoas (Digep) em parceria com a Esmat, proporcionando a pessoas privadas de liberdade o acesso a livros que abordam a reflexão crítica sobre temas sociais.

BIBLIOTECA DA ESMAT AMPLIA ACERVO COM DOAÇÕES E COMPRAS EM 2023 E 2024



A Biblioteca da Esmat expandiu significativamente seu acervo nos anos de 2023 e 2024, com destaque para o aumento da diversidade de obras disponíveis para consulta e estudo.

Em 2023, mais de 300 livros foram adquiridos por meio de compras. O acervo, composto por obras de Direito Penal, Processual e Civil, além de áreas como Ciências Ambientais, Filosofia, Sociologia, Economia, Psicologia e História, refletiu o compromisso da Esmat em oferecer suporte multidisciplinar para os estudos e a atuação no Poder Judiciário.

Em 2024, o crescimento foi ainda mais expressivo, com a incorporação de 1.058 livros, fruto de compras e doações. Em novembro, a biblioteca recebeu duas doações de grande impacto: mais de 3 mil exemplares foram gentilmente cedidos pela desembargadora Ângela Issa Haonat e por Dirce Noda Rocha, esposa do escritor e ex-prefeito de Palmas, Odir Rocha. Essas contribuições reforçaram a diversidade do acervo, que já supera mais de 21 mil exemplares, e que se estende, além das obras jurídicas, a áreas de interesse geral.

Serviços e Acessibilidade

Especializada em Direito, a Biblioteca da Esmat também oferece obras não jurídicas que auxiliam na administração e atuação do Poder Judiciário, além de dar suporte aos cursos desenvolvidos pela Instituição. O acesso para estudo e consulta é livre para todos(as) os(as) interessados(as), enquanto o empréstimo domiciliar está disponível exclusivamente para magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) do Poder Judiciário Tocantinense, além de alunos(as) de pós-graduação da Esmat, limitado ao período do curso.

Com funcionamento de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h, a biblioteca continua cumprindo seu papel essencial de promover o acesso ao conhecimento e apoiar o desenvolvimento educacional e profissional dos(as) seus(suas) usuários(as).



POR ACLAMAÇÃO, DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS É REELEITO PRESIDENTE DO COPEDEM PARA BIÊNIO 2024-2026

A primeira atividade do Congresso Geração IA: seguranças cibernética e jurídica para o desenvolvimento socioeconômico promovido pelo Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), no dia 23 de novembro, contou com a eleição por ampla votação da chapa “Integração” da Comissão Executiva e Conselho Fiscal do Copedem para o biênio 2024-2026. Na ocasião, o diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, desembargador Marco Villas Boas, foi reeleito como presidente do Copedem. Em sua fala, ele reforçou os desafios para o próximo biênio, como a ampliação das discussões acerca da questão agrícola com respeito à legislação ambiental; a importância da atuação de magistrados(as) acerca deste tema. “Da nossa parte estamos agradecidos pelo voto de confiança de todos(as), vamos nos esforçar para fortalecer o Copedem ainda mais, aumentando a amplitude dos nossos eventos formativos e acadêmicos para os(as) magistrados(as) brasileiros(as)”.



ESMATCAST REAFIRMA PAPEL EDUCACIONAL COM DEBATES SOBRE SUSTENTABILIDADE, SAÚDE E INOVAÇÃO

Em 2023, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) deu continuidade ao produto de comunicação ESMATCast. Com a proposta de fomentar a oralidade, a transmissão de conhecimentos e o fortalecimento de sua política educacional, o Podcast é disponibilizado mensalmente no canal do *YouTube* da Escola, ferramenta de comunicação que visa debater temas da atualidade de maneira lúdica e visual.



Em janeiro de 2024, o ESMATCast concentrou suas discussões no tema da Gestão Documental, contando com a participação do arquivista Filipe Cunha. Em fevereiro, o foco foi direcionado para as Ações de Comunicação do Poder Judiciário Tocantinense, com o jornalista Tião Pinheiro. No mês subsequente, março, o programa abordou a questão da violência contra mulheres e os espaços de participação feminina no Poder Judiciário Tocantinense, conduzido pela juíza doutora Renata do Nascimento Silva. Em abril, a pauta foi dedicada à Inovação e Pensamento de Design, com a contribuição da pós-doutora em Neurociência Aplicada aos Processos de Inovação, Solange Mata Machado. A engenheira ambiental Cinthia Barbosa Pires Azevedo discutiu sobre a Política de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade no Judiciário no mês de maio.

O comprometimento com um ambiente de trabalho saudável foi abordado em junho, com a juíza Adriana Manta da Silva. Em julho, o Sistema Eproc foi apresentado pela advogada Pamela da Rocha Pires Ferreira. A responsabilidade social foi tema de destaque em agosto, com a bibliotecária Silvânia Olortegui abordando a Campanha de Arrecadação de Livros da Esmat. Em setembro, André Tamura, fundador e diretor executivo da WeGov; Renata Tonial, empreendedora pública; e Sidan Orafa, facilitador gráfico, estiveram presentes para conversar sobre inovação no TJTO. Outubro trouxe uma perspectiva psicológica com o professor André Prudente, mestre em Psicologia, explorando como o Eneagrama pode ser um guia eficaz para melhorar as relações consigo mesmo e com os outros. Em novembro, as servidoras Eva Portugal e Patrícia Idehara trouxeram uma reflexão importante em alusão ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. Finalizando o ano, em dezembro, o ESMATCast abordou o programa SimplesTOC, com a participação de Roberta Maciel Ismael e Roniclay Alves de Moraes.

DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS É HOMENAGEADO COM MEDALHA GUERREIRA MARIA FELIPA, CONCEDIDA PELO COLÉGIO DE CORREGEDORES ELEITORAIS DO BRASIL



Durante a 53ª Edição do Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil (CCORELB), em janeiro de 2024, realizada no Centro de Eventos do Pantanal, em Cuiabá, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), foi agraciado com a Medalha Guerreira Maria Felipa. Esta honraria, a mais alta concedida a magistrados(as) pelo CCORELB, celebra aqueles(as) que contribuíram significativamente para o fortalecimento e dignificação da Justiça Eleitoral no Brasil.

A Medalha Guerreira Maria Felipa homenageia a memória de uma das heroínas da luta pela independência do estado da Bahia e simboliza a valorização de ações que consolidam a democracia e a integridade no processo eleitoral brasileiro. O desembargador Villas Boas foi presidente do Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil de 2005 a 2007, período em que desempenhou um papel fundamental no planejamento estratégico das Corregedorias Eleitorais, em colaboração com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entre suas contribuições mais notáveis, destaca-se sua participação ativa na formulação da Lei nº 11.300, de 2006, que visou combater o "caixa 2" e moralizar o processo eleitoral.

Durante o evento, o desembargador Villas Boas destacou a importância do trabalho de alinhamento institucional e estratégico iniciado durante sua gestão, que resultou na padronização das práticas cartorárias e na reestruturação das Corregedorias Eleitorais de todo o país. Ele relembrou com respeito os ex-presidentes do Colégio, mencionando que sua gestão foi possível graças ao legado deixado por figuras como os desembargadores Rubens Bergonzi Bossay, Álvaro Lazzarini, José Maria das Neves e Paulo Shintate.

Finalizando sua fala, o desembargador ressaltou a importância do Colégio de Corregedores Eleitorais na garantia de eleições justas, transparentes e democráticas, e sua contribuição para um processo eleitoral mais inclusivo e participativo no Brasil. "O Colégio desempenha um papel essencial para que a Justiça Eleitoral continue a evoluir e garantir a lisura de nossas eleições, fortalecendo a democracia", afirmou.

Sobre o Encontro

O 53º Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil teve como objetivo promover o aperfeiçoamento das práticas da Justiça Eleitoral, com foco na modernização dos processos administrativos e correccionais. O evento incluiu palestras e debates sobre temas como o aprimoramento do cadastro eleitoral, atendimento aos eleitores e os desafios para as eleições municipais de 2024, fortalecendo as Corregedorias Eleitorais na busca por eficiência e transparência.

ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO DE 2024: CELEBRANDO DE JUSTIÇA NO TOCANTINS

35 ANOS

Durante sua fala, a desembargadora refletiu sobre os desafios enfrentados e as conquistas do Judiciário, enfatizando a diretriz da gestão: promover uma "Justiça Mais Próxima e Inovadora". Dentre os principais marcos de 2023, mencionou o lançamento do Centro de Inovação do Poder Judiciário – Inovassol, a implementação do programa SimplesToc, e o início do uso de inteligência artificial no sistema Eproc. Outro destaque foi o projeto Educajus, que aproximou o Judiciário de estudantes em Guaraí e Tabocão, e a reestruturação do Judiciário, que ampliou o número de desembargadores(as), juízes(as) e servidores(as).

A cerimônia também ressaltou o compromisso do TJTO com a sustentabilidade, com a produção de relatórios de atividades de 2023 de forma 100% virtual e acessíveis via QR Codes. A desembargadora fez um agradecimento especial à colaboração de todos(as) os(as) envolvidos(as) no Sistema de Justiça, sublinhando que o trabalho conjunto é fundamental para a promoção de uma justiça humanizada.

Compromisso da Esmat

O desembargador Marco Villas Boas, diretor da Esmat, também prestou sua homenagem, lembrando a trajetória do Judiciário no Tocantins. Em seu discurso, Villas Boas reforçou o contínuo empenho da Esmat em promover atividades formativas e informativas para a comunidade jurídica e para a sociedade em geral.

"Nós inovamos a cada dia, trazendo novos projetos, otimizando o uso de inteligência artificial, desenvolvendo programas e implementando softwares e conectividade. Mas nossa maior vantagem é a proximidade com as pessoas, com a comunidade em geral, e o senso de responsabilidade no papel do Judiciário na efetivação de direitos e garantias constitucionais. Trabalhamos unidos por um projeto bem pensado, que se aperfeiçoa diariamente", ressaltou.

Presenças

Entre as autoridades presentes na cerimônia estavam o conselheiro André Luiz de Matos Gonçalves, presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO); Cinthia Ribeiro, prefeita de Palmas; Eduardo Mantoan, deputado estadual, representando o presidente da Assembleia Legislativa; e Deocleciano Gomes Filho, secretário-chefe da Casa Civil, representando o governador Wanderlei Barbosa, entre outros(as).

Em 1º de fevereiro de 2024, a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), presidiu a solenidade de abertura do Ano Judiciário, que também celebrou os 35 anos do Judiciário Tocantinense. A cerimônia, realizada na Sala de Sessões do Tribunal Pleno, foi um marco significativo, onde a desembargadora destacou os avanços obtidos em 2023, seu primeiro ano de gestão, e reafirmou o compromisso do Tribunal com uma justiça acessível, célere e inovadora.



acesse vídeo online

WEBINÁRIO “200 ANOS DE CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO BRASIL: O COTIDIANO DOS TRIBUNAIS”

A Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (Ejug) promoveu um *Webinário* histórico sobre os 200 anos de constitucionalização do Brasil, com foco no nascimento dos tribunais. O evento, que reuniu renomados(as) especialistas e juristas, destacou a evolução do sistema judicial brasileiro desde a promulgação da primeira Constituição, em 1824.

O *Webinário* foi mediado pelo desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), e conduzido pelo desembargador Jeronymo Pedro Villas Boas, diretor da Escola Judicial de Goiás (Ejug). Entre os palestrantes, destacou-se o desembargador Caetano Levi Lopes, diretor da Escola Nacional da Magistratura (ENM), acompanhado pelos debatedores desembargadores Livaldo Britto, da Unicorp/BA, e Rogério Garcia, da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef/MG).

O *Webinário* abordou temas fundamentais, como a importância dos tribunais na consolidação do Estado de Direito, os desafios enfrentados ao longo dos anos e o papel crucial dos(as) magistrados(as) na interpretação e aplicação das leis. O evento também proporcionou uma reflexão sobre a história e o papel dos tribunais na construção do Brasil como uma nação democrática, contribuindo para o aprimoramento do sistema judicial brasileiro.

SECRETÁRIO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS É LAUREADO COM MEDALHÃO DA ESMAT

Durante sua visita à Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), o secretário Bruno Teixeira foi recebido pelo desembargador Villas Boas e pela desembargadora Angela Issa Haonat, 1ª diretora adjunta da Esmat. Em seu pronunciamento, o secretário expressou entusiasmo com o andamento do programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Na ocasião, Bruno Renato Nascimento Teixeira, secretário nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, foi agraciado com o Medalhão da Esmat em solenidade realizada no dia 20 de março de 2024. A honraria foi concedida em reconhecimento à sua significativa contribuição para a promoção e defesa dos direitos humanos, além de seu incentivo às boas práticas e dedicação à proteção da cidadania.

A outorga do Medalhão foi oficializada por meio do Ato Administrativo nº 050, de 20 de março de 2024, assinado pelo desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat. O ato destaca os relevantes serviços prestados por Bruno Teixeira na defesa dos direitos humanos, ressaltando sua atuação transversal, interseccional e participativa, sempre com respeito à diversidade. Bruno Renato Nascimento Teixeira foi diretor do Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República entre 2011 e 2015. É licenciado em Direito, pela Universidade Católica de Brasília (UCB), desde 2008.



DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS, É AGRACIADO COM A COMENDA DA ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO MILITAR EM SOLENIDADE DOS 216 ANOS DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

No dia 10 de abril de 2024, em Brasília/DF, o Clube do Exército foi palco das celebrações dos 216 anos da Justiça Militar da União (JMU), marcadas pela entrega das Comendas da Ordem do Mérito Judiciário Militar (OMJM). O evento, conduzido pelo chanceler da Ordem e presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministro Tenente Brigadeiro do Ar Francisco Joseli Parente Camelo, reconheceu personalidades de destaque que contribuíram significativamente para a justiça no Brasil.

Entre os agraciados com a Comenda da OMJM, estava o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Copedem. O desembargador foi homenageado pelo ministro Artur Vidigal, do STM, em reconhecimento à sua notável contribuição à formação acadêmica da magistratura brasileira, bem como por seu compromisso com a ética e a justiça.



Sobre a Ordem do Mérito Judiciário Militar

Instituída pelo STM em 12 de junho de 1957, a Ordem do Mérito Judiciário Militar é concedida a integrantes da Justiça Militar da União, magistrados(as), juristas, e membros de instituições públicas e privadas que tenham se destacado por serviços relevantes prestados à Justiça Militar. As insígnias da Ordem são distribuídas nos graus de Grã-Cruz, Alta Distinção, Distinção e Bons Serviços. A solenidade homenageou diversas personalidades e instituições com o mais alto grau da Comenda, a Grã-Cruz, incluindo os ministros Cristiano Zanin e Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), e Paulo Gonet, procurador-geral da República. Quatro instituições também receberam a Comenda: o Navio-Veleiro Cisne Branco, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), a Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA) e a Associação Ordem das Altaneiras.

REDE NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS É TEMA DE VISITA INSTITUCIONAL EM BRASÍLIA

Em visita a Brasília-DF, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Copedem e Ana Beatriz de Oliveira Pretto, diretora executiva da Esmat, realizaram, em abril de 2024, uma visita estratégica à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), para tratar sobre diálogos técnicos. O objetivo principal foi fortalecer parcerias e discutir iniciativas conjuntas para aprimorar a formação dos(as) magistrados(as) em todo o país.

Na Enfam, o desembargador Marco Villas Boas foi recebido pelo secretário executivo Fabiano da Rosa Tesolin e pela doutora Júlia Maurmann Ximenes. O foco principal foi o funcionamento da Rede Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Renejum). Durante o encontro, foi enfatizada a importância do compartilhamento de cursos entre as diversas escolas judiciais, bem como a divulgação de publicações científicas, como revistas especializadas, visando promover o intercâmbio de conhecimentos e boas práticas entre os(as) magistrados(as) de todo o país.

Posteriormente, a comitiva do Copedem e da Esmat dirigiu-se ao Superior Tribunal de Justiça, onde foram recebidos pelo ministro Mauro Campbell, diretor geral da Enfam. Na ocasião, expressaram gratidão pela parceria existente entre a Enfam e o Copedem.



JORNALISMO TOCANTINENSE CELEBRA RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO EM CERIMÔNIA DE PREMIAÇÃO E ENTREGA DOS CERTIFICADOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

“ Em 11 de abril de 2024, jornalistas tocantinsenses se reuniram no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) para a Cerimônia de Premiação do Prêmio Esmat de Jornalismo e à entrega dos certificados de Pós-Graduação Lato Sensu em Comunicação Jurídica Estratégica na Era Digital. O evento, realizado no mês do Dia do Jornalista, destacou a importância da atuação jornalística na consolidação democrática do Brasil. ”



Abertura

Kézia Reis, diretora do Centro de Comunicação Social do TJTO, que também foi uma das concluintes da pós-graduação, enfatizou a missão do Judiciário em se aproximar da sociedade por meio da comunicação e a necessidade de garantir o acesso à justiça. Kézia destacou os desafios enfrentados pela profissão e a importância de manter a dignidade e o compromisso com a verdade.

Ao falar sobre a necessidade de fortalecer as relações entre a imprensa e as instituições para promover um diálogo construtivo, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, reconheceu a relevância do Prêmio e da Pós como uma iniciativa do Poder Judiciário de valorização dos jornalistas tocantinsenses.

“É por isso que a imprensa tem de ter consciência da sua relevância no cenário democrático e de se aperfeiçoar melhor, ou seja, conhecer as instituições. Penso que as instituições têm de conhecer melhor a imprensa, esse diálogo é essencial, é um diálogo que fazia falta no estado do Tocantins”, apontou.

Prêmio Esmat

O Prêmio Esmat de Jornalismo teve como objetivo estimular produções que destacassem ações em defesa da justiça social, dividindo-se em seis categorias. Os vencedores incluíram profissionais do g1 Tocantins, TV Anhanguera, Rádio CBN e da Universidade Federal do Tocantins (UFT).



Na categoria telejornalismo, Gessica Viana (TV Anhanguera) ficou em 1º lugar com o tema "Violentômetro". No webjornalismo, Marco Túlio Câmara (g1 Tocantins) venceu com "Se permitir é um ato de muita coragem". Na categoria fotojornalismo, Vilma Nascimento (g1 Tocantins) conquistou o primeiro lugar com uma imagem de um casal celebrando a conquista da casa própria.

Pós-Graduação

A cerimônia também celebrou a conclusão de vinte e dois profissionais na Pós-Graduação em Comunicação Jurídica Estratégica, coordenada pela professora doutora Valdirene Cássia da Silva, que destacou a importância do curso para enfrentar os desafios da comunicação no contexto atual.



DIRETOR GERAL DA ESMAT PARTICIPA DE FÓRUM INTERNACIONAL PROMOVIDO PELO COPLAD E ILANUD

Durante a realização do Fórum sobre Segurança, Desenvolvimento Humano e Coesão Social, ocorrido no Rio de Janeiro (RJ) nos dias 15 e 16 de abril de 2024, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Copedem, dialogou com o senhor Yukio Takasu, chefe do Sistema de Segurança Humana da ONU e secretário-geral adjunto da ONU, sobre desenvolvimento social, empoderamento de comunidades originárias e segurança mundial. A programação contou com diversas palestras sobre enfrentamento da violência, combate ao crime organizado, entre outras questões socioambientais.

Parceria

Ao lado do desembargador Marco Villas Boas, Takasu participou de discussões francas e construtivas sobre os desafios enfrentados pela comunidade global em relação à segurança, desenvolvimento e coesão social. A interseção entre direitos humanos, justiça climática e ambiental foi explorada com profundidade, destacando a necessidade de abordagens integradas e colaborativas para enfrentar problemas complexos.

Segundo Villas Boas, a cooperação internacional em prol da seguridade humana, que congloba diretrizes de segurança, desenvolvimento humano e coesão social, amplia as potencialidades dos programas do Coplad/Ilanud para a América Latina, razão pela qual as instituições públicas e privadas devem unir esforços para apoiar as atividades das Nações Unidas, principalmente em prol dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

Sobre o evento

O evento foi promovido pelo Comitê Permanente da América Latina para a Prevenção do Crime (Coplad) e pelo Programa do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento do Delincente (Ilanud), instituições comprometidas com a promoção da segurança e justiça na região latino-americana.



GOOGLE BRASIL RECEBE MAGISTRADOS DO TJTO PARA TRATATIVAS SOBRE O USO DA IA GENERATIVA NO JUDICIÁRIO

Em um encontro pautado pelo diálogo acerca da inovação no Sistema Judiciário, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Copedem, realizou, em 30 de abril de 2024, em São Paulo (SP), uma reunião estratégica com o líder da área de setor público para América Latina no Google Cloud, Milton Larsen Burgese.

O objetivo do encontro foi iniciar tratativas para realização de cursos e seminários sobre a utilização de IA para o desenvolvimento humano, além de discutir possibilidades de utilização de tecnologias de Inteligência Artificial Generativa (IAG) para apoio e práticas de atos processuais repetitivos, que não dependam de soluções complexas.

Além do desembargador Marco Villas Boas, participaram da visita a desembargadora Ângela Issa Haonat, diretora adjunta da Escola; Ana Beatriz de Oliveira Pretto, diretora executiva da Esmat; Victoria Oliveira, executiva do Google Cloud na América Latina; e Lourdes Gonçalves, CEO da Memory – Centro de Memória Jurídica.

PROJETO HÓRUS É APRESENTADO NA SEDE DA GOOGLE BRASIL

Em 2 de maio de 2024, representantes da Esmat, do Grupo de Pesquisas da USP SmartCitiesBr, e da Startup Taqui se reuniram com técnicos do Google Brasil para dialogarem sobre a construção de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) para aprimorar a gestão pública e a tomada de decisões no âmbito das instituições públicas. O encontro, realizado a convite do Google, teve como objetivo discutir o potencial da IA para otimizar procedimentos administrativos e judiciais.

Na oportunidade, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, e Ana Carla Blechieriene, professora da USP, explanaram sobre a experiência inédita do Projeto Hórus, em desenvolvimento na Escola, que utiliza IA para automatizar a análise de admissibilidade recursal. O projeto, resultado de uma parceria entre a Esmat, a Universidade de São Paulo (USP), e a Startup Taqui, tem como objetivo reduzir o tempo e o custo da análise de recursos, além de aumentar a precisão e a uniformidade das decisões.

A comitiva da USP e da Esmat foi composta pela professora Ana Carla Bliacheriene, pelo professor Luciano Araújo, pelo desembargador Marco Villa Boas e pela servidora Ana Beatriz Pretto. Eles foram recebidos pelo time técnico e de governo do Google, que contou com as presenças de Victoria Oliveira, Cedeia Araújo e Daniel Mamoré.



ESMAT E ISHALC DISCUTEM AÇÕES PARA A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA HUMANA

Em 2 de maio de 2024, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat; a desembargadora Angela Issa Haonat, vice-diretora da Esmat; Ana Beatriz de Oliveira Pretto, diretora executiva da instituição, e Maria de Lourdes Gonçalves, CEO da Memory, realizaram uma visita institucional ao Instituto Segurança Humana para América Latina e Caribe (ISHALC), organismo ligado ao Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a prevenção dos delitos e tratamento do delinqüente (Ilanud), com sede em San José, Costa Rica. Foram recebidos pelo doutor Eduardo Cesar Leite, diretor do ISHALC, em um encontro que teve como objetivo fortalecer a cooperação entre as instituições e discutir projetos conjuntos nas áreas de segurança humana, direito e justiça.

Durante a reunião, as partes discutiram diversas áreas de interesse comum, como a promoção da cultura de paz, a prevenção da violência, a garantia dos direitos humanos e o acesso à justiça. Também foram exploradas possibilidades de colaboração em projetos de pesquisa, capacitação e eventos.

Sobre o ISHALC

O Instituto Segurança Humana para América Latina e Caribe (ISHALC), organismo ligado ao Instituto Latino-americano das Nações Unidas para a prevenção dos delitos e tratamento do delinqüente (Ilanud), com sede em San José, Costa Rica, é uma organização não governamental que trabalha pela promoção da segurança humana na região. O ISHALC desenvolve projetos de pesquisa, capacitação e advocacy em áreas como cultura de paz, prevenção da violência, direitos humanos e acesso à justiça.

ESMAT MARCA PRESENÇA NO 1º CONGRESSO REGIONAL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM CUIABÁ



Representando a Esmat, o juiz Nassib Cleto Mamud, da 1ª Vara da Fazenda e Registros Públicos de Gurupi, participou, no dia 20 de junho de 2024, do 1º Congresso Regional de Improbidade Administrativa. O evento foi realizado pela Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso (Esmagis-MT) em parceria com as escolas judiciais dos tribunais de Mato Grosso do Sul, do Distrito Federal e Territórios, de Goiás e do Tocantins, com apoio institucional do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT). De acordo com a Esmagis-MT, mais de quinhentas pessoas participaram do Congresso, com uma ampla programação de palestras proferidas por renomados juristas de todo o país.

A coordenadora geral do congresso, diretora geral da Esmagis-MT, desembargadora Helena Maria Bezerra Ramos, salientou a união de esforços em torno da realização do evento.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, ACADÊMICA E CIENTÍFICA É FIRMADO COM A FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO DE SÃO PAULO

Visando ampliar o diálogo acadêmico e promover o intercâmbio e a troca de tecnologias educacionais, a Esmat assinou, em 17 de junho de 2024, um termo de Cooperação Técnica, Acadêmica e Científica com a Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (Fadisp). O acordo visa também promover parcerias que fortaleçam a formação de magistrados(as) e de servidores(as) tocantinenses, considerando a melhoria da prestação jurisdicional.

De acordo com o professor doutor Thiago Lopes Matsushida, diretor acadêmico da instituição, a expertise de a Esmat promover eventos, programas de pós-graduação lato e stricto sensu, como também congresso internacional, já é reconhecida em todo o país. “A direção do desembargador Marco Villas Boas tem sido notada em todo o Brasil e no exterior. Temos certeza de que essa cooperação técnica trará grandes avanços tecnológicos para as duas instituições”, ressaltou.





TJTO E ESMAT ASSINAM TERMO DE COOPERAÇÃO COM TRE-TO PARA COMBATE E ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO NAS ELEIÇÕES DE 2024

O desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, participou, no dia 20 de junho de 2024, da cerimônia de assinatura do termo de cooperação com a Justiça Eleitoral Tocantinense para enfrentamento à desinformação nas eleições municipais deste ano. O evento ocorreu no auditório do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO) e contou com a presença de diversas autoridades, incluindo a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), e a desembargadora Ângela Issa Haonat, presidente da Comissão de Enfrentamento à Desinformação no TRE Tocantins.

Também estiveram presentes representantes da sociedade civil, agremiações partidárias, profissionais e empresários(as) da área de comunicação tocantinense. Em seu discurso, o desembargador João Rigo Guimarães, presidente do TRE-TO, destacou a importância do acordo para a defesa da democracia e afirmou: “este termo de cooperação é um marco na nossa luta contra a desinformação” e “a união de diversas instituições é essencial para garantir a integridade do processo eleitoral”.

Autoridades

Assinaram o termo a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO); o desembargador Marco Villas Boas, diretor da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat); o promotor de Justiça Abel Andrade Leal Júnior, superintendente regional da Polícia Federal no Tocantins; representando o senhor Luciano Casaroti, procurador-geral de Justiça; Reginaldo Donizetti Gallan Batista, procurador da República; Igor de Andrade Barbosa, defensor público chefe da Defensoria Pública da União; Maria do Carmo Cota, defensora pública classe social, que representou Estellamaris Postal, defensora pública-geral do estado do Tocantins; o advogado Taumartugo José Rufino Neto, que representou Gedeon Pitaluga,

presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Tocantins (OAB-TO); Denis Luciano Pereira, diretor geral de controle externo que representou André Luiz de Matos Gonçalves, presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO); Luís Eduardo Bovolato, reitor da Universidade Federal do Tocantins (UFT); Marília Naomi Couto de Oliveira Andrade, representando Alessandro Pecoraro Salles, superintendente da Agência Brasileira de Inteligência no Tocantins (ABIN-TO); o vereador Daniel Nascimento, representando o vereador José do Lago Folha Filho, presidente da Câmara de Vereadores de Palmas.



SERVIDORES(AS) DO TJTO E ESMAT PARTICIPAM DO IV ENCONTRO DE MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO



Servidores(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins participaram, no período de 7 a 10 de maio de 2024, em São Paulo (SP), do IV Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário. O evento, que reuniu profissionais e especialistas da área, teve como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a preservação e a gestão da memória institucional. Participaram do evento, Wallsom Brito da Silva, diretor judiciário; Naura Stella Bezerra de Souza Cavalcante, analista judiciária; Filipe Cunha, arquivista; e Wherbert Araújo, assessor de comunicação da Esmat.

A programação contou com palestras, visitas técnicas a museus e centros de memória, além de oficinas de capacitação, proporcionando um ambiente propício para a troca de experiências e ao aprimoramento das práticas relacionadas à preservação da história judiciária. A solenidade de encerramento contou com a presença do ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além da entrega dos vencedores do Prêmio CNJ de Memória do Poder Judiciário.

No Tocantins, o Poder judiciário vem desenvolvendo ações de preservação da memória e gestão documental por meio da Comissão de Jurisprudência, Documentação e Memória, presidida pelo desembargador Helvécio de Brito Maia, além das comissões permanentes de gestão da memória e gestão documental, presididas pela desembargadora Ângela Prudente. Ressalta-se, como marco da Política de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, a recente publicação da Resolução que institui as tabelas de Temporalidade dos processos judiciais e administrativos, com a publicação da Resolução nº 8, de 2 de maio de 2024.

EM CELEBRAÇÃO DOS 39 ANOS DE SUA FUNDAÇÃO, ESMAGIS - MT HOMENAGEIA O DIRETOR GERAL DA ESMAT E PRESIDENTE DO COPEDEM, DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

A Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso (Esmagis-MT) comemorou, no dia 13 de junho de 2024, seu 39º aniversário com uma cerimônia solene na sede da instituição, em Cuiabá. Durante a solenidade, foi concedida a outorga da Medalha de Mérito Acadêmico Professor Desembargador Mauro José Pereira ao desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Copedem.

A condecoração, instituída em 2009, é concedida a indivíduos que contribuíram significativamente para o desenvolvimento das atividades pedagógicas da Esmagis. A escolha do desembargador Villas Boas foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Consultivo da Esmagis, em reconhecimento ao seu empenho e à sua dedicação no fortalecimento das relações entre as escolas judiciais e no avanço da educação jurídica no Brasil.



CHÁ LITERÁRIO PROMOVE O INTERCÂMBIO ENTRE O PODER JUDICIÁRIO E A COMUNIDADE EM GERAL



O segundo Chá Literário da Esmat, realizado em abril de 2024 no auditório da sede, encantou a todos(as) que participaram com debates sobre a literatura tocantinense, exposição de filmes e palestras.



participantes o seu projeto de pesquisa que busca reunir nomes e obras de autores(as) tocantinenses. Explicou a relevância dessa sistematização, “nós temos dois anos para executar o projeto, então queremos que este site conte com o maior número possível de escritores(as) tocantinenses, com os(as) quais vocês, professores(as) e diretores(as) das escolas, poderão trabalhar essas obras literárias”.

A cerimônia contou com a participação da bibliotecária Silvânia Olortegui; do professor Rubens Martins da Silva, da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins); da diretora Maria Alice Thomaz Soares, da Escola Padre Josimo Moraes Tavares; de Dídimo Heleno Póvoa Aires, titular da coluna Judiciário do Jornal do Tocantins e apresentador da coluna CBN Justiça, e do servidor e autor tocantinense Orion Milhomem, do TJTO.

Na abertura do evento, houve a apresentação cultural musical de poemas que se transformaram em música pelo intérprete Onassis Costa. As músicas escolhidas foram: “E agora José?”, de Carlos Drummond de Andrade”, “Monte castelo, de Legião Urbana, com referência ao poema 'Amor é fogo que arde sem se ver', de Luís de Camões, e à Bíblia Sagrada, primeira Epístola aos Coríntios”, e “Motivos, do cantor Fagner e poema de Cecília Meireles”.

A bibliotecária Silvânia Olortegui, servidora da Esmat e organizadora do evento, destacou o brilho nos olhos dos(as) jovens. “A gente faz esses eventos para eles(as) verem que qualquer pessoa tem possibilidade de ir até onde quiser, o céu é o limite! As pessoas que gostam de ler podem ser o que quiserem na vida. A gente fez esse intercâmbio com a sociedade e pôde mostrar para ela um pouco do que, como servidores(as), podemos contribuir para com a construção dela”, afirmou.

A programação contou com o apoio do Serviço Social do Comércio (Sesc-Tocantins), com exibições cinematográficas. Na exibição de “Amei te ver” – dirigido por Ricardo Garcia de São Paulo, a história de amor de um garoto surdo e uma menina cega emocionou a todos(as). “As aventuras de Tita”, de Eduardo Padrão de Pernambuco, que retrata a questão ambiental nos biomas brasileiros, também foi um sucesso. O professor Rubens Martins da Silva, da Unitins, apresentou aos(às)



NA SEDE DA GOOGLE, EM NOVA IORQUE, MAGISTRADOS DEBATEM SOBRE O IMPACTO DA IA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Em 7 de agosto de 2024, líderes e especialistas do Brasil se reuniram na sede do Google em Nova Iorque (EUA) para discutir o impacto da Inteligência Artificial (IA) no Sistema Judiciário Brasileiro. O evento, promovido pelo Google Cloud em parceria com a Esmat e o Copedem apresentou debates e palestras sobre a implementação de ferramentas de IA generativa no Judiciário.

O evento foi inaugurado com uma mensagem de boas-vindas de Milton Burgese, vice-presidente do Setor Público da América Latina, Google Cloud, e pelo desembargador Marco Villas Boas, presidente do Copedem. Em sua fala, o desembargador reforçou a importância da IA generativa em reduzir os acervos processuais e proporcionar uma dinâmica mais eficiente e segura na jurisdição brasileira, promovendo a dignidade humana.

"A ideia da utilização da inteligência artificial no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins aconteceu no curso dessas atividades de capacitação dentro da Escola Superior da Magistratura e pensamos não na utilização do chat de diálogo cotidiano de comandos (prompts), mas de uma ferramenta de IA ativa que já tivesse todas as rotinas, instruções, contidas no seu interior, inicialmente projetadas para a admissibilidade recursal", argumentou.

Projeto Hórus

O destaque foi a apresentação do "Projeto Hórus", focado em estudos avançados sobre a utilização de IA generativa no Poder Judiciário Brasileiro. Moderado pela desembargadora Ângela Issa Haonat, o painel contou com a participação de Ana Beatriz Pretto, diretora executiva da Esmat; Ana Carla Bliacheriene, coordenadora do Grupo de Pesquisas USP SmartCitiesBR; e de Luciano Vieira de Araújo, professor e pesquisador do mesmo grupo. O evento também contou com a presença do desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, presidente do Centro de Inteligência do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (CINUGEP), do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, que moderou o painel "A Previdência Complementar e o Mundo Disruptivo".

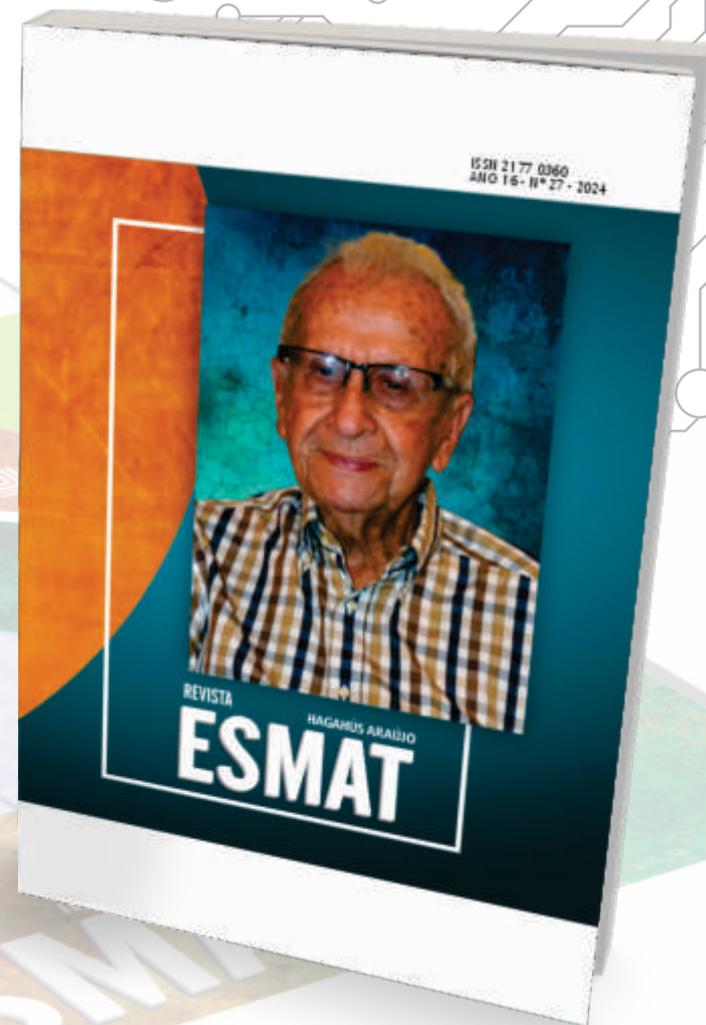
O desembargador Marco Villas Boas mencionou a origem do nome do projeto, inspirado na mitologia egípcia, enfatizando a necessidade de um controle ético e seguro da IA. "Estamos vivendo essa dubiedade, de convivemos com a perspectiva de um olho lunar, mas temos de usar o olho solar. Por isso a escolha, essa visão artificial tem de se submeter à visão natural, um controle ético, de segurança em todos os aspectos para nos oportunizar avançar nesse contexto", ressaltou.



TRAJETÓRIA DA REVISTA ESMAT EM 2023 E 2024

A Revista ESMAT, avaliada no Estrato B1 pela Capes, tem como missão ser um instrumento incentivador na difusão do conhecimento jurídico e interdisciplinar, promovendo a produção acadêmica de diversos membros da comunidade jurídica, como magistrados(as), estudantes, professores(as), servidores(as), advogados(as) e integrantes do Ministério Público. Vinculada ao Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH) – fruto da colaboração entre a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), por meio da Esmat –, a Revista alcançou marcos significativos nas edições de 2023 e 2024.

Em 2023, a publicação celebrou a 25ª Edição, composta por 15 artigos de excelência, com um índice de exogenia de 20%. A edição também trouxe dois artigos internacionais, provenientes do País de Gales e da Espanha, e homenageou, em sua capa, Idjarruri Karajá. Já em 2024, com nova periodicidade, a Revista lançou em fevereiro sua 26ª Edição, composta por 14 artigos, dos quais mais de 85% eram de autoria externa à Instituição. Esta Edição contou ainda com 2 artigos internacionais da Espanha e trouxe na capa uma homenagem a Maximiano da Matta Teixeira.



Em abril de 2024, a 27ª Edição atingiu um marco inédito ao apresentar 100% de exogenia. Nesta edição, que homenageou Hagahús Araújo, os artigos publicados passaram a ser traduzidos para a língua inglesa, ampliando a visibilidade internacional do periódico e o impacto dos trabalhos, sem custo adicional aos(as) autores(as). Foram publicados 12 artigos, sendo 10 nacionais e 2 internacionais, de Moçambique e da Espanha.

Em agosto de 2024, a 28ª Edição trouxe 13 artigos de excelência, incluindo uma produção do Japão, ampliando o alcance internacional da Revista. Com esse artigo, a Revista ESMAT atingiu a expressiva marca de publicações oriundas de 20 países: Angola, Argentina, Bolívia, Brasil, Cabo Verde, Canadá, Equador, Espanha, Estados Unidos, França, Hungria, Inglaterra, Japão, Marrocos, México, Moçambique, País de Gales, Paraguai, Polônia, Portugal e Rússia. Essa conquista foi celebrada com um quadro que destaca os 52 artigos internacionais publicados até o momento.

Além disso, a 28ª Edição prestou uma homenagem significativa a três eminentes juristas portugueses: José Manuel Igreja Martins Matos, Nuno Miguel Pereira Ribeiro Coelho e José António Mouraz Lopes. A homenagem foi registrada nas primeiras e últimas capas da Edição pelo desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat.



ESMAT FORTALECE EDUCAÇÃO E IDENTIDADE EM COMUNIDADE QUILOMBOLA COM DOAÇÃO DE MAIS DE 160 LIVROS

“ A ação foi conduzida por uma equipe formada pelo juiz Wellington Magalhães, Silvânia Olortegui, Rita de Cássia e Hodorley Canguçu, a qual levou exemplares arrecadados em campanhas anteriores de doação promovidas pela Esmat. ”



A bibliotecária Silvânia Olortegui realizou, em 30 de setembro de 2024, a entrega de 168 livros para a Escola Silvério Ribeiro de Matos, no Quilombo Mumbuca. A iniciativa buscou ampliar as oportunidades de aprendizado, com ênfase em livros que abordassem a cultura e a história afro-brasileira, promovendo o fortalecimento da identidade cultural dos(as) alunos(as). Segundo o juiz Wellington Magalhães, essa ação reflete o compromisso da Esmat com a inclusão social e os direitos humanos.

“Este é um momento especial, pois, por meio da educação, reafirmamos nosso compromisso com as futuras gerações. A Esmat cumpre sua missão não apenas de formar magistrados(as) e servidores(as), mas também de contribuir com a inclusão social e os direitos humanos”, afirmou.

A bibliotecária Silvânia ressaltou o impacto transformador da ação. “A doação de livros empodera a comunidade, fornecendo ferramentas para que seus membros se tornem protagonistas de suas próprias histórias. O conhecimento adquirido fortalece a capacidade de reivindicar e reconhecer direitos, além de possibilitar uma participação mais ativa na sociedade”, desenvolveu.



A Escola Silvério Ribeiro de Matos, que oferece ensino fundamental, atende cinquenta e nove alunos(as) e conta com sete professores(as), responsáveis por disciplinas como Língua e Literatura Portuguesa, Educação Física, Artes (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outras), Língua e Literatura Estrangeira – Inglês, Matemática, Ciências, História, Geografia, Ensino Religioso, entre outras (dados do Censo Escolar 2023, INEP).



SERVIDORES(AS) MARCAM PRESENÇA NO CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA



A Esmat esteve presente no 29º Congresso Internacional ABED de Educação à Distância, realizado no período de 15 a 18 de setembro de 2024, em Brasília. Representando a Escola, os servidores Maria Luiza Nascimento e João Lucas Gomes Rabelo Aguiar, do Núcleo de Pós-Graduação em EaD, participam do evento, que é referência no debate sobre a educação à distância no Brasil.

O congresso é um importante espaço de discussão sobre a regulação da educação superior e corporativa, abordando inovações e desafios para o futuro do ensino. O tema desta edição foi Qualidade e Excelência na EaD. A participação no evento faz parte do processo de credenciamento da Esmat para a oferta de cursos de pós-graduação à distância, ampliando o alcance da escola em todas as comarcas do Judiciário Tocantinense.

“Estar presente neste congresso é fundamental para alinharmos nossas estratégias de expansão e nos mantermos atualizados com as melhores práticas de educação à distância”, destacou Maria Luiza.

PROFESSORES DO CURSO DE ENGENHARIA DE PROMPT SÃO HOMENAGEADOS COM O MEDALHÃO ESMAT

Durante as atividades do curso de Engenharia de Prompt e Aplicações Práticas da IA Generativa (IAGEN) na Justiça: da Teoria à Decisão, os professores Haroldo Carneiro Leão Sobrinho e Irving William Chaves Holanda, como também o desembargador Alexandre Freire Pimentel receberam, em 13 de setembro de 2024, do desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, o Medalhão Esmat, homenagem concedida àqueles que colaboram com as atividades da Escola Superior da Magistratura Tocantinense para a difusão do conhecimento e desenvolvimento da pesquisa científica.

Durante a cerimônia de abertura, o desembargador Marco Villas Boas, destacou a importância de uma evolução rápida e assertiva na adoção de tecnologias como a inteligência artificial no Judiciário. Em sua fala, enfatizou a urgência de adaptação ao ritmo acelerado das transformações tecnológicas. “Esse é um momento que o Judiciário precisa. Nós temos sistemas excelentes, muito bem produzidos, que nos dão respostas adequadas, já com algumas ferramentas de IAs Pregonerativas, mas que não atendem às nossas necessidades nem o ritmo de transformação global”, ressaltou.



DOUTORADO EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS É TEMA DE REUNIÃO INSTITUCIONAL EM BRASÍLIA



A Esmat e a Universidade Federal do Tocantins (UFT) comemoraram um avanço histórico na formação jurídica com a aprovação do curso de Doutorado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPDHJ), autorizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A proposta, avaliada durante a 232ª reunião do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), consolida a excelência acadêmica das duas instituições, reafirmando seu papel pioneiro na qualificação de magistrados(as), servidores(as) do Judiciário e demais profissionais da área Jurídica.

Esse doutorado é um desdobramento natural do Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH), que já conta com um Mestrado Profissional implementado em 2012. A parceria entre Esmat e UFT, que se destacou desde o início como um modelo de cooperação inovador, foi responsável pela criação do primeiro mestrado associativo, interdisciplinar e destinado ao aperfeiçoamento dos quadros do Poder Judiciário realizado integralmente nas dependências de uma escola judicial.

Avaliado com nota 4 pela Capes, o Mestrado forneceu os subsídios necessários para a aprovação do Doutorado, ampliando as oportunidades de qualificação profissional e fortalecendo a integração entre teoria e prática nas áreas de direitos humanos e prestação jurisdicional.

Discussões em Brasília: amplitude da conquista

Em uma agenda institucional em Brasília (DF), em setembro de 2024, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, reuniu-se com o senhor André Lemos Jorge, presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), para discutir a importância dessa nova conquista acadêmica e seu impacto no sistema de Justiça brasileiro. Villas Boas destacou o papel central da Esmat e da UFT na criação de um modelo de cooperação que hoje inspira outras escolas judiciais em todo o país.

"Nosso Mestrado foi o primeiro programa *stricto sensu* permanente, destinado ao aprimoramento dos(as) magistrados(as) e servidores(as), a ser realizado em uma escola judicial. Esse pioneirismo serviu como base para a criação do Doutorado, que reafirma nosso compromisso com uma formação jurídica de excelência e com uma justiça mais eficiente e humana", afirmou o desembargador.

Expansão para outros estados: qualificação fora de sede

Além dos avanços no Tocantins, o Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos também tem impactado outras regiões do Brasil. A Esmat e a UFT estão oferecendo turmas fora de sede em Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR), voltadas para a capacitação de magistrados(as) e de servidores(as) do Judiciário nos estados do Acre e Roraima. Essa expansão é um reflexo do sucesso do modelo de ensino implementado pela Esmat, que busca levar a mesma excelência acadêmica para outras regiões do país, contribuindo para o fortalecimento da justiça em âmbito nacional.



ESMAT E ENFAM DEBATEM ATIVIDADES CONJUNTAS VISANDO À CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS(AS) BRASILEIROS(AS) EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

Cumprindo agenda institucional em Brasília (DF), o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Copedem, foi recebido, no dia 26 de setembro de 2024, pelo ministro Benedito Gonçalves, novo diretor geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), que assumiu o cargo em 4 de setembro. O encontro teve como objetivo discutir a agenda de atividades e explorar possibilidades de ações conjuntas entre as instituições.

Na ocasião, foi apresentado ao ministro o projeto Hórus, desenvolvido pela Esmat em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e com a Startup Taqui-aí, que visa automatizar a análise processual de casos sem grande complexidade e de ações repetitivas, com o objetivo de reduzir tempo e custos, além de aumentar a precisão e a uniformidade das decisões judiciais. Durante a reunião, o desembargador Villas Boas parabenizou o ministro Benedito Gonçalves pela posse e destacou a importância da colaboração entre as escolas de magistratura para o aprimoramento contínuo do Judiciário brasileiro.

“A união de esforços entre Copedem e Enfam potencializa a qualidade da formação dos(as) magistrados(as), a atualização de conhecimentos à luz das atuais necessidades de inovação e, conseqüentemente, a prestação jurisdicional”, afirmou.

Participações

No encontro, estiveram presentes Leonardo Peter da Silva, secretário executivo da Enfam; Ilan Presser, secretário-geral da Enfam; Ana Beatriz Pretto, diretora executiva da Esmat; Ana Carla Bliacheriene, professora e coordenadora do Grupo de Pesquisas USP SmartCitiesBR; Luciano Vieira de Araújo, professor e coordenador do mesmo grupo; e Lourdes Gonçalves, da Memory – Centro de Memória Jurídica.



DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS É RECONDUZIDO AO CARGO DE DIRETOR GERAL DA ESMAT

Em sessão ordinária administrativa e presencial do Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, realizada no dia 3 de outubro de 2024, o desembargador Marco Villas Boas foi reconduzido, com unanimidade dos votos, ao cargo de diretor geral da Esmat para o biênio 2025-2027. Para a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), foi eleita, também por unanimidade, a desembargadora Maysa Vendramini Rosal; e para o cargo de corregedor-geral de Justiça, o desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho.

Mesa Diretora

Para o biênio 2025-2027, foram eleitos a desembargadora Maysa Vendramini Rosal, como presidente; a desembargadora Jacqueline Adorno de La Cruz Barbosa, como vice-presidente; e o desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, como corregedor-geral de Justiça. A Esmat parabeniza os desembargadores pela eleição e deseja uma nova gestão focada no fortalecimento das atividades acadêmicas visando à promoção da melhoria da prestação jurisdicional e à valorização e promoção dos Direitos Humanos.

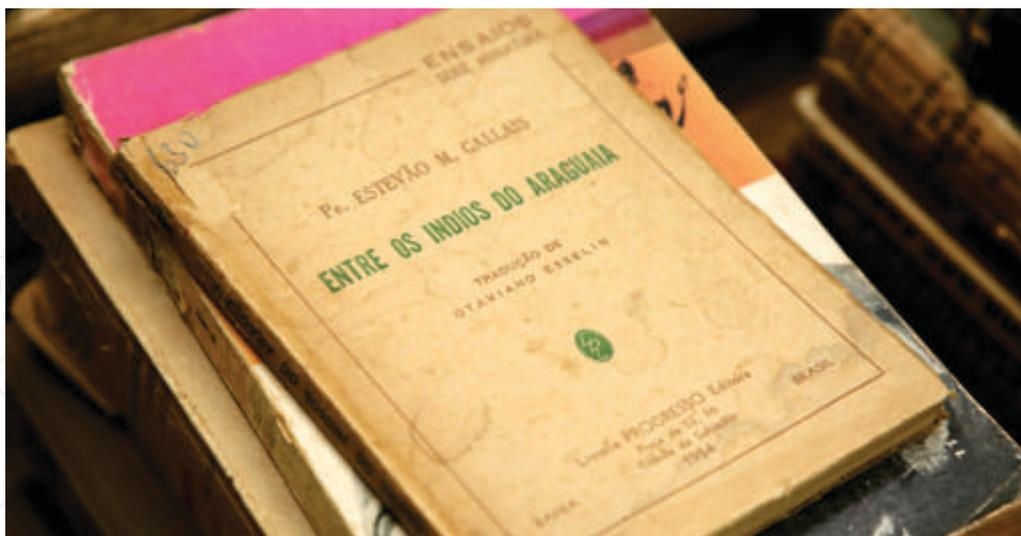




OBRAS DO ACERVO PESSOAL DO EX-PREFEITO ODIR ROCHA PODEM SER CONSULTADAS NA BIBLIOTECA DA ESMAT

As obras doadas por Dirce Noda Rocha, esposa do escritor e ex-prefeito de Palmas, estão disponíveis para consulta na Biblioteca da Esmat. A doação, realizada em 2023, inclui livros do acervo pessoal de Manoel Odir Rocha, com destaque para títulos raros e históricos, como uma edição de 1918 de Os Lusíadas, de Luís de Camões. Além das obras doadas, a Biblioteca da Esmat também possui títulos publicados pelo próprio escritor, que estão disponíveis para consulta e empréstimo.

Com a inclusão dessas obras, o acervo da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) se enriquece, oferecendo à comunidade tocantinense novas oportunidades para promover a educação e expandir a pesquisa científica.



DIRETOR ADJUNTO DA ESMAT MINISTRA PALESTRA NA ENFAM

O juiz Wellington Magalhães, diretor adjunto da Esmat, ministrou na Escola Superior da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj), a disciplina “O Poder Judiciário e o Direitos dos Povos Indígenas”. Participaram da aula vinte e quatro novos(as) magistrados(as), recém-empossados(as) no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Sob a coordenação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), o curso de formação inicial possui carga horária de 480 horas-aula, distribuídas em até quatro meses. O módulo nacional tem caráter compulsório e abrange temas que visam facilitar a inserção dos(as) novos(as) magistrados(as) no contexto da atividade judicial em consonância com a realidade local. As informações trabalhadas no módulo, assim como no curso têm cunho teórico-prático e buscam a conscientização dos(as) juizes(as) em relação ao seu ofício e ao seu papel no Poder Judiciário e na sociedade.

Para o magistrado Wellington Magalhães, “a oportunidade de integrar o corpo docente da Escola Nacional de Formação de Magistrados é da maior importância, especialmente na formação inicial, pois nessa fase da carreira são muitos os medos e desafios. Logo, compartilhar nossa experiência prática com os(as) novos(as) juizes(as) é fundamental para o diálogo entre prática e teoria. Quando passamos em concursos vemos muita teoria e pouca prática, isso é um problema que precisamos resolver, pois do contrário podemos comprometer a qualidade da prestação jurisdicional”.

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO PARA 2025

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) aprovou, no dia 10 de dezembro de 2024, o Plano Anual de Capacitação (PAC ESMAT 2025). O documento apresenta 145 atividades de capacitação, totalizando 4.803 horas, distribuídas em 13 eixos temáticos, representando um aumento de 24 atividades e 1.014 horas de capacitação em relação ao ano anterior (2023). As ações serão realizadas em diferentes modalidades: presencial, à distância e híbrida.

Elaborado em alinhamento ao planejamento estratégico da Esmat e do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), o PAC ESMAT 2025 segue as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e atende aos requisitos da Certificação ISO 9001:2015. O Plano busca fortalecer a prestação jurisdicional, promover inovação, acessibilidade e sustentabilidade, além de estreitar a relação entre o Poder Judiciário e a sociedade.

O desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, destacou a importância do PAC ESMAT 2025 para a qualificação profissional no Judiciário. “Este Plano fortalecerá a relação do Poder Judiciário com a sociedade e otimizará os recursos disponíveis. Contamos com o engajamento de todos(as) para garantir o sucesso da sua implementação”, afirmou.



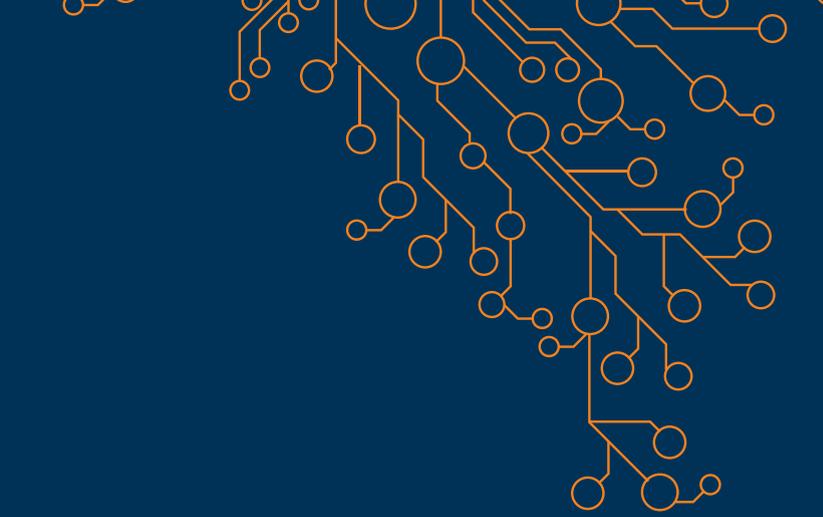
JUDICIÁRIO TOCANTINENSE ARRECADA DEZENAS DE BRINQUEDOS PARA PRESENTEAR CRIANÇAS CARENTES NO NATAL

No final de 2024, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, realizou a Campanha Papai Noel dos Correios, arrecadando dezenas de brinquedos e itens para presentear crianças em situação de vulnerabilidade social no Natal. A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) também se mobilizou durante a campanha.

Foram apadrinhadas 200 cartas, incluindo 20 de crianças acolhidas em lares institucionais da Capital. Entre os itens arrecadados estavam bicicletas, bolas, chuteiras de futebol, perfumes, materiais escolares, cestas de doces e bonecas. A entrega dos presentes aos Correios ocorreu em 10 de dezembro, com a participação de servidores(as), magistrados(as) e membros da comunidade.

A ação, liderada pela Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ/TO), mobilizou voluntários(as) para atender aos pedidos das cartas enviadas pelas crianças. A campanha, que acontece anualmente há 35 anos, teve início em novembro e foi marcada pelo engajamento e solidariedade dos(as) participantes.



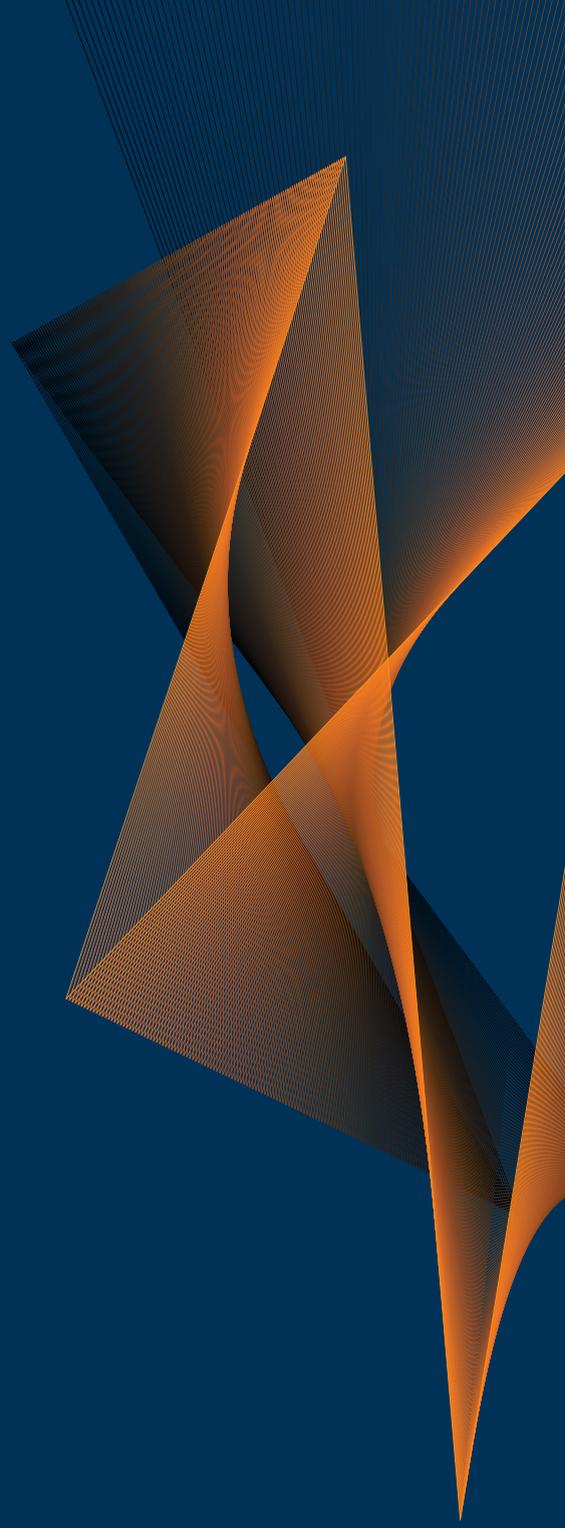
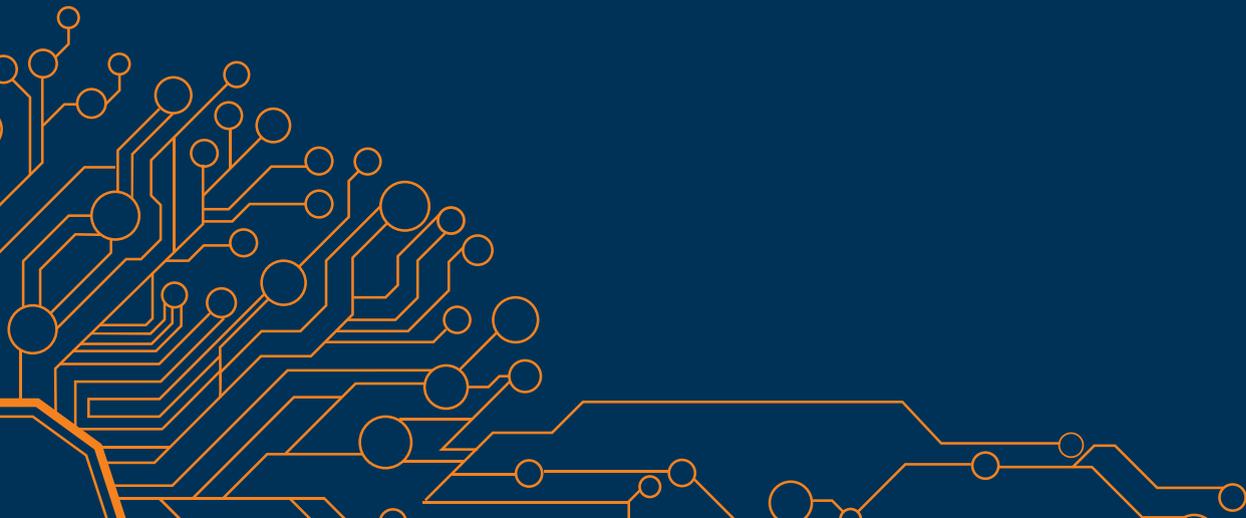


49



PÓS-GRADUAÇÕES

LATO E STRICTO SENSU



DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

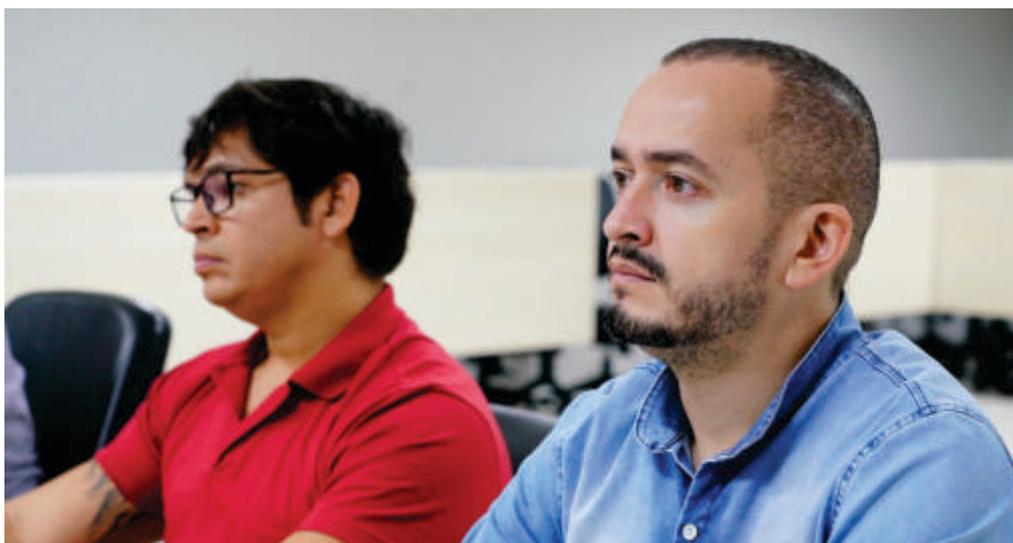
Por meio da parceria entre a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT), foram concluídas as defesas de tese da primeira turma de Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Desenvolvimento Regional. Para a primeira turma, 11 novos(as) doutores(as), compostos(as) por magistrados(as) do Judiciário Tocantinense, defenderam suas teses ao longo do ano. Entre os temas pesquisados, constam: *Empoderamento de Comunidades Tradicionais, Inteligência Artificial, Sistema Prisional e Ressocialização, Conflitos Agrários e Ambientais, Acesso à Justiça, entre outros.*

Para o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, a consolidação do primeiro Doutorado confirma o empenho da Escola na oferta de programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. “O processo de formação *stricto sensu* da Esmat iniciou pela certeza de que somente com a implantação de um sistema de aperfeiçoamento e de qualificação contínuos é que alcançaríamos a consolidação de uma Escola efetivamente voltada à melhoria da prestação jurisdicional, a qual só é possível por meio de uma atuação profissional com o olhar humanístico e crítico acerca da jurisdição e do desenvolvimento”.



DOUTORADO DINTER UNICEUB REALIZA ATIVIDADES ACADÊMICAS NA ESMAT

Acadêmicos(as) do Doutorado Interinstitucional em Direito (Dinter) do UniCEUB participaram, nos dias 9 e 10 de março de 2023, das atividades presenciais da disciplina em módulo de Políticas Públicas, ministradas pelo professor doutor Antonio Henrique Graciano Suxberger. Ao total, quinze magistrados(as) e servidores(as) foram matriculados(as) no Doutorado, fruto de parceria entre a Esmat e o UniCEUB. Durante as atividades, os(as) participantes tiveram a oportunidade de debater temas contemporâneos e interdisciplinares, relacionados às políticas públicas e seus desafios.



MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS | Turma X



Tiveram início, no dia 6 de março, as atividades acadêmicas da 10ª Turma do Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPJDH), promovido pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). A solenidade da Aula Magna contou com a presença do desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat; do professor doutor Eduardo Winter, coordenador de programas profissionais – interdisciplinares da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e das visitas do desembargador Cristóvão Suter, diretor da Escola do Poder Judiciário de Roraima, e de Felipe Diogo Jácome Queiroz, coordenador acadêmico daquela Instituição.



Para o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, ao longo dos anos, o PPJDH rompeu fronteiras acadêmicas.

“O Programa é internacionalizado. Nós temos relações com diversas academias, desde às da América do Norte, América Latina, Europa, África, Ásia, daí essa nossa responsabilidade em torno da qualidade, motivo pelo qual, evidentemente, temos o compromisso com a Pesquisa, com os(as) pesquisadores(as) e principalmente com a sociedade”, ressaltou.



MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS | Turma XI



Em agosto, ocorreu a Aula Magna da 11ª Turma do Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH), promovido pela Esmat em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

A turma é composta por 32 alunos, dentre eles magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça do Tocantins; membros e servidores(as) do Ministério Público do Tocantins; servidores(as) efetivos(as) do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins; professores(as) e servidores(as) efetivos(as) ou comissionados(as) da Universidade Federal do Tocantins (UFT); e profissionais integrantes do Sistema de Justiça ou atuantes no âmbito da Prestação Jurisdicional e/ou Direitos Humanos de qualquer unidade federativa brasileira, ou estrangeiros, com formação inicial em nível de graduação em qualquer área do conhecimento (Público Geral).

Durante a Aula Magna o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, ressaltou o contexto histórico do Programa *Stricto Sensu* de Pós-Graduação, e os resultados obtidos ao longo de 10 anos de existência do Mestrado. “Gostaria de ressaltar que o curso não foi pioneiro só no Tocantins, mas também no Brasil e quicá no Planeta. Porque à época não se vislumbrava a possibilidade no aparato legal de abertura de turmas exclusivas para determinada instituição. Por anos, houve grande resistência à oferta de Mestrado direcionado ao Poder Judiciário ou para instituições não integrantes do sistema formal de ensino superior. Mas o nosso Programa, além de ser profissional, é interdisciplinar e abrange outros segmentos da sociedade, até mesmo a classe acadêmica”.



MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS | Turma XII



O processo seletivo para a XII Turma do PPGPJDH, concluído ainda em 2024, resultou na aprovação de 15 novos(as) alunos(as) para o programa de Mestrado. Em novembro, a Esmat promoveu uma cerimônia de boas-vindas aos(às) mestrandos(as), que contou com palestras de doutores(as) e pesquisadores(as). O evento teve como tema central "O Poder Judiciário e a efetividade da prestação jurisdicional" e reuniu magistrados(as), professores(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense para discutir temas como a formação humanística de magistrados(as), o direito dos povos indígenas, a resolução de conflitos pelo uso da água, a implementação das audiências de custódia, o pacote anticrime e o descumprimento de precedentes.

Na programação, o juiz Wellington Magalhães, doutor em Desenvolvimento Regional, falou sobre a importância da formação humanística para a magistratura. A juíza Odete Batista Dias Almeida, também doutora em Desenvolvimento Regional, abordou o tema da justiça móvel e a utilização de geotecnologias na resolução de conflitos. Já a juíza Aline Bailão Iglesias, doutora no mesmo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* falou sobre a amplitude do tema da prestação jurisdicional, que se revela não apenas nos processos judiciais, mas também em todos os aspectos da promoção dos direitos humanos.

O servidor Yuri Anderson P. Jurubeba abordou os desafios do pacote anticrime e o papel do STF na proteção dos direitos humanos. Por fim, a servidora Glaciele Borges Torquato falou sobre o descumprimento de precedentes e os impactos para o sistema de justiça. O evento contribuiu para o debate sobre temas relevantes para o aprimoramento da prestação jurisdicional e para a promoção da justiça social.



MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS - TURMA ACRE E RORAIMA



Por meio de um convênio firmado entre a UFT, a Esmat, a Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (FAPTO), o TJAC e a Escola do Poder Judiciário do Acre (ESJUD/AC), foi iniciada, em 2023, uma turma do PPGPJDH na modalidade “fora de sede,” destinada à formação de vinte magistrados(as) no estado do Acre. O desembargador Marco Villas Boas destacou que essa parceria pode impulsionar a produção acadêmica em áreas como biodiversidade e direito ambiental.

A desembargadora Regina Ferrari, presidente do TJAC, celebrou a iniciativa como um marco na cooperação entre os estados e enfatizou o rompimento de barreiras geográficas e culturais por meio do programa. “A gratidão pela parceria é embasada em duas matrizes: a alegria e a expansão do conhecimento, a qual sai das fronteiras do bioma cerrado e vai compartilhar conhecimentos para a região extremo-norte do Brasil. Estamos emocionados com essa parceria da Escola e da UFT com o nosso Estado”, ressaltou.

O programa também realizou Aulas Magnas em Roraima e Boa Vista, nos dias 16 e 18 de setembro de 2024, respectivamente. As cerimônias foram conduzidas pelo desembargador Marco Villas Boas, que destacou a importância do programa para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Em Boa Vista, Villas Boas ministrou uma palestra sobre “O Interconstitucionalismo Judicial na América Latina,” reforçando a importância do intercâmbio de conhecimentos entre estados e instituições.

PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO JURÍDICA ESTRATÉGICA NA ERA DIGITAL



Com o objetivo de promover o aperfeiçoamento acadêmico em temas relacionados à doutrina jurídica e suas linguagens, foi concluída, em 2023, a primeira turma do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Comunicação Jurídica Estratégica na Era Digital. O curso foi direcionado a profissionais da comunicação que atuam nos órgãos de Justiça do Estado, assim como àqueles(as) que atuam na imprensa local.

Em abril de 2024, o jornalismo tocantinense celebrou o reconhecimento e valorização dos(as) formandos(as) com a entrega dos certificados da pós-graduação. Ao todo, a Esmat formou 22 especialistas em Comunicação Jurídica Estratégica na Era Digital. Para a professora doutora Valdirene Cássia da Silva, coordenadora da pós-graduação, o curso “foi uma rica oportunidade para quem buscava se destacar no campo da comunicação jurídica”.

DOUTORADO EM GOVERNANÇA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

No dia 9 de maio de 2024, a Esmat iniciou as atividades do Doutorado e Mestrado Profissional em Governança e Transformação Digital, reafirmando seu compromisso com a capacitação e inovação no Tocantins. A cerimônia de abertura ocorreu no auditório da Esmat e contou com a presença do professor doutor Marcelo Moret, coordenador da área interdisciplinar da Capes, do senhor Luis Eduardo Bovolato, reitor da Universidade Federal do Tocantins (UFT), e doutras autoridades.

Abertura do Programa

O desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, destacou a relevância da iniciativa para o aperfeiçoamento dos servidores e das servidoras do Estado. Em sua fala, Villas Boas enfatizou o compromisso do governo estadual com a qualificação tecnológica e a necessidade de um corpo profissional capacitado para enfrentar os desafios da transformação digital.

Luis Eduardo Bovolato, reitor da UFT, observou que essa qualificação avançada terá impacto direto na prestação de serviços públicos. Ele ressaltou o alto nível dos(as) estudantes e dos(as) docentes envolvidos(as), o que garante resultados positivos e inovadores para a sociedade.

Fábio Vaz, secretário de Educação do Estado, reforçou a importância da parceria entre as instituições e o alinhamento da formação com as demandas da era digital. “Essa qualificação permitirá que nossos(as) educadores(as) contribuam estrategicamente para a transformação da rede estadual de ensino,” afirmou.

Parceria e dinâmica do curso

O programa é fruto de uma colaboração entre a Esmat, a UFT e a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (Seduc). Ao longo da formação, os(as) estudantes desenvolverão produtos tecnológicos e serviços inovadores, colaborando com docentes de diversas áreas.

O professor Marcelo Lisboa, coordenador da turma de 2024, expressou sua satisfação com a presença dos(as) alunos(as) e a confiança na parceria institucional. Já o professor doutor Gentil Veloso destacou a dinâmica interdisciplinar do curso, que visa promover excelência na criação de soluções tecnológicas.

Apresentação acadêmica e homenagem

Durante o evento, o professor Marcelo Moret apresentou uma visão geral sobre a avaliação do curso, destacando que o programa alcançou a nota 5 na Capes, um reconhecimento expressivo para uma iniciativa da região Norte. A programação também incluiu palestras sobre temas relevantes, como Robótica Educacional, ministrada pelo professor Humberto Araújo, e uma apresentação sobre o robô Nico, desenvolvido para apoiar crianças autistas, pelo pesquisador George França.

Como reconhecimento pela colaboração com a Esmat, o professor Marcelo Moret recebeu o Medalhão Esmat das mãos do desembargador Marco Villas Boas, uma homenagem concedida àqueles(as) que contribuem significativamente para o desenvolvimento científico e acadêmico da instituição.





Em 12 de agosto de 2024, tiveram início as atividades do Doutorado em Governança e Transformação Digital (PPGGTD), voltadas para os(as) doutorandos(as) do Judiciário Tocantinense. O programa, anteriormente conhecido como Programa de Pós-Graduação em Modelagem Computacional de Sistemas (PPGMCS), é resultado de uma parceria entre a Esmat e a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Foco e objetivos do Programa

O PPGTD visa capacitar profissionais para enfrentar desafios complexos por meio de ferramentas tecnológicas avançadas. O curso integra conhecimentos de modelagem computacional e governança digital, habilitando os(as) participantes a desenvolver soluções eficientes para otimizar processos e ampliar a eficácia das instituições públicas e do Poder Judiciário.



Ana Beatriz de Oliveira Preto, diretora executiva da Esmat e doutoranda no programa, destacou a relevância da formação. “A transformação digital está cada vez mais presente, e precisamos estar preparados(as) para as demandas futuras, oferecendo serviços que atendam às necessidades da sociedade”.

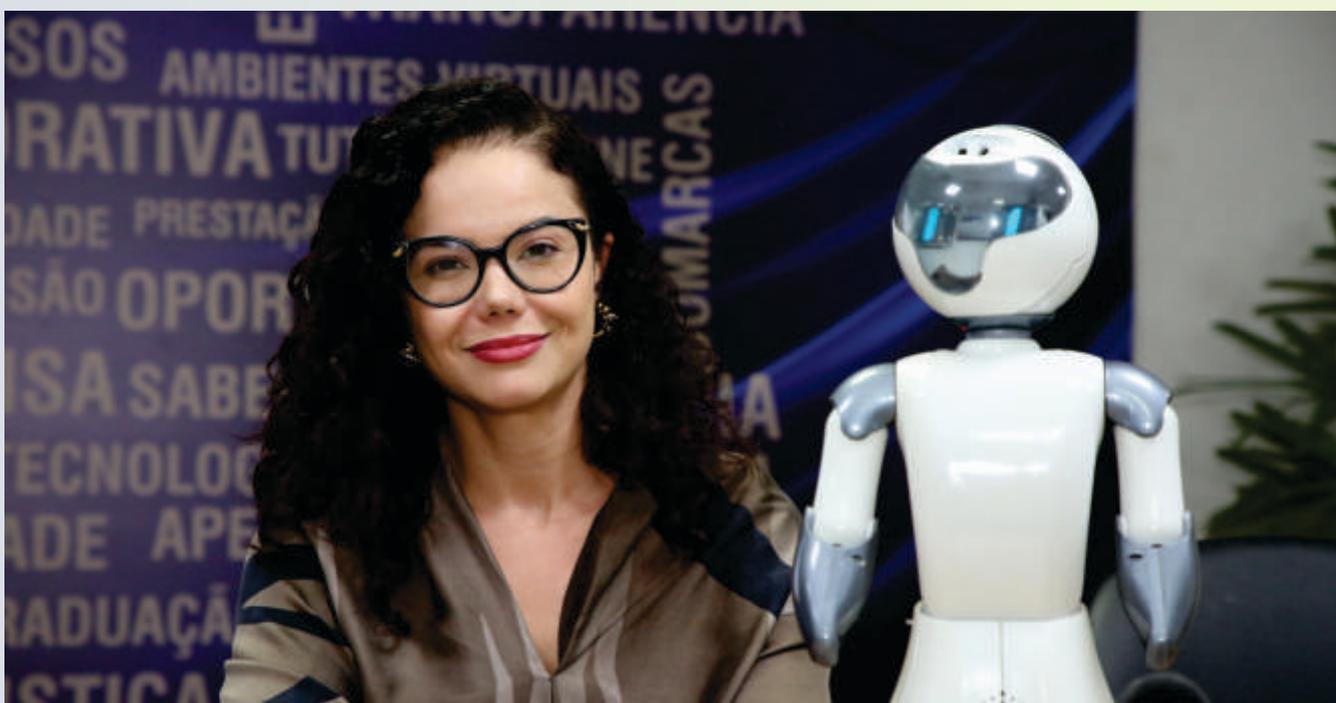
Inteligência artificial e transformação digital

O doutorado aborda temas atuais e fundamentais, como a integração de inteligência artificial nos processos jurídicos. Em um cenário de crescente demanda por soluções digitais, o curso se alinha às iniciativas do Judiciário para aprimorar a gestão pública e otimizar as decisões judiciais por meio de novas tecnologias. Ao longo do programa, os(as) discentes terão a oportunidade de explorar e implementar soluções inovadoras em suas áreas de atuação, promovendo a eficiência no atendimento à sociedade.

Parcerias

Além da Esmat e da UFT, o programa conta com a parceria do Ministério da Educação, Ministério da Saúde e da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins.

O doutorado foi desenvolvido para formar líderes pesquisadores(as) de alto nível, com competência em governança digital e modelagem computacional. Esses(as) profissionais serão responsáveis por conceber modelos tecnológicos e serviços digitais, promovendo a eficiência e a inovação na prestação jurisdicional e na interação com a sociedade.



ESPECIALIZAÇÃO EM PÁTICA JUDICIÁRIA - PROGRAMA RESIDÊNCIA JURÍDICA TJTO



Abertura

A abertura oficial do programa ocorreu em 10 de abril de 2024, reunindo cento e quinze novos(as) residentes no auditório da Esmat. Entre as autoridades presentes, estavam a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, presidente do TJTO, e o juiz José Ribamar Mendes Júnior diretor adjunto da Esmat.

Durante o evento, o juiz Ribamar destacou o caráter inovador da iniciativa, que combina teoria e prática de forma diferenciada. Já o juiz Alan Martins, presidente da Asmeto, enalteceu o crescimento contínuo da Esmat e seu pioneirismo no país. “A Esmat é uma escola modelo e orgulho para todos(as) nós tocantinsenses, juízes(as), servidores(as), porque ela tem o diferencial de ser uma das primeiras Escolas a se adequar à Emenda nº 45, que modificou a sistemática das Escolas Judiciais, a Esmat não para de crescer, de inovar”, comentou.

A desembargadora Ângela Issa Haonat, diretora adjunta da Esmat, ressaltou a

importância da ética, da disciplina e da cordialidade na função dos(as) residentes jurídicos(as). “Mais do que o saber jurídico, o que a função [de residente jurídico(a)] vai requerer de vocês é a questão comportamental, a ética, a disciplina e a cordialidade, muito importantes”, disse.

Por fim, a desembargadora Etelvina, encerrou a solenidade declarando que tanto o Poder Judiciário Tocantinense quanto os(as) novos(as) residentes saem ganhando com o programa, beneficiando-se mutuamente, e destacou alguns valores importantes durante o exercício e a atuação da residência.

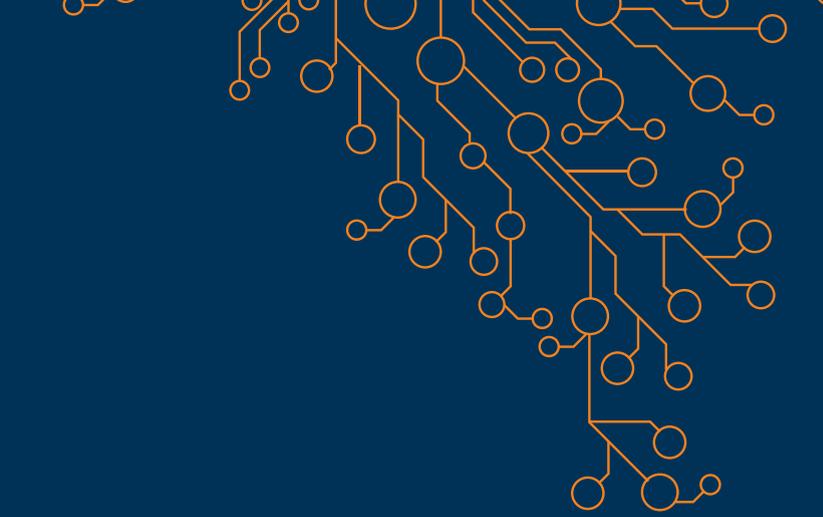
“A dedicação, o zelo, a ética, a disciplina, a descrição são imprescindíveis que cada um(a) tenha. Vão lidar com processos que envolvem a vida, o patrimônio, com liberdade, com família. Queremos dedicação, empenho, estudo e comprometimento de cada um(a). Se todos(as) aqui derem o melhor de si, vamos ter um aproveitamento muito bom do curso e da pós-graduação. Para nós do Poder Judiciário é uma imensa alegria recebê-los(as)”, finalizou.

No dia 11 de abril de 2024, o desembargador Marco Villas Boas deu as boas-vindas aos(às) novos(as) residentes, destacando o papel do Judiciário como pilar da democracia e a importância do aprimoramento contínuo por meio do programa. Villas Boas também ressaltou a necessidade de integrar novas tecnologias, como a inteligência artificial, no sistema jurídico, sem deixar de lado o discernimento humano na tomada de decisões.

“É um privilégio recebê-los e recebê-las para o nosso ambiente acadêmico de formação profissional continuada; temos procurado a cada ano aprimorar os nossos estudos, as nossas pesquisas e também a qualidade dos cursos que desenvolvemos aqui para que haja um resultado satisfatório tanto para a instituição quanto para a sociedade em geral, porque o Poder Judiciário é um dos pilares da democracia ocidental”, falou.



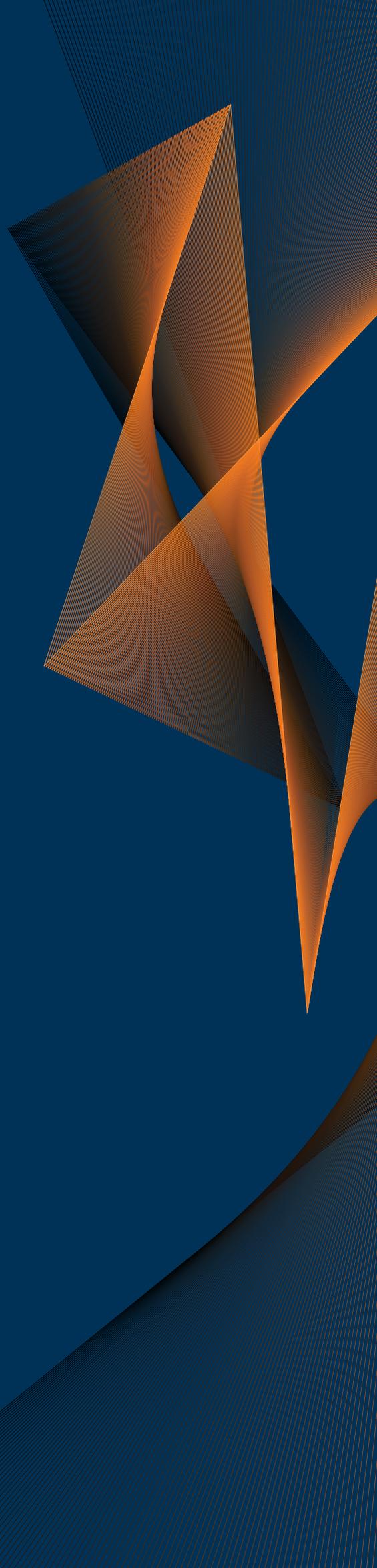
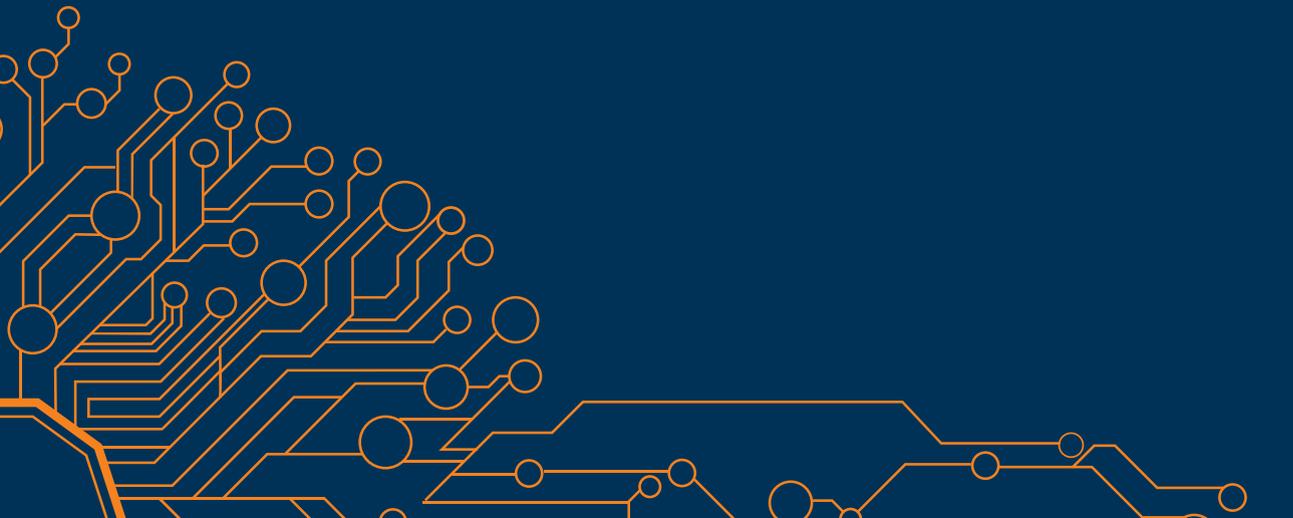




61



CURSOS



TEORIA E PRÁTICA: O PSICÓLOGO NO CONTEXTO DO JUDICIÁRIO DO TOCANTINS



As *webaulas* do curso Teoria e Prática: o psicólogo no contexto do Judiciário do Tocantins foram realizadas no período de 14 de fevereiro a 5 de maio de 2023. Ministrado pela facilitadora doutora Sônia Liane Reichert Rovinski, a capacitação abordou os fundamentos da Psicologia dentro do contexto jurídico, além de promover debates sobre os campos de atuação da Psicologia Jurídica aplicada às diversas Varas.

Realizado à distância, o curso teve como objetivo promover o conhecimento dos(as) alunos(as) para elaboração de produtos técnicos para o atendimento das demandas judiciais e administrativas. A capacitação contou com uma carga horária de 45 horas-aula.

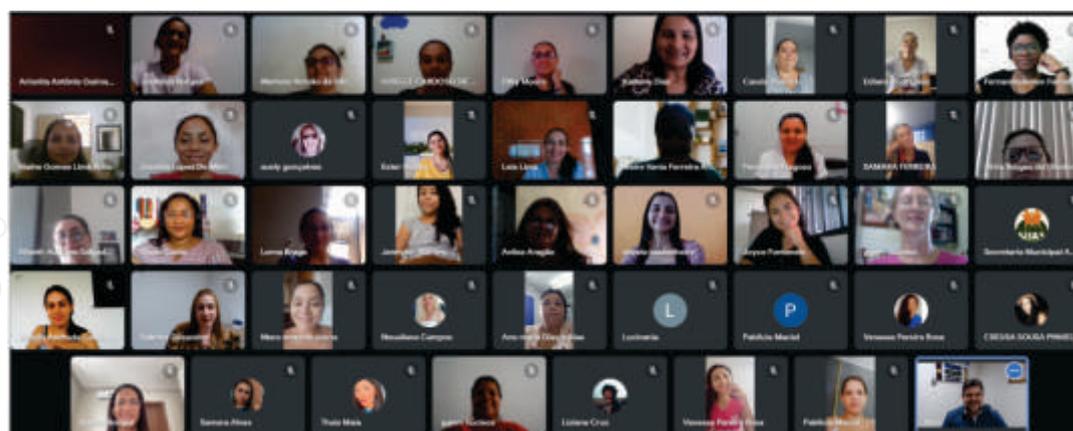
IMPLEMENTAÇÃO E APLICAÇÃO PRÁTICA DA LEI Nº 14.133, DE 2021, NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (TJTO)

As atividades de capacitação do curso Implementação e aplicação prática da Lei nº 14.133, de 2021, no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO): análise da regulamentação interna e principais institutos da contratação pública de acordo com a NLLCA foram realizadas nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2023, com o facilitador Victor Aguiar Jardim de Amorim, que durante as aulas abordou as temáticas relacionadas ao regime transitório da Lei, a regulamentação e a aplicação da NLL pelo TJTO, para o planejamento das contratações, entre outros assuntos.

O curso objetivou promover aos(as) servidores(as) do Poder Judiciário conhecimentos para maior eficiência e segurança na implementação da Lei nº 14.133, de 2021, nas contratações públicas.



ESTUDO SOCIAL, LAUDOS E PARECERES TÉCNICOS EM SERVIÇO SOCIAL



As aulas do curso Estudo Social, Laudos e Pareceres Técnicos em Serviço Social foram iniciadas em 14 de fevereiro e finalizadas em 5 de maio. A capacitação contou com atividades assíncronas e síncronas desenvolvidas à distância. O curso, ministrado pelos facilitadores Luiz Gustavo Santana, Cristina Prestes e Charles Toniolo de Sousa, visou proporcionar aos(as) colaboradores(as) e credenciados(as) do Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares (GGEM) os aportes teóricos que contribuam na elaboração de produtos técnicos de excelência para o atendimento das demandas judiciais e administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO).

Com carga horária de 45 horas-aula, a qualificação foi dividida em três módulos, que abordaram A ética profissional em Serviço Social e suas nuances no campo jurídico; A interdisciplinaridade no assessoramento técnico em Serviço Social; e A produção de relatórios, documentos, laudos, pareceres técnicos e a instrução de processos no Serviço Social no âmbito do TJTO.

FORMAÇÃO DE FORMADORES DESENVOLVE COMPETÊNCIAS DOCENTES



As atividades da quarta turma do curso Formação de Formadores foram iniciadas em 16 de fevereiro de 2023. Ao longo do curso os(as) participantes tiveram a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre a elaboração de conteúdos significativos, metodologias e técnicas para a atuação docente.

Em depoimento, a aluna Ana Carla Bliacheriene, docente de Direito na Universidade de São Paulo e professora do curso de Gestão de Políticas Públicas na Escola de Arte, Ciências e Humanidades da USP, ressaltou a importância do curso e as transformações que experimentou durante sua participação:

"Eu tenho saído com muitas experiências didáticas, pedagógicas, mas acima de tudo humanas. Muito enriquecedoras. É impossível uma pessoa passar por esse curso sem ser impactada, sem ser transformada. [...] Então, tem sido um curso muito positivo. Eu, como profissional da educação, como professora, mas acima de tudo como ser humano, agradeço muito à Esmat pela oportunidade que abriu para que pudessemos vir e fazer essa formação", explicou.

O curso de Formação de Formadores teve como objetivo principal o desenvolvimento contínuo de competências profissionais específicas para a docência e atuação no planejamento e execução de ações de formação no contexto da magistratura. Destinada a magistrados(as) do Tocantins, magistrados(as) de outros estados e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense envolvidos(as) no planejamento e execução de ações de formação de juizes(as) e de servidores(as), a capacitação buscou aprimorar a qualificação dos(as) profissionais que ministrarão aulas nos cursos de capacitação e aperfeiçoamento no âmbito do Judiciário.

MAGISTRADOS E SERVIDORES TOCANTINENSES PARTICIPAM DE TREINAMENTO SOBRE INOVAÇÃO E O PENSAMENTO DE DESIGN

O programa Inovação e o Pensamento de Design, promovido pelo Comitê Gestor da Inovação e do Laboratório de Inovação e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Poder Judiciário Tocantinense (CGI/INTELECTUS-TO) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) visou capacitar magistrados(as) e servidores(as) do TJTO acerca do mindset que afeta a inovação, de modo que sejam estimulados(as) a pensar sobre como a inovação transformacional pode aumentar os resultados e romper os desafios trazidos pelas novas tecnologias.

Realizado de maneira híbrida com encontros presenciais e virtuais entre 27 de fevereiro e 26 de julho, nas atividades individuais e em grupo, os(as) participantes puderam compreender os conceitos de Inovação e o Pensamento de Design; Compreender o porquê de inovar, os tipos de inovação e quais são os processos de inovação a partir da cultura do pensamento de design; apreender conhecimentos sobre como o Pensamento de Design é usado no desenvolvimento de soluções; identificar, mapear mentores(as) internos(as) a partir de mentorias à distância para que estes(as) possam orientar novos grupos no desenvolvimento de projetos, entre outros assuntos.



CAPACITAÇÃO SOBRE O SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS (SINIC) - TURMAS I, II, III E IV

Em 2023 a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) realizou o curso Sistema Nacional de Informações Criminais (SINIC) em parceria com a Academia Nacional de Polícia, a Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins e o Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado (NIS-TJTO).

Ministradas pelos facilitadores Rafaela Oliveira Llorente Barrio, Victor Germano Lino Fonseca Rodrigues, Victor Hugo Silva Gonçalo dos Santos e Sergio José da Veiga e Silva, as aulas do curso foram desenvolvidas de forma híbrida, com atividades teóricas à distância e aulas práticas presenciais. O curso foi dividido em quatro turmas, e teve como objetivo capacitar magistrados(as) e servidores(as) para desenvolver competências relativas à utilização do Sistema SINIC.

Para o juiz William Trigilio da Silva, lotado na comarca de Natividade, o curso é uma oportunidade de fomento ao aperfeiçoamento das atividades exercidas pelas pessoas que usam o sistema. “O curso é muito importante. Justamente porque na área criminal, na qual temos dificuldades, principalmente na prolação das sentenças, nem sempre nós identificamos os antecedentes das pessoas de forma correta. Então, às vezes passam despercebidos muitos detalhes que poderiam ter uma influência muito grande não só na dosimetria da pena, mas também no regime de pena sem posto”, disse.

O juiz Valdemir Braga de Aquino Mendonça, da comarca de Formoso, destacou a experiência no curso como satisfatória. Em sua fala, frisou a importância da capacitação no sentido de fornecer elementos que permitam o aprimoramento da prestação jurisdicional. “Com relação ao curso, a experiência tem sido satisfatória. Essa integração de informações, esse acesso a informações permitem que a jurisdição criminal tenha acesso a dados que vão aprimorar a fundamentação de decisões e julgamentos. São informações precisas de sistemas oficiais. E o contato direto com esse sistema permite que o(a) servidor(a) e o(a) magistrado(a) se familiarizem e cada vez aprimorem mais sua atuação na comarca ou área criminal”, explicou.





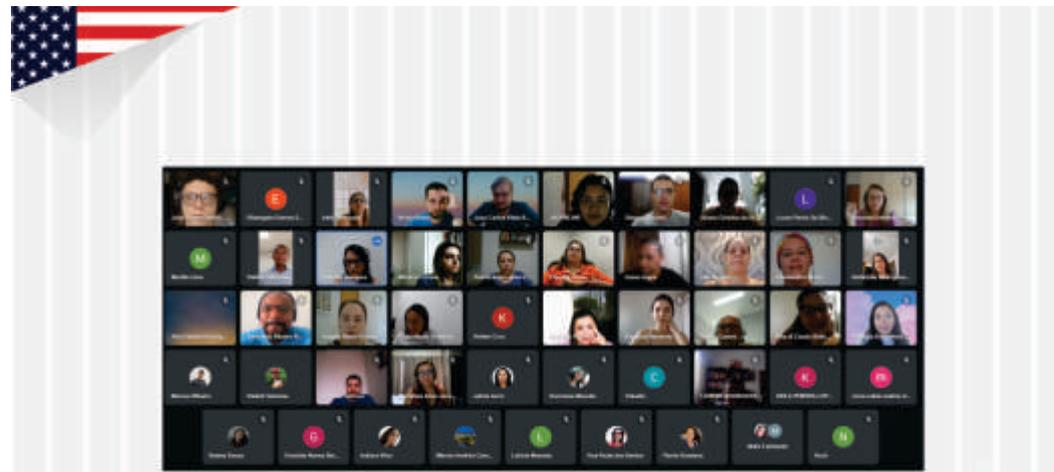
Elaboração de **sentenças** Parte II

Visando apreender as ferramentas necessárias para aprimorar a redação de sentenças no Poder Judiciário Tocantinense, assessores(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) participaram, no período de 15 de março a 19 de maio, do curso Elaboração de Sentenças – Parte II. A capacitação, que contou com uma carga horária de 46 horas, foi ministrada presencialmente na Esmat pelos professores Daniel Tempiski Ferreira da Costa, Tiago Gagliano Pinto Alberto, Roberta Martins Soares Maciel Ismael e Joseane Aparecida Corrêa.

Coordenado pela juíza de Direito Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi, o curso foi dividido em três módulos com etapas teóricas e práticas. O primeiro módulo abordou a Elaboração de Sentença Criminal, o segundo Elaboração de Sentença Cível e o terceiro Linguagem Simples em Sentenças Judiciais.



INGLÊS NÍVEIS INTRODUTÓRIO, INTERMEDIÁRIO E AVANÇADO



A Esmat promoveu cursos de inglês em três níveis diferentes, sendo introdutório, intermediário e avançado. As atividades foram voltadas para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. Os cursos, que foram ministrados pela facilitadora Cláudia Regina Carreira Marques, visaram promover a aprendizagem de Língua Estrangeira Moderna nas quatro habilidades: falar, entender, ler e escrever, desenvolvendo a compreensão de valores sociais. Com uma carga horária de 60 horas, as capacitações contaram com exercícios de aprendizagem realizados totalmente à distância.

O curso de inglês Avançado para a turma I foi desenvolvido no período de 2 de março a 20 de junho. Posteriormente, para a turma II, no período de 15 de agosto a 15 de dezembro. A turma de inglês introdutório ocorreu no período de 13 de março a 18 de setembro e para a turma de inglês básico no período de 11 de setembro a 11 de dezembro. Por fim, a turma de inglês intermediário teve suas aulas realizadas no período de 2 de março a 20 de junho.



PRODUÇÃO DE VÍDEOS EDUCACIONAIS

A Esmat realizou no período de 28 de março a 12 de dezembro de 2023, o curso Produção e Gravação de VideoAulas, que teve como objetivo conhecer e aplicar técnicas para gravação de aulas ao vivo e gravadas para atividades educacionais à distância. Ao todo foram ofertadas 120 vagas para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e servidores(as) dos Órgãos Parceiros da Esmat. O curso visou oportunizar conhecer teoria e prática, o como fazer, ou seja, como produzir material didático audiovisual que enriquecerá as aulas e facilitará a aprendizagem.

ESMAT PROMOVE CAPACITAÇÃO DO PROTOCOLO BRASILEIRO DE ENTREVISTA FORENSE (PBEF) VISANDO FORTALECER A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES – TURMAS I E II

A Capacitação do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (PBEF) – 2023 – Turmas I e II, promovida pela Esmat, foi realizada no período de 27 de abril a 10 de julho (turma I) e 21 de setembro a 10 de dezembro (turma II). O curso visou aprimorar a atuação teórica e prática nas audiências de depoimento especial de crianças e de adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais, utilizando o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (PBEF). A capacitação, que contou com um total de 60 vagas, foi direcionada aos(as) profissionais credenciados(as) com atuação nas comarcas e responsáveis técnicos(as) vinculados(as) ao Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares (GGEM), encarregados(as) de aplicar o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (PBEF).

A carga horária total do curso foi de 120 horas-aula, e a modalidade adotada foi o Ensino à Distância (EaD), com as aulas ministradas por meio da Plataforma Google Meet e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat. A facilitação das atividades de aprendizagem foi conduzida pelos facilitadores Simony Freitas de Melo e Gidair Lopes dos Santos.



SERVIDORES(AS) APERFEIÇOAM TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS

Em busca do aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de documentos oficiais, com vista ao aperfeiçoamento da linguagem escrita de forma eminentemente prática, servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense participaram, nos meses de março e abril, do curso Elaboração de Documentos Oficiais – Turma II. Com carga horária de 30 horas, a capacitação foi ministrada à distância pela facilitadora Sibeletícia Rodrigues de Oliveira Biazotto.



ELABORAÇÃO DE MINUTAS DE EMENTAS APRIMORA O TRABALHO DOS(AS) ASSESSORES(AS) JURÍDICOS(AS) NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O curso Elaboração de Minutas de Ementas, realizado pela Esmat, no período de 18 de abril a 2 de junho, teve como objetivo fornecer aos(as) inscritos(as) do Tribunal de Justiça conhecimentos especializados para elaborar minutas de ementas jurisprudenciais de forma padronizada, clara e precisa. Destinado aos(as) assessores(as) jurídicos(as) responsáveis pela elaboração de minutas e/ou decisões judiciais do Tribunal de Justiça, o curso abordou a importância das ementas jurisprudenciais no sistema de precedentes obrigatórios. O foco principal foi destacar sua função e relevância na jurisprudência, além de proporcionar técnicas para criar minutas com termos recuperáveis, garantindo a consistência e a eficiência das decisões.





Realizado nos anos de 2023 e 2024 a Capacitação para Atuação no Programa Tempo de Despertar teve como objetivo capacitar os(as) profissionais das equipes técnicas do Grupo Gestor de Equipes multidisciplinares quanto à compreensão, manejo e prática de grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Destinado a servidores(as) e profissionais graduados(as) em Psicologia, Serviço Social e/ou Pedagogia, credenciados(as) e/ou com atuação no Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares do Poder Judiciário Tocantinense, Ministério Público do Estado do Tocantins e Defensoria Pública do Estado do Tocantins, a capacitação contou com uma carga horária de 80 horas-aula e foi realizada na modalidade EaD, por meio da Plataforma *Google Meet* e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat.

Durante o curso foram debatidos temas como: Trajetórias, Conquistas e Limitações dos Direitos das Mulheres na Legislação; Teorias sobre a Violência Doméstica e



DES PERTAR

Familiar Contra a Mulher; Teorias de Grupos como suporte para o Trabalho com Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher; Atendimento Integral à mulher; Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência: Metodologia e Vivências Grupais. Ao todo, foram capacitados 88 profissionais.

SOBRE O PROGRAMA

O Programa Tempo de Despertar é uma estratégia do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins que visa enfrentar a violência contra a mulher, em conformidade com a Política Nacional, para o enfrentamento desse grave problema, estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça. A proposta é reduzir a reincidência do ato cometido entre aqueles(as) que já chegaram ao sistema judicial, construindo uma cultura de paz e transformando os aspectos sociais e culturais que sustentam comportamentos violentos nas relações interpessoais, principalmente nos espaços domésticos.

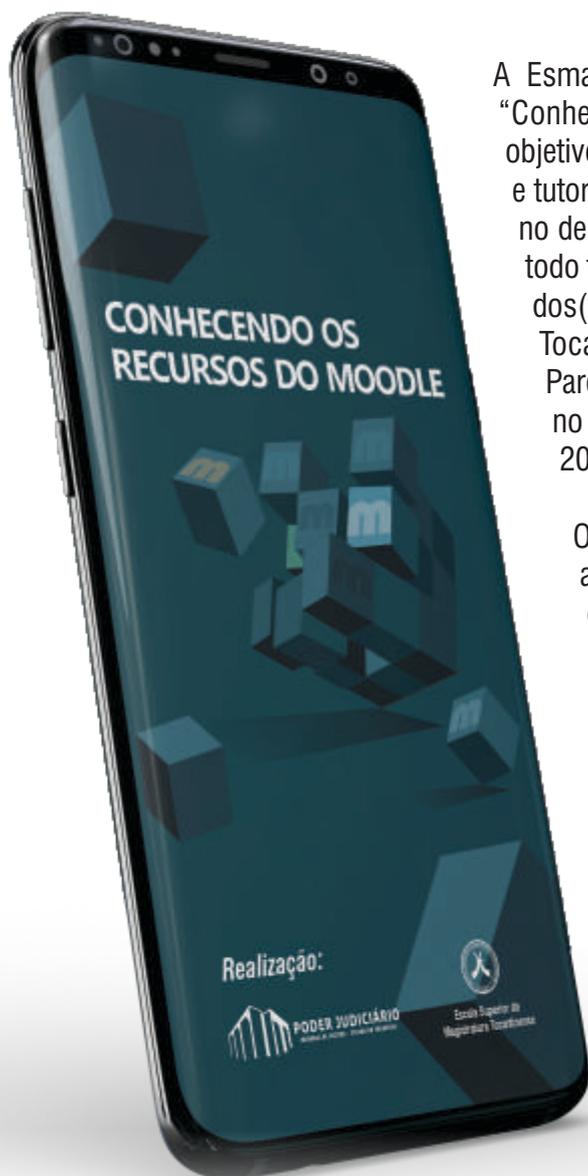
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL FOCA NA GESTÃO DAS EMOÇÕES - TURMAS I, II E III



As Turmas I, II e III do curso Inteligência Emocional – Gestão das Emoções – foram desenvolvidas ao longo de 2023, sendo ministradas pelo facilitador Rudiney Moreira e destinadas aos(as) servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense, com o objetivo de orientar e capacitar os(as) participantes no desenvolvimento de recursos para lidarem de forma mais eficaz e consistente com suas emoções e sentimentos no ambiente de trabalho.

A iniciativa visou fortalecer o desenvolvimento pessoal e profissional dos(as) matriculados(as), contribuindo para um Judiciário mais equilibrado e eficiente, que possa enfrentar os desafios com mais sucesso e bem-estar. O curso teve uma carga horária total de 19 horas para cada turma. As atividades da turma I ocorreram no período de 24 de abril a 22 de maio, para a turma II entre 13 e 30 de junho, e para a turma III, entre 20 de setembro e 9 de outubro.

“CONHECENDO OS RECURSOS DO MOODLE”



A Esmat desenvolveu o curso autoinstrucional “Conhecendo os recursos do Moodle”, cujo objetivo foi capacitar coordenadores, professores e tutores para aproveitar os recursos do Moodle no desenvolvimento dos cursos à distância. Ao todo foram ofertadas 120 vagas para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e servidores(as) dos Órgãos Parceiros da Esmat. O curso ficou disponível no período de 20 de abril a 27 de setembro de 2023.

O curso ficou disponível no período de 20 de abril a 27 de setembro de 2023 e contou com videoaulas gravadas, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat, pelo mestre em Modelagem Computacional de Sistemas, Bruno Odate Tavares, que é especialista em Análise de Sistemas e em Gestão Judiciária. Graduado em Processamento de Dados com experiência na área de Tecnologia da Informação; Suporte a Usuários; Administração de Redes; Tecnologias em Educação à Distância; Formado em Inglês pela American School of Languages.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CEJUSC – TURMAS I, II E III



A Esmat desenvolveu ao longo de 2023, três turmas do curso Educação Financeira para Consumidores – Minhas Contas em Dia. O objetivo do projeto foi oferecer educação financeira e orientação psicossocial sobre consumo e formas de tratamento ao superendividamento, para auxiliar na repactuação de dívidas de consumidores nessa situação, conforme estabelecido pela Lei nº 14.181, de 2021, que alterou o Código de Defesa do Consumidor.

Ao todo, foram vagas para consumidores(as) em situação de superendividamento com atendimento pré-processual protocolado no Sistema Eproc nos Cejuscs, Cejusc Ulbra. Os cursos ocorreram para a turma I no período de 3 de maio a 16 de junho, para a turma II no período de 31 de agosto a 10 de outubro, e para a turma III no período de 9 de novembro a 7 de dezembro.

CONTRAMEDIDAS DE VIGILÂNCIA TÉCNICA



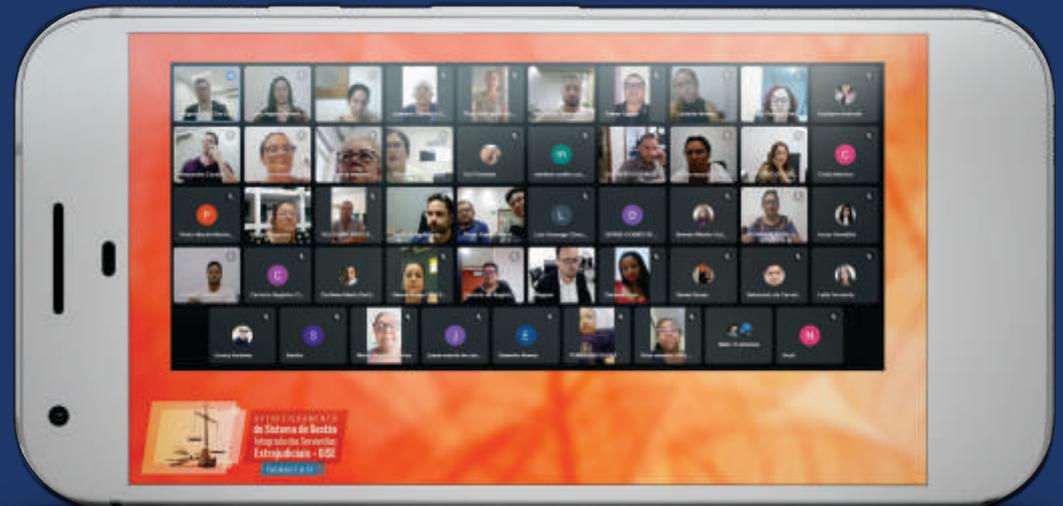
O curso Contramedidas de Vigilância Técnica, realizado nos dias 23, 24 e 25 de maio, teve como objetivo capacitar os(as) profissionais do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins a adotarem medidas eficazes de contramedidas de vigilância técnica. A capacitação visou proporcionar aos(as) participantes as habilidades necessárias para proteger informações sensíveis, atualizar seus conhecimentos tecnológicos, cumprir a legislação pertinente e prevenir possíveis ataques cibernéticos. Com um total de 20 vagas disponíveis, o curso foi realizado de forma presencial nas dependências da Esmat.

Contando com a presença dos professores Antonio Tavares dos Santos Neto e Geraldo César de Deus Oliveira, os conteúdos programáticos incluíram temas como Legislação e Definições Correlatas a Contramedidas de Vigilância Técnica (CMVT); Protocolos de atendimento de demandas relacionadas à varredura de ambientes, conceitos essenciais de física e eletrônica aplicados à CMVT; Entendimento do Oscore Green (equipamento utilizado em contramedidas) e práticas de CMVT com o Oscore Green.

TURMAS I E II DO CURSO GISE SE APROFUNDAM NO MONITORAMENTO DE ATOS EXTRAJUDICIAIS NO TOCANTINS

As Turmas I e II do curso de Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão Integrada das Serventias Extrajudiciais (GISE) foram realizadas nos meses de maio e junho, promovendo um importante momento de aprendizado para os(as) delegatários(as) dos Cartórios Extrajudiciais do Estado do Tocantins.

O objetivo da capacitação foi utilizar o Sistema de Gestão Integrada das Serventias Extrajudiciais (GISE), levando em consideração as diversas mudanças e adaptações ocorridas nos últimos cinco anos. Aperfeiçoar o conhecimento sobre a ferramenta é essencial para melhorar sua aplicação no monitoramento dos atos praticados pelas serventias extrajudiciais do Estado. O curso foi ministrado pelo professor Wagner José dos Santos.



ESMAT REALIZA CURSO CREDENCIADO PELA ENFAM SOBRE TÉCNICAS DE PRODUÇÃO DA PROVA ORAL



A Esmat desenvolveu, no período de 10 a 12 de abril, o curso Técnicas de Produção da Prova Oral. A capacitação, que foi credenciada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), visou proporcionar aos(as) inscritos(as) um conjunto de métodos para obtenção de uma melhor colaboração dos(as) depoentes, de modo que essa ação venha incentivar a veracidade nas narrativas e possa assim detectar possíveis distorções da verdade inseridas no discurso testemunhal.



Com carga horária de 24 horas, o curso ofereceu 50 vagas para magistrados(as) e assessores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. As atividades foram ministradas pelos professores Carlos Mendes Rosa e Tiago Gagliano Pinto Alberto. Coordenada pelo juiz de direito, Wellington Magalhães, a capacitação foi dividida em dois módulos de aprendizagem, cujos temas foram focados nos Aspectos Psicológicos da Linguagem Verbal e Corporal e nas Técnicas de Compreensão de Prova Oral.

CURSO INTEGRA PSICANÁLISE E DIREITO PARA APRIMORAR A COMPREENSÃO JURÍDICA



O curso "Diálogo entre Psicanálise e Direito", realizado nos dias 24, 25 e 26 de maio, reuniu magistrados(as), assessores(as) jurídicos(as) e servidores(as) atuantes no Grupo de Gerenciamento das Equipes Multidisciplinares do Tribunal de Justiça. Com uma carga horária de 24 horas, o curso foi desenvolvido presencialmente na Esmat e teve como objetivo principal pensar e debater o Direito em sua atualidade, considerando uma perspectiva embasada na teoria psicanalítica. A proposta foi a de que essa abordagem contribuía para a solução de litígios, ampliando a compreensão e a percepção dos vínculos familiares e criminológicos nos processos em trâmite no Judiciário.

CURSO ÉTICA EM PESQUISA E PROJETOS NA PLATAFORMA BRASIL



O mês de maio e junho (29/5 a 22/6) foi marcado pelo desenvolvimento do curso Ética em Pesquisa e Elaboração de Projetos na Plataforma Brasil. A atividade, que reuniu estudantes, pesquisadores(as), professores(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, teve como objetivo capacitar os(as) participantes sobre o uso da Plataforma Brasil e o desenvolvimento de projetos de pesquisa, em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Com uma carga horária de certificação de 24 horas, as atividades foram realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem e na Plataforma *Google Meet*. Dividido em oito temas centrais, o curso contou com a presença dos facilitadores Laís Alves de Souza Bonilha, Raisa Breda Toso Sfalsini, Matheus Morbeck Zica, Heitor Alberto Stahnke, Luis Fernando Castagnino Sesti e Marcela Santa Cruz.

MINDFULNESS PARA O AUTOCUIDADO – TURMAS I E II



O curso "Mindfulness para o Autocuidado – Turmas I e II" –, realizado no período de 11 de maio a 6 de julho para a primeira turma e entre 10 de agosto a 29 de setembro de 2023 para a segunda, teve como objetivo promover a saúde integral e o bem-estar dos(as) magistrados(as), servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e profissionais da Saúde. Essa iniciativa visou especialmente cuidar da saúde mental e contribuir para a melhoria das atividades e serviços jurisdicionais.

Ao longo de 8 encontros, com carga horária de 16 horas, os(as) participantes tiveram a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e técnicas relacionados à promoção da saúde mental e prevenção de adoecimento mental. As sessões foram ministradas pela professora Lucilene Prado e Silva, especialista no tema.

CURSO AUTOINSTRUCIONAL RECURSOS DINÂMICOS E CRIATIVOS EM SALA DE AULA

A Esmat desenvolveu o curso autoinstrucional "Recursos dinâmicos e criativos em sala de aula", que teve como objetivo conhecer e aplicar recursos que podem tornar as aulas dos cursos na modalidade a distância de alto nível, mais dinâmicos e criativos. Ao todo foram sendo ofertadas 120 vagas para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e servidores(as) dos Órgãos Parceiros da Esmat.

A capacitação ocorreu no período de 16 de maio a 20 de setembro. Com coordenação da doutora e mestre em Educação, Valdirene Cássia da Silva, a capacitação contou com uma carga horária de 30 horas e foi desenvolvida a partir de videoaulas gravadas da facilitadora Lidiane dos Santos Silva no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat.



ESMAT REALIZA CURSO SOBRE A PRÁTICA DE ELABORAÇÃO DE ESTUDO PERLIMINAR, DOD E TERMO DE REFERÊNCIA

A Esmat realizou, no mês de maio (5 a 25/5), o curso de Prática de Elaboração de Estudo Preliminar, Documento de Oficialização da Demanda, Termo de Referência, com base na nova Lei de Licitação nº 14.133, de 2021. A capacitação teve como objetivo orientar e capacitar os(as) servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense na adaptação dos mecanismos licitatórios e contratuais às exigências da atualidade. Com carga horária de 30 horas, o curso ocorreu em modalidade híbrida.

Após três *webaulas*, a capacitação contou com um último encontro presencial para Análise dos artefatos de contratação de outros órgãos e entidades, e Análise dos artefatos produzidos. O pós-graduado em Redes de Computadores, Sandro Tomazele de Oliveira Lima, ficou responsável por ministrar as atividades. Estavam entre os objetivos específicos do curso: melhora da qualidade e eficiência dos serviços administrativos oferecidos pelas unidades administrativas do Poder Judiciário; aperfeiçoamento da sistematização, tratamento das informações e análise de dados voltados para o processo de contratação e licitação; aplicação prática do processo de elaboração dos estudos técnicos preliminares obrigatórios; compreensão das recomendações da Lei nº 14.133, de 2021, aplicando-as à elaboração de termo de referência para a contratação de serviços.



CURSO AUTOINSTRUCIONAL SOBRE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO EM EAD

O curso “Material didático na EaD: princípios e processo de produção”, realizado no período de 16 de maio a 20 de setembro, de forma autoinstrucional, teve como objetivo apresentar os princípios básicos da produção de materiais didáticos para a modalidade à distância. Destinado a servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense e servidores(as) dos órgãos parceiros da Esmat, o curso teve carga horária de 30 horas e foi realizado totalmente à distância, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Escola.

Coordenado pela doutora e mestra em educação, Valdirene Cássia da Silva, as atividades foram desenvolvidas a partir de videoaulas gravadas pela mestra em linguística portuguesa, Marcela Santa Cruz. Estavam entre os objetivos específicos do curso os Princípios básicos da produção de materiais didáticos para uso na modalidade de ensino e aprendizagem à distância; Produção dos materiais didáticos para a educação à distância.

CURSO DE TEORIA E PRÁTICA SOBRE A DOSIMETRIA DA PENA



Iniciada em 31 de maio e finalizada em 2 de junho, o curso Teoria e Prática sobre a Dosimetria da Pena contou com a participação de magistrados(as) e assessores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. A capacitação, ministrada pelo juiz Thales Flores Taipina, visou aprofundar os conhecimentos sobre a construção e fundamentação da sentença penal condenatória.

Coordenado pelo juiz de direito, titular na 4ª Vara Cível de Palmas, Jocy Gomes de Almeida, o curso tinha entre seus objetivos específicos: compreender o sistema principiológico do processo penal, que conduz o feito à sentença de mérito; transmitir a compreensão acerca da importância da fundamentação para a correta dosimetria penalógica; transmitir a essência do Sistema Trifásico para a correta dosimetria da pena; transmitir a essência do Sistema Trifásico da Pena de Multa para a sua correta dosagem em proporção à pena privativa de liberdade; transmitir os requisitos necessários para a correta fixação do regime prisional preambular e a sua compatibilidade com a prisão cautelar.

APERFEIÇOAMENTO DA ABORDAGEM NO ACOLHIMENTO E ESCUTA CLÍNICA

Foi realizado, no dia 12 de junho, o curso de Aperfeiçoamento da Abordagem no Acolhimento e Escuta Clínica, na Esmat. A ação, que ocorreu de forma presencial, teve como objetivo capacitar os(as) integrantes da equipe técnica do Núcleo de Acolhimento e Acompanhamento Psicossocial (NAPSI), do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, a lidarem de forma mais efetiva e humanizada com situações de assédio laboral. Com o intuito de promover uma recuperação emocional mais eficaz para as vítimas de assédio e contribuir para um ambiente de trabalho mais saudável e justo, o curso abordou o tema "Assédios, discriminações e suas consequências para a saúde física e psíquica dos(as) trabalhadores(as), principalmente no âmbito do Poder Judiciário".

O responsável por ministrar as discussões foi o professor Roberto Heloani. Durante a ação, foram abordados diversos conteúdos relevantes, como as consequências do assédio moral sob as perspectivas jurídica, psicológica e médica, a construção de provas nos casos de assédio e a maneira como a Justiça e outros espaços do Poder Público têm tratado as denúncias de assédio moral.



CURSO TEORIA E PRÁTICA NOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS CÍVEIS, CRIMINAIS E DA FAZENDA PÚBLICA

Realizado nos dias 27, 28 e 29 do mês de junho, o curso Teoria e Prática nos Juizados Especiais Estaduais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública, promovido pela Esmat, foi ministrado pelo juiz de direito Maurício Ferreira Cunha, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG). Com uma carga horária total de 23 horas, o curso teve como público-alvo magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense.

Dividido em quatro módulos de aprendizagem, a capacitação teve como objetivo aplicar os princípios e as regras dos Juizados Especiais nas atividades judicantes e nos serviços de Secretaria, em conformidade com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Maurício é doutor em Direito Processual (PUC/MINAS). Bolsista Capes (Doutorado Sanduíche) na Universidade Nova de Lisboa. Mestre em Direito Processual Civil (PUC/CAMPINAS). Coordenador dos Juizados Especiais de Poços de Caldas.



USABILIDADE E ALIMENTAÇÃO DOS DADOS CRIMINAIS NO SISTEMA E-PROC

Em agosto de 2023, visando orientar servidores(as) e magistrados(as) da 1ª Instância quanto à usabilidade e alimentação do menu Dados Criminais, no Sistema e-Proc Nacional, a Esmat ofertou o curso autoinstrucional sobre a Usabilidade e Alimentação dos Dados Criminais no Sistema e-Proc.

A alimentação dos dados criminais no Sistema Eproc é fundamental para o bom andamento do processo criminal, e deve ser feita com rigor e precisão, seguindo todas as normas e todos os procedimentos estabelecidos pelos órgãos competentes. Nesse sentido, foram disponibilizadas 500 vagas para os(as) interessados(as) em participar da capacitação, que contaram com videoaulas gravadas pela assessora jurídica de 1ª Instância e advogada, Pamela da Rocha Pires Ferreira.

O Sistema e-Proc Nacional é o sistema processual eletrônico desenvolvido para tramitação de processos e por se tornar um sistema consolidado, permite agilidade às funcionalidades disponibilizadas aos usuários, além de representar economia para a gestão pública e sustentabilidade, pois dispensa o uso de papel e de insumos para a impressão, na busca da melhoria contínua dos serviços oferecidos ao jurisdicionado.

A alimentação dos dados criminais no sistema e-Proc deve ser feita de forma precisa e completa, incluindo informações sobre o delito cometido, a data e o local do crime, a identificação do autor ou suspeito, além de outras informações relevantes para a investigação e o processo criminal.

ESMAT OFERTA CURSO SOBRE SEGURANÇA ORGÂNICA (SEGOR)

O curso Segurança Orgânica (SEGOR), que teve uma carga horária de 44 horas, foi realizado de forma presencial na Esmat, durante o período de 3 a 7 de julho. O objetivo da capacitação foi preparar os(as) servidores(as) que atuam ou possuem atribuições relacionadas à área de Segurança Institucional do Poder Judiciário Tocantinense, assim como os(as) servidores(as) de órgãos parceiros. A capacitação abordou funções e tarefas relacionadas à Segurança Orgânica, com ênfase em medidas voltadas para a segurança de áreas e instalações.

Foram utilizadas metodologias de análise de riscos e exercícios práticos relacionados às técnicas ministradas, culminando na elaboração de um Plano de Segurança Orgânica. O curso contou com a presença dos professores Waldicharbel Gomes Moreira, André Valdevino, Layla Maria de Sousa Santos, Giotto Venturini Júnior, Thaiza Cardoso Guerino e Rondinei Alves Ribeiro.



PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO

A Esmat desenvolveu, no período de 20 de junho a 7 de julho, o curso Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero no Âmbito do Poder Judiciário. Com uma carga horária de 25 horas, o curso ofereceu um total de 100 vagas e teve como público-alvo magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense. O principal objetivo do projeto foi capacitar os(as) inscritos(as) para aplicar o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero, promovendo uma análise sensível e imparcial dos casos jurídicos. Por meio dessa abordagem, foram consideradas as desigualdades de gênero existentes e buscadas a garantia dos direitos e a equidade no processo de julgamento.

Desenvolvido pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem da Esmat (AVA), o curso foi ministrado pelos juízes Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira, Renata do Nascimento e Silva, Esmar Custódio Vêncio Filho, Arióstenis Guimarães Vieira, e pelo mestre Jossanner Nery Nogueira Lima.

O curso teve como objetivo preparar os(as) participantes para lidar de forma sensível e imparcial com casos que envolvem direitos das mulheres. Isso inclui temas como violência doméstica, discriminação de gênero, assédio sexual, direitos reprodutivos e outras questões que impactam diretamente a vida das mulheres. Ao aplicar o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero, o objetivo visa assegurar proteção e justiça para as mulheres que recorrem ao Sistema Judiciário.

CURSO DIREÇÃO DEFENSIVA E EVASIVA - TURMAS I E II

O curso Direção Defensiva e Evasiva – Turmas I (29 e 30/8) e II (31/8 e 1º/9) foi desenvolvido com o objetivo de aprimorar as habilidades dos(as) participantes na condução responsável em situações defensivas e evasivas. A cerimônia de abertura da Turma I, no dia 29 de agosto de 2023, contou com a presença do juiz José Ribamar Mendes Júnior, coordenador da capacitação, que compartilhou suas perspectivas sobre a importância deste curso para o Poder Judiciário Tocantinense.

A atividade, que se estendeu com aulas teóricas na Esmat e aulas práticas no Kartódromo de Palmas nos últimos dias de agosto, teve como premissa fornecer habilidades específicas para enfrentar situações desafiadoras no trânsito, buscando reduzir o risco de acidentes e de sinistros, além de promover uma condução mais segura e responsável.



ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: METODOLOGIAS, DESAFIOS E GARANTIA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA



Desenvolvido à distância, no período de 10 de agosto a 20 de outubro, o curso Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes: metodologias, desafios e garantia da convivência familiar e comunitária contou com a presença de servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense, conselheiros(as) tutelares e servidores(as) dos Órgãos Parceiros da Esmat que atuam na Rede de Serviço de Acolhimento do Estado do Tocantins.

Foram 80 horas de carga horária, tendo como objetivo capacitar os(as) participantes, com vista ao desenvolvimento de apropriação teórica, legal, parâmetros metodológicos e de funcionamento do Programa de Acolhimento Institucional e Familiar. Ivan Ferreira da Silva e Elma Alves Garcia Lopes foram os responsáveis por ministrar as atividades do curso.

CAPACITAÇÃO EM HETEROIDENTIFICAÇÃO PROMOVE REFLEXÕES SOBRE DIMENSÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS DO RACISMO

A capacitação para formar membros da Comissão Permanente de Heteroidentificação do Poder Judiciário Tocantinense avançou, no período de 29 de agosto a 1º de setembro, com foco direcionado às políticas de igualdade racial. As atividades ocorreram presencialmente nas instalações da Esmat, em uma iniciativa que busca preparar os(as) participantes para conduzirem o processo de heteroidentificação de forma ética, imparcial e respeitosa.

A equipe de professores foi composta por Solange Aparecida do Nascimento, George França dos Santos e Ana Paula dos Santos. Sob a Coordenação da juíza de direito Renata do Nascimento e Silva, a ação se alinha à Resolução nº 478 do Conselho Nacional de Justiça, de 2022.

Nesse sentido, a professora Solange do Nascimento enfatizou a importância do curso para a formação dos membros do Judiciário em relação à ampliação das políticas de cotas. "Esse curso é de extrema necessidade para a formação do corpo do Judiciário por conta da ampliação da política de cotas como tem se dado nos últimos anos, principalmente no que se refere aos concursos públicos e para que as pessoas se apropriem dos conceitos e negociações em relação à questão de racismo", comentou.

O professor George França dos Santos também apresentou sua visão sobre a relevância da capacitação. "Este é um curso importante porque se fazem estudos e reflexões sobre a questão das ações afirmativas nas instituições públicas e como estas ações podem ser aplicadas com eficácia. Há certa tendência de essas ações afirmativas se fortalecerem cada vez mais nos próximos anos. Então, é importante que as instituições públicas do Tocantins vejam isso com seriedade, criem suas equipes e façam seus trabalhos com dinamismo", explicou.

Ministrada também pela professora Ana Paula dos Santos, a especialista ressaltou a dimensão da heteroidentificação como garantia das políticas públicas e combate ao racismo estrutural. "A gente considera o ato da heteroidentificação um ponto fundamental para a garantia das políticas públicas, para além da reserva de vagas, para

além do entendimento e letramento racial. A heteroidentificação é uma ação lá no final da atividade de concurso como, por exemplo, a de garantir que a lei seja cumprida, porque durante os processos de autodeclaração ainda pode haver algum tipo de equívoco, nem sempre de má-fé, mas de algo que se busca, e isso pode ser sanado lá no final, por isso a importância de capacitar servidores(as) que irão atuar provavelmente em concursos", disse Ana.



SEMANA DE SENSIBILIZAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS

Foi realizada, entre os dias 31 de julho e 4 de agosto de 2023, a Semana de Sensibilização da Justiça Restaurativa nas escolas, que se dividiu em uma formação na sede da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) no dia 31 de julho, e nas escolas: Estadual Frederico José Pedreira Neto, de Ensino Médio Castro Alves, e Estadual Girassol de Tempo Integral Rachel de Queiroz, entre os dias 1º e 4 de agosto. Com o objetivo de difundir os fundamentos da Justiça Restaurativa, seus princípios e valores, e a vivência da prática do processo circular.

No período de 14 de setembro a 27 de outubro, a Esmat desenvolveu um curso teórico voltado para a temática de Justiça Restaurativa nas escolas. A capacitação, que contou com 30 horas de carga horária, trabalhou com a aplicação dos princípios e valores da Justiça Restaurativa, desenvolvendo-os a partir das dimensões do conflito relacional, institucional e social. As atividades foram ministradas pelos professores Lia Diskin, Alexandre Takaschima, Marcelo Nalesso Salmaso, Egberto de Almeida Penido, Jurema Carolina da Silveira Gomes, Sabrina Paroli, Adoniram Pereira Ramos, Taynã Nunes Quixabeira e Eliene Diniz da Silva.



AUTOCONHECIMENTO no trabalho Turma 1 e Turma 2

Com o objetivo de desenvolver nos(as) alunos(as) competências emocionais favorecendo as relações interpessoais, o exercício da liderança e a qualidade de vida, a Esmat realizou duas turmas do curso Autoconhecimento no Trabalho. Sendo 50 vagas para cada turma, as atividades ocorreram para a Turma 1, no período de 15 de agosto a 20 de outubro, e para a Turma 2, de 17 de agosto a 25 de outubro. O professor André Barreto Prudente foi o responsável por conduzir o curso.

Com carga horária de 40 horas, participaram de forma presencial da capacitação magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. André é mestre em Psicologia, na Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto/SP, e atua há mais de 20 anos como psicoterapeuta de crianças, adolescentes e adultos, realizando atendimentos individuais e em grupo baseados na abordagem terapêutico-educativa desenvolvida por ele mesmo, chamada Psicoterapia Integrativa do Eneagrama.



GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS TERCEIRIZADOS

A Esmat concluiu em agosto de 2023 (15 a 30/8), o curso de "Gestão e Fiscalização de Contratos Terceirizados". Sob a instrução da facilitadora Flaviana Paim, os(as) participantes exploraram os "Aspectos práticos e operacionais da fiscalização administrativa de contratos" e "Análise documental: o que deve ser verificado nos documentos solicitados pela Fiscalização de Contratos".

A capacitação contou também com os facilitadores Gustavo Cauduro Hermes, Henrique Malaquias Xavier e Andrea Morais Hermes. Participaram do curso servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, tendo como objetivo orientar e capacitar os(as) inscrites(as) a fornecerem subsídios para otimização do controle relativo ao acompanhamento dos contratos, proporcionando-lhes uma base teórica, legal e jurisprudencial sobre a Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, bem como promover a qualificação para atuarem no exercício de atividades relacionadas às Licitações e Contratos.



ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA



As atividades do curso "Elaboração e Análise de Planilha de Custos e Formação de Preços para Contratação de Serviços em Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra" foram concluídas com sucesso no mês de agosto (2 a 10/8). Ministrado pela contadora e advogada Flaviana Vieira Paim, o curso disponibilizou 30 vagas para servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e contou com uma carga horária de 20 horas. A ação teve como objetivo principal orientar e capacitar os(as) inscrites(as) na elaboração do orçamento estimado para contratação de serviços terceirizados, garantindo uma dedicação exclusiva de mão de obra.

COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA PRÁTICA

Realizado em 25 de setembro, o curso Comunicação Estratégica e Inteligência Emocional da Prática disponibilizou 200 vagas para servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense. Ministrada pelo facilitador Roberto Souza de Moraes, a capacitação abordou alguns aspectos da comunicação nas organizações e como usar a comunicação para melhoria do ambiente organizacional.

Desenvolvido pela Esmat, na modalidade à distância, o curso visou promover a capacitação dos(as) participantes, contribuindo para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, qualidade dos serviços prestados pelo Poder Judiciário Tocantinense e prestígio aos princípios constitucionais de eficiência e eficácia, por meio de uma comunicação clara, transparente, eficiente, subsidiada pelo desenvolvimento da inteligência emocional na prática.



TOMADA DE DECISÃO E TECNOLOGIA

A Esmat realizou, no período de 3 de agosto a 12 de setembro, as atividades do curso Tomada de Decisão e Tecnologia. A capacitação, credenciada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), trouxe insights fundamentais sobre as interfaces cérebro-máquina, inteligência artificial e sua relação com o neurodireito.

Voltado para magistrados e magistradas do Poder Judiciário Tocantinense e de outros estados, o curso teve como objetivo fornecer uma compreensão abrangente das descobertas e propostas das neurociências, explorando as implicações na tomada de decisão no âmbito jurídico.

Com uma carga horária de 40 horas e na modalidade presencial, a capacitação ocorreu nas instalações da Esmat. A capacitação contou com a presença dos professores Léo Peruzzo Júnior, Murilo Karasinski, Solange Mata Machado, Rosivaldo Toscano dos Santos Júnior, Tiago Gagliano Pinto Alberto e José Eustáquio de Melo Júnior.

CONTRATAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS DE TIC CONFORME A RESOLUÇÃO Nº 468 DO CNJ, DE 2022



Ocorreu, nos dias 25 e 26 de setembro de 2023, o curso Contratações de Bens e Serviços de TIC, conforme a Resolução nº 468 do CNJ, de 2022. Desenvolvido pela Esmat, a ação visou permitir que os(as) gestores(as) do órgão envolvido nas três fases do macroprocesso de contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação atuem em conformidade com os ditames da Lei nº 14.133, de 2021, especialmente com o que determina a Resolução nº 468 do CNJ, de 2022, considerando as peculiaridades de tais objetos contratuais.

Ministrado pelo facilitador Paulo José Ribeiro Alves, servidor de carreira do Superior Tribunal de Justiça e titular da unidade de Auditoria Operacional e de Governança do Conselho da Justiça Federal, a capacitação contou com uma carga horária de 16 horas e disponibilizou 35 vagas para servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. Durante as atividades foram abordados temas como: Resolução CNJ n. 468/2022 (Âmbito de aplicação); Estratégia das Contratações; Fase de Planejamento das Contratações; Fase de Seleção do Fornecedor; Fase de Execução Contratual.

CRENCIAMENTO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Objetivando-se capacitar os(as) servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense para entender e aplicar as novas regras e procedimentos estabelecidos pela nova Lei de Licitações e Contratos quanto à transparência e a eficiência do credenciamento nas contratações públicas na nova Lei, o curso Credenciamento na Nova Lei de Licitações e Contratos ocorreu nos dias 18 e 19 de setembro, de forma presencial nas instalações da Esmat.

Com carga horária de 16 horas, as atividades foram ministradas pelo advogado Paulo Roberto Teixeira, que durante as aulas abordou temas como: Aspectos Legais do Credenciamento; Admissibilidade do uso do Credenciamento; Contratações Diretas; Dispensa; Inexigibilidade; Amplo sentido de competição; Hipóteses de contratação pelo Credenciamento; Distribuição de Demanda do Credenciamento; Publicidade; Regulamentação da contratação pelo Credenciamento; Irregularidades da contratação por Credenciamento.



A capacitação, desenvolvida pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), ocorreu em modalidade híbrida (com aulas à distância e encontros presenciais) até o dia 31 de outubro. Foram 40 horas de carga horária, com as atividades sendo ministradas pela juíza de direito Cristiane Menezes Santos Barreto, do estado da Bahia. O curso visou desenvolver a aplicação de conhecimentos, habilidades e atitudes inerentes ao nível Practitioner em Programação Neurolinguística, por meio de seus conceitos e de ferramentas, de forma a influenciar positivamente na qualidade de vida dos(as) participantes, promovendo a habilidade de ter sucesso profissional e pessoal.



INOVAÇÃO E PENSAMENTO DE DESIGNS MULTIPLICADORES

Em 2023, a Esmat realizou no período de 4 de setembro a 6 de novembro, o curso Inovação e Pensamento de Desigs Multiplicadores. Ministrado pela pós-doutora em Neurociência, Solange Mata Machado, a capacitação contou com a presença de Magistrados(as) e Servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. O curso teve como objetivo capacitar os inscritos sobre conceitos inovação e o pensamento do design e treinar multiplicadores da equipe do primeiro semestre e estimular os participantes a pensarem sobre como a inovação transformacional pode aumentar os resultados e romper os desafios trazidos pelas novas tecnologias no Poder Judiciário.



TEORIA E PRÁTICA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NO BRASIL

A Esmat desenvolveu com sucesso, nos dias 4 e 5 de setembro, o curso Teoria e Prática dos Precedentes Judiciais no Brasil. A capacitação, destinada a magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, foi realizada de forma presencial, com duração de 16 horas-aula.

Com um total de 60 inscritos(as), o objetivo do curso foi aprofundar o estudo teórico e prático do modelo de precedentes fortalecido pelo Código de Processo Civil, de 2015, bem como relacionar as atividades decorrentes desse modelo com a racionalização de julgamentos, a definitividade e o ganho em eficiência na atividade jurisdicional. Dentre os tópicos abordados, houveram atividades visando analisar o papel do Poder Judiciário e a possibilidade de suas decisões possuírem efeitos além do processo, Precedentes judiciais e o papel dos tribunais, diferença entre precedente e jurisprudência: aspectos práticos, entre outros.



LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS DE ACORDO COM A LEI N° 14.133, DE 2021



Destinado a servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) realizou, no período de 27 de setembro a 17 de outubro, as atividades do curso de Licitações e Contratações Sustentáveis, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021. Com uma carga horária de 30 horas, a capacitação ocorreu na modalidade à distância. O principal objetivo do curso foi capacitar os(as) participantes a compreenderem as mudanças trazidas pela Lei nº 14.133, de 2021, e aplicá-las no processo de licitação e contratação de bens, serviços e obras públicas. Ao longo da capacitação, foram ministradas seis *webaulas* pela facilitadora Luciana Stocco Betiol.

METODOLOGIA ESG

ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE NO SETOR PÚBLICO – TURMAS I E II



No período de 21 a 30 de setembro, ocorreram as atividades da Turma I do curso Metodologia ESG – Environmental, Social and Governance no Setor Público. Voltado para servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, a capacitação foi realizada de forma presencial nas instalações da Esmat. Ministradas pelo facilitador João Ornato Benigno Brito, as aulas da Turma II foram desenvolvidas no período de 6 a 24 de novembro.

Ambas as turmas contaram com uma parte mais prática em que tiveram de realizar um projeto-modelo e apresentá-lo ao facilitador. O curso visou promover o conhecimento e a aplicabilidade da metodologia ESG nas instituições públicas alinhados com os objetivos de Desenvolvimento Sustentável por meio de ações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), contribuindo para o desempenho sustentável e disseminação das melhores práticas de governança corporativa, no atual contexto de complexidades globais, incertezas e transformações tecnológicas em ritmo extraordinariamente acelerado.

A NOVA FRONTEIRA JUDICIÁRIA: ENTENDENDO A IA GENERATIVA E O CHATGPT – TURMAS I, II E III

O curso “A nova fronteira judiciária: entendendo a IA Generativa e o ChatGPT” destacou-se pelo sucesso e interesse coletivo da comunidade judiciária. Magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense participaram da capacitação. Os professores Ana Carla Bliacheriene e Luciano Vieira de Araújo Bliacheriene responsáveis por ministrar as atividades.

Nos dias 9 e 10, ocorreu a turma I; nos dias 25 e 26 de outubro ocorreu a turma II; e nos dias 6 e 7 de novembro ocorreu a turma III. O curso visou capacitar os(as) inscritos(as) sobre os conceitos, aplicações, limitações e implicações éticas e práticas do uso da Inteligência Artificial Generativa, com destaque para o ChatGPT, a fim de apoiar as atividades judiciais e a inovação e eficiência no Poder Judiciário Brasileiro. Durante as aulas foram discutidos temas como: Abordar os limites da Engenharia de Prompt e como superá-las; Exercitar casos de aplicação de uso das IAGs no TJTO; Desenvolver habilidades práticas para refinamento de consultas e apoio às atividades dos(as) magistrados(as) e servidores(as); Identificar oportunidades para o uso e a implementação de inovações com o uso de IAGs para o TJTO.

Com o objetivo de dar continuidade ao processo de formação sobre o uso prático da Inteligência Artificial Generativa, com destaque para o ChatGPT, tendo como finalidade o apoio às atividades judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), a Esmat desenvolveu nos dias 4 e 5 de dezembro três novas turmas – Etapa 2 – do curso A Nova Fronteira Judiciária: Entendendo a IA Generativa e o ChatGPT.



NOVA FRONTEIRA DO JUDICIÁRIO

A REVOLUÇÃO DA Inteligência Artificial Generativa

Para Desembargadores



A Inteligência Artificial está se tornando um assunto cada vez mais relevante e impactante em diversos setores da sociedade. Nesse contexto, a Esmat realizou um curso específico para a temática. Desta vez, a capacitação “A Nova Fronteira do Judiciário: A Revolução da Inteligência Artificial Generativa” contou com a presença de desembargadores(as) e assessores(as) do Poder Judiciário Tocantinense.

Dentre os assuntos abordados, foi apresentado o contexto histórico da Inteligência Artificial, marcado pela evolução tecnológica exponencial. No cenário jurídico brasileiro, sua aplicação oferece uma transformação significativa, levando em consideração as normativas pertinentes da conjuntura jurídica brasileira. Além disso, como parte de sua proposta de fomentar a educação e incentivo ao intercâmbio de conhecimentos, a Esmat disponibilizou vagas para o desembargador Elcio Sabo Mendes, o juiz Bruno Perrotta de Menezes e o servidor Breno Cavalcante do Nascimento, todos do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC).

A ação teve como objetivo principal atribuir uma compreensão abrangente sobre a Inteligência Artificial Generativa (IAG), fornecendo uma visão estratégica de como utilizar IAGs como suporte administrativo para otimização das rotinas dos gabinetes, auxílio na redação de relatórios e votos, verificação de pré-requisitos formais processuais e apoio para melhorar os resultados avaliados pelo CNJ nos indicadores administrativos. A capacitação teve uma carga horária de 12 horas, sendo que, com exceção da primeira aula realizada presencialmente na Escola, em 6 de novembro, as outras atividades foram conduzidas por meio de mentorias online até o dia 29 de novembro.



CURSO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E ATOS DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA



O curso Gestão e Fiscalização de Obras e Atos de Serviços de Engenharia foi realizado presencialmente nas instalações da Esmat, nos dias 23 e 24 de outubro de 2023, com os(as) servidores(as) do Poder Judiciário. Com carga horária de 16 horas-aula, o curso objetivou orientar e capacitar os(as) servidores(as) a atuarem no controle e na fiscalização de obras públicas e serviços de engenharia, abordando a atuação sistêmica na fiscalização e gestão de contratos de obras públicas, compras, serviços de natureza continuada, atas de adesão de serviços de engenharia e orientações técnicas e legais, de acordo com as Leis nº 8.666, de 1993, e nº 14.133, de 2021.

Durante o curso foram abordados temas como: Medições e Pagamentos; Subcontratação de serviços; Alterações Contratuais; Reequilíbrio econômico-financeiro; Noções sobre superfaturamento e sobrepreço; Prazos Contratuais; Reajustes contratuais; Recebimento da Obra; Gestão do Empreendimento após o Recebimento da Obra; Jurisprudência do TCU sobre o assunto; Regras da nova Lei de Licitações sobre a Fiscalização de Contratos. As aulas foram ministradas pelo engenheiro André Paconi Baeta, auditor federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, desde 2004.

FACILITAÇÃO GRÁFICA E VISUAL PARA REDESENHO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

O facilitador gráfico Rafael da Silva Rodrigues, conhecido como Sidan, ministrou presencialmente, nos dias 30 e 31 de outubro, a capacitação em facilitação gráfica e visual para redesenho de serviços públicos. Desenvolvido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), o curso contou com a presença de magis-trados(as) e de servidores(as) atuantes nos cargos de Gestão do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) ligados(as) diretamente à Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário Tocantinense.

A capacitação teve como objetivo aprimorar as atividades judiciais e administrativas do Poder Judiciário por meio da facilitação gráfica e visual no processo de redesenho de serviços públicos, resultando em soluções mais eficientes, centradas na comunicação dos(as) usuários(as) do sistema de justiça, bem como suas estruturas de comunicação internas. O curso abordou não somente a importância da inovação, mas também forneceu ferramentas práticas para a construção de uma cultura organizacional que estimule a criatividade, a colaboração e a busca contínua por soluções eficientes e alinhadas às demandas da sociedade.



CÁLCULOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS

No período de 30 de outubro a 28 de novembro, a Esmat desenvolveu o curso “Trabalhistas e Previdenciários”, com carga horária de 40 horas-aula de forma virtual. Voltado para servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, com atuação na Contadoria Judicial Unificada, a capacitação teve como objetivo fornecer conhecimentos e habilidades técnicas necessárias para realizar cálculos com precisão e de acordo com as normas e diretrizes legais, contribuindo para a justiça e equidade nos processos judiciais.

O curso foi conduzido pela facilitadora Elaine Cristina Sampaio Paixão. Após seis *webaulas*, a capacitação contou ainda com dois encontros presenciais para estudo de casos envolvendo cálculos previdenciários.



GESTÃO ESTRATÉGICA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GESI)

A Esmat desenvolveu em novembro o curso Gestão Estratégica de Segurança Institucional (GESI), que visou apresentar os aspectos de gestão estratégica de Segurança Institucional aplicados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO). Com disponibilidade de 30 vagas, o público-alvo foi voltado para integrantes do TJTO que atuam na área de Segurança Institucional e Inteligência, em funções de Direção, Gerência, Chefias, Assessorias de Segurança, Coordenadorias, assim como agentes, analistas e técnicos de Segurança e Inteligência.

O curso teve carga horária de 45 horas e foi realizado na modalidade EaD, no período de 6 de novembro e 7 de dezembro pela Plataforma Digital de Ensino da LOGOS – Inteligência e Planejamento Estratégico e pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da LOGOS.





CURSO FUNDAMENTOS DA SEGURANÇA INSTITUCIONAL NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense participaram, no dia 22 de novembro, do curso Fundamentos da Segurança Institucional. O curso foi ministrado na modalidade híbrida, sendo presencial no auditório do Tribunal de Justiça, com transmissão via web pelo canal da Esmat. Conduzido pelo doutor em Ciências Militares, Camel André de Godoy Farah, a ação teve como intuito apresentar aos participantes os aspectos fundamentais da Segurança Institucional, com visão sistêmica da Segurança no TJTO, debatendo a integração e a inter-relação dos diversos setores do Tribunal.

Durante as exposições, Camel apresentou aos(às) inscitos(as) os conceitos básicos ligados à segurança institucional, proporcionando uma visão teórica abrangente antes de se aprofundar nas questões mais práticas relacionadas à segurança. "O cenário atual da segurança institucional está passando por transformações significativas, em meio a uma série de mudanças no mundo. Essas transformações socioeconômicas, políticas e culturais têm impactos diretos na segurança. Diante desse ambiente em constante evolução, foi necessário revisar o modelo de segurança existente, surgindo o conceito de segurança institucional por volta de 2010", explicou o doutor.



E-PROC 2023: CUMPRIMENTO DE ATOS DE COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS E DISPONIBILIZAÇÃO DE SALA PARA AUDIÊNCIAS E OITIVAS DE TESTEMUNHAS PELOS SERVIÇOS NOTARIAIS - TURMAS I E II



Nos dias 20 e 21 de novembro, a Esmat realizou as turmas I e II, respectivamente, do curso E-Proc 2023: cumprimento de atos de comunicações processuais e disponibilização de sala para audiências e oitivas de testemunhas pelos serviços notariais. Com carga horária de 6 horas por turma, o curso foi ministrado pelos facilitadores Wagner José dos Santos, Juliane Silva Fernandes e Celma Barbosa Pereira.

A capacitação teve como público-alvo servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e servidores(as) das serventias extrajudiciais, e teve como objetivo capacitar os(as) responsáveis pelas Serventias Extrajudiciais a compreenderem os conceitos e as práticas relacionadas ao cumprimento de atos e comunicação processual que vão desde à regularidade cadastral, adesão, manuseio de sistema e prestação de contas, de modo que possam desempenhar suas atividades profissionais com segurança e eficiência, promovendo o conhecimento para o cumprimento de atos de comunicação processual no Poder Judiciário Tocantinense.

CURSO GESTÃO TRIBUTÁRIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

O curso Gestão Tributária de Contratos e Convênios: retenções e encargos incidentes na contratação de pessoas físicas e jurídicas (INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS E ISS) foi realizado nos dias 21, 22, 23 e 24 de novembro, via Google Meet, para servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense.

Com carga horária de 20 horas, a capacitação contou com a presença dos facilitadores Alexandre Marques Andrade Lemos e Gustavo Batista dos Reis. O curso visou capacitar os participantes a compreenderem e aplicarem os principais conceitos e técnicas relacionados à gestão tributária na elaboração, execução e fiscalização de contratos e convênios, analisando os impactos tributários e identificar as melhores práticas para garantir a correta incidência de impostos e contribuições em contratos e convênios, evitando erros e contingências fiscais.





Preservação da vida: estratégias de segurança

Visando qualificar e aprimorar magistrados(as) na aplicação com meios legais no uso de arma de fogo, observando as técnicas e táticas de tiro, bem como manutenção do armamento após seu uso, reduzindo assim os incidentes com armas de fogo, a Esmat realizou no dia 30 de novembro e 1º de dezembro de 2023, o curso Preservação da Vida: Estratégias de Segurança para as turmas I e II respectivamente.

Com carga-horária de 10 horas, as atividades do curso foram divididas em quatro módulos: Fundamentos de Tiro e regras de segurança; Princípios de funcionamento, nomenclatura e manutenção de armamento; Técnicas de saque, empunhadura e posicionamento de tiro; Disparos controlados em situações diversas. O curso foi ministrado pelos professores Guinomar Regino Dias Magalhães, Yurg Nolêto Coêlho, Danyllo Cordeiro de Macedo e Bruno Brito Mota.



Capacitação

SOBRE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE BUSCA PATRIMONIAL NA EXECUÇÃO

A Capacitação sobre Sistemas Eletrônicos de Busca Patrimonial na Execução ocorreu no dia 13 de dezembro, de forma presencial nas instalações da Esmat, com intuito de capacitar magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça do Estado Tocantins na gestão e operacionalização de sistemas para execução de cumprimento de sentenças.

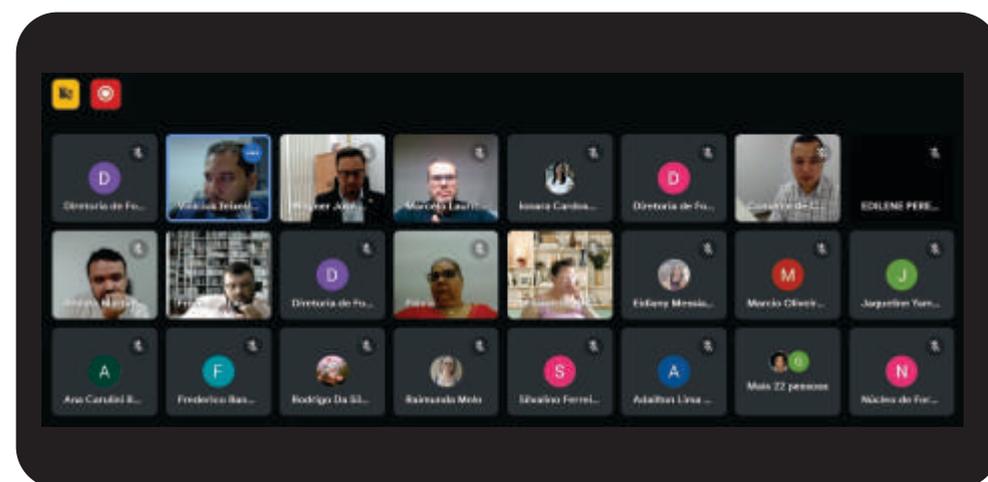
A atividade foi ministrada pelo criador do Projeto Audiências Online e dos Treinamentos Expert em Audiências e Expert em Execução, José de Andrade Neto, que durante as aulas abordou a temática Sistemas eletrônicos de busca de bens, SISBAJUD, RENAJUD, CNIB e Penhora On line: O Sisbajud, seu funcionamento e utilidade prática; O Renajud, seu funcionamento e utilidade prática; O CNIB, seu funcionamento e utilidade prática; O estudo teórico e prático de diversos sistemas que permitem a realização de penhoras on line no processo de execução.



CURSO ASPECTOS GERAIS SOBRE A POSSE E EXERCÍCIO NA ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL PELOS DELEGATÁRIOS

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) concluiu, nos dias 14 e 15 de dezembro, o curso "Aspectos Gerais sobre a Posse e Exercício na Atividade Notarial e Registral pelos Delegatários". Destinado a magistrados(as), corregedores(as) permanentes, assessores(as) e secretários(as) do Foro, o curso teve como objetivo principal capacitar os(as) juizes(as) corregedores(as) encarregados(as) da fiscalização da atividade notarial e registral. Durante o evento, foram fornecidos conhecimentos abrangentes e detalhados sobre os aspectos iniciais da delegação e transmissão do acervo.

Com um total de 60 vagas disponíveis, o curso virtual proporcionou a interação entre os participantes por meio da Plataforma Google Meet. A iniciativa buscou não apenas capacitar, mas também promover a troca de experiências entre os profissionais da área.



CURSO PARA DELEGATÁRIOS(AS): CAPACITANDO APROVADOS(AS) NO CONCURSO PÚBLICO PARA O EXERCÍCIO NOTARIAL E REGISTRAL

Em janeiro de 2024 foi realizado o curso Fundamentos e Práticas para Delegatários de Unidades Notariais e de Registro no Estado do Tocantins. Durante a abertura da atividade o juiz auxiliar da CGJUS, Arióstenes Guimarães Vieira, ressaltou que os(as) novos(as) delegatários(as) estão sendo instruídos(as) a focalizar na organização judiciária do serviço notarial e registral específica do estado do Tocantins, motivo pelo qual o curso é altamente relevante, já que proporcionará aos(as) participantes conhecimentos alinhados com a legislação e particularidades locais.

Com carga horária de 24 horas-aula, a capacitação foi ministrada pelos professores Vinícius Teixeira de Siqueira e Wagner José dos Santos, com a finalidade de capacitar os(as) novos(as) delegatários(as) para o início da atividade notarial e registral.



CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL PARA SERVIDORES(AS) DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Teve início, no dia 22 de janeiro de 2024, a primeira turma de formação dos(as) novos(as) servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. A capacitação foi promovida pela Esmat, totalizando uma carga horária de 100 horas, e se estendeu até o dia 9 de fevereiro.

O objetivo do curso foi fornecer competências essenciais para lidar com demandas e atividades complexas da Justiça. A recepção dos(as) recém-empossados(as) contou com a presença de Ana Carina Mendes Souto, diretora geral do TJTO; e Ana Beatriz de Oliveira Pretto, diretora executiva da Esmat. A capacitação focou no desenvolvimento de habilidades administrativas e operacionais para os(as) quarenta e nove novos(as) servidores(as), facilitando sua integração ao Judiciário.

Já a segunda turma teve uma carga horária de 51 horas e buscou ampliar o conhecimento dos(as) inscritos(as) acerca da organização e estruturação do Poder Judiciário. Com vinte e oito facilitadores(as), que são do quadro do TJTO, abordaram-se temas relacionados à gestão, funções, ambiente, sistemas e condutas, com foco na melhoria da prática profissional dos(as) servidores(as), fornecendo competências essenciais para lidar com a complexidade das demandas e das atividades do órgão. As atividades foram desenvolvidas no período de 1º a 12 de abril de 2024.



CURSO FOCADO EM ESTRATÉGIAS PARA O CUMPRIMENTO DE METAS FOI REALIZADO EM VÁRIAS COMARCAS DO ESTADO - TURMAS I, II, III E IV

Nos dias 29 e 30 de janeiro de 2024, a Esmat realizou o curso “Gestão ao Meu Favor: Estratégias para Resultados”, destinado a servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense. A cerimônia de abertura contou com a presença da juíza Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi, coordenadora da capacitação.

Os facilitadores Fabiano Gonçalves Marques, Cledson José Dias Nunes, Kellen Cleya dos Santos, Madalena Stakoviak, Darllanne Cristina dos Santos Ferreira Tacho, Renato Alves Gomes e Fernanda Pontes Alcântara ministraram as atividades. A capacitação teve como objetivo promover o desenvolvimento de planos de gestão baseados na análise e na interpretação de relatórios estatísticos do Judiciário. A demanda por mais turmas levou à realização de três edições adicionais ao longo de 2024, abrangendo diversas comarcas do Estado.



MAGISTRADOS(AS) E SERVIDORES(AS) PARTICIPARAM DE CURSO SOBRE AUTOMATIZAÇÃO DE LOCALIZADORES NO SISTEMA EPROC

Magistrados(as) e servidores(as) do Judiciário Tocantinense participaram do curso “Automatização de Localizadores no Sistema Eproc” no dia 31 de janeiro de 2024. Com carga horária de 3 horas, o curso foi ministrado por Valéria Fortes Bodas, assessora jurídica do TJTO, no auditório da Esmat.

O objetivo foi capacitar os(as) participantes para a utilização eficaz dos localizadores, destacando sua relevância na organização e na busca de processos. Os tópicos abordados incluíram: importância e abrangência do sistema, tipos de localizadores e suas aplicações, e como acessar e interagir com dados no Eproc para maior eficiência na rotina judiciária.



CURSO EXCEL

Turma I e II INTERMEDIÁRIO E AVANÇADO



O curso de Excel para nível Intermediário e Avançado contou, em 2024, com duas turmas. A primeira ocorreu no período de 22 de fevereiro a 23 de abril; a segunda no período de 18 de abril a 11 de junho. Sendo o Microsoft Excel uma ferramenta versátil e fundamental nas atividades laborais de diversas áreas profissionais dos(as) servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, a capacitação visou propiciar conhecimento sobre Excel para uso de recursos e utilização de funções, como, por exemplo, manipular múltiplas planilhas, vincular entre pastas, proteger células, filtrar dados, além da construção de tabela dinâmica e gráficos, dotando-os(as) das competências necessárias para elaboração, leitura e interpretação de dados das planilhas, banco de dados, relatórios e gráficos.

O curso, que contou com carga horária de 70 horas, foi dividido em dois módulos: o primeiro de nível intermediário; e o segundo avançado, que contou com a presença do facilitador Ronan Lopes nas duas turmas.

PROFESSORES DESTACAM NOVAS TEORIAS E MUDANÇAS LEGISLATIVAS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Os professores Daniel Carnio Costa, Bruno Oliveira Castro, Jéssica Peixoto de Farias e Herisberto e Silva Furtado Caldas deram início ao curso "Teoria e Prática Processual na Recuperação Judicial", em 23 de fevereiro, e encerraram no dia 15 de março de 2024, abordando as novas teorias e atualizações legislativas na área. A capacitação foi destinada a magistrados(as) e seus(suas) assessores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre os procedimentos e os desafios da recuperação judicial. O curso foi realizado de forma presencial e contou com uma carga horária de 32 horas.

Em depoimento, o juiz Herisberto destacou a importância de um enfoque prático e interdisciplinar, especialmente em setores como o agronegócio. “Quando fomos abordados para desenvolver o curso sobre recuperação judicial e falência e, após ouvir servidores(as), juizes(as), advogados(as) e administradores(as) judiciais, percebemos que ele deveria atender a três objetivos principais: a) as aulas deveriam ser mais práticas; b) o curso deveria oferecer a experiência de diversos(as) profissionais, como o(a) administrador(a) judicial e a atuação específica de juizes(as) na área de recuperação judicial; c) as lições deveriam ter foco especial no agronegócio, uma força motriz do nosso Estado. Acredito que o resultado final conseguiu atender aos objetivos inicialmente propostos”, comentou.



ESMAT CAPACITA AGENTES DE LINGUAGEM SIMPLES DO PROGRAMA SIMPLESTOC

Numa sociedade em que o acesso à Justiça precisa estar ao alcance de todos(as), o uso de linguagem simples, didática e visualmente acessível se torna não só uma necessidade, mas também uma poderosa ferramenta para superação de conflitos. Sempre buscando alinhar suas ações ao lema “Justiça mais próxima e inovadora”, a gestão 2023-2025 do TJTO, por meio da Esmat, organizou, nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2024, uma formação para agentes de linguagem simples para execução das ações do Programa SimplesTOC.

Ministrado pelas professoras Claudia Cappelli, Joseane Aparecida Corrêa e Marcia Ditzel, a iniciativa visou capacitar os(as) inscritos(as) a utilizarem e a multiplicarem, de forma eficaz, as práticas de linguagem simples no TJTO, promovendo uma comunicação escrita mais clara e acessível por meio de técnicas, exemplos e ferramentas específicas.

Durante os três dias de oficina, magistrados(as) e servidores(as) aprenderam que a adoção de uma linguagem simples pode prevenir conflitos, facilitar a resolução de disputas e aumentar a confiança dos(as) cidadãos(ãs) no sistema jurídico. Além disso, entenderam que a importância da linguagem acessível vai além da simples simplificação de textos, representando um compromisso institucional com a transparência, a inclusão e a garantia dos direitos fundamentais dos(as) cidadãos(ãs).

Depoimentos

Os depoimentos dos(as) participantes do curso demonstraram que essa abordagem já está gerando resultados positivos, incentivando uma mudança real dentro do Sistema Judiciário Tocantinense. A cogestora do programa SimplesTOC e mestranda do programa de Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Esmat, Roberta Martins Soares Maciel Ismael, compartilhou sua satisfação com a capacitação.

"Estou extremamente satisfeita com os resultados alcançados pela oficina proposta como uma das ações do programa [SimplesTOC]. Foi uma escolha acertada selecionar facilitadoras com grande conhecimento no assunto, o que, sem dúvida, contribuiu significativamente para o sucesso do evento", disse.

No segundo semestre de 2024, a Esmat desenvolveu mais uma capacitação voltada para a temática da linguagem simples no período de 30 de agosto a 30 de setembro.

CNJ recomenda o uso de linguagem simples pelo Poder Judiciário

O curso, coordenado pelo juiz Roniclay Alves de Moraes e pela servidora Roberta Martins, segue a Recomendação nº 144 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2023, para o uso de linguagem simples no Poder Judiciário Brasileiro. Essa decisão é baseada no direito de os(as) cidadãos(ãs) acessarem informações de forma clara e compreensível, conforme estabelecido pela lei e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.





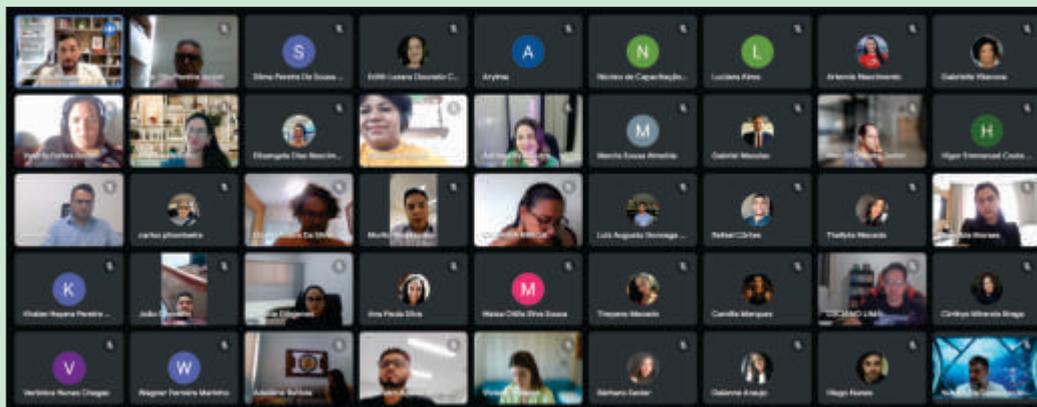
RETENÇÕES DE IMPOSTO DE RENDA E PREVIDÊNCIA OFICIAL NA EMISSÃO DE ALVARÁS JUDICIAIS DECORRENTES DE PRECATÓRIOS RPVS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

O curso “Retenções de Imposto de Renda e Previdência Oficial na emissão de Alvarás Judiciais decorrentes de Precatórios, RPVs e Depósitos Judiciais” foi realizado entre 21 de fevereiro e 15 de março de 2024. A capacitação foi ministrada pelo facilitador Iderlan Gloria Azevedo e foi voltada para servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense.

O curso tratou das alterações na legislação tributária e previdenciária, abordando temas como retenção de imposto de renda, contribuição previdenciária oficial, depósitos judiciais, hipóteses de incidência, base de cálculo e alíquotas. A capacitação teve como foco orientar os(as) participantes sobre as normas jurídicas vigentes e apresentar entendimentos jurisprudenciais relevantes dos tribunais superiores.



PROCESSO CIVIL NA ATUALIDADE: PRÁTICAS E PERSPECTIVAS



CAPACITAÇÃO FOCADA EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CONSUMIDORES – TURMAS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII

Em 2023, a Esmat desenvolveu três turmas do curso “Educação Financeira para Consumidores – Minhas Contas em dia no Cejusc”. Durante 2024, a Escola organizou mais cinco turmas, dando continuidade ao trabalho iniciado no ano anterior. Totalizando em oito, as atividades foram desenvolvidas de forma presencial no Cejusc Ulbra, com suporte dos professores Cláudia Maria de Melo, Rogério Lopes da Conceição, Liliane de Moura Borges e Adriano Barreira Andrade.

De forma resumida, a capacitação visou possibilitar ao(à) consumidor(a)/jurisdicionado(a) educação financeira e orientação psicossocial sobre consumo e formas de tratamento ao superendividamento, a fim de auxiliar na repactuação de dívidas de consumidores(as) em situação de superendividamento.

O curso “Processo Civil na atualidade: práticas e perspectivas” teve seu primeiro encontro no dia 25 de março de 2024, via *Google Meet*. A capacitação que ao fim teve certificação de 70 horas e encerrada no dia 7 de junho, foi voltada para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. A capacitação objetivou o aprimoramento e a revisão da matéria, com enfoque nas bases teóricas e práticas do Código de Processo Civil.

Marcelo Bezerra Ribeiro, professor pós-doutor em Direito, doutor e mestre em Processo Civil, responsável por ministrar as atividades do curso, foi elogiado pelos(as) alunos(as) pela didática e pelo conteúdo bem atualizado passado durante toda a formação. Para Gustavo Carneiro dos Reis, assessor jurídico de 1ª Instância da Vara Cível de Paraíso, o curso pôde proporcionar uma experiência ímpar, “sobre as atualidades de todo o processo civil e da prática forense em si, de forma que agregou muito conhecimento para o nosso dia a dia, do início do processo até o final”, afirmou.

Ana Paula da Silva Rocha, da Vara de Execuções Penais da Comarca de Gurupi, destacou a relevância da temática por se tratar de uma área que não faz parte do seu cotidiano. “É uma forma de adquirir mais conhecimentos, reciclar coisas que a gente já viu lá atrás, o professor é muito didático e acredito que a gente possa aplicar no nosso trabalho futuramente e usar em diversas ocasiões processuais”, destacou.

FORMAÇÃO DE EXPOSITORES DA OFICINA DE PARENTALIDADE E DIVÓRCIO



Foi realizado, nos dias 21 e 22 de março de 2024, a etapa teórica do curso Formação de Expositores da Oficina de Parentalidade e Divórcio em Palmas. Participaram da capacitação juízes(as) e servidores(as) do Poder Judiciário, promotores(as) de justiça, defensores(as) públicos(as), advogados(as), conciliadores(as), mediadores(as), psicólogos(as), assistentes sociais, pedagogos(as) e conselheiros(as) tutelares.

As aulas foram ministradas pelas professoras Cristina Palason Moreira Cotrim e Fabiana Cristina Aidar da Silva, juntamente com as codocentes Lorena da Cruz Neves Pimenta Gutierrez e Wilvilândia Dalvino de Alencar Moura. O curso também foi realizado em Guaraí nos dias 18, 19 e 20 de março de 2024.

O objetivo da capacitação foi formar expositores da Oficina de Parentalidade e Divórcio, desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como política pública de prevenção e resolução de conflitos familiares. Essa iniciativa é sugerida aos tribunais conforme a Recomendação nº 50 do Conselho Nacional de Justiça, de 8 de maio de 2014.

Parte prática

A parte prática das Oficinas de Parentalidade e Divórcio foram realizadas, no período de 23 de março a 31 de agosto de 2024, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) de Palmas e Guaraí, como parte da Formação. Os(As) participantes estiveram imersos(as) nas oficinas, onde cada um(a) deve conduzir no mínimo cinco sessões.

As atividades foram coordenadas por profissionais, como Cristina Palason Moreira Cotrim, psicóloga judiciária aposentada do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP); Fabiana Cristina Aidar da Silva, psicóloga clínica; Lorena da Cruz Neves Pimenta Gutierrez, assessora administrativa do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec); e Wilvilândia Dalvino de Alencar Moura, secretária do polo do Cejusc de Araguatins,.

LIBRAS BÁSICO – TURMAS I E II



A Língua Brasileira de Sinais é a principal forma de comunicação utilizada por pessoas com deficiência auditiva no Brasil. Nesse sentido, a Esmat realizou, no período de 17 de outubro a 5 de dezembro de 2023, o curso básico de Libras para as Turmas I e II. O público-alvo foi composto por magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, tendo em vista a promoção da inclusão social e garantia do acesso aos direitos e aos serviços públicos para pessoas surdas.

O curso em questão foi apresentado pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI), como uma necessidade de cumprimento ao artigo 8º da Resolução nº 401, de 2021, publicada pelo Conselho Nacional de Justiça. A formação ocorreu na modalidade EaD com atividades via Ambiente Virtual de Aprendizagem da Esmat e também por meio de *webaulas* expositivas e encontros dialógicos síncronos – pela Plataforma *Google Meet* – e assíncronos (fóruns), a fim de promover mais interação entre aluno(a)/professor(a) e aluno(a)/aluno(a), com carga horário total de 60 horas-aula.

Em 2024, a Esmat desenvolveu uma turma do curso Libras Básico II, que ocorreu no período de 26 de março a 4 de junho de 2024. Magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as) do Poder Judiciário Tocantinense puderam dar continuidade à sua formação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), pois a capacitação oferece um nível superior para aqueles(as) que já concluíram o curso básico no ano anterior.

O curso teve por objetivo levar os(as) inscritos(as) a conhecer os aspectos linguísticos, com formação e capacitação para se comunicarem e interagirem com pessoas surdas, estabelecendo uma comunicação básica. A capacitação contou com uma carga horária de 45 horas, e os encontros *online* ocorreram nos dias 2, 9, 16, 23 e 30 de abril; dias 7, 14, 21 e 28 de maio de 2024.



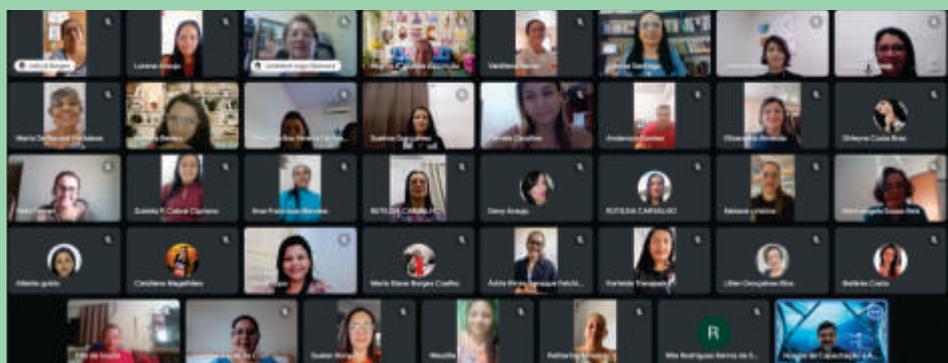
A PEDAGOGIA JURÍDICA

E O ASSESSORAMENTO TÉCNICO AO JUDICIÁRIO



Em 2023, no período de 14 de fevereiro a 5 de maio, foi realizado curso “A Pedagogia Jurídica e o Assessoramento Técnico ao Judiciário” para os(as) profissionais da Pedagogia credenciados(as) no Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares (GGEM). Em 2024, a Esmat promoveu, contando com o mesmo público-alvo, uma nova edição do curso no período de 26 de março e 7 de junho. Com carga horária de 45 horas-aula, o curso foi dividido em três módulos de aprendizagem: Concepções Teóricas da Pedagogia no Campo Epistêmico; Pedagogia Jurídica: Contexto e atuações; Oficina – Elaboração de Documentos Técnicos na Pedagogia Jurídica.

Nos dois anos, as atividades foram ministradas pelos mesmos facilitadores Cyntia Aparecida de Araújo Bernardes, Simony Freitas de Melo e Gidair Lopes de Santos, com o objetivo de capacitar os(as) profissionais da Pedagogia credenciados(as) no Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares – GGEM para compreender o assessoramento ao Judiciário e o atendimento processual com atuação interdisciplinar, assim como o arcabouço legal, normativo e técnico, que regulamenta a atuação do(a) pedagogo(a) e o atendimento aos processos judiciais.



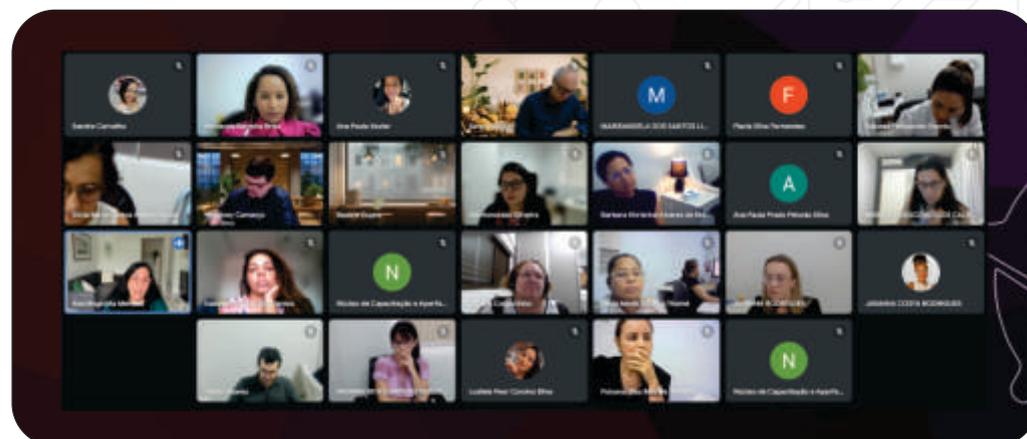
CURSO SOBRE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO

Servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense participaram nos dias 9, 10 e 11 de abril de 2024 das atividades do curso “Planilha de Custos e Formação de Preços segundo a IN Seges/ME Nº 05/2017/Nº 98/2022, a Reforma Trabalhista (atualizado pela IN SEGES/MP Nº 07/2018) e a Nova Lei nº 14.133/21”. Promovida pela Esmat, a capacitação foi ministrada pelo facilitador Silvio César da Silva Lima e abordou aspectos relevantes da reforma trabalhista aplicados aos módulos da planilha de custo e formação de preços segundo as orientações do Ministério Público.

Ao todo, o curso contou com uma carga horária de 27 horas e visou orientar os(as) alunos(as) sobre os principais pontos dos contratos administrativos e apresentar detalhadamente a nova estrutura e os novos módulos da planilha de custos e formação de preços, segundo a IN SEGES nº 05, de 2017, e nº 98, de 2022, ampliando o domínio das especificidades dos conceitos de direito do trabalho envolvidos na relação das empresas com a Administração Pública para melhor evitar a responsabilidade subsidiária da Administração na relação contratual com as empresas terceirizadas por meio do uso da conta vinculada ou do fato gerador.



"CLÍNICA DO TRABALHO: TEORIA, MÉTODO E PRÁTICA"



ESMAT PROMOVE CURSO "TÉCNICA DE CORREIÇÃO JUDICIAL E ADMINISTRATIVA"



A Esmat iniciou no dia 11 de abril, e encerrou em 15 de outubro, o curso "Clínica do Trabalho: teoria, método e prática". Com cronograma composto por dez aulas remotas via *Google Meet*, a capacitação buscou por meio de referenciais teóricos realizar a clínica do trabalho coletiva com os(as) profissionais; discutir o método da clínica do trabalho e as condições técnicas, éticas e institucionais para sua aplicação.

Tendo como público-alvo os(as) servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, o curso contou com carga horária de 32 horas e foi ministrado pela facilitadora Ana Magnólia Mendes, doutora e mestra em Psicologia, pela Universidade de Brasília.

CONTA VINCULADA COM BASE NA LEI Nº 14.133, DE 2021 - ENFOQUE PRÁTICO

A Esmat realizou nos dias 16, 17 e 18 de abril de 2024, o curso Conta Vinculada com base na Lei nº 14.133, de 2021, para servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. Esta capacitação visou prepará-los(as) para implantação e operacionalização do procedimento, como relevante ferramenta de gestão de risco nas contratações públicas de serviços continuados. A carga horária do curso foi de 18 horas e contou com exposições da contadora e advogada Flaviana Vieira Paim, pós-graduada em auditoria e perícia, licitações e contratos, sócia e assessora técnica do Instituto Nacional de Gestão Pública (INGEP); fundadora do Instituto Nacional da Contratação Pública (INCP).

Ocorreu, nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2024, o curso "Técnica de Correição Judicial e Administrativa". Destinado aos(as) magistrados(as) e servidores(as) que atuam na Corregedoria-Geral de Justiça do Tocantins (CGJUS), a capacitação visou aprimorar habilidades e conhecimentos nesta área da administração judiciária.

A aula inaugural, realizada virtualmente, contou com a presença do juiz auxiliar Arióstenis Guimarães, dos Serviços Administrativos e dos Órgãos do Primeiro Grau de Jurisdição da Corregedoria; e de Renato Gomes, coordenador de Correição da Corregedoria. Foi um momento de alinhamento e nivelamento dos conhecimentos dos(as) participantes, objetivando que as correições sejam cada vez mais eficientes e eficazes. As atividades foram conduzidas pelos facilitadores Carlos Henrique Borlido Haddad e Luís Antônio Capanema Pedrosa.

O encerramento do curso foi marcado pela presença da desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral da Justiça do Tocantins que destacou a importância do diálogo e da transparência nas atividades correionais.

"O diálogo e a transparência para nós tem sido muito importante. O diálogo faz muita diferença, porque a gente vai às correições, conversa bastante com os(as) servidores(as), com os(as) delegatários(as) também, com os cartórios, com o social, e o que se vê é que todos(as) querem uma oportunidade de falar do seu trabalho, da sua dificuldade, e é a partir daí que poderemos saber o que precisa ser melhorado", disse Maysa.



CURSO ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

A Esmat realizou, no período de 15 a 19 de abril de 2024, o curso “Aspectos Teóricos e Práticos do Código de Processo Civil”. A capacitação, desenvolvida de forma presencial, contou com uma carga horária de 36 horas. O juiz de direito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Maurício Ferreira Cunha, foi o responsável por ministrar as atividades durante os cinco dias de curso.

Credenciada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), a capacitação visou proporcionar aos magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense uma compreensão aprofundada, tanto teórica quanto prática, do Código de Processo Civil, deixando-os aptos a aplicar os conhecimentos adquiridos em suas atividades cotidianas, promovendo uma atuação mais eficiente e alinhada com as atuais discussões e construções jurídicas.



SERVIDORES(AS) DO PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE PARTICIPAM DE CAPACITAÇÃO SOBRE COMO GERIR E FISCALIZAR OS CONTRATOS



A professora Lindineide Oliveira realizou, nos dias 8, 9 e 10 de maio de 2024, as atividades do curso “Como gerir e fiscalizar os contratos decorrentes das Leis nº 8.666, de 1993, e nº 14.133, de 2021, com base na legislação sobre o tema”. Voltada para servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, a capacitação, com carga horária de 20 horas, visou fornecer fundamentação teórica e prática para que os(as) agentes públicos(as) realizassem de forma efetiva e eficaz o acompanhamento e o controle dos contratos, por meio das melhores e mais atuais práticas de gestão e fiscalização.

Durante as aulas os(as) alunos(as) analisaram minuciosamente o contexto dos Contratos Administrativos à luz da recente Lei nº 14.133, de 2021, explorando desde a formalização até as cláusulas obrigatórias, e discutiram a vinculação entre o edital de licitação, a proposta do(a) licitante vencedor(a) e o ato que autorizou a contratação direta.

CURSO DEBATE SOBRE OS DESAFIOS DA LITIGÂNCIA

O curso “Desafios da Litigância: caminhos para a molecularização da tutela de direitos e o enfrentamento do abuso no acesso ao Sistema de Justiça” foi realizado nos dias 8, 9 e 10 de maio de 2024, com a participação dos magistrados e das magistradas do Poder Judiciário Tocantinense. Com uma carga horária total de 24 horas-aula, o curso buscou promover conhecimentos sobre a aplicação da legislação atual nos desafios da litigância no contexto contemporâneo, especialmente no que diz respeito à implementação de precedentes judiciais e à necessidade de aprimoramento da prática jurídica, visando à eficiência, à celeridade e à garantia dos direitos fundamentais.

Durante a abertura da capacitação, credenciada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), o juiz Manuel de Faria Reis Neto, coordenador, e o desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, presidente do Centro de Inteligência do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (CINUGEP), marcaram presença no início das atividades, enfatizando a relevância do curso para as atividades do Judiciário.



JUSTIÇA RESTAURATIVA NA ESCOLA



Os(As) alunos(as) certificados na parte teórica do curso Justiça Restaurativa na Escola – realizado em 2023 – iniciaram, no dia 13 de maio de 2024 as atividades práticas da capacitação. Tendo como objetivo a aplicação dos princípios e valores da Justiça Restaurativa, trabalhando as dimensões do conflito: relacional, institucional e social, bem como a implementação da gestão que dê sustentação a esse novo paradigma de convivência na comunidade escolar, o curso contou com uma carga horária de 40 horas-aula.

Até o dia 16 de maio, os(as) alunos(as) estavam imersos(as) nos módulos I, II, III e IV antes de iniciarem os estágios, no período de 29 de junho a 7 de julho, de facilitação dos círculos de construção de paz nas unidades escolares selecionadas pela instrutora Tainá Nunes Quixabeira.

Mestranda do Programa em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (ESMAT/UFT), Tainá contou que a Justiça Restaurativa é objeto de estudo na sua pesquisa e que o desenvolvimento do curso possibilita uma conexão direta com sua trajetória acadêmica e profissional.

CURSO MAPEAMENTO DE PROCESSOS E RISCOS: TEORIA E PRÁTICA



Cerca de quarenta servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense de diversas áreas de atuação participaram nos dias 13, 14 e 15 de maio de 2024 do curso “Mapeamento de Processos e Riscos: Teoria e Prática”. A atividade foi ministrada pelos facilitadores Ana Carolina Alcântara Vago e Sandro Tomazele de Oliveira Lima, que durante as aulas objetivaram capacitar os(as) participantes a mapear os processos utilizando a notação BPMN 2.0, além de identificar os riscos presentes e modelar os processos inserindo melhorias com base nos riscos identificados conforme metodologia estabelecida no Manual de Gestão de Riscos do TJTO.

O Facilitador Sandro Tomazele, analista judiciário do TST, destacou a inovação em se trabalhar com processos e riscos de forma conjunta. “Vamos fazer uma coisa que raramente vê, porque normalmente a gente vê processos e outro dia a gente vê riscos, e aqui a gente vai fazer os dois juntos, então nós vamos fazer inclusive a parte prática. Como é que um influencia o outro, como é que um ajuda o outro”, explicou.

ESMAT PROMOVE CAPACITAÇÃO EM TÉCNICA LEGISLATIVA PARA SERVIDORES(AS) E MAGISTRADOS(AS) DO PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE

Foram desenvolvidas nos dias 15, 16 e 17 de maio de 2024 as atividades do curso “Técnica Legislativa: elaboração, redação e consolidação de atos normativos”. O professor doutor Valcir Gassen, facilitador da capacitação, ofereceu aos(as) servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense uma imersão nas noções cruciais de Direito Constitucional e na atualização técnica e normativa. Desenvolvido pela Esmat, essa capacitação de 21 horas teve como objetivo dotar os(as) participantes de conhecimentos amplos e habilidades práticas em técnicas legislativas.

Ao longo de três dias de aulas, os(as) servidores(as) e os(as) magistrados(as) foram guiados(as) pelos detalhes da Técnica Legislativa e dos atos normativos, assim como do processo e procedimento legislativo, além de receberem instruções específicas sobre a redação de textos normativos pertinentes à magistratura do estado do Tocantins. O curso almejou fornecer compreensão aprofundada dos processos e procedimentos legislativos, capacitando os(as) inscritos(as) para uma atuação mais eficaz na emissão de pareceres técnicos e elaboração de atos normativos, bem como para dominar o instrumental técnico necessário para a produção de textos oficiais, técnicos e jurídicos.



SUPOORTE BÁSICO DE VIDA

TURMAS I, II, III, IV

Em 2023, a Esmat ofertou o curso Suporte Básico de Vida, com o objetivo de Capacitar os(as) servidores(as) e magistrados(as) quanto a forma de agir diante de situações que exijam um socorro imediato até a chegada ao Serviço de Saúde. Ministrados pelas facilitadoras de aprendizagem Elaine Cristina Ferreira e Regiane Rodrigues Peixoto, especialistas na área, as atividades foram realizadas em Palmas, e abordou temas importantes, como os princípios de primeiros socorros.

Já em 2024, o curso Suporte Básico de Vida a Esmat capacitou servidores(as) e magistrados(as) das Comarcas de Palmas, Araguaína e Gurupi. Durante as aulas os facilitadores Elaine Cristina Ferreira, médica cardiologista e coordenadora do Espaço Saúde do TJTO, e o enfermeiro Bruno Ribeiro Rocha, pós-graduado em Urgência e Emergência, abordaram temas como: a forma de agir diante de situações que exijam socorro imediato até a chegada ao Serviço de Saúde; o suporte básico de vida à vítima na parada cardiopulmonar; primeiros socorros à vítima de desmaio, à vítima de convulsão e à vítima de engasgo; primeiros socorros à vítima de sangramentos e hemorragia, e à vítima de queimaduras.



APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS — GISE

TURMAS III E IV



Em 2023, as Turmas 1 e 2 do curso de Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão Integrada das Serventias Extrajudiciais (Gise) foram realizadas nos meses de maio e junho, promovendo um importante momento de aprendizado para os(as) delegatários(as) dos Cartórios Extrajudiciais do Estado do Tocantins. O objetivo da capacitação foi utilizar o Sistema de Gestão Integrada das Serventias Extrajudiciais (Gise), levando em consideração as diversas mudanças e adaptações ocorridas nos últimos cinco anos. O curso foi ministrado pelo professor Wagner José dos Santos.

Em 2024, a Esmat, com vista ao Aperfeiçoamento do Sistema Gise, realizou uma capacitação voltada para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e para delegatários(as) dos Cartórios Extrajudiciais do Estado do Tocantins. Dividido em turmas 3 e 4, o curso, ministrado pelos professores Wagner José dos Santos e Carla Rejany Pimenta de Andrade, visou apresentar aos(as) alunos(as) as novas funcionalidades do Gise, implementadas a partir de visitas institucionais para o monitoramento de sua efetividade.

Para a turma 3, de magistrados(as) e servidores(as), as atividades foram realizadas nos dias 16 e 17 de maio de 2024. Já para a turma 4, que contou com a participação dos(as) delegatários(as) dos Cartórios Extrajudiciais, as *webaulas*, focadas na etapa teórica sobre a temática, foram desenvolvidas nos dias 23 e 24 de maio de 2024.

CURSO DE ANÁLISE DE INTELIGÊNCIA



A utilização de técnicas e de metodologia próprias voltadas à produção do conhecimento de Inteligência de Segurança Institucional foi tema do curso Análise de Inteligência (Nível Básico), realizado nos dias 21, 22, 23 e 24 de maio de 2024, na sede da Esmat. O curso foi uma iniciativa do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS) e teve como objetivo capacitar servidores(as) que atuam na Inteligência de Segurança Institucional do PJTO e servidores(as) de órgãos de inteligência parceiros na Metodologia de Produção de Conhecimento, para que com embasamento científico haja padronização de procedimentos na produção de conhecimento de inteligência.

Para o desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, coordenador do NIS e presidente da Comissão Permanente de Segurança Institucional, a ação garante que a produção de conhecimento em inteligência seja fundamentada cientificamente, além de permitir que os(as) participantes compreendam em profundidade os procedimentos previstos na Doutrina de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário, bem como para o fortalecimento da segurança institucional, promovendo integração e colaboração eficaz entre as instituições parceiras.

Também participaram do curso servidores(as) da inteligência de segurança institucional do TJBA, TJPR, TRT-10, TRE-TO, MPAM, MPTO (NIS e Gaeco), PMTO, CBMTO, Casa Militar da Governadoria/TO, Sefaz/TO e Detran/TO.



No período de 18 de abril a 28 de maio de 2024, foram realizadas as atividades do curso “Política Judiciária de enfrentamento e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais”. Participaram da capacitação servidores(as) e profissionais graduados(as) em Psicologia, Serviço Social e/ou Pedagogia, credenciados(as) e/ou com atuação no Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares (GGEM) do Poder Judiciário Tocantinense.

Ao todo, o curso contou com uma carga horária de 90 horas, com vista a capacitar os(as) profissionais das equipes técnicas do Grupo Gestor de Equipes Multidisciplinar (GGEM) para atuarem no atendimento às vítimas de crimes e atos infracionais. As atividades foram ministradas pelos facilitadores Renata Braz das Neves Cardoso, Celeste Leite dos Santos, Jônia Lacerda Felício, Shirlei Lizak Zulfan e Luane Natalle.



ATENDIMENTO AO PÚBLICO NO CONTEXTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No período de 7 a 28 de junho de 2024, a Esmat realizou o curso Atendimento ao Público no Contexto da Administração Pública, para servidores(as), estagiários(as) e colaboradores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. A formação que foi realizada à distância, pela plataforma *Google Meet*, teve carga horária de 24 horas-aula. O objetivo foi capacitar os(as) participantes para oferecer um atendimento ao público de excelência, alinhado aos princípios da Instituição, princípios básicos da Administração Pública, Lei nº 13.460, de 2017, Lei nº 14.534, de 2023, por meio de um atendimento eficiente, empático e de qualidade, visando à melhoria dos serviços prestados e à satisfação do público.



Servidores(as), magistrados(as) e estagiários(as) do Poder Judiciário Tocantinense participaram, no período de 28 de fevereiro a 23 de maio de 2024, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat, do curso Eproc 2024. Ao todo, a capacitação contou com uma carga horária de 24 horas e visou orientar os(as) usuários(as) quanto à utilização do sistema e movimentação processual adequada no Sistema Eproc.

As inovações nas áreas de Tecnologia e de Segurança constantemente possibilitam ao Poder Judiciário Tocantinense, por meio da Diretoria de Tecnologia e Informação e da Diretoria Judiciária, a promoção das atualizações nos sistemas e programas utilizados, o que não é diferente quanto à versão do Eproc Nacional. Pensando nessas atualizações, a Esmat desenvolveu o curso de forma que os(as) inscitos(as) pudessem aprender de forma prática sobre as principais funcionalidades do Sistema Eproc.

Sobre o Eproc

Desenvolvido para otimizar o fluxo de trabalho, o Eproc é uma plataforma eletrônica que visa simplificar procedimentos, reduzir burocracias e aumentar a transparência no âmbito jurídico. A tramitação eletrônica de processos contribui para a celeridade na tomada de decisões.

ESMAT INICIA CURSO FOCADO EM GESTÃO DE PESSOAS E SAÚDE MENTAL

O curso Gestão de Pessoas, Saúde Mental e Valorização, realizado nos dias 10, 11 e 12 de junho de 2024, visou desenvolver competências e habilidades para a gestão eficaz de servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense. A formação, ministrada pelo facilitador Carlos Mendes Rosa, psicanalista e pós-doutorando em Psicologia, pela Universidade de São Paulo, foi ministrado de forma presencial na sede da Esmat.

Os encontros tiveram como objetivo assegurar um ambiente de trabalho saudável, reduzir as ausências/afastamentos e aumentar a produtividade e satisfação dos(as) colaboradores(as), além do aumento da produtividade e do sucesso organizacional.





CURSO TEORIA E PRÁTICA: O PSICÓLOGO NO CONTEXTO DO JUDICIÁRIO DO TOCANTINS



O curso “Teoria e Prática: o psicólogo no Contexto do Judiciário do Tocantins” destinado aos(às) servidores(as) vinculados(as) ao Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares (GGEM) do TJTO e credenciados(as) da área de Psicologia que atuam no assessoramento aos juízos demandantes, em processos judiciais ou administrativos, foi realizado em 2023 e 2024. Ambos desenvolvidos à distância, objetivaram capacitar os(as) profissionais da área da Psicologia no desenvolvimento de habilidades para o atendimento das classes de ação nas demandas judiciais e administrativas no âmbito do TJTO, por meio do fornecimento de embasamento teórico e prático. Com carga horária de 45 horas, a capacitação, nos dois anos, foi ministrada pelas facilitadoras Sônia Liane Reichert, Analícia Martins de Sousa, Lais Almeida Amaral.



CURSO DE INTRODUÇÃO ÀS FERRAMENTAS ARCHIVEMATICA E ATOM



A Esmat realizou, nos dias 10, 11, 12, 13 e 14 de junho de 2024, o curso Introdução às ferramentas Archivematica e AtoM. A capacitação foi voltada aos(às) servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e realizada à distância com carga horária de certificação de 20 horas.

O curso, que contou com a presença dos professores Sérgio Augusto Coelho Diniz Nogueira Júnior e Tatiana Canelhas Pignataro, teve como objetivo capacitar os(as) participantes no uso eficaz das ferramentas Archivematica e AtoM, fornecendo conhecimentos teóricos e práticos que permitam a compreensão de suas funcionalidades.

Sobre a Plataforma AtoM

O AtoM é um *software* livre para descrição e difusão de documentos arquivísticos, criado por iniciativa do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Trata-se de uma ferramenta gratuita e de fácil manejo às entidades custodiadoras espalhadas pelo mundo, visando à divulgação e disponibilização de seus acervos na internet.

JUDICIÁRIO TOCANTINENSE DESTACA IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DA MEMÓRIA EM CURSO PROMOVIDO PELA ESMAT



O curso “Práticas em Gestão da Memória: preservação documental e difusão da história da Justiça”, desenvolvido pela Esmat, teve início em 17 de junho de 2024, com a participação de mais de oitenta alunos(as). Durante a abertura, a desembargadora Ângela Prudente, na qualidade de presidente da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) e da Comissão de Gestão da Memória (CGM), ressaltou a importância do curso, afirmando que a memória é “uma temática que nos inspira, nos entusiasma e nos aviva porque debruçar sobre a nossa memória transcende a vontade de compreender nossas raízes, conectando-nos com o passado, enriquecendo nosso presente e orientando o nosso futuro”.

Segundo a desembargadora Ângela, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) já avançou muito na gestão da memória, com a aprovação das Resoluções nº 1 e nº 2, de 2022, que estabelecem a Política de Gestão da Memória e a Política de Gestão Documental. “Prosseguimos norteados pelos princípios e pelas diretrizes dessa política nacional. Neste ano aprovamos o plano de classificação e as tabelas de temporalidade das áreas administrativa e judicial em nossa Corte, dando um importante passo para uma gestão documental eficiente e para a preservação da memória institucional”, disse.

O primeiro encontro virtual do curso, ministrado pela doutora em História, Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha, abordou o conceito de memória e a legislação aplicada à gestão da memória do Poder Judiciário. Além de servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e de órgãos parceiros da Esmat, a capacitação também contou com a participação de alunos(as) de diversos estados, como Mato Grosso do Sul, Paraná, Amapá, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Sul, Pernambuco, São Paulo, Goiás, Alagoas e Pará, revelando a relevância do curso no cenário nacional.

Contando com uma carga horária de 15 horas, a capacitação surgiu com o intuito de preparar os(as) participantes com conhecimentos teóricos e práticos sobre a gestão da memória institucional, visando à preservação, à organização e à difusão de documentos históricos relacionados à Justiça. As atividades seguiram até o dia 25 de junho de 2024.

ESMAT REALIZA CURSO DE AUTOCONHECIMENTO PARA SERVIDORES(AS) DA CORREGEDORIA - TURMAS I E II

O curso Descobririndo o meu ser com o Eneagrama, voltado para os(as) servidores(as) da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins (CGJUS), teve seu primeiro encontro na sede da Esmat, em Palmas, no dia 17 de junho de 2024. Com uma carga horária de 48 horas, a formação foi dividida em três módulos e seguiu até o dia 31 de julho, de forma presencial.

A primeira e a segunda partes do curso foram ministradas pelo facilitador André Prudente, que, em comentário, destacou o diferencial da turma. “Apesar de esse módulo ser igual ao curso que fiz nas outras turmas, dá para ver que essa turma veio com uma expectativa a mais, que não é simplesmente a de se conhecer por meio do eneagrama, mas é como se fosse uma responsabilidade de se conhecer e poder levar esse conhecimento para o seu processo de gestão e da liderança”, afirmou.

A capacitação almejou desenvolver a percepção das potencialidades e limites dos(as) participantes, o que auxilia num relacionamento melhor consigo mesmos, com as outras pessoas e com a vida, pois se trata de um sistema de conhecimentos integrados sobre o Ser e a sua manifestação na existência. No segundo semestre de 2024, no período de 26 de agosto a 24 de setembro, foi desenvolvida a segunda turma deste mesmo curso, voltado, desta vez, para os(as) servidores(as) do Núcleo de Apoio às Comarcas (Nacom).



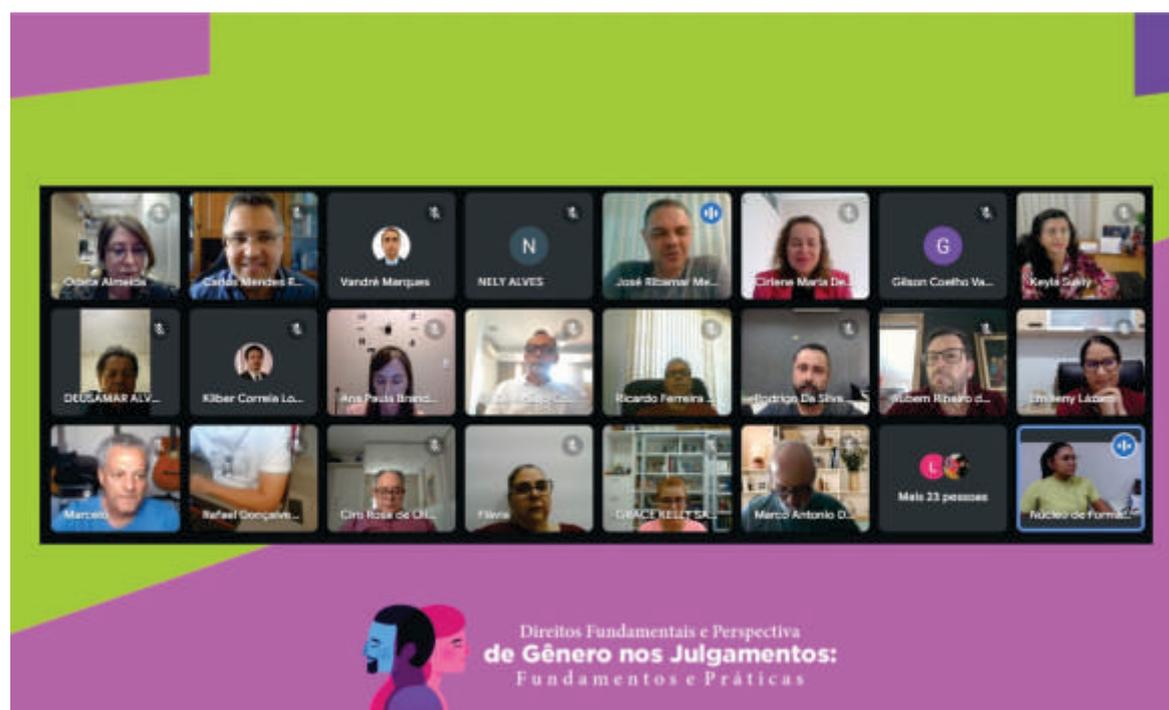
CURSO SOBRE CONTRATOS DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA

O curso “Revisão, reajuste e repactuação com enfoque aplicado nos contratos de compras, serviços e obras de engenharia” foi realizado nos dias 20 e 21 de junho de 2024. A formação, voltada para servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, ocorreu de forma presencial na Esmat.

Ministrado pelo facilitador Ricardo Alexandre Sampaio, o primeiro encontro focou na fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia, conforme a Lei nº 14.133, de 2021. Durante a aula, foram abordados temas, como repactuação, reajuste, revisão e reequilíbrio contratual, modalidades de licitação, agentes públicos como fiscais, competências dos gestores e fiscais, papel da assessoria jurídica e controle interno, fracionamento indevido, prevenção de práticas fraudulentas no julgamento de propostas, e procedimentos para alterações contratuais e erros no projeto.



CAPACITAÇÃO PARA MAGISTRADOS(AS) DO JUDICIÁRIO TOCANTINENSE DESTACA PERSPECTIVA DE GÊNERO NOS JULGAMENTOS



Cinquenta e cinco magistrados(as) participaram, no dia 20 de junho de 2024, da primeira webaula do curso “Direitos Fundamentais e Perspectiva de Gênero nos Julgamentos: Fundamentos e Práticas”. O professor Carlos Mendes Rosa, que conduziu as reflexões iniciais sobre o conceito de gênero, as dimensões sociais e afetivas da violência de gênero, com destaque para a violência contra a mulher, avaliou a aula como muito produtiva. “Nós tivemos uma participação significativa dos magistrados e das magistradas e bastante interação durante o módulo. Penso que, de certa forma, isso sensibilizou os atores do sistema de justiça a pensarem de maneira diferente acerca da questão de gênero e das questões atinentes à violência contra a mulher”, apontou.

Durante a aula, Carlos, que também é professor do Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (UFT/ESMAT), trabalhou com os(as) magistrados(as) um conjunto de possibilidades de enfrentamento dessas questões, considerando a complexidade do problema enfrentado atualmente.

Em depoimento, a juíza Odete Batista Dias Almeida ressaltou a importância da capacitação ao contribuir com reflexões importantes para e no exercício do seu trabalho. “O curso traz importantes reflexões sobre a temática e como afeta a perspectiva de gênero que devemos observar em nossos julgamentos. A sociedade está em constante transformação e acompanhar as nuances dessa evolução é dever do(a) magistrado(a), sempre em busca de ofertar a prestação jurisdicional da forma mais justa possível”, desenvolveu. O curso seguiu até o dia 3 de julho, com mais duas *webaulas*, ministradas pelos professores Emilleny Lázaro da Silva Souza e Eduardo Cambi, que abordaram outros enfoques a partir da perspectiva de gênero nos julgamentos. Desenvolvido pela Esmat, a capacitação objetivou preparar a magistratura do Poder Judiciário Tocantinense para atuar em Varas com competência para aplicar a Lei nº 11.340, de 2006, bem como se aprofundar nas diretrizes do Julgamento com Perspectiva de Gênero, visando alcançar uma prestação jurisdicional efetiva na salvaguarda de direitos fundamentais.

Conhecendo a **ESMAT** e sua Estratégia **Institucional**



SERVIDORES(AS) E ESTAGIÁRIOS(AS) DA ESMAT PARTICIPAM DE CURSO SOBRE ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

O mês de junho de 2024 encerrou para os(as) servidores(as) e estagiários(as) da Esmat com o fechamento do curso “Conhecendo a Esmat e sua Estratégia Institucional”. Com carga horária de 20 horas, a capacitação iniciou no dia 11 junho e visou envolver os(as) inscitos(as) na execução da estratégia institucional da Esmat possibilitando o alcance dos objetivos e a formulação de novas estratégias institucionais.

Responsável pela manutenção e implementação do Sistema de Gestão da Qualidade certificado na NBR ISO 9001:2015, elaboração e implementação do Planejamento Estratégico e demais atividades da área administrativa, o facilitador Vinícius Fernandes Barboza explicou que o curso é uma forma de propiciar aos(às) servidores(as) e estagiários(as), o conhecimento sobre o planejamento das atividades de ensino, a importância do trabalho em equipe e a preparação para as auditorias do Sistema de Gestão da Qualidade que ocorrerão em agosto.

“O curso Conhecendo a Esmat e sua Estratégia Institucional visou proporcionar uma melhor compreensão sobre objetivos e metas estratégicas e da qualidade fazendo com que todos(as) possam se sentir parte da estratégia institucional”, afirmou Vinícius.

CURSO DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA

Em 2023, a Esmat desenvolveu duas turmas do curso “Depoimento especial de crianças e de adolescentes vítimas ou testemunhas de violência com o uso do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (PBEF)”. Com carga horária de 120 horas-aula, a facilitação das atividades foi conduzida pelos facilitadores Simony Freitas de Melo e Gidair Lopes dos Santos. A capacitação, que contou com um total de 60 vagas, foi direcionada aos(às) profissionais credenciados(as) com atuação nas comarcas e responsáveis técnicos(as) vinculados(as) ao Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares (GGEM), encarregados(as) de aplicar o PBEF.

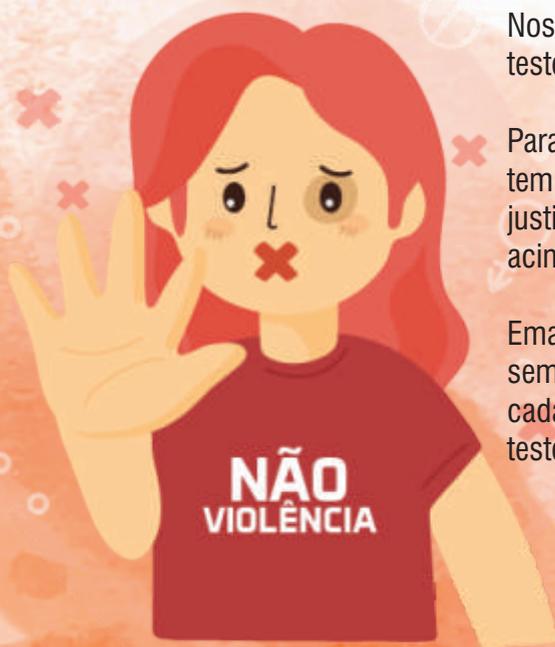
Já em 2024, a capacitação, que ocorreu entre 24 de maio e 5 de julho, encerrou com a avaliação de reação de 32 magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense que participaram das atividades. Coordenado pelos magistrados Adriano Gomes de Melo Oliveira e Wellington Magalhães, o curso, com carga horária de 40 horas-aula, foi desenvolvido via Ambiente Virtual da Esmat. As aulas da capacitação foram ministradas pelo juiz de Direito (TJPB) Hugo Gomes Zaher e pela analista judiciária (TJPE) Simony Freitas de Melo.



Nos dois anos, o curso visou aprimorar a atuação teórica e prática no depoimento especial de crianças e de adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, conforme o PBEF.

Para o juiz Wellington Magalhães, também coordenador do curso, “o depoimento de uma criança ou adolescente, vítima de qualquer crime, tem de ser um ato de humanidade, ou seja, tem de seguir um protocolo que impeça a revitimização. É nesse sentido que esse curso se justifica, como ferramenta de preparação de magistrados e de magistradas para conduzirem esses depoimentos com independência, mas, acima de tudo, com os cuidados que são indispensáveis”.

Emanuela da Cunha Gomes, juíza na comarca de Araguatins, avaliou a capacitação como “extremamente proveitosa”. “A Esmat, como sempre, tem oferecido cursos de excelência à magistratura tocantinense, para a constante reciclagem de seus membros, que se tornam cada vez mais aptos para lidar com questões tão complexas, e se faz imprescindível a oitiva de crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violência”, afirmou.



CURSO DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133, DE 2021

Foram realizadas, nos dias 27 e 28 de junho de 2024, as atividades do curso Dispensa, Inexigibilidade e a Instrução Segura dos Processos de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021. Participaram, presencialmente na Esmat, servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense de vários setores. Ao todo, o curso contou com uma carga horária de 16 horas, distribuída em dois dias, com o advogado, consultor e parecerista Dawison Moreira Barcelos, para promover a troca de experiências e boas práticas entre os(as) participantes, estimulando o debate e a reflexão sobre os desafios enfrentados na aplicação das hipóteses de contratação direta no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins.

Para Kézia Reis, diretora do Centro de Comunicação Social do Tribunal de Justiça (Cecom/TJTO), a capacitação dos gestores de unidades e de contratos é essencial. “A capacitação é fundamental para gestores de unidades e de contratos. A Lei 14.133 é relativamente nova e trouxe muitas novidades que precisam ser observadas em um processo de licitação”, afirmou.



CURSO TEORIA E PRÁTICA DA EXECUÇÃO FISCAL

O curso “Teoria e Prática da Execução Fiscal”, foi realizado nos dias 15 e 16 de agosto de 2024. Com carga horária de 12 horas-aula, a capacitação foi dividida em três módulos e objetivou aperfeiçoar e aprimorar os(as) servidores(as) do cartório e do gabinete das varas com competência de execução fiscal do Poder Judiciário Tocantinense na ordem cronológica da Execução Fiscal e nos principais entendimentos jurisprudenciais do STF, STJ e TJTO relativos à Lei nº 6.830, de 1980.



O primeiro módulo teve como tema “Movimentos Processuais no Sistema Eproc” e foi ministrado por Renato Alves, Gomes professor e servidor da Corregedoria, e pela professora Fernanda Pontes Alcântara Bonvini, também servidora da Corregedoria.

“A gente tem percebido uma necessidade cada vez maior de fazer uma atualização sobre execução fiscal. Sempre que temos uma unidade com essa competência na comarca são encontradas algumas dificuldades. Com base nisso, preparamos o curso tendo uma parte introdutória técnica e uma parte mais jurídica com professor especializado”, ressaltou o professor Renato. As atividades também foram ministradas pelo professor Leonardo Vieira de Sousa, que expôs sobre “Os procedimentos da Execução Fiscal”.

SERVIDORES(AS) INICIAM CAPACITAÇÃO COM FOCO NO PLANEJAMENTO, JULGAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense participaram nos dias 1º e 2 de agosto de 2024 do curso “Contratação de Obras e Serviços de Engenharia de Acordo com a Lei nº 14.133/21”. Desenvolvido pela Esmat, a capacitação foi ministrada por Rafael Jardim Cavalcante, auditor federal de Controle Externo, dirigente do TCU por mais de dez anos. Com carga horária de 16 horas, o curso teve como objetivo capacitar os(as) servidores(as) a desempenharem os principais atos necessários ao planejamento, julgamento e à fiscalização de obras públicas, de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021.



Aperfeiçoamento em mediação familiar

Turmas I, II e III (Unificado)



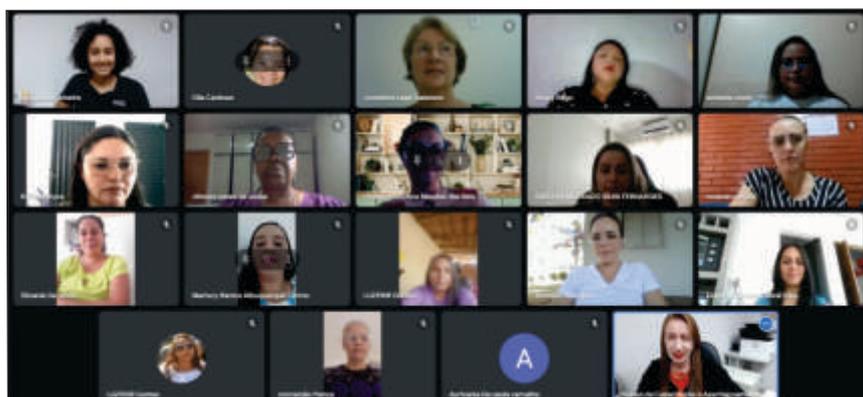
Em 2024, a Esmat desenvolveu três turmas do curso Aperfeiçoamento em Mediação Familiar, em Gurupi, Palmas e Araguaína. A capacitação foi voltada para conciliadores(as) e mediadores(as) credenciados(as) nos Cejuscs Polos dos municípios do Tocantins, em conformidade com as diretrizes legais estabelecidas pela Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça, de 2010. O curso foi ministrado pelas instrutoras Indira Matos e Lorena Gutierrez.

Para Ananda Gonçalves Gomes Braga, que atua na conciliação, mediação e exposição de oficinas de parentalidade e prática dos círculos restaurativos na comarca de Gurupi, o curso foi muito importante para que cada participante se sinta validado(a), valorizado(a) e reconhecido(a). “A atividade traz a aplicação de técnicas que não só personalizam o atendimento de forma individualizada para cada participante nas sessões de mediação, mas também contribuem para a condução das próprias sessões. Nós estamos agregando e enriquecendo muito mais com esse curso”, declarou.

A capacitação focou no desenvolvimento de mediadores(as) e conciliadores(as), voltados(as) a analisar, refletir e aplicar técnicas que permitem resolver conflitos de forma mais ágil, mas, principalmente, de maneira afetiva e humanizada, conscientizando os(as) envolvidos(as) a cooperarem uns com os outros e a buscarem soluções com benefícios mútuos. As atividades ocorreram, respectivamente, para as Turmas I, II e III, de 14 a 16 de agosto; de 27 a 29 de agosto; e de 2 a 4 de setembro.



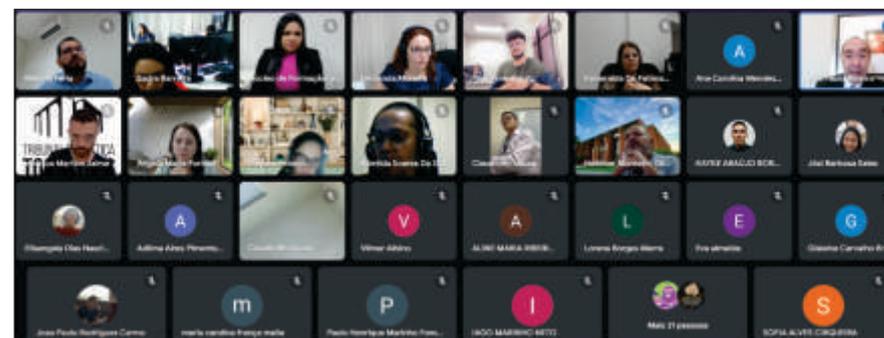
ESTUDO SOCIAL, LAUDOS E PARECERES TÉCNICOS EM SERVIÇO SOCIAL



Em 2023, o curso Estudo Social, Laudos e Pareceres Técnicos em Serviço Social ocorreu de 14 de fevereiro a 5 de maio. Já em 2024, no período de 21 de agosto a 11 de outubro. Voltado para servidores(as) vinculados(as) ao Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares (GGEM) do TJTO e credenciados(as) de Serviço Social que atuam no assessoramento aos juízos demandantes, em processos judiciais ou administrativos, a capacitação contou com carga horária de 45 horas, e foi dividida em seis módulos, na modalidade EaD.

A capacitação foi ministrada pelas facilitadoras Josiane Aparecida Ferreira, Kátia da Silva Faria, Ewandelina de Moraes Folha Leite e visou orientar os(as) participantes por meio do fornecimento de embasamento teórico e prático possibilitando a elaboração de produtos técnicos de alta qualidade, assim como o desenvolvimento de habilidades para o atendimento interdisciplinar das classes de ação nas demandas judiciais e administrativas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO).

ESMAT REALIZA CURSO FOCADO NA TRIBUTAÇÃO DOS PRECATÓRIOS E OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR



O curso “Tributação dos Precatórios e Obrigações de Pequeno Valor”, destinado a magistrados(as) e servidores(as) que atuam como escrivães, técnicos(as) judiciários ou assessores(as) de magistrados(as) do 1º grau, teve seu primeiro encontro realizado no dia 8 de outubro de 2024, na modalidade EaD. Com carga horária de 30 horas-aula, o curso foi dividido em três módulos e seguiu até o dia 29 de outubro. A abertura da capacitação contou com a presença do juiz Manuel de Faria Neto.

As atividades tiveram como objetivo fornecer aos(as) participantes o conhecimento necessário para interpretar e aplicar de forma eficiente as normas legais e tributárias relativas aos precatórios e obrigações de pequeno valor, em conformidade com as recentes alterações legislativas e as melhores práticas do Poder Judiciário. O primeiro módulo da capacitação foi ministrado pelo desembargador Luis Paulo Aliende Ribeiro, do Tribunal de Justiça de São Paulo, e teve como tema “Implicações da referência do crédito e natureza da obrigação na ordem de pagamento e tributação dos créditos de precatório e RPV”, visando analisar a influência da natureza do crédito e suas consequências, assim como compreender a sistemática adotada pela Resolução nº 303 do CNJ, de 2019.

CURSO FOCADO NOS PRINCÍPIOS DO EDUCAJUS É REALIZADO

O curso “Educajus: Justiça e Escola a Serviço da Cidadania”, voltado para magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense que atuam como coordenadores(as) de Cejuscs, servidores(as) dos Cejuscs das comarcas de Novo Acordo, Guaraí, Pedro Afonso, Colinas do Tocantins, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins, e do Nupemec, bem como das escolas contempladas nessas comarcas e do Grupo de Gerenciamento das Equipes Multidisciplinares, foi realizado no período de 23 de agosto a 20 de setembro de 2024.

O primeiro módulo, com o tema “Comunicação Não Violenta (CNV)”, foi ministrado pelos facilitadores Rodrigo Alves Barcellos e Sandra Letícia Thomazi Bordin. O objetivo foi o de capacitar os(as) participantes para compreender e aplicar os princípios do Educajus, utilizando uma linguagem acessível e motivadora, promovendo a cidadania plena nas escolas que fazem parte do programa.





Aspectos Teóricos e Práticos da Legislação Processual Penal

O curso “Aspectos Teóricos e Práticos da Legislação Processual Penal”, destinado a magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense que atuam nas Varas e Câmaras Criminais, teve seu primeiro encontro realizado nesta quarta-feira (30/10) na Esmat.

As atividades foram ministradas pelo professor Fábio Roque da Silva Araújo, que durante as aulas abordou de forma aprofundada os principais aspectos e atualizações de temas relevantes no âmbito do Direito Processual Penal, proporcionando uma compreensão crítica e prática das recentes mudanças legislativas e jurisprudenciais. O primeiro encontro da capacitação tratou de temas como teoria da prisão, imunidades prisionais, emprego da força e de algemas, mandado de prisão, direitos e garantias do preso, entre outros assuntos.



CURSO “TÉCNICAS HACKER PARA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA ORGÂNICA I”

O curso “Técnicas Hacker para atividade de Inteligência e Segurança Orgânica I” foi realizado de forma presencial na Esmat entre 23 e 27 de setembro de 2024. O desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, coordenador da capacitação, participou da abertura e destacou a importância dessa atividade para os trabalhos diários dos(as) servidores(as).

Tendo como público-alvo servidores(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), preferencialmente aqueles(as) com atribuições nas áreas de Inteligência, Segurança Institucional e/ou Tecnologia da Informação, o curso contou com uma carga horária de 40 horas-aula e visou fornecer domínio e utilização de instrumental tecnológico, com ênfase na atuação de atividades de inteligência, coleta de dados em fontes abertas, segurança institucional e segurança cibernética.



CURSO SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOlhIMENTO (SNA)



A Corregedoria Geral da Justiça do Tocantins (CGJUS) e a Esmat realizaram uma capacitação sobre o novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). O treinamento ocorreu no período de 11 de outubro a 1º de novembro de 2024 e foi destinado a servidores(as), magistrados(as) e profissionais de órgãos parceiros do Judiciário que atuam na proteção de crianças e de adolescentes, especialmente nas varas com competência em Infância e Juventude.

Na abertura do curso, que contou com setenta e quatro participantes na modalidade EaD, o juiz titular do Juizado Especial da Infância e Juventude de Palmas, Adriano Gomes de Melo, destacou a importância do treinamento e ressaltou que a prioridade da infância e juventude é uma responsabilidade de todos os Poderes, conforme estabelecido pela Constituição Federal e pelas normas da Corregedoria. “É fundamental que servidores(as) e magistrados(as) compreendam que os processos envolvendo infância e juventude são prioritários, exigindo sempre um esforço a mais em prol desse público”, afirmou.

Com carga horária de 12 horas, a capacitação, com o objetivo de demonstrar como operar com zelo e ética o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, em observância às determinações do art. 2º da Resolução nº 289 do CNJ, de 2019, foi ministrada pelo facilitador Diógenes Augusto Ferracini Silveira Duarte.

JUSTIÇA MAIS PRÓXIMA E INOVADORA: ESMAT PROMOVE CAPACITAÇÕES SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

A Inteligência Artificial tem se tornado uma tecnologia cada vez mais relevante e impactante em diversos setores da sociedade. No contexto do Poder Judiciário, a aplicação dessa tecnologia pode representar uma oportunidade para melhorar a eficiência, inovar os processos judiciais e, conseqüentemente, aprimorar a prestação jurisdicional.



Curso A nova fronteira judiciária: entendendo a IA Generativa e o ChatGPT – Turmas I, II e III

Em 2023, o curso “A nova fronteira judiciária: entendendo a IA Generativa e o ChatGPT” destacou-se pelo sucesso e interesse coletivo da comunidade judiciária. Magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense participaram da capacitação, que foi dividida em três turmas após a repercussão.

Os professores Ana Carla Bliacheriene e Luciano Vieira de Araújo ficaram responsáveis por ministrar as atividades. O curso visou capacitar os(as) inscritos(as) sobre os conceitos, aplicações, limitações e implicações éticas e práticas do uso da Inteligência Artificial Generativa, com destaque para o ChatGPT, a fim de apoiar as atividades judiciais e a inovação e eficiência no Poder Judiciário Brasileiro.

Curso sobre IA Generativa na Admissibilidade Recursal

Nos dias 8 e 9 de abril, os(as) servidores(as) e assessores(as) jurídicos(as) da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) participaram do curso “A Nova Fronteira Judiciária: uso da IA Generativa na Admissibilidade Recursal de Recursos Constitucionais”. Este curso, também ministrado pelos professores Ana Carla e Luciano, focou nas atividades da área de admissibilidade de recursos constitucionais.

Em declaração, o assessor jurídico da Presidência, José Antônio Lopes Farinha, elogiou a capacitação. “Foi uma experiência extremamente valiosa, destacando-se pela combinação de conteúdo teórico e aplicações práticas inovadoras. O curso abordou de maneira clara e detalhada como a inteligência artificial pode futuramente ser utilizada para otimizar o processo de admissibilidade dos recursos constitucionais, reduzindo o tempo de análise dos recursos e contribuindo para a redução da taxa de congestionamento dos processos em nosso setor”, apontou.

Curso Engenharia de Prompt e Aplicações Práticas da IA Generativa (IA-GEN) na Justiça: Da Teoria à Decisão – Turmas I e II



Durante o segundo semestre de 2024, foram realizadas, ainda, duas turmas do curso “Engenharia de Prompt e Aplicações Práticas da IA Generativa (IA-GEN) na Justiça: Da Teoria à Decisão”. Coordenado pelo magistrado Wellington Magalhães, a capacitação foi desenvolvida nos dias 12 e 13 de setembro.

Inicialmente, o curso estava previsto para atender apenas a uma turma. No entanto, devido à grande procura e à solicitação de vagas remanescentes, a coordenação do Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Nufam) decidiu abrir uma segunda turma. O público-alvo do curso inclui magistrados(as), assessores(as) jurídicos(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense.

O curso teve como objetivo capacitar magistrados(as) e operadores(as) do direito a compreender e aplicar sistemas de Inteligência Artificial Generativa no processo judicial, promovendo o uso ético, crítico e eficaz dessa tecnologia na elaboração de decisões judiciais. As atividades foram conduzidas pelos professores Alexandre Freire Pimentel, Haroldo Carneiro Leão Sobrinho e Irving William Chaves Holanda.

Capacitação para servidores(as) da Corregedoria

Nos dias 3 e 4 de junho, os(as) servidores(as) da Corregedoria-Geral de Justiça participaram do curso “A Nova Fronteira Judiciária: entendendo a IA Generativa e o ChatGPT — Turma IV”. Ministrado pelos professores Ana Carla Bliacheriene e Luciano Vieira de Araújo, a capacitação abordou os conceitos fundamentais, aplicações práticas, limitações e considerações éticas relacionadas ao uso da Inteligência Artificial Generativa (IAG), com foco especial no ChatGPT.

Em sua quarta turma, o curso visou apresentar aos(às) inscrites(as) as limitações da IAG, incluindo seu potencial para viés, erros e falta de discernimento ético. Em depoimento, a servidora Tabita Rafaela Alves Leite comentou que “participar do curso sobre Inteligência Artificial Generativa e o ChatGPT foi muito esclarecedor. Pude entender melhor como essas tecnologias funcionam e suas aplicações práticas. A troca de experiências com os(as) especialistas e outros(as) participantes foi especialmente valiosa”.



Formação Continuada em Inteligência Artificial Generativa



Os professores da USP, Ana Carla Bliacheriene e Luciano Vieira de Araújo, estiveram, mais uma vez, no Tocantins para ministrar, desta vez, a Formação Continuada em Inteligência Artificial Generativa (IAG). O curso, desenvolvido nos dias 23 e 24 de setembro, contou com uma carga horária de 16 horas-aula.

A capacitação visou desenvolver uma formação prática sobre o uso da IAG, capacitando os(as) participantes a aplicar essa tecnologia de maneira eficaz nas atividades do Judiciário. Demonstrando a importância da temática, o curso contou com a participação, como aluno, do próprio diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas.



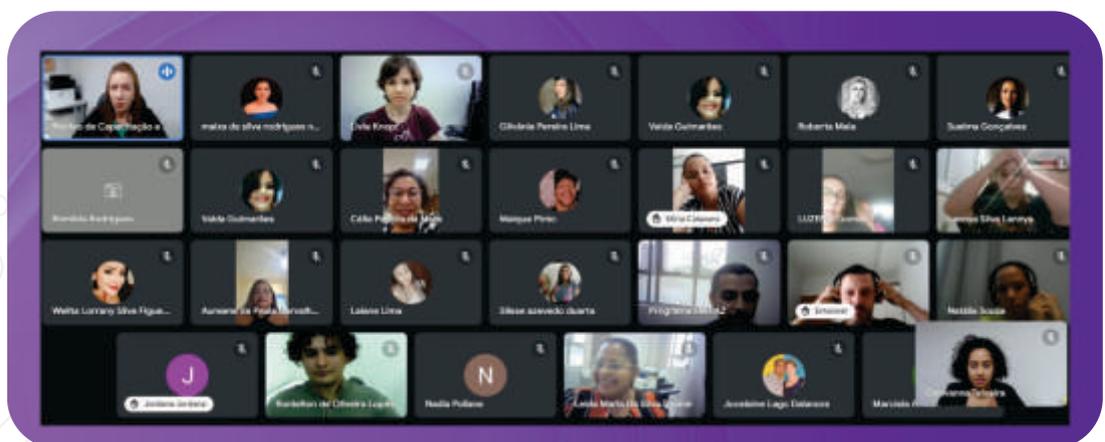
Em 2023 a Esmat realizou a V turma do curso Preparatório para o Teletrabalho. Já em 2024, foram realizadas as turmas VI e VII do curso. Com carga horária de 20h para cada turma, as atividades foram ministradas por magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Tocantins, e facilitadores convidados de outros órgãos do Poder Judiciário.

O curso teve como finalidade orientar e capacitar servidores(as) e magistrados(as) para o desempenho das atividades laborais fora das instalações físicas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em regime denominado teletrabalho, na forma da Resolução nº 20, de 24 de junho de 2020. Ao final do curso, para o biênio 2023 e 2024, duzentos e oitenta e dois alunos foram certificados pela Esmat.



Com o objetivo de capacitar os(as) profissionais das equipes técnicas do Grupo Gestor de Equipes Multidisciplinares (GGEM) do Poder Judiciário Tocantinense para atuarem no atendimento às vítimas de violência doméstica, com foco na compreensão, manejo e prática de grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher, a Esmat promoveu no período de 3 de outubro a 13 de dezembro de 2024 um curso sobre a Política Judiciária de enfrentamento e apoio às vítimas de violência doméstica.

A capacitação, realizada de forma *online*, por meio da Plataforma *Google Meet* e do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat, teve como públicos-alvo servidores(as) e profissionais graduados(as) em Psicologia, Serviço Social e/ou Pedagogia.



OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)



Com o objetivo de capacitar servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense na utilização do Sistema de Gestão de Recursos Públicos (GRP) para a operacionalização do Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025, a Esmat realizou no dia 9 de outubro de 2024 uma capacitação no seu laboratório de informática. O curso foi ministrado pelos facilitadores José Atilio Beber e Edir Pereira dos Santos, que abordaram a criação do PCA, com ênfase na elaboração por unidades, inserção de alterações no GRP e emissão de relatórios de execução.

Segundo José Atilho, responsável pelo Plano de Contratações Anual do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), "o objetivo principal deste treinamento é fazer com que o pessoal entenda toda a história do PCA, o porquê de ele ser importante, quais legislações o implantaram; depois vamos implantar o PCA no GRP. Neste momento, temos uma turma com dezoito alunos(as) de diversas diretorias que foram selecionadas e enviaram seus representantes. Eles(as) estão aprendendo como fazer a inserção do PCA no GRP. Após inserido, será aprovado e enviado ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), onde deverá ser enviado a nível nacional"

O Plano de Contratações Anual (PCA) é fundamental para garantir contratações planejadas, seguras e eficientes, otimizando o uso dos recursos materiais e humanos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e minimizando o risco de contratações indevidas.

CURSO MEDIDAS DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL PARA MAGISTRADOS DO TJTO



“Redes sociais! É muito difícil remar contra a maré e não ter contas nas tais redes. Então, que saibamos usar com racionalidade, pois lugar nenhum é 100% seguro”, disse o palestrante especialista em Gestão Estratégica de Segurança Institucional, Claudemir Pantaleão Câmara.

“Instagram é imagem. Até provar que não foi você quem disse, já foi. E a retratação é muito menor que a publicação. Então, tem de proteger as redes sociais, pois o que mais têm são contas roubadas em que são publicados inúmeros posts que não condizem com o perfil do dono”, destacou Marco Antônio Martins Santos, mestre em Operações Militares, especialista em Inteligência Militar.

Os alertas sobre cuidados nas redes sociais foram pontuados pelos palestrantes especialistas em segurança, Claudemir Pantaleão Câmara e Marco Antônio Martins Santos durante o curso “Medidas de Segurança Institucional para Magistrados do TJTO”, realizado no dia 6 de junho de 2024, no auditório do Tribunal de Justiça do

Tocantins (TJTO). A abertura foi conduzida pelo desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, presidente da Comissão Permanente de Segurança Institucional (Copesi), que, na ocasião, apresentou toda a estrutura e equipe do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS), e estendeu ainda agradecimentos aos representantes da Assessoria Militar (Asmil-TJTO) pela contribuição à segurança institucional prestada à Casa de Justiça.

A capacitação é uma iniciativa do Poder Judiciário Tocantinense, por meio da Esmat, e teve como objetivo apresentar medidas de segurança para aplicação na rotina diária dos(as) magistrados(as), com apresentação de casos hipotéticos e explicações sobre a aplicação dessas medidas, divididas em dois momentos: o primeiro, mais voltado para a segurança preventiva, foi apresentado pelo palestrante Claudemir Pantaleão Câmara; o segundo, ministrado por Marco Antônio Martins Santo, teve enfoque nos crimes cibernéticos.

CURSO MEDIDAS PROTETIVAS: PROTEÇÃO INTEGRAL, METODOLOGIAS, DESAFIOS E GARANTIA DE DIREITOS



A Esmat realizou, no período de 17 de setembro a 18 de novembro de 2024, o curso “Medidas Protetivas: Proteção Integral, Metodologias, Desafios e Garantia de Direitos”. Com uma carga horária de 80 horas e ofertado na modalidade de Ensino à Distância (EaD), a capacitação, ministrada pelos facilitadores Ivan Ferreira da Silva, Elma Alves Garcia Lopes e Sabrina D' Lizandro Timóteo de Sousa Freitas, abordou aspectos teóricos e legais, bem como metodologias de funcionamento para atuar no campo da Infância e Juventude, violação de direitos e proteção dos direitos fundamentais.

O curso visou capacitar, em específico, servidores(as) e profissionais graduados(as) em Psicologia, Serviço Social e Pedagogia que atuam no Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares (GGEM) do Poder Judiciário Tocantinense, com atuação no Programa Acolhimento institucional e familiar, apadrinhamento, novos caminhos, para o desenvolvimento de apropriação teórica, legal, parâmetros metodológicos e de funcionamento no campo da Infância e Juventude, violação de direitos e direitos fundamentais, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO)



Excelência na Gestão Judiciária: fortalecendo competências

O curso “Gestão Judiciária: fortalecendo competências”, realizado de forma virtual e autoinstrucional, no período de 28 de maio a 27 de junho, teve como foco o conhecimento sobre a organização e a estruturação do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, abordando temas relacionados à gestão, funções, ambiente, sistemas e condutas, com foco na melhoria da prática profissional dos(as) servidores(as) do Poder Judiciário. As atividades foram conduzidas à distância por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (AVA/Esmat), e ministradas pelo jornalista e facilitador em linguagem simplificada, Tarcísio Vória. Em depoimento, o Facilitador Tarcísio enfatizou que essa iniciativa representou uma oportunidade para utilizar recursos audiovisuais e apresentar a estrutura do Poder Judiciário. “Mais uma vez a Esmat inova e nos proporciona uma experiência de grande valia”, ressaltou.

Durante o curso, foram explorados diversos aspectos essenciais para entender à organização e ao funcionamento do Poder Judiciário, tanto em âmbito nacional quanto especificamente no estado do Tocantins. Em relação aos sistemas, foram apresentados o Eproc, SEI, SEEU, PJECOR, GISE, EGESP, IDP, SAV e AVA, cada qual desempenhando funções específicas desde a gestão de processos até a formação e suporte educacional oferecidos pela Esmat.

CURSO GESTÃO FINANCEIRA E HÁBITOS PESSOAIS: CONSTRUINDO UM FUTURO FINANCEIRO SÓLIDO



Promovido pela Esmat, o curso “Gestão Financeira e Hábitos Pessoais: Construindo um Futuro Financeiro Sólido”, para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, foi desenvolvido entre 3 e 25 de junho de 2024.

A formação visou construir habilidades gerenciais e de organização financeira no desempenho eficaz das funções judiciais. O curso foi ministrado pelo facilitador Márcio Eckardt. Ele ressaltou que a construção de hábitos financeiros saudáveis não é apenas uma questão de gestão de dinheiro, mas também está intrinsecamente ligada ao bem-estar emocional e mental.

CURSO FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA O ATENDIMENTO/RECEPÇÃO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU NEURODIVERGENTES



Mais de trezentas pessoas estiveram presentes no primeiro encontro em 24 de setembro de 2024 do curso “Formação e sensibilização para o atendimento/recepção a pessoas com deficiência e/ou neurodivergentes”, realizado de forma remota pela Esmat e pela Diretoria de Gestão de Pessoas (Digep). O curso ocorreu na modalidade EaD e se estendeu até o dia 27 de setembro.

Na solenidade de abertura, durante o seu pronunciamento, o desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI), destacou a importância dessa capacitação. “É com grande alegria que damos início a esta capacitação tão necessária. As deficiências mostram que existem diferentes formas de pensar, compreender e interagir com o mundo. O ambiente acolhedor e respeitoso valoriza cada indivíduo em sua singularidade e reconhece as suas particularidades. Proporcionar tratamento com inclusão é ser humano acima de tudo”, ressaltou.

A formação também contou com a presença da servidora Patricia Idehara, responsável pelos trabalhos de acessibilidade e inclusão do Tribunal de Justiça. As atividades foram divididas em quatro módulos e surgiram com o objetivo de propiciar sensibilização sobre as temáticas e conhecimento teórico-prático que possibilitem aos(às) participantes a melhoria de suas habilidades para realização do atendimento a pessoas com deficiência e/ou neurodivergentes.

Contando com uma carga horária de 6 horas, o curso foi ministrado pela facilitadora Juliana Barica Righini, consultora, palestrante e mediadora em assuntos relacionados a pessoas adultas com deficiência intelectual.



FORMAÇÃO ANTIMANICOMIAL CONTA COM MAIS DE NOVECENTOS PARTICIPANTES

A Formação Inicial de Profissionais para a Implantação da Política Antimanicomial no Sistema de Justiça do Estado do Tocantins iniciada no dia 28 de agosto, no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), teve como objetivo capacitar profissionais do sistema de justiça, gestores(as) municipais e trabalhadores(as) da rede de atenção social e prisional, visando à implementação da política antimanicomial e ao atendimento qualificado às pessoas em conflito com a lei e que possuem transtornos mentais.

Abertura

Na abertura do evento, o juiz Allan Martins Ferreira, coordenador do Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial do Tocantins (Ceimpa) e membro do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), enfatizou a importância da capacitação, destacando ser esta apenas a primeira de muitas iniciativas voltadas para o tema. “Temos o compromisso de que este não seja o primeiro nem o último, mas o primeiro de muitos”, afirmou o magistrado.

O desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), trouxe uma reflexão crítica sobre o papel do Estado em relação à assistência psiquiátrica. “Nós temos de olhar para dentro e ver que isso só está acontecendo pela mais pura falta de Estado. Onde falta Estado, falta cidadania”, afirmou, citando Platão ao defender a necessidade de diversidade e assistência para as pessoas em situação de vulnerabilidade psiquiátrica.

Abrindo oficialmente o curso, a desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral da Justiça, reforçou a importância da capacitação para o sistema de justiça. “A formação é um passo importante para a preparação da implementação da Política Antimanicomial no Sistema de Justiça do nosso Estado”, apontou. A corregedora finalizou sua fala com otimismo sobre os resultados esperados.

Aulas

A primeira aula, ministrada pelo professor Marcelo Kimati Dias e pela professora Juliana Biazze Feitosa, tratou das “Considerações gerais sobre a psico-

patologia, imputabilidade penal e o papel da rede de atenção psicossocial na medida de segurança”.

A programação continuou com aulas que aprofundaram a discussão sobre o impacto das internações em manicômios judiciais. O tema “A internação no 'manicômio judiciário': tratamento de saúde ou intensificação do adoecimento?” foi apresentado pelo professor Daniel Navarro Sonim e pelo palestrante Walter Farias, que discutiram os desafios e as consequências do tratamento dado aos(as) internos(as) nessas instituições.

Também foi realizada a palestra “A pessoa em conflito com a lei e a luta antimanicomial na perspectiva da PNAISP”, ministrada pelo professor Carlos Alberto Pereira de Oliveira, com a professora Helenilva Custódio de Melo como codocente.

A capacitação, realizada durante os dias 28, 29 e 30 de setembro, resultado dos trabalhos técnicos do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH/ES-MAT/UFT), foi coordenada pelo magistrado Allan Martins Ferreira em parceria com a Esmat e com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Execução de Medidas Socioeducativas (GMF).

ESMAT DESENVOLVE CAPACITAÇÃO SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS PARA SERVIDORES(AS) DO JUDICIÁRIO TOCANTINENSE

Servidores e servidoras do Poder Judiciário Tocantinense participaram, nos dias 19 e 20 de setembro de 2024, das atividades do curso “Estruturação, organização e interface da atuação da assessoria jurídica e do controle interno diante da Lei nº 14.133/2021”. Com carga horária de 16 horas, a capacitação foi ministrada, no primeiro dia, pelo pós-doutor Anderson Sant’Ana Pedra.

Como o próprio nome indica, o curso visou capacitar os(as) participantes a atuarem com segurança na assessoria jurídica e no controle interno, apresentando, de forma específica, detalhada, sistemática e prática, os pontos e as inovações trazidos pela Lei nº 14.133, de 2021. No segundo dia, o facilitador Marcus Vinicius Reis de Alcântara, um dos membros fundadores do Instituto Nacional da Contratação Pública (INCP), conduziu as atividades do curso, com foco nas questões relacionadas ao controle das contratações e ao sistema de controle interno.



CURSO EAD PRO - FORMAÇÃO PARA TUTORES



A Esmat promoveu, no período de 1º de outubro a 20 de novembro, o curso “EaD Pro – Formação para Tutores”. Com uma carga horária de 90 horas-aula, a capacitação contou com a participação de setenta inscritos(as), reunindo magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça do Tocantins, além de colaboradores(as) de instituições parceiras da Esmat. O objetivo da capacitação foi preparar os(as) participantes para atuarem como tutores(as) na Educação Corporativa Online, utilizando a plataforma Moodle para ministrar cursos na modalidade de ensino à distância.

Dividido em dois módulos, o curso abordou temas como: Módulo I – Planejamento e Estruturação da Sala Virtual na Plataforma Moodle; Conceitos básicos para o planejamento e estruturação da sala virtual;

Aplicação das tecnologias educacionais com base no papel do Tutor; Tecnologias digitais na educação corporativa; O uso eficaz das ferramentas propostas pela plataforma Moodle (Ambiente Virtual de Aprendizagem). Módulo II – Processos Teórico-Práticos da EAD; Educação à Distância; Desenvolvimento de Competências do Tutor em EAD; Ferramentas e Recursos Tecnológicos para Tutoria em EAD; Metodologias Ativas e Estratégias de Tutoria; Ferramentas e Recursos para a Aplicação Prática; Planejamento e Gestão de Tutoria em EAD; Avaliação em Ambientes de EAD; Desafios e Tendências na Tutoria em EAD.

As atividades foram ministradas pelos facilitadores Lily Sany Silva Leite, mestre em Modelagem Computacional de Sistemas e doutoranda em Governança e Transformação Digital; Jadir Alves de Oliveira, mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos; e por Bruno Odate, mestre em Modelagem Computacional de Sistemas.

Abordagem Sistêmica como Método Adequado para

O TRATAMENTO DE CONFLITOS NO ÂMBITO DO TJTO

A capacitação, ministrada por Sami Storch, juiz de Direito do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) e pioneiro mundial no uso da Constelação Familiar no Judiciário, e por Janaina Ramos Mendes de Souza Vieira, servidora do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e gestora do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos de São Vicente, sobre “Abordagem sistêmica como método adequado para o tratamento de conflitos no âmbito do TJTO”, ocorreu no dia 14 de outubro de 2024.

A iniciativa partiu de uma solicitação da aluna do Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos – UFT/ESMAT – Turma XI, Lívia Guimarães Ferreira, sob a orientação do professor Vinícius Marques, que identificou a necessidade de aprimoramento dos conhecimentos na área de Direito Sistêmico e Constelação Familiar, considerando, ainda, a necessidade de aprimoramento das atividades jurisdicionais e administrativas da Corregedoria-Geral de Justiça, bem como a necessidade de orientação e treinamento de novos(as) profissionais.

O curso visou capacitar os(as) participantes vinculados(as) ao Sistema de Justiça no Estado do Tocantins a compreenderem melhor as dinâmicas familiares e aplicarem esses conhecimentos na prática jurídica, proporcionando uma atuação mais humanizada e eficaz, atendendo ao disposto no ODS 16, previsto na Agenda 2030 da ONU.



CURSO COMO TRABALHAR EM E COM GRUPOS

O curso “Como trabalhar em e com grupos”, destinado aos(as) servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense com atuação no Núcleo de Acolhimento e Acompanhamento Psicossocial (NAPsi), foi realizado entre 29 de outubro e 5 de novembro de 2024 de forma virtual. Com carga horária de 20 horas-aula, a capacitação foi ministrada pelo professor Luiz Carlos Osório visando capacitar os(as) participantes a partir de uma abordagem teórica e prática que facilita a intervenção com grupos no contexto laborativo.

O curso tratou de temas como a questão dos paradigmas científicos, a conceituação de sistemas humanos, marcos referenciais teórico-práticos para o estudo dos microsistemas, o enfoque interdisciplinar e sua origem no pensamento sistêmico, entre outros assuntos.



FORMAÇÃO DE LABORATORISTAS

Realizado em 2023, o curso “Do Conceito à Implementação: capacitação para laboratoristas de inovação”, teve como objetivo capacitar magistrados(as) e servidores(as) para atuarem laboratórios de inovação, proporcionando aos participantes o desenvolvimento de habilidades de liderança, comunicação e trabalho em equipe.

Já em 2024 as atividades do curso “Formação de Laboratoristas” objetivaram desenvolver competências em inovação entre os(as) participantes, com foco na melhoria dos processos e serviços no Poder Judiciário, promovendo uma cultura de criatividade e empreendedorismo público por meio da identificação de oportunidades, desenvolvimento de soluções inovadoras e implementação de protótipos que atendam às necessidades e desafios estratégicos dessa área.

As aulas foram ministradas pela facilitadora das aulas foi Yna Barbosa Honda e Sousa, doutoranda em Tecnologia e Inovação, pela UTFPR; e pelos facilitadores juiz José Faustino Macedo de Souza Ferreira, Mestre em Inteligência Artificial pela UFPE; e João Guilherme de Melo Peixoto, Doutor em Comunicação Social pela UFPE.





CURSO

FAMÍLIA ACOLHEDORA: CUIDADO E PROTEÇÃO NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO



A Esmat realizou, no período de 5 de novembro a 13 de dezembro de 2024, o curso “Família Acolhedora: Cuidado e Proteção no Serviço de Acolhimento”. A capacitação, que ocorreu de forma virtual, foi voltada para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, integrantes do Grupo de Gerenciamento das Equipes Multidisciplinares, gestores(as) da Política de Assistência Social e equipes técnicas vinculadas a essa política.

Nas aulas, conduzidas pelas facilitadoras Laizi Souza e Thaís Penha, foram discutidas pesquisas que analisam o impacto da institucionalização na vida de crianças e de adolescentes, proporcionando uma visão ampla sobre o tema e destacando a importância de alternativas que promovam o desenvolvimento saudável e a reintegração familiar.

MAGISTRADOS(AS) E SERVIDORES(AS) PARTICIPAM DE CAPACITAÇÃO SOBRE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS E ESPECIAIS

O curso “Juízo de Admissibilidade de Recursos Excepcionais” foi realizado nos dias 4 e 5 de novembro de 2024, sob a condução do professor Marcelo Ornellas Marchiori. A capacitação, com mais de trinta inscritos(as), foi voltada para magistrados(as) e servidores(as) que já atuam ou desejam atuar na análise de admissibilidade de recursos extraordinários e especiais.

Com 16 horas-aula, o curso foi solicitado pela equipe da Corregedoria-Geral de Justiça e contou com a coordenação do juiz Arióstenis Guimarães Vieira. O magistrado destacou que a capacitação está alinhada aos objetivos estratégicos da Corregedoria e da futura gestão do TJTO, contribuindo para uma atuação mais qualificada e comprometida com a excelência na gestão pública.



Em 2023, com a adoção da plataforma Workspace da Google, contratada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, fez-se necessário a capacitação de magistrados e servidores com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos ofertados pelo pacote de aplicações. Dividido em três turmas, as atividades do curso foram desenvolvidas na modalidade de ensino à distância, tendo como intuito o desenvolvimento e construção de um trabalho mais dinâmico, de acordo com as tendências e necessidades da força de trabalho.

O processo de formação contínua de colaboradores, nas Instituições Corporativas, tornou-se capital intangível de elevado diferencial competitivo para as Instituições. A valorização do capital intelectual permite gerar este diferencial em níveis estratégicos e fornecer aos colaboradores competência profissional em níveis nunca antes observados no mercado de trabalho. Nesta perspectiva, em 2024, a Esmat ofertou a quarta turma do Curso “Google Workspace: o uso eficaz dos recursos no TJTO”.

A capacitação está alinhada ao Plano-Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC 2021-2023), além de promover as melhores práticas previstas nas Resoluções nº 370 e 396 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ambas de 2021, turma I que impactam em aspectos relevantes, como a transformação digital e na infraestrutura e serviços em nuvem.

LABORATÓRIO PRÁTICO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA CAPACITA MAGISTRADOS(AS) E SERVIDORES(AS) DO JUDICIÁRIO TOCANTINENSE - TURMAS I E II

Magistrados(as), assessores(as) jurídicos(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense participaram, nos dias 18 e 19 de novembro, do curso “Laboratório Prático de Inteligência Artificial Generativa (IAGEN) – Aplicações no Poder Judiciário”, promovido pela Esmat.

O curso, ministrado pelos professores Irving William Chaves Holanda e Haroldo Carneiro Leão Sobrinho, foi estruturado para capacitar os(as) inscritos(as) no uso eficiente, ético e crítico da IAGEN, considerando a crescente complexidade do sistema judicial brasileiro. As atividades teóricas e práticas exploraram o potencial da tecnologia para otimizar tarefas judiciais, reduzir gargalos processuais e melhorar a análise de dados, oferecendo um aprendizado abrangente para os(as) participantes.

Durante a abertura das atividades, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), destacou a importância

da transformação digital para o avanço do Judiciário. “A transformação digital já é uma realidade no Judiciário e as Escolas Judiciais têm um papel fundamental nesse processo. Precisamos capacitar nossos(as) magistrados(as) e servidores(as) para que eles(as) possam utilizar as novas tecnologias com ética a favor da Justiça, garantindo mais eficiência e celeridade na prestação jurisdicional”, afirmou.

Na mesma ocasião, o magistrado Wellington Magalhães, coordenador do curso, que conduziu a abertura de uma das turmas, enfatizou o compromisso com a implementação ética e responsável das inovações tecnológicas.

“Nosso compromisso é garantir que essa inovação seja implementada de forma ética e responsável, respeitando os direitos e as garantias fundamentais. Estamos empolgados com as possibilidades que a IA generativa traz para o futuro do Judiciário e confiantes de que este projeto será um passo significativo rumo a um sistema mais eficiente e justo”, comentou.





ESMAT PROMOVE CURSO PARA FORTALECER LIDERANÇA FEMININA NO JUDICIÁRIO

A Esmat iniciou, no dia 4 de dezembro de 2024, a Formação de Lideranças Femininas. O curso reúne magistradas e servidoras do Poder Judiciário Tocantinense com um objetivo que vai além da capacitação técnica: construir pontes para a liderança com equidade, propósito e visão de futuro. Na abertura da capacitação, a desembargadora Ângela Prudente enfatizou a relevância da iniciativa, enquanto Ana Beatriz Pretto, diretora executiva da Esmat, reforçou o papel transformador do projeto. “Essa iniciativa reforça a importância de fortalecer a cultura da liderança feminina no âmbito jurídico, promovendo a igualdade de oportunidades, o empoderamento e o aperfeiçoamento de competências essenciais para o exercício de funções estratégicas. Além disso, programas como este contribuem para a construção de um ambiente institucional mais inclusivo e representativo”, afirmou.

A formação, coordenada por Ana Carina Mendes Souto, diretora geral do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), dialoga diretamente com a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, uma diretriz do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que busca superar as barreiras históricas que ainda se erguem no caminho de muitas mulheres. Para além de cumprir um papel institucional, o curso surge como um espaço de fortalecimento individual e coletivo, um convite à reflexão e ao protagonismo.

A base metodológica do programa se desdobra numa abordagem híbrida, mesclando workshops presenciais conduzidos pela especialista Simone Murata e atividades assíncronas. Entre os temas trabalhados, destacam-se autoconhecimento, planejamento estratégico de carreira, alta performance emocional e liderança protagonista — competências que ecoam tanto no ambiente jurídico quanto na vida pessoal de cada participante. Até fevereiro de 2025, essas mulheres compartilharão aprendizados, trocarão experiências e juntas construirão um novo capítulo para a história da Justiça Tocantinense. E, quiçá, para além dela.

GAMIFICAÇÃO É TEMA DE CURSO PARA SERVIDORES(AS) E MAGISTRADOS(AS) DO JUDICIÁRIO TOCANTINENSE



Nos dias 5 e 6 de dezembro de 2024, a Esmat promoveu o curso Noções de Gamificação, direcionado a servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense. A Gamificação, que aplica elementos de jogos em contextos não relacionados a entretenimento, tem se destacado como uma estratégia eficaz para aumentar a motivação, promover comportamentos positivos e impulsionar a eficiência. A adoção dessa metodologia no Judiciário atende à necessidade de atualizar práticas institucionais e fortalecer a participação ativa dos(as) profissionais.

O curso foi conduzido pelo mestre em Educação, Rodrigo Mota Narcizo, que apresentou conceitos fundamentais, como a distinção entre gamificação e jogos sérios, além de frameworks reconhecidos, como Octalysis e Player Type HEXAD. Durante a formação, os(as) participantes exploraram aplicações práticas, compreendendo como elementos lúdicos podem transformar a experiência de trabalho e de aprendizado.

CURSO PARA GESTÃO PARA GABINETES

Nos dias 12 e 13 de dezembro de 2024, a Esmat realizou o curso Gestão para Gabinetes, com a participação de servidores e servidoras do Poder Judiciário do Estado do Tocantins. O objetivo da capacitação foi aprofundar o conhecimento sobre padronização, organização e gestão de gabinetes, com ênfase na utilização de relatórios estatísticos e nas ferramentas do sistema Eproc. Com a implementação das Centrais de Processamento Eletrônico Regionais, o Tribunal vivenciou uma fase de transição, impactando diretamente a gestão do trabalho tanto nos cartórios quanto nos gabinetes. Nesse cenário, o curso contou com a contribuição de palestrantes que são servidores do TJTO, permitindo a troca de experiências e a aplicação prática dos conteúdos, diretamente relacionados às suas áreas de atuação. A programação teve início com a aula magna "A Prestação Jurisdicional Efetiva e os Desafios da Gestão Judicial", ministrada pelo doutor Herisberto e Silva Furtado Caldas. O curso foi coordenado pela desembargadora Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi, e contou com a colaboração dos facilitadores: Valéria Fortes Bodas, Cristiane Cirqueira Castro, Lilian Carvalho Lopes, Tássio Gonçalves Baliza, Luciane Rodrigues do Prado Faria, André Vinicius D'i Oliveira Gomes, Lucas Ferreira Gomes, Bruno Vieira de Melo Aguiar e Ana Berenice de Aguiar Santana e Silva.

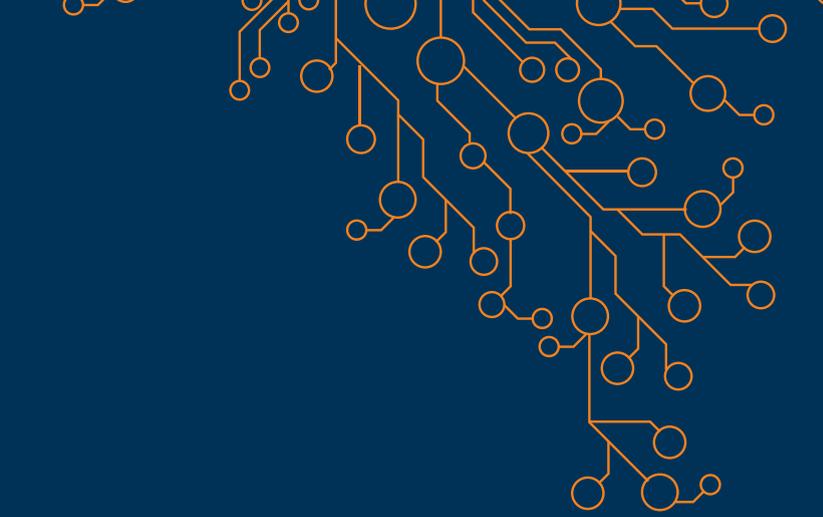


FORMAÇÃO DA BRIGADA DE INCÊNDIO

Objetivando capacitar os(as) servidores(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) para identificar, prevenir e atuar de forma eficiente em situações de incêndio ou outras emergências, visando à proteção das pessoas, do patrimônio e do meio ambiente, atendendo às exigências legais e às regulamentações de segurança, a Esmat realizou, nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de 2024, duas turmas da Formação da Brigada de Incêndio. Ao todo, a capacitação contou com carga horária de 16 horas por turma e foi conduzida por Neivaldo Honorato de Melo, 1º tenente QOBM/A do Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins e coordenador de Segurança Contra Incêndio e Emergência pela Assessoria Militar na Presidência do Tribunal do Tocantins (ASMIL TJTO).



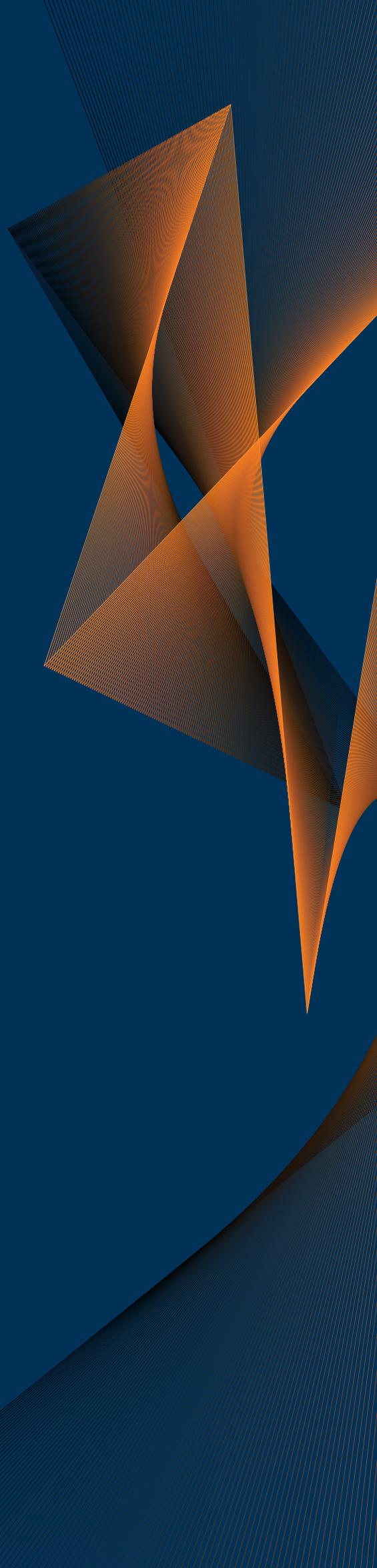




127



EVENTOS





III WORKSHOP

ESTADUAL DE ALTERNATIVAS PENAIS

Estratégia de Superação de Desafios no Campo da Privação de Liberdade

21 DATA DE REALIZAÇÃO
e 22 MARÇO
2023



A Esmat realizou, a terceira edição do *Workshop* Estadual de Alternativas Penais, com o tema “Estratégia de Superação de Desafios no Campo da Privação de Liberdade”. De forma resumida, foram debatidos estratégias e desafios para superação da privação de liberdade, por meio do investimento em iniciativas desencarceradoras. Durante a solenidade de abertura, o juiz Allan Martins Ferreira, representante do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tocantins, frisou a importância de disseminação da política de não encarceramento.

O secretário Deusiano Amorim, da Secretaria do Estado da Cidadania e Justiça do Tocantins, também marcou presença no Evento. Em sua fala, Deusiano destacou o comprometimento e o empenho da Secretaria na construção de políticas de desencarceramento. Para o defensor público Fabrício Silva Brito, representante da Defensoria Pública do Tocantins, as medidas alternativas devem ser pensadas para além da punição. Atuando de forma reintegradora dos custodiados.



Representando a OAB Seccional Tocantins, a advogada Giovanna Helena Monteiro Ferraz também discursou sobre a necessidade de análise das alternativas penais vistas a partir dos direitos humanos. Segundo a advogada Sibebe Letícia Rodrigues de Oliveira Biazotto, representante do Conselho Penitenciário, o Evento é uma oportunidade para o desenvolvimento de reflexões e debates sobre o não encarceramento.

Na oportunidade, participaram da solenidade de abertura, Lucivania Pereira Carneiro, representando o Conselho da Comunidade; e Mayesse Silva Parizi, representante da Secretaria Nacional de Políticas Penais (MJSP).

Ministrada pelo coordenador nacional de Alternativas Penais da SENAPPEN/MJSP, Carlos Andre dos Santos, a palestra de abertura teve como tema o "Panorama Nacional sobre Políticas Criminais e Alternativas ao Encarceramento".

As semelhanças entre os tempos históricos de escravidão e as condições de encarceramento no Brasil foram alguns dos tópicos de debate durante a palestra da juíza Renata do Nascimento e Silva, no segundo dia do *Workshop*.

Sob moderação da assistente social Delisangela Alves de Souza, da Central de Penas e Medidas Alternativas (CEPEMA) de Paraíso do Tocantins, o primeiro painel colocou em discussão a questão racial e a justiça criminal. Para a juíza Renata, "é de extrema importância a gente refletir sobre esse tema central na nossa sociedade. É um tema muito caro a cada um de nós como sociedade que se pretende integrar em um estado democrático de direito", disse.

Durante a sua apresentação, a juíza fez uma retomada histórica da marginalização racial no Brasil, que fundamenta o argumento da existência de uma política de aprisionamento de negros, destacando que os processos de continuidade de encarceramento contra esse grupo, que consiste nos grupos de pessoas escravizadas no Brasil de ontem, e majoritariamente de pessoas presas, permanecem no Brasil de hoje. Esses apontamentos reafirmam como a formação sócio-histórica do Brasil foi e ainda é forjada a partir da escravidão.

O segundo painel foi ministrado pela promotora de justiça Cynthia Assis de Paula e mediado pelo coordenador da Cepema de Palmas, Marciano Almeida da Silva. Em sua fala, a painelistra expôs informações relacionadas à justiça negociada e o acordo de não persecução penal.



ABERTURA DA 23ª SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA: JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

“É um tema essencialmente necessário para a gente pensar na construção de um país melhor livre, justo e solidário, quando mais da metade de população, as mulheres, ainda tem seus direitos diuturnamente desrespeitados”, disse o juiz federal Marcio Luiz Coelho de Freitas, conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), durante a palestra de abertura da 23ª semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. O Evento foi realizado em cerimônia virtual no dia 6 de março, com transmissão pelo canal do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), no *Youtube*. A solenidade foi aberta ao público.

A abertura da Semana Justiça pela Paz em Casa foi feita pela desembargadora Ângela Prudente, vice-presidente do TJTO, que na ocasião enalteceu o objetivo do Programa e a sensibilização da sociedade para a realidade violenta que as mulheres brasileiras enfrentam. “Todos os esforços direcionados a erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher são necessários e contribuem sobremaneira para a redução da desigualdade de gênero, possibilitando à mulher uma vida digna, com a garantia de receber e usufruir todos os direitos inerentes a uma sociedade justa e igualitária”, destacou a desembargadora.

O Evento foi uma realização da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica (CEMSVID) em parceria com o Poder Judiciário Tocantinense e a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e teve como objetivo capacitar e aprimorar os(as) participantes para que possam contribuir para a melhoria e o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional na matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher, feminicídio e julgamento com perspectiva de gênero.



Os desafios da formação acadêmica no Brasil ante as mudanças no processo educacional foi tema da abertura da 55ª Edição do Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), no dia 30 de março, em Salvador (BA). Ministrada pelo professor doutor Luiz Roberto Liza Curi, presidente do Conselho Nacional de Educação, a palestra “Desafios Contemporâneos na Educação Superior” abriu o LV Encontro do Copedem.

Com a presença de magistrados(as), diretores de Escolas de Magistratura de todo o País, a cerimônia da solenidade de abertura foi realizada pelo desembargador Marco Villas Boas, presidente do Copedem e diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), acompanhado do desembargador Mario Albiani Alves Junior, diretor geral da Universidade Corporativa do TJBA (UNICORP), do diretor geral da Escola de Magistrados da Bahia (EMAB), do juiz Marcelo José Santos Lagrota Felix e do desembargador Nilson Soares Castelo Branco, presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA).

O desembargador Marco Villas Boas, falou da necessidade de se debater sobre os avanços tecnológicos ante o novo paradigma da prestação jurisdicional no País.

Na solenidade foram entregues as medalhas Mérito Acadêmico Des. Antonio Rulli Junior para o desembargador Mário Augusto Albiani Alves Júnior; a desembargadora Eva Evangelista de Araújo Souza; e ao juiz Rosalvo Augusto Vieira da Silva. Medalha Domingos Franciulli Neto para o desembargador Nilson Soares Castelo Branco; o professor doutor Fredie Didier Júnior; a desembargadora Joanice Maria Guimarães de Jesus; e a desembargadora Nágila Maria Sales Brito. Medalhão Comemorativo ao LV Encontro do Copedem para o professor mestre Eugênio de Souza Kruschewsky; o prefeito de Ilhéus Mário Alexandre Correa de Sousa; o juiz Antônio Carlos de Souza Hygino; o professor doutor Alessandro Fernandes de Santana; o professor doutor Luiz Roberto Liza Curi; o analista e consultor Ivan Lindenberg Junior; o professor doutor Felipe da Silva Freitas; a professora mestra Roberta Silva de Carvalho Santana; e a secretária de Educação da Bahia, professora doutora Adélia Pinheiro.

Em seu segundo e último dia (30/3), o Evento foi marcado pelas exposições apresentadas pelo doutor Ivan Lindenberg Junior, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), sobre o Programa de Justiça 4.0, que possibilita a proximidade entre o sistema judiciário e a sociedade brasileira ao disponibilizar novas ferramentas tecnológicas, contribuindo assim com o impulsionamento da transformação digital na Justiça. Os debates sobre o modelo de funcionamento da Escola de Formação Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), pelos conferencistas juiz Fabrício Castagna Lunard e Luana pimenta de Andrada, também foram foco de destaque.

Em sua fala, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e presidente do Copedem, enfatizou a importância de atuação da Esmat como uma instituição responsável pela formação e aperfeiçoamento de magistrados(as) e servidores(as) no Tocantins.

“As nossas formações têm uma finalidade de ordem prática para poder fazer funcionar melhor o sistema de justiça e oferecer produtos que melhorem o Sistema Judiciário, visando ao aprimoramento da prestação jurisdicional e da vida das pessoas, e nisso temos alcançado êxito, pois conseguimos derrubar uma série de preconceitos em relação à formação acadêmica stricto sensu dentro do sistema de aperfeiçoamento contínuo”.



“ O I Chá Literário da Esmat, realizado no dia 3 de abril, em comemoração dos 20 anos de aniversário da Instituição, foi um verdadeiro sucesso. Com uma programação repleta de atividades culturais, o Evento contou com a presença de servidores(as), magistrados(as) e convidados(as) especiais. Idealizado pela bibliotecária, Silvânia Olortegui, o Chá Literário se mostrou um Evento de grande importância para todos(as) os(as) presentes. Os(As) alunos(as) da Escola Municipal de Tempo Integral Professora Sueli Pereira de Almeida Reche, do projeto “Pedalando na Leitura”, marcaram presença no Evento, mostrando seu interesse pela leitura e pela cultura literária.

A presença dos(as) alunos(as) na comemoração é atribuída ao fato de que, em 2019, a escola foi a primeira a ser contemplada com as campanhas de arrecadação de livros, realizada pela equipe da Esmat. De acordo com a professora Rúbia de Carvalho Fonseca Batista, organizadora do projeto, os mais de 800 livros arrecadados, cinco anos atrás, ainda contribuem com a promoção e incentivo da leitura entre os(as) jovens.

“Não poderia ter escolha melhor para iniciar as comemorações dos 20 anos da Esmat, do que com esse Evento, um projeto dessa magnitude e que incentiva as pessoas a buscarem a literatura como uma ferramenta de crescimento e de transformação de vida deve ser um projeto sempre ovacionado pela comunidade, aplaudido e valorizado”.



**VOCÊ FAZ PARTE
DESTA HISTÓRIA!**

A fala do desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, citada acima foi uma das muitas manifestações de reconhecimento e gratidão expressadas durante o Evento. A desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral da Justiça, também foi uma das convidadas. Ela agradeceu à Escola pelo convite. Destacou o apoio do Poder Judiciário e a importância dos(as) servidores(as) para o sucesso da Instituição. Além disso, parabenizou a professora Rúbia pelo projeto "Pedalando na Leitura", que incentiva os(as) alunos(as) a desenvolverem o hábito da leitura e a transformarem suas vidas por meio do conhecimento.

O professor doutor Gustavo Paschoal Oliveira e o egresso do Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, Jadir Oliveira, participaram da programação cultural do evento. Outro destaque foi a participação de Orion Milhomem, integrante da Academia Palmense de Letras (APL) e escritor, que recitou algumas poesias de seu último livro. A servidora aposentada do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), Rosete de Farias Meireles, também participou das apresentações recitando um poema de Camões.





Em preparação para o Dia dos Povos Indígenas, comemorado em 19 de abril, o Poder Judiciário em parceria com a Corregedoria-Geral do Tocantins, por meio da Esmat, realizaram no dia 18 de abril, a terceira edição do *Webinário* “Cidadania e Justiça no Olhar Indígena Tocantinense – Um Diálogo Necessário e de Direito”. O Evento visou conscientizar magistrados(as), servidores(as) e a comunidade sobre os direitos humanos dos povos indígenas. Durante a abertura do Evento, a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), destacou a importância de discutir o tema e de construir um diálogo respeitoso com as comunidades indígenas.



A desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral de justiça do estado do Tocantins, destacou a importância do diálogo intercultural promovido pela Esmat em relação aos direitos dos povos indígenas. Em suas palavras: "Esse é um tema importantíssimo para o Judiciário, as questões que serão abordadas são de extrema importância para crescermos como sociedade, e o Poder Judiciário tem de fazer parte dessa evolução".

O desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Copedem, destacou a importância do diálogo com os povos indígenas do estado do Tocantins. Ele afirmou que o diálogo é fundamental para identificar as diferenças e promover a inclusão social, a convivência amistosa e o desenvolvimento das diferentes dimensões da sociedade indígena e ocidental.

Nesta edição foi pensado em entrevistas com especialistas e estudiosos sobre temas indígenas, seguidas de debates em que os(as) participantes discutiram e aprofundaram os tópicos apresentados. No primeiro bloco, foi abordado o tema "Inclusão social e o papel da mulher indígena na sociedade", com a participação do defensor público e coordenador do Núcleo Especializado de Questões Étnicas e Combate ao Racismo (NUCORA), Arthur Luiz Pádua Marques; e da secretária dos Povos Originários e Tradicionais do Estado do Tocantins, Narúbia Silva Werreria.

Já no segundo bloco, foi discutido o tema "Democracia e representatividade dos povos indígenas", com a participação do vereador do Município de Itacajá-TO, Renato Yahé Krahô; e do antropólogo da Funai, Gustavo Hamilton de Sousa Menezes. No terceiro e último bloco, foi debatido o tema "Direito dos Povos Indígenas e a proteção do meio ambiente", com a participação do procurador da República no Tocantins, Álvaro Lotufo Manzano, e do juiz de direito do Tribunal de Justiça do Tocantins e diretor adjunto da Esmat, José Ribamar Mendes Júnior. O juiz Wellington Magalhães mediu os três blocos.

OFICINA SOBRE PRODUTIVIDADE COM FOCO NA PARAMETRIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FEMINICÍDIO



A Oficina sobre Produtividade com Foco na Parametrização dos Processos de Violência Doméstica e Femicídio teve como objetivo promover o conhecimento da importância do cadastramento correto das classes, assuntos e movimentos que envolvam os processos de violência doméstica e feminicídio, visando contabilizar os relatórios estatísticos oficiais do Conselho Nacional de Justiça.

Foram ofertadas 170 vagas para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, membros e servidores(as) do Ministério Público, membros e servidores(as) da Defensoria Pública e representantes da OAB. A Oficina ocorreu de forma remota, por meio da Plataforma *Google Meet*, nos dias 27 e 28 de abril, com duração total de 4 horas-aula.

WORKSHOP SOBRE A USABILIDADE DO SISTEMA SICOR NAS CORREIÇÕES REALIZADAS PELA CGJUS TURMAS I, II, III, IV, V, VI

Tendo como objetivo promover o conhecimento do uso do Sistema Sidor, com vista à realização das correções ordinárias realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) desenvolveu seis turmas do *Workshop* sobre a Usabilidade do Sistema Sidor nas correções realizadas pela CGJUS.



As atividades foram divididas entre os(as) magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário das comarcas do estado do Tocantins, nos meses de abril, junho, agosto e outubro. A instrutora Juliane Ferreira Tavares ficou encarregada de ministrar, de forma virtual, o Evento juntamente com a facilitadora Lilian Carvalho Lopes.

WORKSHOP GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS: PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL NA PRÁTICA DISCUTE SOLUÇÕES SOCIOAMBIENTAIS



Servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense participaram, em 7 de março, na Esmat, do *Workshop* Gestão Socioambiental no Poder Judiciário do Estado do Tocantins: Plano de Logística Sustentável na prática. O Evento visou promover a preservação e defesa do Meio Ambiente. O Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução nº 201, de 2015, na qual foi determinada a instituição do Plano de Logística Sustentável pelos tribunais de justiça brasileiros. O PLS/PJTO prevê a obrigatoriedade de acompanhamento das metas e dos indicadores em todas as unidades administrativas. Estes são monitorados pelo Sistema de Gestão da Informação Socioambiental (SIGA), mensal e anualmente. Há necessidade de prestação de informações no período mensal e anual ao Conselho Nacional de Justiça que as publica, anualmente, em seu Balanço da Sustentabilidade. No Evento, a desembargadora Ângela Prudente, presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado do Tocantins (CGPLS/PJTO) reforçou a preocupação com a gestão sustentável com reduções de consumo. “Precisamos ser precursores, dar o exemplo. É preciso haver a quebra de paradigma”, afirmou.

WORKSHOP "ORIENTAÇÕES SOBRE MÓDULO DE CORREIÇÃO PRESENCIAL DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS"



O *Workshop* Orientações sobre Módulo de Correição Presencial das Serventias Extrajudiciais, promovido pela Esmat, foi realizado à distância, via *Google Meet*, tendo como público-alvo servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense.

Com carga horária de 4 horas, o *Workshop* visou orientar os(as) usuários(as) do Sistema de Gestão Integrada das Serventias Extrajudicial (GISE) sobre a implantação e a disponibilidade do “Módulo de Correição dos Serviços Extrajudiciais” de uso obrigatório nas correições ordinárias, extraordinárias e inspeções nas unidades extrajudiciais. Foram disponibilizadas 150 vagas para juízes(as) corregedores(as) permanentes das comarcas; assessores(as) e secretários(as) de Fóruns do Poder Judiciário Tocantinense.

AUDIÊNCIA PÚBLICA DEBATE IMPLANTAÇÃO DA CASA ABRIGO DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA REGIÃO SUL DO TOCANTINS



Contando com a presença de autoridades estaduais, integrantes do Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, das forças de segurança e membros da sociedade civil, a audiência pública de implantação da Casa Abrigo da Mulher Vítima de Violência Doméstica foi realizada no dia 29 de maio, em Gurupi, atendendo a municípios da Região Sul do Tocantins. Dezenas de participantes debateram, ao longo de quatro horas, tópicos referentes à violência doméstica e mecanismos de enfrentamento desse conflito social.

Participaram da audiência membros do Poder Judiciário, Governo do Tocantins, Assembleia Legislativa, Prefeitura e Câmara de Vereadores de Gurupi, do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Seccional Tocantins, Polícia Militar, Defensoria Pública, entidades representativas de auxílio a mulheres vítimas de violência doméstica, autoridades municipais dos municípios da Região Sul do Estado e a população em geral.

De acordo com a magistrada Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira, coordenadora estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, a Casa Abrigo é uma ferramenta de grande importância para o combate à violência contra a mulher, pois, além do amparo jurídico e da segurança física, o local vai oferecer também orientação psicológica e atendimento humanizado a todas as mulheres que solicitarem acolhimento. “Nosso objetivo na audiência pública é sensibilizar a sociedade civil organizada e as autoridades públicas da necessidade de implementar esse serviço. A violência doméstica está inserida num contexto social, e todas as esferas de poder devem ter esse compromisso, qual seja, o de reduzir e combater a violência doméstica. Todas as autoridades municipais e estaduais, tanto do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo devem apoiar o Poder Judiciário”, afirmou. Segundo Berenice Barbosa, secretária de Estado da Mulher, o Governo do Estado trabalha de maneira integrada entre a sociedade civil e as instituições em todas as esferas, visando à proteção, à segurança e à promoção da mulher.

ESMAT REALIZA PALESTRA "ADOCIMENTO NO AMBIENTE DE TRABALHO: É POSSÍVEL EVITAR?" - TURMAS I E II

No dia 27 de junho, a Esmat promoveu a palestra "Adoecimento no ambiente de trabalho: é possível evitar?", na comarca de Dianópolis. E em 13 de novembro, em Paraíso do Tocantins.

O objetivo principal do Evento foi proporcionar aos(as) magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário habilidades comportamentais que lhes permitam prevenir doenças, melhorar o ambiente de trabalho e fortalecer as relações laborais, aumentando sua satisfação pessoal, o sentimento de cooperação, respeito e identidade com o trabalho. A palestra, que teve duração de 3 horas, foi realizada de forma presencial para as duas turmas ministrada pela facilitadora Evanuzia Luzia de Oliveira.



ESMAT SEDIA ENCONTRO REGIONAL SOBRE O SISTEMA PERGAMUM



No dia 11 de abril, no auditório da Esmat, foi realizado o Encontro Regional do Sistema Pergamum, um Evento que reuniu profissionais da área de bibliotecas e gestores(as) do Poder Judiciário para discutir as novidades e atualizações do sistema. A programação do Evento foi dividida em duas partes: na parte da manhã, houve a apresentação da nova versão do Sistema Pergamum, a V.10, e o novo formato de atualização. Já no período da tarde, foram apresentados os novos recursos do Pergamum Eventum e Pergamum Analysis.

Joubert Tamitaro Ogawa, o palestrante do Evento, ressaltou a importância do encontro após um longo período de pandemia e a necessidade de voltar a realizar encontros presenciais. Ele afirmou estar atendendo aos clientes e que este é uma oportunidade para olhar nos olhos das pessoas. O Encontro Regional do Sistema Pergamum foi um sucesso e proporcionou aos(as) participantes uma troca de conhecimentos e experiências.



APROXIMAÇÃO ACADÊMICA: ESMAT E CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DIALOGAM COM FUTUROS PROFISSIONAIS DO DIREITO



Levar a Corregedoria-Geral da Justiça do Tocantins (CGJUS) para dentro das universidades, este é o mote de um projeto iniciado, em 15 de maio, pela CGJUS em parceria com a Esmat. Visando à aproximação do Judiciário com a população, palestras e bate-papos foram realizados no ambiente acadêmico para ampliar o diálogo e promover a troca de conhecimentos a respeito da atuação da CGJUS. O projeto faz parte do Plano de Gestão 2023-2025 e foi desenvolvido com o objetivo de informar, orientar e compartilhar informações relevantes sobre o trabalho da Corregedoria com acadêmicos do curso de Direito, fortalecendo a relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade.

A primeira edição da Corregedoria nas Universidades foi realizada com estudantes de Direito da Universidade Luterana do Brasil (CEULP-ULBRA), em Palmas. Cerca de 90 acadêmicos(as) participaram do momento de conversa com o Judiciário. Para o professor Sinvaldo Neves, que representou a Coordenação do Curso de Direito no Evento, a iniciativa de o Judiciário ir até as universidades reforça a abertura ao diálogo e contribui para aproximar a Justiça do(a) cidadão(ã).

A primeira palestra do projeto foi sobre “O Poder Judiciário e a Regularização Fundiária no Tocantins”. O tema foi abordado pelo juiz Wellington Magalhães, coordenador do Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária do Tocantins (NUPREF), que destacou as ações do Poder Judiciário voltadas ao(à) cidadão(ã) e explicou aos(as) estudantes os objetivos da iniciativa. “O programa de regularização fundiária é um instrumento de transformação que promove a inclusão social e econômica. É um mecanismo coletivo de pacificação social que valoriza os imóveis e proporciona poder econômico ao(à) cidadão(ã). Nesse sentido, destaco a importância do envolvimento de todos os atores públicos no processo”, disse. No dia 16 de maio, em mais uma edição do projeto no Ceulp-Ulbra, o assunto em debate teve como foco “Serviços Notariais e de Registro – Aspectos gerais” –, com o juiz auxiliar da CGJUS, Esmar Custódio Vêncio Filho.

II SEMANA DE PREVENÇÃO DO ASSÉDIO MORAL E O COMBATE A DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO

No dia 4 de maio ocorreu o Evento da II Semana de Prevenção do Assédio Moral e o Combate à Discriminação no Trabalho no Âmbito do Poder Judiciário, que contou com a presença da juíza Odete Dias Almeida, presidente da Associação de Magistrados do Estado do Tocantins (ASMETO), e da desembargadora Angela Issa Hanoat, presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual do Poder Judiciário Tocantinense.

Durante a abertura do Evento, a desembargadora Angela Issa Hanoat expressou sua gratidão pela confiança na indicação e destacou a importância da Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu a política de prevenção e combate ao assédio moral e sexual, além de todas as formas de discriminação no Poder Judiciário. Ela ressaltou que essa iniciativa visa promover um ambiente de trabalho digno, saudável, seguro e sustentável para magistrados(as), servidores(as), estagiários(as) e colaboradores(as), abrangendo atos praticados no âmbito do trabalho presencial e virtual, e que a Semana de Prevenção do Assédio e o Combate à Discriminação no Trabalho, instituída pela Resolução nº 450, em abril de 2022, é mais uma iniciativa para concretizar os objetivos da Agenda 2030 da ONU.

A primeira palestra, intitulada "O assédio moral e sexual no mundo do trabalho", foi ministrada pela juíza Adriana Manta da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, e abordou elementos e conceitos baseados na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 2020, e na Convenção nº 190 da Organização Internacional do Trabalho. A juíza Flávia Afini Bovo, diretora do Fórum de Palmas e presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual, no âmbito do 1º Grau do Poder Judiciário do Tocantins, coordenou a Mesa.

Tendo como tema "Atitudes cotidianas que podem caracterizar Assédio Moral e Sexual", a segunda palestra foi ministrada pelo doutor José Roberto Montes Heloani, professor da Unicamp (FE/IFCH), que abordou as diferentes formas de assédio presentes no ambiente de trabalho e as atitudes que podem caracterizar esse tipo de comportamento. De acordo com o doutor José, para entender o que ocorre no Judiciário brasileiro, é imprescindível compreender o papel da grande mídia no País. Somente assim poderemos compreender a representação social, um conceito importante da psicologia social, que envolve a construção de ideias e de conceitos na mente das pessoas, com base nas mensagens que recebem. A juíza Odete Dias Almeida, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, atuou como coordenadora da Mesa.



WORKSHOP MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS E DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO TURMAS I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII

Em 2023, foram realizadas oito turmas do *Workshop* Mapeamento de Competências e Dimensionamento da Força de Trabalho para servidores(as) e magistrados(os) do Poder Judiciário Tocantinense. A ação visou identificar e mapear as competências específicas de cada unidade administrativa e judicial do Poder Judiciário Tocantinense, no primeiro e segundo graus, propiciando a consecução do Projeto Gestão de Pessoas por Competências. As turmas ficaram programadas para os dias 18 e 19 de maio (Turma I), 22 e 23 de maio (Turma II), 1º e 2 de junho (Turma III), 5 e 6 de junho (Turma IV), 15 e 16 de junho (Turma V), 19 e 20 de junho (Turma VI), 22 e 23 de junho (Turma VII) e 26 e 27 de junho (Turma VIII).



WORKSHOP SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO CONCILIAR ESTES PROPÓSITOS? TURMAS I, II, III E IV



Magistrados(as) e servidores(as) efetivos(as), comissionados(as), cedidos(as) e voluntários(as) do Poder Judiciário das comarcas de Paraíso do Tocantins e Dianópolis tiveram a oportunidade de participar do *Workshop* "Saúde Ocupacional, Qualidade de Vida e Inteligência Emocional: Como conciliar estes propósitos?". Realizado pela Esmat, foram desenvolvidas duas turmas em cada cidade, a fim de proporcionar aos(às) beneficiários(as), mais habilidades comportamentais que lhes oportunizem a prevenção de doenças, a melhoria em seu ambiente de trabalho e nas relações laborais, potencializando sua satisfação pessoal, o sentimento de cooperação, respeito e identidade para com o trabalho. Em Dianópolis, o *Workshop* (Turmas I e II) ocorreu nos dias 23 a 25 de maio, e 29 a 31 de maio com a facilitadora Evanuzia Luzia de Oliveira. Já em Paraíso, as Turmas III e IV foram realizadas nos dias 16 a 18 de outubro, e 19 a 23 de outubro, respectivamente.

ESTAGIÁRIOS(AS) PARTICIPAM DE RODA DE CONVERSA SOBRE PREVENÇÃO DO ASSÉDIO E COMBATE À DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO

A roda de conversa com o tema "A Prevenção do Assédio e o Combate à Discriminação no Trabalho", realizada no dia 7 de junho, contou com a presença de estagiários e estagiárias do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, visando oferecer-lhes ferramentas e conhecimentos para lidar com situações de assédio e discriminação no ambiente de trabalho.

A palestra foi ministrada pela psicóloga Thaís Moura Monteiro com o objetivo de proporcionar uma reflexão profunda sobre as relações e os processos de trabalho vivenciados pelos(as) estagiários(as), bem como as relações saudáveis, confiáveis e dignas no campo institucional do Poder Judiciário Tocantinense.



WORKSHOP A PARTICIPAÇÃO SOCIAL ENQUANTO REQUISITO PARA A MANUTENÇÃO DA SAÚDE - 2023 TURMAS I, II, III E IV



Visando proporcionar o aperfeiçoamento de habilidades comportamentais que propicie a prevenção de doenças, a melhoria das relações sociais pessoais e laborais, potencializando a satisfação pessoal, o sentimento de cooperação, respeito e identidade para com o trabalho, a Esmat desenvolveu quatro turmas do *Workshop A participação Social Enquanto Requisito para a Manutenção da Saúde*. Sendo que duas foram realizadas na comarca de Paraíso e duas na comarca de Dianópolis. Voltada para magistrados(as) e servidores(as) efetivos(as), comissionados(as), cedidos(as) e voluntários(as) do Poder Judiciário Tocantinense, cada atividade foi realizada em um dia diferente. Para a turma I, a facilitadora Adriana Magna ministrou o *Workshop* no dia 26 de maio; para a Turma II, no dia 1º de junho; para a Turma III, no dia 8 de novembro; e a turma IV, no dia 9 de novembro.

MAGISTRADOS(AS) PARTICIPAM DE MARATONA DE INOVAÇÃO E PROPÕEM PROJETOS VOLTADOS À SUSTENTABILIDADE

Um momento de criatividade, de escuta e novas ideias. Foi assim a 1ª Maratona de Inovação do Inovassol – Centro de Inovação do Poder Judiciário do Tocantins, ministrada pelo facilitador em inovação, André Tamura, do WeGov, no dia 26 de junho, na Esmat. O evento contou com a presença da vice-presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) e presidente do Comitê Gestor de Inovação, a desembargadora Ângela Prudente. A 1ª Maratona de Inovação do Inovassol foi realizada dentro do Junho Ambiental e teve como foco buscar soluções criativas para os desafios relacionados ao consumo de água, energia, papel/impressão, copo e telefonia no Poder Judiciário do Tocantins, atendendo assim ao Plano de Logística Sustentável (PLS). O Inovassol - Centro de Inovação do Poder Judiciário do Tocantins foi criado pela Resolução nº 9, de 18 de maio de 2023. A 1ª Maratona foi realizada baseada no conceito de *design thinking* - centrado no ser humano, altamente colaborativo, experimental, otimista e visual. Durante a maratona, os(as) magistrados(as) foram divididos(as) em quatro grupos e cada um criou uma “persona” – um personagem voltado para cada solução-problema (energia, água, copo e papel). Depois, cada equipe apresentou estratégias, ações para resolver as demandas.





1º ENCONTRO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL do Poder Judiciário Tocantinense

“Desembargadoras destacam o papel dos(as) magistrados(as) na construção de um futuro sustentável: a política de sustentabilidade veio para ficar e não há espaços para retrocessos”

A Coordenadoria de Gestão Socioambiental e de Responsabilidade Social (COGERSA) realizou, no dia 26 de junho, no auditório da Esmat, o I Encontro de Gestão Socioambiental para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário. O Evento contou com a presença da desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral da Justiça, e da desembargadora Ângela Prudente, vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) e presidente da Comissão do Plano de Logística Sustentável (PLS).

Compromisso com a sustentabilidade

Durante o Encontro, a desembargadora Ângela Prudente ressaltou a importância do Evento como um marco significativo para reconhecer o papel dos(as) magistrados(as) no futuro sustentável da sociedade. Ela enfatizou que a política de sustentabilidade veio para ficar e não há espaço para retrocessos, e destacou a necessidade do engajamento dos(as) magistrados (as) e servidores(as) para o sucesso das ações sustentáveis.

A desembargadora Maysa Vendramini Rosal, por sua vez, comentou que o Encontro proporcionará uma grande oportunidade para debater sobre o assunto, conhecer boas práticas e aprofundar o entendimento sobre a implementação do Plano de Logística Sustentável nas comarcas. Ela ressaltou o apoio da Corregedoria Geral da Justiça, em colaboração com a presidente desembargadora Etelvina, na busca por iniciativas que promovam a sustentabilidade em todas as ações.



Oficinas

Durante a manhã, a coordenadora da Cogersa, Leila Jardim, ministrou a oficina "Plano de Logística Sustentável na prática das Comarcas". A magistrada Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi apresentou a palestra sobre "Gestão Compartilhada do Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS)". Na mesma sessão, o magistrado Ariostenis Guimarães Vieira ministrou a oficina com o tema "Bens Apreendidos".

No período da tarde, a facilitadora Francielle Nogueira Braga discorreu sobre o "Sistema de Gestão Socioambiental (SIGA) e Painéis de BI do PLS". Encerrando o Encontro, as facilitadoras Patrícia Urcino Idehara e Welica Rodrigues Lemes Barros conduziram a oficina "Projetos Socioambientais e Indicadores e Metas socioambientais".

Hospital de Amor

Também, na programação, foram entregues 314 quilos de materiais recicláveis, sendo 83 quilos de lacres de bebidas e 231 quilos de tampinhas de garrafas PET, que serão comercializados pelo Hospital do Amor em Palmas, cuja renda será revertida aos pacientes. Os produtos recicláveis foram coletados pelas comarcas judiciais, sedes administrativas, Esmat e Tribunal de Justiça do Tocantins, entre os meses de janeiro a junho de 2023.



SÉMINAIRE DE RECHERCHE BRÉSIL – FRANCE LA PROTECTION JURIDIQUE DE L'ENVIRONNEMENT

O Programa de Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) realizaram, nos dias 27 e 28 de junho, o Seminário de Pesquisa Brasil-França. O Evento, que ocorreu em Paris, contou com importantes conferências relacionadas à temática da "Proteção Jurídica do Meio Ambiente". A cerimônia de abertura contou com a presença do desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, e da professora Pauline Le Monnier de Gouville, docente da Universidade Paris Panthéon-Assas.

Durante seu discurso, o desembargador Marco ressaltou a importância do intercâmbio de experiências e pesquisas científicas, bem como a abertura de novos horizontes para que os(as) alunos(as) do Mestrado em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos (PPGPJDH) tenham acesso a conhecimentos relevantes e possam dialogar com os(as) professores(as) da Instituição, proporcionando mecanismos que melhorem a democracia e a qualidade de vida das pessoas, tanto no Tocantins quanto no contexto internacional.



Conferências

Na ocasião, o desembargador Marco também discorreu sobre a situação das populações tradicionais do Brasil, traçando um panorama sobre os povos indígenas e os aspectos do patrimônio material e imaterial que caracterizam essas comunidades.

Outro destaque do Evento foi a conferência ministrada pelo coordenador do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos e professor da Universidade Federal do Tocantins, Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira. Ele palestrou sobre a "Tutela Ambiental Organizacional e o Poder Judiciário do Estado do Tocantins".

Durante sua exposição, o coordenador contextualizou de forma didática a importância da temática, ressaltando a necessidade de uma abordagem conjunta para tratar de questões ambientais. Ele destacou que todos têm a obrigação de se preocupar com a tutela ambiental, seguindo o princípio de "agir localmente e pensar globalmente". O Evento também contou com a participação do doutor e mestre em Direito, Tarsis Barreto Oliveira, que apresentou a palestra intitulada "A Sociedade de Risco e a Tipologia dos Crimes em Matéria de Criminalidade Ambiental". O Seminário de Pesquisa Brasil-França continua até amanhã (28/6), promovendo discussões enriquecedoras sobre a proteção jurídica do meio ambiente e fortalecendo o diálogo acadêmico entre os dois países.

No segundo dia, a desembargadora Ângela Issa Haonat, 1ª diretora adjunta da Esmat, versou sobre "O Papel do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins na Desburocratização da Regularização Fundiária e do Meio Ambiente Urbano". Também na programação, a professora doutora Bleine Queiroz Caúla, professora da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), ministrou a palestra "A (in)sustentabilidade energética do setor de carros elétricos e a logística reversa de baterias: uma análise da economia legal".

Com a temática "A Proteção Jurídica do Meio Ambiente", o Seminário foi realizado no formato híbrido, sendo presencialmente no Institut de Criminologie et de Droit Pénal de Paris (ICP) da Université Paris-Panthéon-Assas, em Paris, França, e com transmissão ao vivo pela Plataforma da Esmat.



1º ENCONTRO NACIONAL DE JUSTIÇA RESTAURATIVA NA EDUCAÇÃO

Aberto oficialmente na tarde do dia 23 de agosto, o 1º Encontro Nacional de Justiça Restaurativa na Educação discutiu durante a semana, em Palmas, as melhores práticas e estratégias para o desenvolvimento da justiça restaurativa nas escolas, com uma abordagem inovadora. A solenidade de abertura contou com a presença de diversas autoridades, magistrados(as) e educadores(as). Ao abrir o Evento, a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, presidente do TJTO, exaltou os inúmeros benefícios da aplicação da justiça restaurativa nas escolas, como a criação de um espaço de escuta compartilhada, diálogo e aprendizagem. “Esse é um investimento na formação de cidadãos conscientes e éticos, na construção de uma cultura de respeito, empatia e colaboração”.

Pitches

O destaque da manhã do dia 24 de agosto, do segundo dia do Encontro, foi para os "Pitches de Boas Práticas", no caso da Justiça Restaurativa, os exemplos de sucesso de implementação de atividades já desenvolvidas na educação. A juíza Bianca Prediger iniciou as apresentações ao falar sobre as "Missões de Paz: Justiça Restaurativa na comarca de Santo Ângelo", no estado do Rio Grande do Sul. A juíza Luciana Costa Aglantzakis apresentou sua experiência na comarca de Pedro Afonso e Itacajá, onde abordou o tema "Educação Financeira e a Justiça Restaurativa aos Indígenas da Comunidade Krahô". Por sua vez, a juíza Maria Lúcia Prati usou seus minutos para expor o "Programa de Práticas Restaurativas na Escola: Eu e você na Construção da Paz no TJMT". O juiz Pedro Begatti, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, abordou sobre o "Programa Escola que Restaura". Ele enfatizou que o foco do programa é uma realização de círculos de paz para alunos(as) do 6º ao 9º ano das escolas públicas e particulares da comarca. O juiz Marcus Vinícius Mendes focou nos impactos das "Rodas de Conversa e Resolução de Conflitos" na implementação da Justiça Restaurativa nas escolas. Ele reforçou as mudanças positivas ocorridas após a realização dessas atividades. Outra apresentação marcante veio da juíza Vanessa Cavaliere, do Rio de Janeiro, que apresentou o Protocolo "Eu te Vejo", destinado à prevenção da violência escolar. Ela explicou que o protocolo visa evitar que os(as) estudantes se sintam invisíveis até o ponto em que recorram à violência. Por fim, a psicóloga Valquíria Redua da Silva também trouxe contribuições aos pitches ao apresentar as ações de "Justiça Restaurativa realizadas nas Escolas Estaduais pela Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul.

Palestras

A primeira palestra, do segundo dia de atividades, foi ministrada pelo desembargador Leoberto Narciso Brancher, do TJRS e membro do Comitê Gestor de Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça, foram abordados os aspectos das “Possibilidades e Desafios da Justiça Restaurativa nas Escolas”. Em seguida, o juiz de direito Egberto de Almeida Penido, do TJSP e membro do Comitê Gestor de Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça, falou sobre o processo de discussão e implementação da Justiça Restaurativa no Brasil.

Salas Temáticas

A manhã do dia 25 de agosto foi marcada pela realização das salas temáticas, realizadas na sede da Esmat. Por meio dos círculos de conversa, os(as) participantes tiveram a oportunidade de compartilhar saberes, refletir sobre a amplitude e a profundidade da Justiça Restaurativa no âmbito educacional. Durante as atividades foram debatidas as temáticas: “A (Potencial) Promessa de Justiça Restaurativa na Educação”. “Transformando Conflitos em Oportunidades de Crescimento”; “Integrando os Círculos de Construção de Paz à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”; “Justiça Restaurativa e Pedagogia da Autonomia: onde as práticas restaurativas e educativas se encontram?”; “A Importância da voluntariedade para Implementação de Projetos de Justiça Restaurativa na Educação”; “Justiça Restaurativa na Prevenção da Evasão Escolar”; “Plantando Sementes de Justiça: Abordagem Restaurativa na Educação Infantil”; “Unindo Vozes e Pertencimentos: Transformando Conflitos Raciais nas Instituições de Ensino”.

Painéis

A relevância dos relacionamentos e de uma rede comunitária para a construção de uma cultura de paz também foi ressaltada pelo juiz Marcelo Naleso Salmaso, do Tribunal de Justiça de São Paulo durante a palestra “A importância do Trabalho em Rede”. A Proposta do CNJ para a Justiça Restaurativa na Educação foi o tema da palestra da juíza federal e membro do Comitê Gestor de JR do CNJ, Katia Herminia Martins Lazarano Roncada, que explicou que o projeto foi pensado a partir da Resolução nº 458 que normatizou o que já era uma realidade e incentivou a expansão das ações da Justiça Restaurativa no contexto do ambiente escolar.

O II Painel contou com a participação da juíza auxiliar da Presidência, Rosa Maria Gazire, que ministrou o tema “A experiência do Tocantins – Sensibilização para a Justiça Restaurativa”. Na sequência a pedagoga e doutora em Educação, Telma Vinha, ministrou o tema “Violência extrema e possibilidades de uma abordagem transformativa nas escolas”. Durante sua fala sobre ataques violentos a escolas, a palestrante destacou que “Ao contrário do que se pensa, pode acontecer em qualquer escola”.

“Criar e fortalecer vínculos entre alunos e comunidade escolar é essencial para sucesso da Justiça Restaurativa na Educação reforça palestrantes”. A solução foi apontada pela juíza Flávia Pinheiro Brandão Oliveira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF), durante apresentação do projeto-piloto desenvolvido em uma escola pública de Planaltina (DF). Já a educadora Eboni Rucker, membro do Chicago City Wide Restorative Justice Committee, ministrou sobre o tema “Transformando Conflitos em Oportunidades de Crescimento”. O III e último painel foi coordenado defensora pública Carolina Silva Ungarelli, conselheira suplente do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (CSDP).



Palestras

Coordenadas pela juíza do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Julianne Marques, “Prisão e Evasão Escolar: a necessidade de novos modelos de justiça para a juventude brasileira” e “O Duto Escola – Prisão na Experiência Norte Americana” – foram as duas palestras que abriram a tarde do terceiro e último do Encontro. As palestras foram ministradas pelo defensor público do Estado do Paraná, André Ribeiro Giamberardino, e João Salm, professor associado de Justiça Criminal na Governors State University em Chicago respectivamente.

Em seguida o palestrante André Ribeiro Giamberardino, defensor público do Estado do Paraná, ministrou o tema “Prisão e Evasão Escolar: a necessidade de novos modelos de justiça para a juventude brasileira”, reforçando que todas as relações e interações do encarcerado são afetadas com esse modelo do sistema de justiça. Na sequência o professor doutor João Salm ministrou o tem “O Duto Escola – Prisão na Experiência Norte Americana”, e destacou que “no mundo ideal, a justiça restaurativa é um conjunto de princípios e práticas; ela não é uma justiça legal e sim relacional”.

O Evento reuniu, durante três dias, mais de 600 participantes de todo o País e contou com a participação de palestrantes renomados(as) nacional e internacionalmente. O Evento também contou a presença dos membros do Comitê Gestor de Justiça Restaurativa do CNJ: juízes Alexandre Karazawa Takashima (TJSC); Amini Haddad (TJMT); Catarina de Macedo Nogueira Lima e Correa (TJDFT); Fábio Francisco Esteves (TJDFT); Haroldo Luiz Rigo da Silva (TJPE); Josineide Gadelha Pamplona Medeiros (TJPA); e Roberto Portugal Bacelar (TJPR).



Workshop

SOBRE TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS



Promovido pela Esmat, o Workshop sobre Tabelas Processuais Unificadas (TPU) contou uma carga horária total de 3 horas e ocorreu de forma online para cinco turmas. As atividades foram conduzidas pela facilitadora Kellen Cleya dos Santos Madalena Stakoviak. A ação visou não somente disseminar o conhecimento sobre as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário no contexto do Processo Eletrônico, mas também conscientizar os(as) usuários(as) do Sistema Eproc sobre o símbolo da correta utilização e registro dessas tabelas, bem como capacitar os(as) inscritos(as) quanto aos "movimentos", a serem registrados nos andamentos processuais, demonstrando seus reflexos diretos nos sistemas estatísticos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Cada turma contou com um público-alvo específico, sendo: Turma I – 14 de agosto para advogados(as) registrados(as) na Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Tocantins; Turma II – 15 de agosto para membros e servidores(as) do Ministério Público do Estado do Tocantins; Turma III – 16 de agosto para servidores(as) da Polícia Civil do Estado do Tocantins; Turma IV – 17 de agosto para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense; e Turma V – 18 de agosto para membros e servidores(as) da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.



GARTNER MEETING ON TOCANTINS – BRAZIL

AI GENRATIVE & CYBERSECURITY
FOR PUBLIC SECTOR 2023

EVENTO ABRE DIÁLOGO SOBRE POSSIBILIDADES E USO DE IA GENERATIVA NO SETOR PÚBLICO

Um marco na integração entre o desenvolvimento tecnológico e o setor público foi alcançado no dia 16 de agosto, com a realização do "Gartner Meeting on Tocantins Brazil AI Genrative & CyberSecurity for Public Sector 2023", um Evento articulado pela Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) e que reuniu servidores(as), magistrados(as), estagiários(as) e colaboradores(as) do Poder Judiciário. Realizado no auditório do TJTO, o Encontro buscou aprofundar o entendimento de como a tecnologia pode ser empregada em benefício do(a) cidadão(ã), aprofundando-se em *Generative AI* (IA Generativa) e Cibersegurança.

A primeira palestra, ministrada por Vitor Mori, especialista em Relacionamentos Gartner, trouxe à tona a importância da cibersegurança no contexto do setor público. Com ênfase, Mori destacou o dinamismo das ameaças virtuais, que se renovam de forma constante ao adotarem novas abordagens.

Com o palco ocupado por Ricardo Machado, sócio executivo do Gartner, a segunda palestra enfatizou o poder das IAs Generativas, com foco nas suas possibilidades transformadoras e seu uso no setor público. Machado esclareceu alguns aspectos das dimensões que regem uma inteligência artificial – como os *ChatBots* e o *Chat GPT*.

Encerrando o Evento, os palestrantes se reuniram para debater sobre a "Transformação Digital e Novas Oportunidades no Governo". Gilberto Barata, diretor regional do Gartner Brasil, moderador do painel, fez apontamentos sobre as complexidades das transformações tecnológicas em andamento e provocou uma reflexão sobre a forma como cada um de nós se insere nesse novo panorama que está em constante evolução.



O Encontro contou com a presença da desembargadora Ângela Prudente, vice-presidente do TJTO; Alírio Félix, presidente da Agência de Tecnologia da Informação (ATI), na ocasião representando o governador do Estado; o juiz auxiliar da Presidência, Roniclay Alves de Moraes; a diretora geral do TJTO, Ana Carina Mendes Souto; a diretora de Tecnologia da Informação (DETINF), Alice Setubal; o presidente do Detran, William Gonzaga; e os diretores Gizelson Monteiro (Financeiro); Ronilson Pereira (Administrativo); Sidney (Controle Interno); e o coordenador da Coges, Ornato Benigno Brito.

Semana Nacional de Regularização Fundiária

SOLO SEGURO

PROGRAMA PERMANENTE DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL E A SEMANA NACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A Esmat realizou, em parceria com a Corregedoria-Geral de Justiça, atividades voltadas para o Programa Permanente de Regularização Fundiária na Amazônia Legal e a Semana Nacional de Regularização Fundiária nas Universidades do Tocantins. Nos dias 21 e 25 de agosto, o auditório da Universidade Estadual do Tocantins – Campus Graciosa – recebeu o juiz Wellington Magalhães para uma palestra sobre a temática. Já no dia 31 de agosto, foi a vez de os(as) alunos(as) e servidores(as) da Faculdade de Guaraí participarem da atividade. A ação visou proporcionar a aproximação do Poder Judiciário à esfera universitária por meio da Corregedoria-Geral da Justiça.

O Projeto apresentou uma programação composta por Ciclos de Palestras que se originou da reunião dos(as) gestores(as) da Meta 2E e definiram pela realização de ações educacionais, com assuntos diversos relacionados com as atividades desempenhadas pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins.



SEMINÁRIO

Política Criminal e Penitenciária



SEMINÁRIO DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA FOMENTA DISCUSSÕES SOBRE ATUAL CONJUNTURA DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

O Seminário de Política Criminal e Penitenciária, realizado em 28 de agosto, no auditório da Esmat, aprofundou discussões sobre questões cruciais no âmbito da justiça criminal e penitenciária, promovendo reflexões construtivas em busca de soluções. A abertura do Evento contou com a presença do juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Fábio Costa Gonzaga; do superintendente do Sistema Prisional do Tocantins, Rogério Gomes Miranda; e da defensora pública Tessia Gomes Carneiro, representante da Defensoria Pública do Tocantins. Além disso, o professor doutor Tarsis Barreto Oliveira, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), participou como debatedor, enriquecendo ainda mais os debates.

O palestrante doutor Pery Francisco Assis Shikida, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), trouxe aspectos bastante instigantes à discussão. Pery abordou a teoria econômica do crime, analisando a prática criminosa sob uma perspectiva econômica. Além disso, apresentou resultados de pesquisas sobre os motivos por trás da prática criminosa.





SEMINÁRIO A REPERCUSSÃO DO ESTÁGIO NA CARREIRA PROFISSIONAL

AUTOCONHECIMENTO E AUTODESENVOLVIMENTO: FUNDAMENTOS
PARA O CRESCIMENTO NA CARREIRA PROFISSIONAL

Em comemoração do Dia do Estagiário, celebrado em 18 de agosto, os(as) estagiários(as) do Poder Judiciário Tocantinense participaram, no auditório da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), do Seminário “A Repercussão do Estágio na Carreira Profissional”. A ação teve como tema o Autoconhecimento e o Autodesenvolvimento como fundamentos para o crescimento na carreira profissional. O Evento teve como objetivo propiciar aos(as) estagiários(as) uma reflexão acerca das relações e dos processos de trabalho em que estão inseridos(as) e a promoção dessas relações de maneira saudável, confiável e digna no campo institucional do Poder Judiciário Tocantinense.

Para a estagiária Tábita Rafaela, da Corregedoria do TJTO, o evento foi extremamente significativo para o desenvolvimento profissional "Estou muito contente por receber esse reconhecimento por parte do Judiciário e por termos um dia dedicado a nós. As palestras apresentadas tiveram uma importância imensa para a nossa trajetória, porque forneceram ensinamentos muito valiosos para nós estagiários", destacou.

Com enfoque em dois temas, as palestrantes Karen Batista Sousa e Lilian Gama da Silva Póvoa abordaram conteúdos ligados à Inteligência Emocional, aos desafios e às tendências para inserção profissional e humanização do estágio e às etapas do estágio para o sucesso profissional.



Webinário

Painel Gestão Unidades Judiciárias



Magistrados(as) e servidores(as) do Poder
Judiciário Tocantinense participam de
Webinário sobre Gestão de Unidades Judiciárias

Promovido pela Esmat, no dia 30 de agosto, o *Webinário* sobre Gestão de Unidades Judiciárias, foi realizado de forma remota, e visou fornecer informações e orientações sobre as melhores práticas de gestão de unidades judiciais, auxiliando os(as) gestores(as) judiciais na melhoria da eficiência e da eficácia da gestão das unidades sob sua responsabilidade. O evento teve como público alvo magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense, e ao final certificou 232 participantes.

Ministrado pela facilitadora Darllanne Tacho, o Evento contou com uma carga horária de 3 horas tendo como objetivo contribuir com a organização e a padronização das informações de maneira eficiente, moderna e transparente. Darllanne é mestra em Modelagem Computacional, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pós-Graduada em Neuro Law – Neurociência Aplicada ao Direito e Comportamento Humano –, pela Esmafe. MBA, em *Data Science*, pela Anhanguera. Graduada em Estatística, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente é assessora técnica de Estatística no Poder Judiciário Tocantinense.

"SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE"

O auditório da Esmat foi palco, em 4 de agosto, da XVIII Edição do Seminário Internacional do Grupo de Pesquisa Diálogo ACI – Diálogo Ambiental Constitucional Internacional. Por meio de diálogos enriquecedores, o Evento trouxe discussões jurídicas relacionadas ao meio ambiente e à simplificação administrativa. A abertura do Seminário contou com a presença do desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, que destacou a importância do Grupo de Pesquisa e a relevância das temáticas abordadas.

A desembargadora Angela Issa Haonat, diretora adjunta da Esmat, também fez parte da cerimônia de abertura. Em sua fala, enfatizou a importância de debater temas diversificados e promover o diálogo entre pesquisadores(as) brasileiros(as) e estrangeiros(as). Ainda durante a abertura, a professora doutora Bleine Queiroz Caúla, idealizadora e coordenadora do Seminário, agradeceu a oportunidade de participar do Evento e destacou o apoio da Capes à iniciativa. A professora reforçou a relevância do Seminário como um dos meios para o fortalecimento da cultura de proteção ambiental.

Homenagens

O desembargador Marco realizou a outorga do Medalhão ESMAT ao senhor Luciano Vieira de Araújo, em reconhecimento à sua contribuição para a construção do conhecimento, incentivo às boas práticas e dedicação acadêmica voltada à pesquisa científica e à melhoria da prestação jurisdicional. Além disso, foram concedidas a Medalha de Mérito Acadêmico "Dr. Feliciano Machado Braga" para Ana Carla Bliacheriene pelos serviços prestados no estudo e aplicação prática de conhecimentos em democracia e instituições: "smart citie, smart citizen e smart management"; para Bleine Queiroz Caúla pela idealização e coordenação do Seminário Internacional "Diálogo Ambiental, Constitucional, Internacional"; e para a desembargadora Angela Issa Haonat pelos relevantes serviços prestados à Esmat e ao Poder Judiciário do Estado, e por sua contribuição para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e dos direitos humanos.





Painel 1 – Ambiental

O primeiro painel abordou temas cruciais relacionados à Tecnologia, Meio Ambiente E Políticas Públicas. A palestrante Ana Carla Bliacheriene, pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), focou na importância das tecnologias emergentes, especialmente a IA Generativa, no contexto de um governo que busca ser mais atento ao meio ambiente.

Paula Santos Vieira, mestranda em Relações Internacionais, pela Universidade Federal do ABC (UFABC), trouxe uma abordagem importante sobre o impacto do clima nas migrações por refúgio. Já a palestra da pesquisadora Bleine Queiroz Caúla, pedagoga e advogada da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), apresentou, por meio de uma análise jurídica da economia, reflexões importantes sobre a (in)sustentabilidade energética da indústria de carros elétricos e a necessidade de uma logística reversa adequada para o descarte responsável das baterias.

Painel 2 – Constitucional

O segundo painel do Seminário evidenciou questões constitucionais e tecnológicas, os(as) palestrantes trouxeram pensamentos sobre sustentabilidade econômica, o poder algorítmico, influência dos influenciadores digitais no mundo jurídico e a tutela do direito da inteligência artificial. A mediação ficou por conta da professora Dayane Nayara Silva Calaço, da Uninassau.

O painel “Sustentabilidade econômica e financeira dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos” foi apresentado pelo doutor Aurélio Picanço, da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Rodrigo Martiniano, procurador da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, pontuou sobre o poder dos algoritmos e os riscos potenciais na integridade da democracia.

Dayse Braga Martins, pesquisadora da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), trouxe um debate interessante sobre o papel dos(as) influenciadores(as) digitais no cenário jurídico. A palestrante discutiu os limites e as possibilidades de atuação dos(as) integrantes do Direito na disseminação do conhecimento jurídico e enfatizou a importância de se considerarem questões éticas e profissionais nesse contexto digital.

Hian Colaço, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, encerrou o painel com uma abordagem sobre a tutela do direito da inteligência artificial enquanto um direito difuso e os instrumentos de proteção necessários para garantir sua aplicação ética e responsável.

Painel 3 – Ambiental, Constitucional, Internacional

Mediado por Valter Moura, o último painel contou com a participação de especialistas, que abordaram questões sobre sustentabilidade, incentivos fiscais e atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na construção da educação jurídica brasileira. A primeira palestra do painel foi apresentada por Dayane Nayara Silva Colaço, da Uninassau, que discutiu sobre o conceito de ESG e os incentivos fiscais como práticas sustentáveis na indústria da moda. A advogada Kellen Pedreira trouxe para o debate o tema do ICMS Ecológico Brasileiro e fez um estudo comparativo com as transferências fiscais ecológicas entre Brasil e Portugal, com foco especial no estado do Tocantins.

A última palestra do painel e do Evento foi ministrada por Ana Paula Araújo de Holanda, conselheira federal da OAB e pesquisadora da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). A palestrante dialogou sobre o papel da OAB na construção da educação jurídica brasileira e os desafios para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5), da ONU.



PROTEÇÃO DE DADOS NO Âmbito do Poder Judiciário E SISTEMAS DE JUSTIÇA



“A LGPD traz luz em tempos sombrios, pois ela tem uma relação intrínseca com os direitos humanos ao garantir a proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos em relação ao tratamento de seus dados pessoais”, destacou a desembargadora Angela Issa Haonat, primeira diretora adjunta da Esmat, durante a abertura da Semana sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), na manhã do dia 27 de setembro, no auditório do Tribunal de Justiça (TJTO), em Palmas.

Também prestigiaram a abertura da Semana sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o juiz auxiliar Ariostenis Guimarães Vieira, da Corregedoria-Geral da Justiça, que representou a desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral da Justiça do Tocantins; Tarso Rizo Oliveira Ribeiro, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO); Ana Carina Mendes Souto, diretora geral do TJTO; Alice Carla de Sousa Setubal, diretora de Tecnologia da Informação e Comunicações (DTINF/TJTO); Luiz Philipe Azevedo Dias, diretor de Tecnologia da Informação da Defensoria Pública do Estado; a delegada Milena Santana de Araújo Lima, diretora do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional e membro do Grupo Operacional de Proteção aos Dados Pessoais do TJTO; e André Fontanella, vice-presidente da Associação dos Notários e Registradores do Tocantins (ANOREG).

De forma virtual, o diretor Arthur Pereira Sabbat, da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), participou da abertura do Evento, oportunidade em que falou sobre a importância da adoção de medidas de segurança da informação e cibernética para a proteção dos dados pessoais. “A segurança da informação é uma caixa de ferramentas gigantesca para uma adequada proteção de dados. Sem isso, não é possível”, destacou Sabbat, parabenizando a iniciativa de o Poder Judiciário Tocantinense promover a cultura de proteção de dados.

As palestras do Evento sobre Proteção de Dados no Âmbito do Poder Judiciário e Sistemas de Justiça revelaram o comprometimento de o Poder Judiciário Tocantinense se adaptar às novas exigências legais da LGPD. Com o tema “Segurança da Informação e LGPD”, a delegada de polícia Milena Santana de Araújo Lima, diretora do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional e membro do Grupo Operacional de Proteção aos Dados





Pessoais do TJTO, juntamente com a servidora Thainá Suzan Silva, analista de suporte técnico na Divisão de Manutenção e Suporte ao Usuário do TJTO, começaram as discussões trazendo aspectos interessantes sobre a segurança de informações pessoais, abordando como viver, conviver e se defender dos métodos dos atacantes em nossa rotina pessoal e profissional, apresentando as fraudes mais frequentes e as principais situações de risco.

A segunda palestra foi ministrada pela advogada Maria Lohana Hexana de Moura Silva Siqueira, com o tema “Desafios e Soluções: LGPD nos Tribunais”. A advogada destacou a necessidade de parceria entre os(as) profissionais do Sistema Judicial. A terceira e última palestra do dia foi com a desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), que se encarregou do tema “Proteção de Dados no Âmbito do Poder Judiciário”. Autora do livro “LGPD: Direitos dos Titulares”, a desembargadora focou sua apresentação nos desafios da implementação.



Dando continuidade às atividades da Semana sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Esmat realizou, na tarde do dia 27, uma Oficina voltada à exploração das funcionalidades e dos recursos do aplicativo LGPDJus. Os(As) magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense foram instigados(as) a compreenderem e aprofundarem o entendimento sobre os casos mais relevantes envolvendo a proteção de dados pessoais apresentados ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC).

Dividida em dois Workshops, a Oficina contou com a presença de Giovanni Moresco, gerente de projetos da LGPD na Diretoria de Tecnologia da Informação do TJSC; de Marcello Muller Teive, secretário do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais do TJSC; e de Victória Lapa Cavalcanti, assessora jurídica do Comitê.



Encerrando os trabalhos da Semana sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), as exposições sobre a proteção de dados no âmbito dos serviços notariais e de registro, realizadas na manhã do dia 28 de setembro, no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), apresentaram aos(às) participantes conhecimentos teóricos e práticos necessários para a compreensão e aplicação dos princípios e requisitos da Lei. A abertura das atividades contou com a presença da magistrada Flávia Afini Bovo, diretora do Foro de Palmas; da senhora Lorena Peclat Barbosa, tabeliã e registradora em Santa Maria do Tocantins, também vice-presidente do Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (IEPTB-TO); e do juiz auxiliar Esmar Custódio Vêncio Filho, supervisor dos Serviços Notariais e de Registro, representante da Corregedoria dos Cartórios Extras.

Em sua apresentação, a desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), frisou a importância da organização e planejamento na aplicação da LGPD nos cartórios extrajudiciais e do compliance na adaptação à Lei, destacando que é essencial implementar um programa de compliance eficiente. "A adequação da LGPD nada mais é que a implementação de um programa de compliance. E o compliance nada mais é que cumprir deveres de maneira planejada e harmônica. E este programa de compliance é o instrumento pelo qual você contribui para a boa imagem da organização. Quanto mais organizados(as) vocês estiverem, mais propício será manter uma confiança positiva do serviço prestado pela sua serventia", afirmou.



OFICINA LET'S GOV - LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

Em 2023, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) se empenhou em aprimorar a qualidade, a eficiência e a confiança no Sistema Judiciário, fortalecendo, assim, a justiça e a cidadania em nossa sociedade. Para atingir esse objetivo, o TJTO, por meio da Esmat, promoveu uma série de atividades para a prática da Inovação. Nesse contexto, a Esmat iniciou, em 20 de setembro, a Oficina "Let's Gov – Laboratórios de Inovação no Setor Público". O Evento, que teve como objetivo fomentar a cultura de inovação no Poder Judiciário do Estado do Tocantins, reuniu magistrados(as) e servidores(as) diretamente envolvidos na Política de Gestão da Inovação do Poder Judiciário.

Para abordar a importância da inovação no setor público e capacitar os(as) participantes a liderarem iniciativas inovadoras, a ação contou com a presença dos professores André Tamura, cofundador e diretor executivo da WeGov, e Renata Tonial, especialista em gestão pública.



OFICINAS PREPARAM SERVIDORES(AS) E MAGISTRADOS(AS) DO PODER JUDICIÁRIO PARA APOSENTADORIA

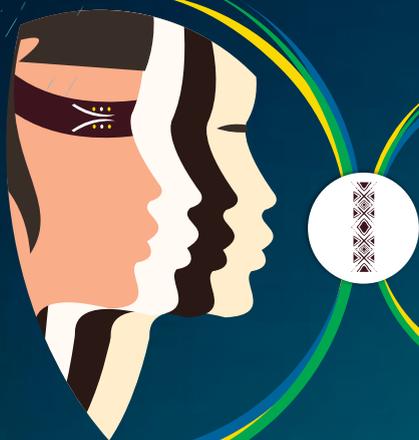
Visando preparar os(as) servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense para uma transição mais tranquila e consciente sobre a aposentadoria, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), nos dias 26, 27 e 28 de setembro, realizou Oficinas de Preparação para Aposentadoria. O Evento ocorreu no auditório da Esmat. Durante a abertura, Márcia Vieira Mesquita, diretora de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), enfatizou a importância da preparação antecipada para a aposentadoria. “Essa é uma atividade extremamente importante, a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) se sente orgulhosa e honrada de tencionar esse momento especial com vocês, de preparação. Vocês estão aqui para refletirmos um pouco sobre uma transição, sobre essa mudança de vida, para prepararmos-nos para um novo ciclo”, explicou.

Rogério Lopes da Conceição, coordenador do projeto e servidor da Esmat, destacou a importância de preparar as pessoas para a aposentadoria, com foco na produtividade. “Estamos começando hoje essa semana de preparação para extensão do Poder Judiciário Tocantinense, e a perspectiva é muito boa. Estamos com uma turma cheia, quarenta pessoas. O nosso pensamento é o de preparar realmente a pessoa para a aposentadoria, porém com foco na produtividade enquanto ainda estiver no trabalho”, comentou.

Além dos membros do Poder Judiciário, outras instituições também estão desempenhando um papel ativo nas preparações para aposentadoria. As servidoras do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, Carolina e Géssica, inscreveram-se nas Oficinas visando entender a visão do TJTO e buscar encaminhamentos que auxiliassem a instituição. A diretora de Previdência do Igeprev, Carolina Ramos Nogueira, apontou o propósito de sua participação no Evento. “A gente também vai começar um trabalho de educação previdenciária no Igeprev. Então a gente veio ver a visão do Tribunal, o que ele entende, encontrar os melhores encaminhamentos para buscar e montar um projeto completo que auxilie todos(as) os(as) servidores(as) do estado do Tocantins”, pontuou.

“*Os direitos humanos não um dado, mas um construído, uma invenção humana, em constante processo de construção e reconstrução.*”

Hannah Arendt



XV Congresso Internacional Direitos Humanos

**POR UMA JUSTIÇA MAIS ACESSÍVEL E EFETIVA
EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

EM HOMENAGEM AO PROFESSOR LUIZ ROBERTO LIZA CURI

Durante a XV Edição do Congresso foram realizadas atividades como minicursos, conferências, painéis temáticos, comunicações orais e exposição de banners, bem como contou com a valorosa presença de palestrantes nacionais e internacionais, que durante três dias debateram questões ligadas à promoção dos direitos humanos, a percepção jurídica ante os avanços tecnológicos, sistema penal, e como nos adaptar e garantir a promoção da vida e dos direitos humanos ante as catástrofes ambientais que já ocorrem com constante frequência.

O Evento contou com a expressiva marca de 1.236 inscritos(as), que participaram na modalidade presencial e virtual promovendo diálogos interdisciplinares e a abertura de espaço para debates sobre a temática “Por uma Justiça mais acessível e efetiva em defesa dos Direitos Humanos”.

MINICURSOS

A Programação do XV Congresso Internacional em Direitos Humanos começou com muito aprendizado na manhã do dia 13 de setembro, nas instalações da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), oferecendo quatro minicursos que abordaram temas cruciais para a efetividade das ações e defesa dos direitos humanos no Poder Judiciário.

O primeiro minicurso, intitulado "Nietzsche: Crítica da Cultura e do Fanatismo", contou com uma turma cheia de inscrtos(as) e interessados(as) pela temática. O professor Oneide Perius, doutor em Filosofia, ministrou as discussões que se concentraram na crítica de Nietzsche à cultura e à moral como meios de controle sobre o ser humano.

O segundo minicurso, voltado para o tema "Tomada de Decisão e Credibilidade do Testemunho", forneceu uma base sólida para decisões judiciais com base na psicologia do testemunho. Os facilitadores, o psicanalista Carlos Mendes Rosa e o pós-doutor Tiago Gagliano, discutiram temas, como a Fidedignidade dos Testemunhos, O Processo de Memória e Armazenamento de Fatos, e Métodos de Colheita de Prova Oral.

As doutoras Bleine Queiroz Caúla e Claudia do Amaral Furquim ministraram o minicurso "Capital Jurídico e Meios de Autocomposição de Conflitos". As facilitadoras analisaram como os meios autocompositivos podem impactar positivamente o capital jurídico e quais foram os maiores desafios enfrentados pelo Poder Judiciário nessa questão.

Por fim, o minicurso "Sistema Penal e Direitos Humanos" contou com a presença de especialistas internacionais, como a vice-presidente da Faculdade de Direito de Osaka, Japão, Mana Shimaoka, e o professor assistente de Direito da Universidade Ain Shams, Cairo, Egito, Ahmed Khalifa. O doutor Tarsis Barreto também esteve presente durante as exposições, que focaram nos principais desafios relacionados à preservação dos direitos humanos no sistema penitenciário, bem como as perspectivas de reintegração social da pessoa condenada no Brasil, Japão e Egito.



veja mais!



HOMENAGENS E LANÇAMENTO DE LIVRO MARCAM ABERTURA DO XV CONGRESSO

Com o tema “Por uma justiça mais acessível e efetiva em defesa dos direitos humanos”, foi aberta, na tarde do dia 13 de setembro, a XV Edição do Congresso Internacional em Direitos Humanos. A solenidade de abertura, realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), foi marcada por homenagens e pelo lançamento do livro “Escritos em homenagem ao desembargador Marco Villas Boas”. Ao abrir o Evento, o desembargador Marco, diretor geral da Esmat e coordenador geral do Congresso, destacou que o Congresso mais uma vez foca no acesso à justiça, na efetividade por direitos humanos para que sejam cumpridos e bem interpretados pelo Poder Judiciário e pelos demais órgãos institucionais.

“É preciso uma compreensão muito mais ampla, um diálogo interjudicial e interconstitucional no plano internacional para que tenhamos, de fato, uma efetividade dentro dos sistemas de proteção”, disse comentando que a educação se torna um elemento vital na construção dos direitos.

Para Karyleila dos Santos Andrade Klinger, diretora de Pós-Graduação da Universidade Federal do Tocantins, o tema central do Congresso é essencial para levar inclusão, acessibilidade, justiça e cidadania ao povo tocantinense. O professor Gustavo Paschoal, coordenador do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, falou que o Congresso é motivo de muito orgulho e satisfação, por ser um momento em que é possível trazer debates e troca de ideias entre todas as questões relacionadas aos direitos humanos.

Por sua atuação no aprimoramento do sistema educacional brasileiro, o professor doutor Luiz Roberto Liza Curi, presidente do Conselho Nacional de Educação, é o homenageado desta Edição do Congresso Internacional em Direitos Humanos.

Ao entregar a placa de homenagem ao professor, o desembargador Marco exaltou sua capacidade intelectual e os serviços prestados em todo o Brasil e fora do país em prol da educação brasileira, destacando o seu incentivo à articulação no Tocantins, entre o Poder Judiciário e a Universidade Federal. O professor Curi, por sua vez, destacou a imensa honra ao receber a homenagem, informando ser esse um destaque em sua carreira. Após fazer uma trajetória de sua vida profissional, disse que a educação brasileira é a base da expressão.



CONFERÊNCIA DO JAPÃO DESTACA DESAFIOS NA PROTEÇÃO DAS MULHERES

A primeira conferência do Congresso trouxe questões fundamentais sobre os direitos das mulheres e o combate à violência de gênero. Mana Shimaoka, vice-presidente e professora da Faculdade de Direito da Universidade de Osaka, no Japão, e uma das principais especialistas em direito penal no país, foi a responsável por apresentar um panorama bastante detalhado dos desafios enfrentados pelas mulheres no Japão e em outras partes do mundo, com ênfase na prevenção e combate à violência contra a mulher. A mediação da conferência foi conduzida pela desembargadora Angela Issa Haonat, primeira diretora adjunta da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).



COMUNICAÇÕES ORAIS

O segundo dia do XV Congresso Internacional em Direitos Humanos iniciou colocando em prática o tema do Evento: "Por uma justiça mais acessível e efetiva em defesa dos direitos humanos". Na manhã do dia 14, as atividades acadêmicas de comunicações orais dos(as) alunos(as) dos Programas de *Stricto Sensu* da Esmat, em parceria com entidades educacionais, foram o destaque. A professora doutora Lia de Azevedo Almeida presidiu as sessões e enfatizou a relevância do conhecimento científico para a solução de problemas sociais cada vez mais recorrentes.

A juíza de direito e mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi, deu início às sessões com seu projeto sobre o "Programa de Educação Sociojurídica Interdisciplinar e Itinerante do Poder Judiciário nas Escolas Públicas do Tocantins para Promoção da (Des)Judicialização Consciente".

A juíza de direito e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UFT, Aline Marinho Bailão Iglesias, trouxe o tema "A Indicação Geográfica da Região do Jalapão para o Artesanato em Capim Dourado enquanto Instrumento de Proteção Jurídica e Desenvolvimento para Comunidades Tradicionais na Percepção dos Atores Locais".

O doutor Wellington Magalhães, juiz de direito, apresentou sua pesquisa sobre "Desenvolvimento Regional, Políticas Públicas e Efetividade da Prestação Jurisdicional: o Processo Estrutural e a Resolução de Conflitos pelo Uso da Água".

O doutor Marcelo Laurito, juiz de direito, explicou o processo de sua pesquisa relacionada às "Prisões da Fé: Conversões Evangélicas no Contexto Prisional e a Relação entre Interesses Religiosos e Condições de Habitualidade no Mundo do Crime".



veja mais!





PAINEL DISCUTE SISTEMA PENAL E DIREITOS HUMANOS

A diminuição da população carcerária no Japão, assim como a conjuntura do sistema de justiça no Egito, foram os temas debatidos no painel "Sistema Penal e Direitos Humanos na América do Sul, África e Ásia" na tarde do dia 14. Mediado pelo professor doutor Tarsis Barreto (UFT), o painel foi iniciado pela painelistas Mana Shimaoka, professora doutora da Universidade de Osaka no Japão, que abordou a diminuição recorrente da população carcerária do país, bem como o rígido sistema penal, até mesmo mencionando a pena de morte. Já o professor doutor Ahmed Khalifa, do Egito, apresentou o contexto histórico do país africano desde os movimentos sociais identificados como a Primavera Árabe em 2010, o que ocasionou uma abertura política e atualizações na constituição egípcia.



INTELIGÊNCIA HUMANA X INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

"Primeiro, vou fazer um convite à reflexão e trago a vocês mais perguntas do que respostas e ainda os(as) convido a olharem essa primeira imagem tirada do próprio metaverso em que existe uma pessoa, uma representação idosa e uma criança", provocou Heloisa Helena de Almeida, palestrante no Painel Direitos Humanos e Justiça na Era Digital. A provocação deu lugar a uma pergunta intrigante, mesmo nesses novos tempos. "Será que o metaverso, esse ilustre desconhecido, vai acabar com o que já existe, visto que já há essa conversa de que o metaverso vem em substituição ao ser humano, ou será que nós podemos conviver com ambas as realidades? A virtual, a realidade concreta".



PAINEL DESTACA ACESSIBILIDADE NA MINERAÇÃO DE PROCESSOS EM ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Ao falar de mineração de processos, a palestrante Sarajane Marques Peres enfatizou que estamos discutindo eficiência organizacional e processos de negócios. "Entendemos por processos um conjunto de atividades que uma organização realiza numa determinada ordem para atingir um objetivo de negócio", explicou. Ela também ressaltou que a mineração, nesse contexto, envolve exploração de dados por meio de abordagens computacionais, utilizando ferramentas, algoritmos e técnicas específicas para obter valor agregado. Mediada pelo professor doutor Oneide Perius, o Painel abordou aspectos introdutórios e conceituais sobre o tema.

COMUNICAÇÕES ORAIS

As sessões realizadas na manhã do dia 15 de setembro concentraram-se em destacar os resultados de pesquisas realizadas por alunos(as) e ex-alunos(as) dos Programas *Stricto Sensu* promovidos pela Esmat. A ação visou evidenciar como o método científico pode se tornar uma ferramenta poderosa para a solução de problemas sociais e para a transformação efetiva da sociedade.

Ao iniciar as atividades a professora doutora Lia de Azevedo Almeida, presidente das sessões de comunicações orais, destacou que "Como professora e pesquisadora que sou, é com muita alegria que iniciamos as comunicações de hoje, pois iremos compartilhar conhecimentos e, principalmente, ressaltar como o método científico pode ser aplicado para solucionar problemas sociais e ser um instrumento de transformação da realidade".

Durante sua apresentação, o doutorando juiz Roniclay Alves de Moraes expressou sua gratidão pelo convite da Esmat "Quero agradecer o convite que me foi formulado pela Esmat para estar aqui mais uma vez no congresso. Para mim, foi de grande valia, pois pude revisitar o meu trabalho que ainda está em construção". Roniclay apresentou o escopo básico de seu projeto e explicou alguns aspectos da sua pesquisa sobre "O meio ambiente como um direito humano independente: impactos da opinião consultiva nº 23 da Corte Interamericana de Direitos Humanos para o Brasil".

O doutorando juiz Ricardo Gagliardi abordou o tema "Quatro paradoxos do sistema criminal e o estado democrático de direito", posteriormente, o mestre Bernardino Cosobek da Costa expôs sua dissertação sobre "Justiça social face às crianças em vulnerabilidade alimentar: projeto Júri/Criança Feliz no Tocantins". Encerrando as sessões, o juiz Fábio Costa trouxe o tema "Análise da repressão penal no Brasil: entre o garantismo e a economia do crime".



veja mais!





PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Redação melhor de projetos e dossiês, aceleração da desjudicialização e mudança no vocabulário dos(as) juízes(as) são algumas das armas para reforçar a defesa da proteção dos Direitos Humanos. Foi o que ressaltou (por videoconferência) o professor titular da Faculdade de Direito da Sorbone, Mathieu Disant, durante o XV Congresso Internacional Direitos Humanos. O palestrante ainda afirmou que "Custo e prazo não podem ser obstáculos à proteção dos Direitos Humanos".



LIBERDADE E SOLIDARIEDADE

Já a palestrante Laura Miraut, professora de Filosofia do Direito na Espanha, ao falar sobre as novas realidades dos direitos humanos, destacou que o desenvolvimento tecnológico é um instrumento importante de adaptação aos novos valores dos Direitos Humanos, segundo ela fundamentais em relação à liberdade na qual novos valores dos direitos humanos são fundamentais, como os da liberdade e da solidariedade. Também palestrante, o advogado Marcelo Ribeiro lembrou que o Estado estabelece, pela Lei, um instrumento de segurança para o(a) cidadão(ã), para o(a) jurisdicionado(a), ante o possível arbítrio estatal.

CONGRESSO ENCERRA COM DISCUSSÕES SOBRE INJUSTIÇA AMBIENTAL E CLIMÁTICA, ALIMENTAÇÃO SUSTENTÁVEL E TRANSUMANISMO

O último painel do XV Congresso Internacional em Direitos Humanos levantou a discussão sobre a contaminação do meio ambiente e das comunidades por agrotóxicos e da ingestão de produtos químicos bioacumulativos e contaminantes ambientais, como também os conflitos sociais oriundos da biopolítica e da necropolítica, finalizando com a discussão de temas como injustiça ambiental e racismo climático e ambiental.

Na primeira palestra, a doutora e pesquisadora Cristina Larrea, palestrante da Espanha, expôs sobre o processo de contaminação de comunidades por meio da proximidade de áreas agrícolas que utilizam componentes químicos, agrotóxicos e demais defensivos. "É preciso procurar outras maneiras de se relacionar com o mundo a partir de um processo de reconhecimento de diversos saberes e sabedorias, com o fim de abrir novos caminhos e combater injustiças socioambientais", afirmou.

Em seguida a professora doutora Silvana Nascimento lembrou, durante a segunda palestra do dia, a atual situação por onde passa a humanidade, como o antropoceno, que corresponde à era geológica caracterizada pelo impacto da presença do homem na terra. Na terceira e última palestra do Congresso, a professora doutora Mariana Trotta Quintans ressaltou como as mudanças climáticas trouxeram conflitos socioambientais que, apesar de serem percebidos por toda a humanidade, atingem com mais gravidade as populações mais pobres.



Vídeo completo
no canal Esmat



1º Semana de Diálogos **SOBRE IGUALDADE E DIVERSIDADE**



A abertura da 1ª Semana de Diálogos sobre Igualdade e Diversidade, em 17 de outubro, foi feita pela desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral da Justiça do Tocantins. Na ocasião, ela destacou a importância do espaço para promover o diálogo sobre questões como igualdade de gênero e racial, combate à LGBTfobia, ao capacitismo e etarismo. “Precisamos dialogar e agir para vermos, na prática, mudanças que promovam acessibilidade, inclusão e garantia dos direitos das minorias”, ressaltou. O juiz auxiliar Arióstines Guimarães Vieira, da CGJUS, coordenador da Coordenadoria da Cidadania, também destacou a relevância do debate e frisou que o Evento “marca, demarca e, sobretudo, sinaliza o caminho que optamos por seguir no Judiciário”.

“As pessoas negras não estão em espaços de poder e decisão; e quando grupos sociais historicamente vulnerabilizados estão impedidos de participar das decisões sobre o seu próprio destino, isso não é democracia.” Abrindo a programação, Livia Maria Santana e Sant'Anna Vaz, promotora de Justiça da Bahia, abordou o tema “Igualdade racial e implementação de políticas públicas: uma visão interseccional”.

“Enquanto atores do sistema de julgamento, não podemos ser instrumentos de ratificação de desigualdades, porque estas geram profunda dor e sofrimento nas pessoas”. A fala é da juíza Renata do Nascimento e Silva, que abriu o painel com o tema “Abordagem ao Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero”, da qual foi mediadora, em 18 de outubro. Na oportunidade, a magistrada destacou que o Protocolo para Julgamento com a Perspectiva de Gênero é fruto de um amadurecimento do Poder Judiciário. “Não é mais possível a gente retroceder na compreensão de que o direito não é neutro e é dirigido para privilegiar determinados grupos”, disse.



O professor e servidor do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), Elder Maia Goltzman, ao abordar recortes de notícias publicadas na imprensa, trouxe à reflexão e à discussão o tema “LGBTfobia como fenômeno estrutural”. O juiz Jean Fernandes Barbosa de Castro, do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), falou sobre o reconhecimento como processo de construção de visibilidade e Justiça em comunidades quilombolas no Estado, assunto de sua tese de doutorado. Fechando a programação do segundo, o advogado Landri Alves Carvalho Neto, presidente da Comissão de Diversidade Sexual da OAB/TO e do IBDFAM-TO, ministrou a palestra “Direitos para se ter orgulho – conquistas do povo LGBTQIAPN+/LGBTfobia como Necropolítica do Estado Brasileiro”.

Tendo como temática principal, porém não única, o conhecimento e prática jurídica do protocolo para julgamento com perspectiva de gênero no enfrentamento à violência contra a mulher, o terceiro painel contou com três importantes palestras, mediadas pela juíza titular Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira, da Vara Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.

Abrindo as atividades do dia 19 de outubro, a juíza titular Umbelina Lopes Pereira Rodrigues, da Vara Criminal da Comarca de Porto Nacional, apresentou algumas informações, com uma abordagem psicojurídica, sobre o tema da violência institucional contra a mulher. A segunda palestra teve como tema os Direitos das Minorias – racismo estrutural –, com o doutor Marco Adriano Ramos Fonseca, juiz e coordenador do Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão. A terceira e última palestra, ministrada pela advogada Stella Noeme Bueno Pedroso do Nascimento, teve como foco a temática Violência Doméstica e Familiar e a Desigualdade de Gênero.

Encerrando as atividades, o último painel teve como foco uma introdução ao protocolo de julgamento sobre a perspectiva de gênero na justiça brasileira na visão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Com o tema A Proteção Internacional de Direitos Humanos de Mulheres e os Efeitos no Direito Interno, a advogada e professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Graziela Tavares de Souza Reis, trouxe alguns apontamentos de reflexão sobre as relações de poder na sociedade. O advogado e presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB/TO, Christian Trindade Ribas abordou a temática da igualdade racial no sistema educacional do estado do Tocantins.



Por fim, Thais Becker Henriques Silveira, ativista e pesquisadora na área do direito das pessoas com deficiência com foco na intersecção de gênero, desenvolveu sua apresentação focada na educação inclusiva: o direito fundamental, difuso e indisponível. Encerrando as atividades, Thais – que é uma mulher com deficiência – lembrou da necessidade de continuarmos promovendo discussões construtivas, respeitando e valorizando as diferentes vozes e experiências da nossa sociedade.

O juiz Jossaner Nery Nogueira Luna, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, titular da Vara Especializada no Combate à Violência Contra a Mulher e Crimes Dolosos Contra a Vida, de Gurupi, foi o responsável pelas mediações das palestras.



Dia do(a) **Servidor(a)**

Corações Solidários

Ações Transformadoras

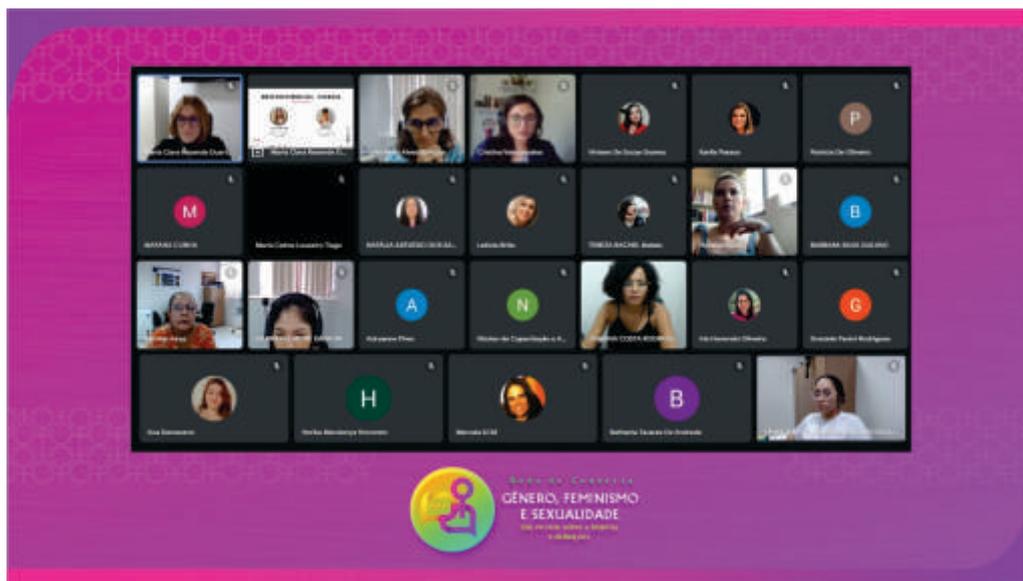


Ao abrir o ciclo de palestra, em 31 de outubro, no auditório do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), em comemoração do Dia do Servidor Público, que ocorreu dia 28, a presidente Etelvina Maria Sampaio Felipe, do Poder Judiciário Tocantinense (PJTTO), entendeu como crucial a valorização dos(as) servidores(as), aos(às) quais atribuiu a construção de um serviço jurisdicional efetivo, célere, justo, inovador e imparcial.

“E é por isso que a valorização do trabalho de cada um(a) de vocês é essencial para que nós possamos exercer as nossas funções”, ressaltou a desembargadora Etelvina. “Vocês desempenham um papel fundamental e muito importante na construção da nossa sociedade”, reforçou. “É imprescindível que os(as) servidores(as) tenham esse compromisso com a ética, com a transparência, com a qualidade dos serviços que nós prestamos e ajam de acordo com os princípios da administração pública”, frisou a presidente do TJTO, ao parabenizar os(as) diretores(as) do Judiciário na pessoa da diretora geral, Ana Carina Mendes Souto.

O Dia do(a) Servidor(a) é uma data que celebra não apenas o trabalho árduo e comprometido desses(as) profissionais, mas também resalta a importância das ações solidárias e transformadoras que muitos deles(as) desempenham em suas comunidades e dentro do próprio Sistema Judiciário. Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), desenvolveu duas palestras, sendo: A Arte da Comunicação Não Verbal: Utilize sua Moda e Estilo a seu Favor, com Duda Preto; e Segredos Mágicos das Ações Transformadoras, com o mágico, Vitor Hugo Alves Rocco.





DIFERENÇA E DESIGUALDADE: UM DEBATE SOBRE GÊNERO, FEMINISMO E SEXUALIDADE

Realizada, em 10 de outubro, a roda de conversa online sobre gênero, feminismo e sexualidade, foi conduzida por Cristina Vasconcelos, psicóloga e sexóloga. O evento teve como objetivo proporcionar às participantes um olhar mais amplo acerca da conjuntura na qual estão inseridas, de forma que analisem as reproduções sexistas e patriarcalistas a sociedade, seja no trabalho ou nas relações pessoais/cotidianas, para que essas situações não interfiram negativamente no desenvolvimento do trabalho de cada participante. Durante o debate cada participante pôde se posicionar e apresentar sua percepção acerca dos temas.

Já a facilitadora Cristina fez algumas provocações acerca do ambiente de trabalho. "Como podemos notar as estruturas de opressão no cotidiano? Quais desses comportamentos reproduzo no meu dia a dia? São questões que podem direcionar para o quanto está disposta a desconstruir os próprios preconceitos", ponderou.

Para a participante, a bibliotecária Cynthia Aires, o bate-papo foi uma rara oportunidade de troca entre as servidoras do quadro do Tribunal de Justiça. "A gente fica muito no disse me disse, no que se fala por aí, no senso comum, e não sabe o que é realmente o feminismo e o que o feminismo busca", ponderou sobre a importância desse tipo de encontro.



RODA DE CONVERSA DISCUTE INCLUSÃO E COMBATE À LGBTQIAPN+FOBIA NO TRABALHO

O combate à LGBTQIAPN+fobia no trabalho está relacionado com o respeito à diversidade e à inclusão de todas as pessoas, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de gênero. Isso significa que é preciso garantir um ambiente seguro e acolhedor para todos os colaboradores, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Nessa perspectiva a Esmat realizou, em 31 de outubro, a Roda de Conversa: Diversidade e Inclusão e combate à LGBTQIAPN+Fobia no trabalho, com o objetivo de discutir a respeito da diversidade e da inclusão, e pensar o combate à LGBTQIAPN+fobia na realidade do ambiente de trabalho de cada servidor(a) e magistrado(a) do Poder Judiciário Tocantinense.

Responsável por conduzir o Evento, o facilitador Luiz Geraldo do Carmo Gomes apontou que o indivíduo pode ser reconhecido a partir do gênero, ou pelo sexo, ou por sua orientação afetivo-sexual. De acordo com ele, o combate à LGBTQIAPN+fobia no trabalho está relacionado com o respeito à diversidade e à inclusão de todas as pessoas, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de gênero. Isso significa que é preciso garantir um ambiente seguro e acolhedor para todos(as) os(as) colaboradores(as), independentemente da sua orientação sexual ou identidade de gênero. A atividade ocorreu de forma online pela Plataforma *Google Meet*.

• W O R K S H O P •

Gestão da Memória e Documental do Poder Judiciário: caminhos e desafios



Realizado em 31 de outubro, na modalidade Ensino à Distância, pela Esmat, o Workshop Gestão da Memória e Documental do Poder Judiciário: caminhos e desafios apresentou, durante quatro horas de atividades, mecanismos para discutir, criar e implementar a gestão documental e de memória do Judiciário Tocantinense. O Workshop foi organizado pela analista judiciária do Tribunal de Justiça do estado de Pernambuco, gerente do Memorial da Justiça (TJPE), a doutora em História Mônica Pádua. Na abertura do Evento, a desembargadora Ângela Prudente, presidente das comissões permanentes de Gestão da Memória e Gestão Documental (CPAD e CGM) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), ressaltou a iniciativa de o Poder Judiciário e de a Esmat realizarem atividades formativas de gestão documental e de memória. “Contar com a expertise e a vasta experiência da doutora Mônica Pádua neste Workshop nos inspira a perseverar na preservação da memória do nosso Judiciário que, apesar de jovem, é rico em história e tem muito a contribuir com a sociedade tocantinense”, afirmou.

Dezenas de magistrados(as) e servidores(as) assistiram, no dia 1º de dezembro, ao Webinário Entrega Voluntária, promovido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). A atividade teve a proposta de trazer aperfeiçoamento aos(às) participantes, no que se refere à ética e aos parâmetros legais, reflexões, e aprimorar as práticas acerca do acolhimento de gestantes ou parturientes que manifestem interesse em entregar o(a) filho(a), de forma humanizada, na entrega voluntária.

O *Webinário* foi ministrado pelo juiz auxiliar Hugo Gomes Zaher, da Infância e Juventude, de Campina Grande/PB, que é mestre em Direito Constitucional, e pela doutora Angélica Gomes da Silva, em Serviço Social, sob a mediação do magistrado Adriano Gomes de Melo Oliveira, juiz da Infância e Juventude de Palmas e coordenador da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) de Palmas. A atividade visou também à apropriação da temática *Entrega Voluntária*, capacitando os(as) participantes, com vista ao desenvolvimento de apropriação ética e dos parâmetros legais acerca dos procedimentos da entrega voluntária, preparando magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, credenciados(as) pelo Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares, que atuam na área da Infância e Juventude para os desafios que essa demanda pressupõe.





Roda de Conversa em comemoração ao **DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA**

O Poder Judiciário Tocantinense fomentou, no dia 20 de novembro, um debate consciente em reflexão ao Dia da Consciência Negra. O Evento, realizado no Centro Universitário Católica do Tocantins (UniCatólica), contou com a participação da comunidade acadêmica de Palmas e de Miracema, representantes de instituições públicas e líderes de coletivos negros do Tocantins. A Programação faz parte do projeto Corregedoria nas Universidades e é uma iniciativa da Corregedoria-Geral da Justiça do Tocantins (CGJUS) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), UniCatólica e Associação de Magistrados do Estado do Tocantins (ASMETO).

Com apresentação de capoeira do Grupo Só Angola Tocantins e roda de conversa com o tema “Quilombos, Judiciário, Letramento Racial e Racismo Institucional”, o Evento abordou os principais fatos históricos sobre o período de escravidão no Brasil e suas consequências, que ainda afetam –estruturalmente – a visão em relação ao negro em nosso País. A legalização fundiária das terras quilombolas foi uma das pautas apontadas durante os debates, visto que o estado do Tocantins possui 48 comunidades sem a segurança jurídica necessária.

Roda de Conversa

Com o tema “Quilombos, Judiciário, Letramento Racial e Racismo Institucional”, participaram da roda de conversa a líder quilombola Rita Gomes e o representante do Coletivo Nacional da Juventude Negra (ENEGRECER). O debate foi mediado pela juíza Renata do Nascimento e Silva, coordenadora do Evento. Ao falar sobre a importância da data, a magistrada expressou a necessidade de combate ao racismo por meio de ações realmente transformadoras e destacou a relevância da iniciativa de o Judiciário ampliar o debate em busca da promoção da igualdade racial.

Rita Lopes, líder da comunidade quilombola Rio Preto, que fica cerca de 50 km de Lagoa do Tocantins, compartilhou suas experiências e desafios na luta contra o racismo e reforçou a importância de se ter espaço para debater a temática. “É muito importante para nós estarmos nesses espaços, sendo ouvidos(as). Então, quando o TJTO abre essa ponte, convidando-nos para compor uma Mesa como esta, é para nos ouvir. Isso é muito importante, não só para mim como quilombola, como líder quilombola, não apenas para o meu quilombo, o quilombo do Rio Preto, é importante para todos os quilombos do Tocantins. Assim, o espaço que ocupo hoje é o de trazer voz, de dar voz às comunidades quilombolas, é muito importante, e quero agradecer o convite. A gente sai daqui já com alguns laços ou algumas pontes construídas, espero que isso venha a ajudar ainda mais o meu povo”, afirmou.



TELETRABALHO EXPERIÊNCIA DE SUCESSO COM SAÚDE E PRODUTIVIDADE

No dia 20 de setembro de 2023, a Esmat realizou uma roda de conversa virtual pela Plataforma Google Meet, visando promover reflexões sobre os resultados do teletrabalho, tanto para os(as) trabalhadores(as), quanto para os(as) gestores(as) envolvidos(as), para suas vidas pessoais, saúde, qualidade de vida e rotinas de trabalho, com foco em servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense.

A conversa teve o enfoque voltado para a regulamentação do teletrabalho prevista no artigo 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que elimina as distinções entre o trabalho realizado no local de trabalho do(a) empregador(a), e o realizado no domicílio do(a) empregado(a), feito à distância, sendo que este requer a caracterização dos pressupostos da relação de emprego. No dia 20 de outubro, a atividade foi desenvolvida novamente para a Turma II.

Além disso, buscou-se esclarecer aos(às) servidores(as) que o teletrabalho pode ser visto sob a ótica de uma visão mais ampla das condições de trabalho à distância. Já os temas como o isolamento social, adoecimento psíquico e físico, assédio e relacionamentos, visaram promover uma compreensão mais abrangente do ambiente de trabalho remoto. O debate buscou incentivar a procura por soluções para os desafios enfrentados nesse formato de trabalho, a fim de garantir o bem-estar dos(as) teletrabalhadores(as) e uma melhor conciliação entre vida profissional e pessoal.



"É um privilégio tratar sobre uma temática tão importante nos dias atuais para as democracias ocidentais e que preocupa as Nações Unidas e todos(as) aqueles(as) que prezam pela democracia no plano global", ressaltou o desembargador Marco Villas Boas ao abrir o Seminário de Combate à Corrupção, à Improbidade e aos Crimes Eleitorais, no dia 6 de dezembro, no auditório da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

Em sua fala, o diretor da Esmat destacou a importância de respeitar os direitos civis, criar oportunidades para o desenvolvimento e promover um associativismo global baseado na cooperação. O juiz Wellington Magalhães, coordenador do Evento, agradeceu ao desembargador Marco pelo apoio à realização do Seminário e frisou a importância do debate sobre a temática. O promotor de justiça Abel Andrade Leal Júnior, subprocurador-geral de Justiça e chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, comentou que "Encontros como este são importantes, uma vez que são voltados à conscientização e ao diálogo".

A primeira palestra contou com a presença do conselheiro Saulo Marques Mesquita, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), que abordou a atuação colaborativa do Tribunal de Contas e do Poder Judiciário no combate à corrupção. O conselheiro desenvolveu sua apresentação discutindo alguns aspectos sobre a teoria da corrupção, do sistema de controle e da atuação do Tribunal de Contas, e do ambiente de atuação colaborativa com o Poder Judiciário.



A repercussão dos julgados de contas na apuração de crimes de corrupção e de improbidade administrativa ficou a cargo da conselheira Doris Terezinha Pinto Cordeiro de Miranda Coutinho, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

No período da tarde, o juiz Roniclay Alves de Moraes, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), fez apontamentos sobre os aspectos importantes do processamento das ações de improbidade administrativa. Alterações legislativas. E a quarta e última exposição foi conduzida pelo juiz Eustáquio de Melo Junior, também do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com o tema Os principais crimes eleitorais e a jurisprudência do TSE.

O Seminário objetivou promover a conscientização e o debate sobre as questões relacionadas ao combate à corrupção, à improbidade e aos crimes eleitorais, visando contribuir para o fortalecimento da integridade, transparência e responsabilidade no âmbito político e no administrativo.





Palestra **Segurança** para **quê?**

Foi realizada, em 21 de novembro, no auditório do Tribunal de Justiça, a palestra com o tema "Segurança para quem?". Na abertura oficial do Evento, a desembargadora Ângela Prudente, vice-presidente do TJTO, ressaltou que, ao promover uma cultura de segurança sólida, o Tribunal de Justiça do Tocantins não apenas se blinda das ameaças potenciais, mas também fortalece a confiança da sociedade na integridade e responsabilidade desta instituição para com a justiça. "Nosso objetivo é que o conteúdo oferecido ressoe em cada ação realizada nesta Corte, com vista a assegurar a integridade física e informacional do nosso corpo funcional e a salvaguarda da nossa instituição", ressaltou a vice-presidente do TJTO.

Com o objetivo desenvolver a cultura de segurança institucional entre magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça do Tocantins, o Evento foi comandado pelo doutor em Ciências Militares, Camel André de Godoy Farah, que também é especialista em Inteligência, pela Escola de Inteligência Militar do Exército, e em Globalização, Justiça e Segurança Humana, pela Escola Superior do Ministério Público da União e Universidade do Ruhr (Alemanha).

Durante a palestra, o especialista provocou os(as) participantes a refletirem acerca da necessidade da segurança institucional e tratou sobre o tema em um contexto das novas tecnologias e transformações socioculturais. Ele ainda discorreu sobre as diferenças entre segurança orgânica e segurança ativa.





3º ENCOPE

Encontro de Juizes(as) Corregedores(as) Permanentes e a Corregedoria-Geral da Justica do Estado do Tocantins

O 3º Encontro de juizes(as) corregedores(as) permanentes e Corregedoria-Geral da Justica do Estado do Tocantins (Encope) foi realizado nos dias 7 e 8 de fevereiro de 2024 no auditório do TJTO, consolidando-se como um marco no aprimoramento das atividades correccionais e na integraçao entre magistrados(as) e servidores(as) do Judiciário. O evento foi aberto pela desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral da Justica, e contou com a presenca do ministro Luis Felipe Salomão, corregedor nacional de Justica, que elogiou a iniciativa como exemplo de cooperacao interinstitucional e modernizaçao na prestaçao jurisdicional.

O ministro Salomão destacou que o Encope promove o fortalecimento do Judiciário por meio de capacitaçoes, compartilhamento de boas praticas e construcao de solucoes conjuntas. Ele ressaltou a relevancia de juizes(as) corregedores(as) atuarem como a “face do Judiciário” em suas comarcas e enalteceu o protagonismo feminino na direçao do tribunal, ressaltado no relatório Justica em Números.

A corregedora Maysa Vendramini frisou a importancia do evento para debater desafios e buscar a excelencia na prestaçao jurisdicional, enquanto a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, presidente do TJTO, reforçou a necessidade de aproximar os(as) agentes do Judiciário da sociedade, garantindo qualidade nos servicos.

Durante a solenidade de abertura, houve o reconhecimento de seis empresas com o Certificado Amigo do Adolescente Acolhido, uma iniciativa criada pela Corregedoria para incentivar a inserçao de jovens acolhidos(as) no mercado de trabalho. O juiz auxiliar da CGJUS, Arióstenis Guimarães Vieira, destacou o impacto positivo dessa açao na desinstitucionalizaçao e inclusao social desses(as) adolescentes.



Palestra magna e atividades

Na palestra magna, o ministro Luís Felipe Salomão abordou a atuação da Corregedoria Nacional de Justiça e enfatizou a importância de iniciativas como o Justiça em Números, que traz transparência e diagnóstico detalhado do Sistema Judiciário brasileiro. Ele destacou que o trabalho da Corregedoria vai além de atividades disciplinares, desenvolvendo políticas públicas e promovendo cooperação para superar desafios.

O desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, dedicou sua fala ao papel da educação judicial no aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, ressaltando o pioneirismo da Esmat no lançamento de programas stricto sensu e o impacto positivo da formação contínua de magistrados(as) e de servidores(as).



Oficinas temáticas e a 3ª Carta de Palmas

O evento contou com oficinas temáticas sobre desafios dos(as) juízes(as) corregedores(as), compliance no Judiciário, uso de novas tecnologias e o perfil de liderança dos(as) corregedores(as). Essas atividades resultaram na elaboração da 3ª Carta de Palmas, que consolidou deliberações voltadas ao aprimoramento da gestão judiciária, como: Desenvolvimento de canais de comunicação padronizados; Automatização de correções ordinárias com uso de IA; Criação de um núcleo técnico para análise de contas de interinos; Capacitação técnico-jurídica para magistrados(as) e delegatários(as).





XVI CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS

JURISDIÇÃO E DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA IBÉRICO-BRASILEIRA
BRASIL – PORTUGAL – ESPANHA

O XVI Congresso Internacional em Direitos Humanos, realizado nos dias 19, 21 e 23 de fevereiro de 2024, promoveu debates de alto nível em Lisboa, Porto (Portugal) e Barcelona (Espanha). O evento itinerante, organizado em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade de Lisboa, Universidade Lusófona do Porto e Universidade de Barcelona, abordou temas como avanços da inteligência artificial nas decisões judiciais, proteção de dados pessoais, questões imigratórias no norte global, contexto histórico da escravidão e desafios da magistratura brasileira.

Cerimônia de Abertura em Lisboa

A abertura oficial ocorreu no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. O professor doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto, diretor da Faculdade, destacou o papel das escolas de Direito na promoção dos direitos humanos como pilares da justiça global, afirmando que “as normas jurídicas devem servir à justiça, e não aos interesses dos poderosos”.

Na ocasião, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, entregou a Medalha "Desembargador Antonio Rulli Junior" ao professor Vera-Cruz e o Medalhão Esmat à doutoranda Maria Mariana Moura, coordenadora local do evento. Villas Boas reforçou a importância da parceria entre a Esmat e a Universidade de Lisboa, celebrando os avanços no ensino jurídico promovidos pelo intercâmbio acadêmico.

Segundo Dia no Porto

O segundo dia de debates ocorreu no salão nobre da Universidade Lusófona do Porto, onde o desembargador Marco Villas Boas abordou a importância da proteção dos direitos fundamentais como base para a democracia ocidental. Durante a programação, Villas Boas ministrou uma conferência sobre “Os Impactos da Racionalidade Neoliberal no Estado, na Democracia e na Liberdade Individual”.

A desembargadora Ângela Issa Haonat, diretora adjunta da Esmat, discutiu os “Limites Éticos do Uso da Inteligência Artificial nas Decisões Judiciais”. Além disso, o desembargador Villas Boas homenageou a professora doutora Lígia Carvalho Abreu, da Universidade Lusófona, com o Medalhão Esmat, em reconhecimento à sua contribuição para o evento e para o avanço dos debates sobre direitos humanos.





Encerramento em Barcelona

O terceiro e último dia do Congresso ocorreu, no dia 23 de fevereiro de 2024, na Faculdade de Geografia e História da Universidade de Barcelona, marcando o encerramento de uma edição rica em reflexões e parcerias internacionais. O desembargador Marco Villas Boas apresentou aspectos de sua trajetória acadêmica e profissional, compartilhando sua tese de doutorado sobre autodeterminação indígena nas constituições americanas.

A Programação do Evento contou com as exposições do professor do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, Antônio Carlos dos Santos, que trouxe algumas reflexões inspiradas na perspectiva de John Locke sobre o combate à pobreza. A desembargadora Angela Issa Haonat também esteve presente e contribuiu com o debate ao trazer importantes reflexões sobre os limites éticos do uso de Inteligência Artificial nas decisões judiciais.

A Programação ainda incluiu discussões sobre temas relevantes como "A reinserção social do apenado no sistema penitenciário brasileiro", apresentado pelo professor doutor Tarsis Barreto, coordenador do PPGJDH; e uma análise sobre o combate ao discurso de ódio e discriminação de gênero na internet, realizada pela pesquisadora da Universidade de Barcelona, Malin Rohia.

Após três dias de atividades, esta edição do XVI Congresso Internacional em Direitos Humanos, organizada em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade de Lisboa, Universidade Lusófona do Porto e Universidade de Barcelona, proporcionou um ambiente de diálogo e compartilhamento de experiências, evidenciando o compromisso não apenas do Mestrado, mas também da Esmat, em contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional.



ESMAT LANÇA PROGRAMAÇÃO DO ABRIL INDÍGENA

Com a proposta de discutir caminhos para o alinhamento e articulação de projetos e de políticas públicas voltadas para os povos indígenas do Tocantins, a Esmat lançou, em abril de 2024, a programação do Abril Indígena, que visou promover o diálogo, a colaboração e a ação conjunta em favor dos povos indígenas do Tocantins.

A programação contou com quatro entrevistas abordando cultura, costumes e tradições dos povos indígenas; dificuldades e barreiras de acesso aos serviços públicos de saúde, educação e segurança; educação e formação profissional dos(as) indígenas; o papel da mulher indígena na família e na comunidade; a relação dialógica entre o Poder Judiciário, a cultura e os direitos e deveres dos povos indígenas.





ESTAGIÁRIOS(AS) DE MIRACEMA PARTICIPAM DE *WORKSHOP* SOBRE IDENTIDADE PROFISSIONAL

A construção da identidade profissional é um processo complexo e multifacetado que muitas vezes se inicia durante o período de estágio em uma instituição pública. Esta experiência proporciona um ambiente único no qual os(as) estagiários(as) têm a oportunidade de integrar teoria e prática, desenvolver habilidades técnicas e interpessoais, e refletir sobre sua própria trajetória profissional. Nesta perspectiva a Esmat realizou em maio de 2024, na Comarca de Miracema, o Workshop "A Construção da Identidade Profissional".

A atividade foi ministrada pelos facilitadores Leonor Mourão Araújo Rios e Evanuzia Luzia de Oliveira, e teve como foco proporcionar o aperfeiçoamento de habilidades comportamentais que propiciem a prevenção de doenças, a melhoria das relações sociais pessoais e laborais, potencializando a satisfação pessoal, o sentimento de cooperação, respeito e identidade para com o trabalho, os dois dias de atividades abordaram as seguintes temáticas: inteligência emocional, a prevenção de doenças ocupacionais para a vida profissional, responsabilidade social ativa e corresponsabilidade. Os(As) estagiários(as) também foram orientados a respeito do conceito de assédio moral e sexual e quais serviços de apoio existem no Poder Judiciário.

Workshop
**A FUNÇÃO DE SUPERVISÃO
E A FUNÇÃO DE LIDERANÇA:**
comportamentos que compõem
cada conceito na prática



Magistrados(as) da Comarca de Miracema participaram, no dia 7 de maio de 2024, do Workshop "A Função de Supervisão e a Função de Liderança: comportamentos que compõem cada conceito na prática". Promovido pela Esmat, o evento teve como objetivo aprimorar as habilidades comportamentais dos(as) participantes, visando à prevenção de doenças, melhoria das relações sociais pessoais e laborais, além de potencializar a satisfação pessoal, o sentimento de cooperação, respeito e identidade com o trabalho.

A mestra em psicologia social, Evanuzia Luzia de Oliveira, ministrou o evento e abordou diversos temas relevantes, como o papel como gestor de equipe e/ou da própria vida (Estado atual e Estado desejado), estimulando a motivação e a flexibilidade dos(as) participantes, melhorando a comunicação e as relações interpessoais entre seus membros. Além disso, foram discutidos os conceitos práticos da função de supervisão e da função de liderança, a importância da inteligência emocional nas ações e reações, orientações sobre assédio moral e sexual, e a necessidade de acessibilidade e inclusão nos ambientes de trabalho.



LANÇAMENTO OFICIAL DO PROGRAMA

De Proteção, Acolhimento Humanizado e Solidário às Mulheres do Poder Judiciário do Tocantins (PAHS)



Em 30 de abril de 2024, no Dia Nacional da Mulher, a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), reafirmou o compromisso do Poder Judiciário Tocantinense na luta contra a violência de gênero e defesa dos direitos das mulheres, ao lançar o Programa de Proteção, Acolhimento Humanizado e Solidário às Mulheres do Poder Judiciário do Tocantins (PAHS). “Este programa não apenas visa à proteção contra a violência, mas também busca proporcionar um acolhimento humanizado e solidário às vítimas que buscam amparo”, destacou a presidente.

Apoio institucional

Durante seu pronunciamento, a presidente do TJTO fez questão de frisar que o programa não traz privilégios às integrantes do Judiciário em detrimento às milhares que sofrem violência. “Traz sim, apoio institucional e amparo”, enfatizou. A juíza Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira, coordenadora estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, citou que o PAHS representa um marco. “É um compromisso com a segurança e o bem-estar das mulheres que fazem parte do Judiciário Tocantinense”, disse.

O PAHS está sob a responsabilidade da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid), com a coordenação da Divisão de Inteligência do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (NIS-TJTO), responsável pelas medidas de segurança. O desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, que coordena o Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS), falou sobre a importância do Núcleo e como pode ser mais bem utilizado por servidores(as) e magistrados(as). “Sempre que houver algum problema com os(as) servidores(as) e magistrados(as), é exatamente o Núcleo de Segurança que você deve procurar”, destacou.

Roda de conversa

O lançamento do programa ocorreu durante roda de conversa, realizado no auditório do Tribunal de Justiça, com a presença da juíza auxiliar Luciana Lopes Rocha, da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e da magistrada Maria Domitila Prado Manssur, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SP). Na oportunidade, foi discutida a “Violência Doméstica e Familiar contra Magistradas e Servidoras do Poder Judiciário”.





PAHS

Instituído por meio da Resolução nº 18, de 20 de julho de 2023, seguindo Recomendação nº 102, do CNJ, o programa visa à prevenção, à proteção e ao apoio adequado às magistradas e às servidoras em situação de violência doméstica e familiar.

Presenças

Prestigiaram o evento a desembargadora Ângela Prudente, vice-presidente do Tribunal de Justiça; a desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral da Justiça; o desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, ouvidor da Mulher; Âurea Maria Matos, coordenadora de Ações de Prevenção à Violência da Secretaria Estadual da Mulher; Reginaldo Menezes, subsecretário de Estado da Segurança Pública; a promotora de Justiça Munique Teixeira Vaz, coordenadora do Núcleo Maria da Penha; Pollyana Lopes Assunção, coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres; Harini Gabriela Garcia Cecchin, presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB/TO; Fernanda Halum Pitaluga, secretária municipal da Mulher; Gizella Bezerra, presidente da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica do Tocantins; a juíza Julianne Freire Marques, vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; a juíza Odete Almeida, vice-presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Tocantins (Asmeto); a major PM Flávia Roberta Pereira de Oliveira, coordenadora estadual da Patrulha Maria da Penha.

Também estiveram presentes representantes da Rede de Apoio de Proteção à Mulher Vítima de Violência; do Grupo de Trabalho do Programa PAHS; dos Sindicatos e Associação de Servidores da Justiça, bem como magistrados e magistradas, servidores e servidoras do Judiciário Tocantinense.



WORKSHOP DESENVOLVENDO PESSOAS PARA ALTA PERFORMANCE



O auditório da Esmat recebeu, no dia 13 de maio de 2024, magistrados(as) e servidores(as) do TJTO para o *Workshop* “Desenvolvendo Pessoas para Alta Performance”. Com carga horária de 5 horas, a atividade visou capacitar os(as) participantes com habilidades de liderança e gestão de equipes para promover uma cultura de alta performance, alcançando o máximo do potencial profissional e pessoal, potencializando a satisfação pessoal, o sentimento de cooperação, respeito e identidade para com o trabalho.

O Workshop foi ministrado pelo facilitador Fabio Augusto Silva Scannavino, que abordou as seguintes temáticas: a sensibilização individual sobre a atuação em termos de gestão e liderança de cada líder; o modelo de competências — avaliação e construção de um Plano de desenvolvimento individual (PDI).



Durante três dias (20, 21 e 22 de maio de 2024), a comarca de Miracema recebeu a mestra em psicologia social, Evanuzia Luzia de Oliveira, para o Workshop “Como trabalhar, se relacionar e manter saúde emocional em dia!”. Para a segunda turma, as atividades ocorreram nos dias 27, 28 e 29 de maio.

Idealizado pelo Centro de Saúde (Cesau) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), por meio da Esmat e em parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas (Digep), o evento teve como objetivo proporcionar o aperfeiçoamento de habilidades comportamentais aos(às) inscitos(as), propiciando a prevenção de doenças, a melhoria das relações sociais pessoais e laborais, potencializando a satisfação pessoal, o sentimento de cooperação, respeito e identidade para com o trabalho.





“Enquanto eu tiver força, estarei lutando”

Cacique Raoni inspira luta pelos direitos indígenas e pela defesa do meio ambiente

No dia 21 de maio de 2024, o TJTO se tornou palco de um evento histórico marcado pela presença do Cacique Raoni, líder do povo Kaiapó e ícone mundial na luta pelos direitos indígenas e pela preservação ambiental. A palestra “Direitos Humanos, Meio Ambiente e Povos Indígenas” reuniu diversas etnias e lideranças indígenas, reforçando o compromisso do Judiciário Tocantinense com a valorização das comunidades originárias.

Palestra

O Cacique Raoni, em sua língua materna, trouxe reflexões poderosas sobre a importância da preservação ambiental e da continuidade das tradições indígenas, destacando que o cuidado com a terra é um legado que deve ser transmitido às novas gerações. Em suas palavras: “Enquanto eu tiver força, estarei lutando”. Traduzindo as mensagens do Cacique, Paxton, seu filho e intérprete, destacou o apelo contra intervenções humanas prejudiciais, como a construção de barragens, e a necessidade de diálogo respeitoso com a sociedade não indígena.

O desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, ressaltou a relevância do evento para o diálogo entre o Judiciário e os povos indígenas. “Precisamos aprender com as abordagens indígenas sobre como cuidar e valorizar a natureza, promovendo respeito e preservação,” declarou.

Homenagens

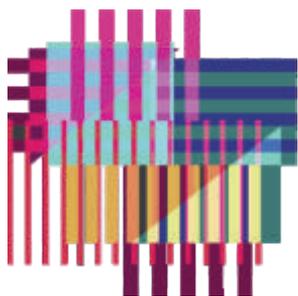
O evento foi marcado por homenagens. O desembargador Marco Villas Boas entregou a medalha “Antonio Rulli Junior” ao Cacique Raoni, reconhecendo sua contribuição para a jurisprudência e a defesa dos direitos indígenas. Em retribuição, Raoni presenteou o desembargador com um cocar, símbolo de liderança e sabedoria.

Apresentações culturais

O evento integrou apresentações culturais de etnias como Kaiapó, Xerente, Javaé, Karajá, Krahô e Tapirapé, que exibiram danças, cantos e adereços tradicionais. Cada apresentação refletiu a riqueza da cultura indígena e reforçou o papel da união e da irmandade entre os povos. O compositor Márcio Bello emocionou os presentes com a música “Raoni com Tambores do Tocantins,” criada em homenagem ao Cacique, celebrando sua força e luta. Além disso, artesãs indígenas, como Elisabete Xerente, expuseram peças tradicionais, reafirmando o valor do artesanato como forma de sustento e preservação cultural.

O evento também foi marcado pela entrega do Prêmio Esmat Cultura Viva, reconhecendo iniciativas que fortalecem a tradição e a cultura dos povos indígenas.





ENCONTRO NACIONAL TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS DO PODER JUDICIÁRIO

Garantir a Precisão Estatística dos Dados Jurídicos:
o papel fundamental da TPU

A Esmat realizou, em 23 de maio de 2024, o Encontro Nacional sobre as Tabelas Processuais Unificadas (TPUs), promovendo discussões sobre a padronização e a eficiência no uso das tabelas, que são essenciais para garantir a precisão estatística dos dados judiciais e a transparência no Sistema Judiciário. O evento, realizado no auditório do TJTO, reuniu magistrados(as), servidores(as) e membros de diversas instituições do sistema de Justiça, buscando o intercâmbio de experiências e a proposição de melhorias.

Na abertura, a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, presidente do TJTO, enfatizou que as TPUs são fundamentais para extrair informações gerenciais precisas e, assim, assegurar uma gestão eficiente e eficaz. A juíza Ana Lúcia Andrade Aguiar, do CNJ, destacou a importância das TPUs para uniformizar dados e fornecer insumos confiáveis para políticas judiciais e públicas, como a especialização de varas e redistribuição de processos.

O evento contou com palestras que abordaram desde os fundamentos das TPUs até a aplicação prática dos dados nos sistemas judiciais. Ana Lúcia, juíza auxiliar da Presidência do CNJ, apresentou o Panorama Geral das Tabelas Processuais Unificadas e Painéis DataJud/CNJ, destacando o impacto positivo das tabelas na confiabilidade estatística. Já Josilene Feitoza, coordenadora do Núcleo Permanente das Tabelas do TJDFT, compartilhou a experiência bem-sucedida de sua instituição na implementação das TPUs e no uso de ferramentas de inteligência artificial, como a Toth, para otimizar classificações processuais.



Na parte da tarde, Ricardo Feliz Okamoto, assessor do Ministério Público de São Paulo, apresentou dados estatísticos que ajudam a identificar gargalos e propor soluções. O juiz Marivaldo Dantas, do TJRN, abordou a contribuição das TPUs para decisões mais assertivas. Em outra sessão, o analista Bruno Mortari demonstrou como o painel de saneamento das TPUs auxilia na organização e na correção de dados.

A juíza Milene de Carvalho Henrique, da Comarca de Araguaína, apresentou casos práticos do uso das TPUs em ações de saúde, ressaltando como a correta alimentação de dados processuais pode orientar uma gestão mais eficiente. Outros exemplos de boas práticas foram abordados durante a mesa-redonda coordenada pela servidora Kellen Cleya dos Santos, na qual melhorias como integração de sistemas, capacitação contínua e uso de mídias digitais foram sugeridas.

O evento contou com a participação de diversas autoridades, incluindo as desembargadoras Ângela Haonat e Ângela Prudente, membros da OAB, Defensoria Pública e Ministério Público, além de magistrados(as), servidores(as) e representantes do sistema de Justiça.



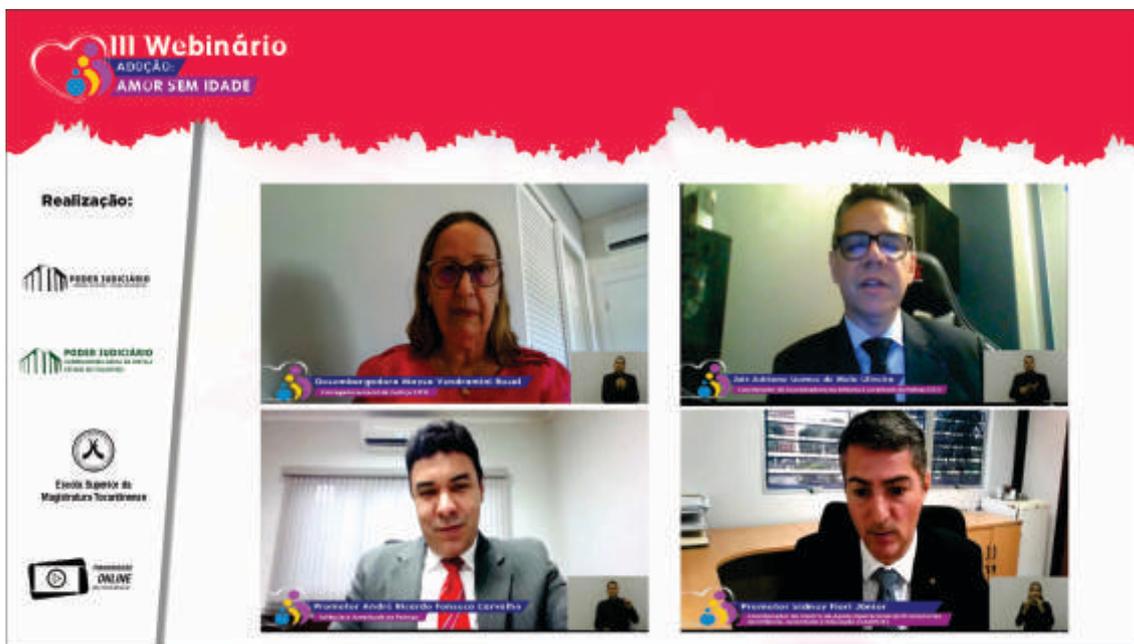


As questões étnico-raciais, de orientação sexual e de identidade de gênero nos processos de adoção

Em junho de 2024, foi realizada a quarta edição do Webinário Amor em Ação, este ano, como a temática "As questões étnico-raciais, de orientação sexual e de identidade de gênero nos processos de adoção". Durante a abertura do Webinário, a corregedora-geral da justiça, desembargadora Maysa Vendramini Rosal, destacou que o evento atende à Resolução n.º 532/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, neste sentido, visa combater qualquer forma de discriminação relacionada à orientação sexual e à identidade de gênero nos processos de adoção.

Para a Corregedora "Esse tema é muito sensível e o Poder Judiciário tem o dever de zelar e combater veementemente qualquer forma de discriminação, especialmente dando atenção à identidade de gênero nos processos. Esta é uma oportunidade valiosa para refletirmos profundamente sobre esse tema tão importante".

O evento contou com a participação de palestrantes e debatedores especializados na área da Infância e Juventude. Durante a sua fala o Juiz Eduardo Rezende Melo, coordenador da área pedagógica da Infância e da Juventude na Escola Paulista da Magistratura, trouxe à tona as diferenças e questões étnico-raciais relacionadas à adoção. Para o juiz Adriano Gomes de Melo Oliveira, coordenador estadual da Infância e Juventude, o diálogo sobre adoção deve considerar aspectos jurídicos e humanos, especialmente no campo da assistência social, assegurando que todos(as) os(as) envolvidos(as) estejam preparados(as) para o processo.



Em 2023 e 2024, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), em parceria com a Corregedoria-Geral da Justiça (CGJUS), promoveu duas atividades voltadas à reflexão e ao aprimoramento das práticas nos processos de adoção, destacando temas sensíveis e relevantes para a infância e juventude.

No dia 16 de maio de 2023, ocorreu o III *Webinário* "Adoção: Amor sem Idade", com o tema "A socialização de boas práticas nos processos da infância e juventude". O evento, realizado em formato virtual, buscou debater medidas para promover celeridade processual em casos de adoção, destituição e acolhimento de crianças e de adolescentes, visando reduzir o tempo de permanência em casas de acolhimento.

A abertura foi conduzida pela desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral, que reforçou a importância de ações para proporcionar segurança jurídica e cidadania a crianças e adolescentes acolhidos(as). O juiz Adriano Gomes de Melo Oliveira, coordenador da Infância e Juventude de Palmas, destacou que medidas socioeducativas também podem funcionar como instrumentos de proteção para adolescentes em situação de vulnerabilidade social.



COMARCA DE COLINAS RECEBE PALESTRA DA ESMAT SOBRE IMPORTÂNCIA DA SAÚDE MENTAL E DO AUTOCUIDADO

Os(As) servidores(as), magistrados(as), estagiários(as) e colaboradores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, lotados(as) na Comarca de Colinas do Tocantins, participaram, no dia 20 de junho de 2024, da palestra “Trabalho e Saúde Mental”. Ministrada pelo médico e psiquiatra Wordney Carvalho Camarço, a atividade destacou o prazer no trabalho e a importância do autocuidado para a preservação da saúde.

De acordo com Wordney, se o servidor “se dedica excessivamente ao trabalho, não é uma questão de se vai, ou não, adoecer, é uma questão de tempo. O trabalho faz parte da nossa identidade e ele tem de ser algo que traga contribuições positivas para a nossa saúde”. Wordney enfatizou que “o cansaço mental é bem diferente do cansaço físico e não melhora com descanso de uma semana”.

A incidência de adoecimento psiquiátrico no serviço público, que é a principal causa de afastamento do trabalho atualmente, também foi abordada durante a palestra. Segundo Wordney, “o Tribunal do Tocantins vem despertando para isso, o NAPsi foi criado para trabalhar na prevenção e na promoção da saúde. E o que temos feito aqui é trazer esclarecimentos aos(as) servidores(as) e magistrados(as) sobre a importância de se preservarem no local de trabalho”.

A palestra sobre Trabalho e Saúde Mental é crucial neste momento em que a consciência sobre o impacto do ambiente de trabalho na saúde mental está crescendo. Viver numa era em que o estresse e a pressão no trabalho são cada vez mais comuns, torna-se fundamental abordar esse tema de forma aberta e informativa. Pensando nisso, a Esmat, em parceria com o Núcleo de Acolhimento e Acompanhamento Psicossocial (NAPsi), desenvolveu o evento com o objetivo de promover o diálogo e a escuta coletiva de magistrados(as) e de servidores(as) desta Comarca, fomentando reflexões sobre a necessidade do autocuidado em saúde mental.



WORKSHOP IMPACTOS DO TELETRABALHO NOS NÍVEIS DE QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE MENTAL - TURMAS I, II E III

A Diretoria de Gestão de Pessoas (Digep), em parceria com a Esmat, concluiu nos dias 3, 4 e 5 de junho de 2024, o *Workshop* Impactos do Teletrabalho nos níveis de qualidade de vida e saúde mental com as Turmas I, II e III dos(as) servidores(as) em teletrabalho.

A atividade tinha como objetivo propiciar a intensificação dos aspectos positivos referenciados ao teletrabalho, oportunizando a orientação, assistência e proteção ao trabalho; prevenção a adoecimentos e consequente manutenção da saúde e qualidade de vida dos(as) teletrabalhadores(as) e de seus(suas) respectivos(as) gestores(as), e a garantia da manutenção da produtividade e efetividade dos trabalhos prestados aos(as) jurisdicionados(as).

O *Workshop*, realizado na modalidade EaD e ministrado pela professora Maria Júlia Pantoja de Brito, foi destinado a servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense em regime de teletrabalho e gestores(as) dos(as) servidores(as) em teletrabalho, tudo conforme o que determinam os termos da Resolução nº 20, de 2020.



Palestra **Adoecimento no ambiente de trabalho: é possível evitar?**



Em 2023, a Esmat promoveu duas edições da palestra “Adoecimento no ambiente de Trabalho: é possível evitar?”, realizadas no dia 27 de junho, na Comarca de Dianópolis, e no dia 13 de novembro, em Paraíso do Tocantins. O evento teve como objetivo oferecer aos(as) magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário habilidades comportamentais que os(as) auxiliassem na prevenção de doenças, na melhoria do ambiente de trabalho e no fortalecimento das relações laborais, promovendo mais satisfação pessoal, cooperação, respeito e identificação com as atividades desempenhadas.

Em junho de 2024, a atividade foi realizada na Comarca de Miracema do Tocantins. As palestras, ministradas presencialmente pela mestra em psicologia social Evanuzia Luzia de Oliveira, foram desenvolvidas com o intuito de capacitar gestores(as) e colaboradores(as) para identificar fatores de risco, adotar práticas saudáveis e implementar estratégias eficazes, contribuindo para um ambiente laboral mais seguro e saudável, além de melhorar o bem-estar e a produtividade organizacional.





SEMINÁRIOS DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

“Nos anos de 2023 e 2024, o Poder Judiciário Tocantinense reafirmou seu compromisso com a preservação ambiental e a sustentabilidade por meio da realização de dois importantes eventos: o III Seminário de Gestão Socioambiental, realizado em junho de 2023, e o IV Seminário de Gestão Socioambiental, promovido em junho de 2024. Ambos trouxeram à tona questões cruciais relacionadas às mudanças climáticas, à justiça socioambiental e à gestão sustentável de resíduos sólidos no Tocantins, consolidando a atuação do Judiciário como agente de transformação socioambiental.

O III Seminário de Gestão Socioambiental abordou o tema “Mudanças Climáticas e Efetivação da Justiça Socioambiental” e destacou a necessidade de engajamento coletivo para mitigar os impactos das mudanças climáticas. Durante a abertura, a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, presidente do TJTO, enfatizou que a justiça socioambiental não se restringe apenas ao cuidado com a natureza, mas também envolve a proteção social e humana. A desembargadora Ângela Prudente trouxe dados alarmantes sobre os efeitos das alterações climáticas, ressaltando que as populações mais vulneráveis, muitas vezes as menos responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa, são as mais atingidas.

O evento contou com uma programação diversificada, reunindo especialistas de renome nacional e internacional. A juíza federal Rafaela Santos Martins da Rosa destacou o papel do Poder Judiciário no enfrentamento da emergência climática, reforçando a urgência de ações coordenadas para evitar o aumento das temperaturas globais. A professora e advogada Patrícia Faga Iglecias abordou a importância da litigância climática como instrumento para a proteção ambiental, enquanto a doutora Thaysi Castro Coelho Andrade relacionou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável às mudanças climáticas, enfatizando a necessidade de cumprir as metas estabelecidas na Agenda 2030 da ONU. O evento também trouxe à discussão a cidadania climática, apresentada por Carlos Vicente, coordenador nacional da IRI Brasil, que ressaltou a importância de uma nova forma de relação com o meio ambiente, pautada no cuidado e na sustentabilidade.



Já o IV Seminário de Gestão Socioambiental, realizado em 2024, trouxe o tema “Atuação em Rede em Prol do Lixão Zero no Tocantins”. O evento focou na erradicação dos lixões e na promoção de uma gestão sustentável de resíduos sólidos, reunindo gestores(as) públicos(as), magistrados(as), servidores(as) e especialistas. Durante a abertura, a desembargadora Ângela Prudente alertou sobre o impacto dos lixões no meio ambiente e na saúde pública, destacando a destinação inadequada de 63,4% dos resíduos sólidos na região Norte. Ela convocou os(as) participantes a repensarem os modelos de gestão de resíduos, promovendo uma atuação integrada e sustentável.

A palestra magna foi ministrada por Pedro Teixeira, auditor do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, que compartilhou a experiência bem-sucedida de seu Estado na eliminação de lixões, com foco na cooperação interinstitucional e na implantação de aterros sanitários. O seminário também trouxe apresentações sobre iniciativas regionais de destaque, como o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável no Sudeste do Tocantins, apresentado por Aurélio Picanço, e a Rede TO Sustentável, apresentada por Cinthia Barbosa, que ressaltou os avanços obtidos no âmbito do Plano de Logística Sustentável e do Sistema de Gestão de Informação Socioambiental (SIGA).

Além disso, foram abordadas soluções para resíduos orgânicos, logística reversa e estratégias para incentivar a criação de aterros privados. O evento também premiou comarcas que se destacaram na redução do consumo de recursos naturais e realizou a entrega de materiais recicláveis ao Hospital do Amor, demonstrando o impacto positivo das ações socioambientais no Tocantins.





SIMPÓSIO O DIREITO E A SAÚDE: EM FOCO A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

O Simpósio "O Direito e a Saúde: em foco a judicialização da saúde", promovido pelo TJTO por meio da Esmat, consolidou-se como um espaço essencial para debater os desafios e buscar soluções para a judicialização da saúde. Realizado em duas edições, os eventos de 2023 e 2024 reuniram especialistas, autoridades e profissionais das áreas da saúde e do direito para abordar questões técnicas, jurídicas e práticas relacionadas ao tema.

Em 2023, o simpósio ocorreu, em 30 de junho, no auditório do TJTO, contando com a presença da desembargadora Angela Ribeiro Prudente, vice-presidente do Tribunal, que destacou a importância de garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde e reforçou que saúde é um conceito amplo que envolve bem-estar físico, mental e social. O desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho enfatizou a necessidade de uma aproximação entre medicina e Judiciário, destacando a troca de competências entre as áreas e mencionando os resultados positivos do termo de cooperação entre o Judiciário e a Unimed.

Durante o evento, o desembargador Renato Luís Dresch (TJMG) abordou as "Tendências Técnicas e Jurídicas na Judicialização da Saúde", enfatizando a necessidade de soluções práticas para a gestão de demandas judiciais relacionadas à saúde. A médica psiquiatra Sabrina Christina trouxe uma perspectiva multidisciplinar com a palestra "O paciente como foco do cuidado", destacando as interfaces entre família, equipe médica, operadoras de saúde e Judiciário. Manuely Ansia Dopazo e Fernanda Guimarães abordaram os desafios das "Terapias especiais no contexto da saúde suplementar", evidenciando a necessidade de uma abordagem técnica e humanizada.

O encerramento de 2023 foi marcado pela palestra do juiz federal Clênio Jair Schulze, que discutiu o "Futuro da Judicialização em Saúde", destacando a necessidade de encontrar um equilíbrio entre demandas judiciais e a sustentabilidade do sistema de saúde, enfatizando o papel do Judiciário na priorização de tratamentos que atendam ao maior número de pessoas.



Já em 2024, o simpósio ocorreu em 7 de junho, ampliando os debates sobre a judicialização no contexto da saúde pública e suplementar. A abertura contou com o desembargador Marco Villas Boas, que destacou a importância de encontrar soluções conjuntas para reduzir a judicialização, envolvendo operadoras, usuários, Poder Judiciário e demais atores do sistema de saúde. O desembargador Pedro Nelson reforçou a relevância de preservar princípios que garantam dignidade nos atendimentos de saúde, enquanto Paulo Rebello, presidente da ANS, abordou os desafios regulatórios enfrentados pelas operadoras de saúde, destacando o impacto de decisões judiciais no setor.

Entre as palestras de destaque de 2024, José Luiz Toro da Silva contextualizou a regulação dos planos de saúde com a Lei nº 9.656, de 1998, ressaltando a necessidade de diálogo e de governança no setor. O juiz federal Clênio Schutze trouxe reflexões sobre a importância de uma gestão judiciária eficiente para garantir segurança jurídica tanto para beneficiários(as) quanto para operadoras. Rachel Riera, coordenadora do Hospital Sírio-Libanês, encerrou o dia com a palestra "Ciência na Tomada de Decisão Judicial em Saúde", reforçando a importância de basear decisões judiciais em evidências científicas de qualidade.

O encerramento do evento em 2024 foi abrilhantado pela palestra do ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, do Superior Tribunal de Justiça, que ressaltou o impacto da judicialização no sistema de saúde e a necessidade de diálogo interinstitucional para lidar com questões complexas. Ricardo observou que a judicialização frequentemente beneficia pessoas com mais recursos e articulação social, capazes de contratar bons advogados, o que gera uma alocação perversa dos recursos. Em vez de atender a um grupo maior de pessoas vulneráveis, os recursos são direcionados para um grupo menor e mais privilegiado. Como exemplo, o ministro citou os casos clássicos de medicamentos extremamente caros.

Em reconhecimento às suas contribuições, o ministro recebeu a medalha "Desembargador Antonio Rulli Junior". A homenagem foi feita em reconhecimento à sua contribuição para a construção do conhecimento, o incentivo às boas práticas e a dedicação acadêmica voltada à pesquisa científica, à disseminação do conhecimento e ao aprimoramento da prestação jurisdicional, em atendimento ao princípio constitucional da eficiência.





No dia 30 de julho de 2024, o auditório do TJTO foi palco de uma palestra do professor Pery Francisco Assis Shikida, que abordou a repercussão do crime sob as perspectivas do Direito Penal e da Economia. O evento, organizado pela Associação dos Oficiais Militares do Tocantins, em parceria com a Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça (ASTJ) e a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), reuniu profissionais da segurança pública e do Judiciário para discutir estratégias de combate à criminalidade.

Durante a abertura, o coronel Márcio Antônio Barbosa de Mendonça, comandante-geral da Polícia Militar do Tocantins, destacou a relevância da capacitação contínua dos(as) profissionais da segurança pública. Já o coronel Peterson Queiroz de Ornelas, comandante-geral do Corpo de Bombeiros, ressaltou que iniciativas como essa capacitam os(as) agentes a desempenharem suas funções com mais eficiência.

Palestra

Em sua exposição, o professor Pery Shikida apresentou a teoria econômica do crime, abordando questões como: “Por que os indivíduos decidem cometer crimes de natureza econômica? Quais circunstâncias socioeconômicas influenciam a escolha entre o setor legal e o ilegal da economia? O crime compensa?” Ele enfatizou a necessidade de estudar a economia do crime de forma contínua, pois é um campo que pode subsidiar políticas públicas mais eficazes.

“A temática economia do crime é muito importante. Não responde a todas as perguntas das ciências penais, mas é um instrumental que pode subsidiar muitas políticas públicas”, explicou Shikida. Ele destacou o valor das pesquisas empíricas realizadas diretamente com detentos, que permitem compreender as razões que levam à migração para atividades ilegais. “A partir do que eles falam, colocamos em pauta se o crime no Brasil, infelizmente, está compensando, ou não”, observou.



Palestra **SAÚDE DO TRABALHADOR**



Em 2023, as Comarcas de Porto Nacional e de Colinas receberam, nos dias 15 de setembro e 31 de agosto, respectivamente, a palestra Saúde do Trabalhador (Turmas I e II), com foco em proporcionar o aperfeiçoamento de habilidades comportamentais que propicie a prevenção de doenças, a melhoria das relações sociais pessoais e laborais, potencializando a satisfação pessoal, o sentimento de cooperação, respeito e identidade para com o trabalho.

As palestras foram ministradas em Porto pela psicóloga Thaís Moura Monteiro, e em Colinas pela psicóloga Almerinda Maria Skeff Cunha. Para cada turma, foram disponibilizadas 100 vagas para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense.



Já em 2024, no dia 28 de junho, foi a vez da Comarca de Dianópolis receber a psicóloga Thaís para realização da terceira turma da palestra. E no dia 23 de agosto, magistrados(as), servidores(as), estagiários(as) e colaboradores(as) da Comarca de Paraíso do Tocantins focaram na adoção de atitudes preventivas para a manutenção da saúde e no fortalecimento das bases sociais do ambiente de trabalho.

O Projeto de Atenção à Saúde: "O Comportamento Preventivo para a Melhoria da Qualidade de Vida" – PAS, originou-se de uma proposta do Comitê Gestor da Política de Atenção Integral à Saúde de magistrados(as) e de servidores(as) do Poder Judiciário, em atendimento à Resolução nº 207 do CNJ, de 2015.

Oficina de Cadastramento

PROCESSOS DE DIREITO DA SAÚDE para os Usuários Internos e Externos do Sistema Eproc

Nos dias 24 e 25 de junho de 2024, a Esmat promoveu a oficina virtual "Cadastramento dos Processos de Direito da Saúde para os Usuários do Sistema Eproc," capacitando mais de cem participantes, entre advogados(as), membros e servidores(as) da Defensoria Pública, do Ministério Público, magistrados(as), assessores(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. Sob a condução de Kellen Cleya dos Santos Madalena Stakoviak, mestra em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (UFT/ESMAT), a capacitação teve como objetivo principal a correta utilização das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e o manuseio adequado dessas ferramentas no sistema de Processo Eletrônico (Eproc).

A oficina da primeira turma, realizada no dia 24, foi direcionada ao público externo e contou com a presença de inscritos(as) engajados(as), conforme destacado pela juíza de Direito Milene de Carvalho Henrique, coordenadora geral dos NatJus-TO. Durante a abertura, a magistrada agradeceu à Esmat pela iniciativa e ressaltou a relevância da colaboração dos(as) participantes para o aprimoramento dos processos judiciais na área de saúde, visando atender melhor à população. O juiz Gil de Araújo Corrêa também enfatizou que a classificação correta dos assuntos relacionados ao Direito da Saúde e a centralização das demandas no Núcleo de Justiça 4.0 de Saúde Pública contribuem para a celeridade e à assertividade das decisões judiciais, beneficiando tanto os(as) jurisdicionados(as) quanto a gestão processual.

No dia seguinte, a oficina da segunda turma foi realizada com foco nos(as) magistrados(as), assessores(as) e servidores(as) do Judiciário Tocantinense. Durante a capacitação, os(as) participantes foram introduzidos(as) a um panorama abrangente das Tabelas Processuais Unificadas, com orientações específicas para autuação e gestão dos processos de saúde pública e suplementar. A juíza Milene Henrique reforçou o compromisso com a população e com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), destacando que o cadastramento correto dos processos reflete diretamente na qualidade das decisões judiciais e na quantificação de dados no CNJ.





SEMANA + DA SAÚDE

DO PODER JUDICIÁRIO DO TOCANTINS

As edições de 2023 e 2024 da Semana da Saúde do Poder Judiciário Tocantinense destacaram-se por promover a conscientização sobre saúde física e mental, a prevenção de adoecimentos e a valorização dos(as) servidores(as) e magistrados(as), reforçando a importância do equilíbrio e do bem-estar no ambiente de trabalho.

Semana da Saúde 2023 (VIII Edição)

Realizada em setembro de 2023, a VIII Semana da Saúde trouxe palestras focadas no impacto das emoções e dos traumas na saúde. A abertura, com a palestra "Mindset em busca da felicidade", ministrada por Solange Mata Machado, pós-doutora em neurociência, abordou como o estresse emocional impede a inovação e a importância de práticas como a coerência cardíaca para alcançar estados de alta cognição. Solange destacou a necessidade de equilíbrio emocional como forma de respeitar o próximo e melhorar as interações no trabalho.

A segunda palestra, "O Mundo Oculto das Feridas Emocionais e as Doenças Físicas", ministrada por Júlio Nascimento e Ana Paula Barnabé, apresentou o Gendai Reiki Ho como ferramenta complementar para a saúde física e mental. Os palestrantes ressaltaram o papel do Tribunal em fomentar o autoconhecimento e a saúde integral, criando um ambiente mais produtivo e humano.

Semana da Saúde 2024 (IX Edição)

Com o tema "Saúde em Primeiro Lugar: Equilíbrio entre Trabalho e Vida Pessoal", a IX Semana da Saúde foi realizada em agosto de 2024, reforçando o compromisso do TJTO com a saúde dos(as) seus(as) colaboradores(as). A abertura contou com a palestra do psicólogo Rossandro Klinjey, que enfatizou o papel do amor próprio e da responsabilidade na busca pelo equilíbrio emocional. Klinjey destacou a importância de evitar a culpa e assumir responsabilidades como forma de fortalecer a saúde mental e prevenir a exaustão.



A programação também incluiu dados relevantes sobre saúde, como o aumento na procura por atendimentos psiquiátricos e de saúde mental, conforme apontado pelo Censo de Saúde de 2023. Em resposta, ações preventivas foram ampliadas, como campanhas de vacinação, ginástica laboral e projetos para monitorar doenças crônicas. Oficinas e palestras práticas, como "A imagem que transforma" e "Saúde Mental e Produtividade", complementaram as atividades.

A desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, presidente do TJTO, reforçou que a saúde é um bem essencial para a qualidade de vida e à produtividade dos(as) servidores(as) e magistrados(as). Durante sua gestão, iniciativas como o programa de humanização e valorização dos(as) profissionais têm fortalecido um ambiente de trabalho mais saudável e empático.



SEMANA + DA SAÚDE DO PODER JUDICIÁRIO DO TOCANTINS





Seminário sobre Regularização Fundiária e Serviços Extrajudiciais de Registro Imobiliário

Os seminários sobre regularização fundiária promovidos pelo Judiciário Tocantinense em 2023 e 2024 reforçaram o papel central da regularização fundiária na promoção da justiça social, inclusão e segurança jurídica.

Organizados pela Corregedoria-Geral da Justiça (CGJUS), por meio do Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária (Nupref) e em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), tiveram como foco a capacitação, troca de experiências e construção de soluções para desafios relacionados à posse e à propriedade de terras no Estado.

Na abertura do seminário de 2023, a corregedora Maysa Vendramini Rosal enfatizou a importância do diálogo para avançar na governança fundiária. "Regularização fundiária é uma pauta histórica no Brasil. Precisamos debater e propor soluções que garantam o direito à moradia e reduzam desigualdades", pontuou. O evento contou com palestras de especialistas, como Richard Martins Torsiano, consultor da FAO, que abordou as bases constitucionais da regularização fundiária rural e destacou a necessidade de políticas públicas que integrem segurança jurídica e desenvolvimento sustentável.

Já em 2024, a corregedora reafirmou o compromisso com a inclusão social ao abrir o II Seminário de Regularização Fundiária e Serviços Registral Imobiliário, destacando que a regularização fundiária vai além de entregar títulos. "É sobre garantir dignidade e segurança jurídica às pessoas", afirmou. Nesse evento, o juiz Wellington Magalhães apresentou resultados expressivos: mais de 18 mil títulos de propriedade entregues desde 2018, fortalecendo a cidadania e o desenvolvimento local.



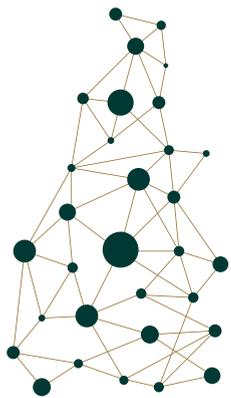
Além de avanços jurídicos, o seminário de 2024 destacou a importância de iniciativas inovadoras, como a criação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos Ambiental e Fundiário (Cejuscaf) e o Curso Básico de Mediação Ambiental, capacitando agentes para resolver conflitos fundiários com métodos consensuais. "A boa ciência e os métodos adequados são fundamentais para pacificar e transformar a realidade fundiária no Tocantins", afirmou Cinthia Barbosa Pires, uma das formandas.

Entre os temas abordados, destacaram-se os impactos da Lei nº 13.465, de 2017, que flexibiliza processos de regularização urbana, e os desafios técnicos e sociais enfrentados em casos emblemáticos, como o de Paranã, onde cerca de 5 mil matrículas foram restauradas após extravios. Para valorizar o papel dos cartórios, o selo "Quem Regulariza Dignifica!" foi concedido a serventias que se destacaram na emissão de títulos. A registradora de Santa Maria do Tocantins, Lorena Peclat Barbosa, emocionou-se ao receber o Selo Diamante. "A dignidade finalmente chegou. Esse prêmio é um reconhecimento do nosso trabalho e da transformação que ele proporciona", celebrou.

Em ambos os eventos, a Esmat desempenhou um papel crucial, promovendo debates e formações que fortalecem a atuação do Judiciário. O desembargador Marco Villas Boas destacou o impacto transformador dessas iniciativas. "A educação e o aperfeiçoamento contínuo são a base para uma prestação jurisdicional que efetive direitos fundamentais", concluiu.

Entre os(as) participantes, a assistente social Cassilda Figueira da Silva revelou, em depoimento, o impacto positivo do seminário tanto para a sua atuação quanto para a equipe que atua diretamente no atendimento às famílias beneficiadas. "Este evento é de extrema importância para nós, profissionais, e para o(a) cidadão(ã) que precisa ter o seu direito garantido enquanto propriedade. Nossa equipe atua na política habitacional e contribui com a regularização fundiária das unidades habitacionais de interesse social, que é um aspecto imprescindível no processo de garantia do direito à moradia, primordial como compromisso da regularização ao(à) beneficiário(a), para a conclusão dos contratos dos programas habitacionais com o Governo Federal. Participar deste evento contribuiu bastante para mim enquanto gestora da área social", comentou a assistente social, diretora de Programa e Projetos Sociais Habitacionais na Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional (SECIHD).





I Encontro ^{dos} REGISTRADORES e TABELIÃES

das Serventias Extrajudiciais e a Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins

“Diálogo e Integração”



O I Encontro Estadual dos Registradores e Tabeliães das Serventias Extrajudiciais do Tocantins, realizado, nos dias 14 e 15 de agosto de 2024, no auditório do Tribunal TJTO, reuniu cerca de 340 profissionais para discutir temas centrais à atividade notarial e registral, como padronização de procedimentos, inovações tecnológicas e melhoria dos serviços prestados à sociedade. O evento buscou fortalecer o diálogo entre a Corregedoria-Geral de Justiça (CGJUS) e os(as) delegatários(as), promovendo a eficiência e a segurança jurídica.

Na abertura, a desembargadora Maysa Vendramini Rosal corregedora-geral da Justiça, destacou a importância da integração entre o Judiciário e os cartórios, reconhecendo o papel essencial dos serviços extrajudiciais para a sociedade. A desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, presidente do TJTO, ressaltou o uso da linguagem simples como ferramenta de aproximação com os(as) cidadãos(ãs) e parabenizou a iniciativa pela escolha do tema “Diálogo e Integração”.

A programação contou com palestras e mesas-redondas sobre temas como desjudicialização, novas conformações familiares, adjudicação compulsória e protesto de títulos. O juiz Paulo Rogério Bonini enfatizou os benefícios econômicos e sociais da desjudicialização, enquanto a registradora Emanoella Remigio abordou os desafios decorrentes das novas estruturas familiares. André Gomes Netto destacou o impacto do protesto eletrônico no Brasil, que já responde por 85% das operações realizadas, ampliando a recuperação de créditos e modernizando o serviço.

Durante o evento, foram homenageados(as) 130 delegatários(as) com mais de 30 anos de atuação nos serviços extrajudiciais, como reconhecimento pelo compromisso com a segurança jurídica e o atendimento de excelência à população. A corregedora reforçou o valor do trabalho desempenhado pelos cartórios na promoção da cidadania e destacou a continuidade desse encontro como uma conquista institucional para aprimorar os serviços extrajudiciais.

O evento também incluiu debates sobre o uso do registro eletrônico, apresentado por Fernando Pupo Mendes, e a importância da linguagem simples nos cartórios, exposta por Roberta Maciel. A iniciativa foi elogiada pelos(as) participantes como uma oportunidade de aprendizado e troca de experiências, contribuindo para a modernização e aprimoramento das práticas extrajudiciais no Estado.

Roda de Conversa

MARIA NAS COMUNIDADES

VIOÊNCIA CONTRA MULHER E VIOÊNCIA DE GÊNERO

Com debates que abordaram as diversas formas de violência (patrimonial, de gênero, física, política, entre outras) cometidas contra mulheres no Tocantins, foi realizada, no dia 26 de agosto de 2024, a “Roda de Conversa – Maria nas Comunidades”. O evento foi promovido pela Ouvidoria da Mulher, juntamente com a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual, e pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO).

A Roda de Conversa contou com a presença de autoridades do Judiciário e de especialistas na área, entre elas a desembargadora Ângela Issa Haonat, ouvidora da mulher e presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual do TJTO, e a juíza Cirlene de Assis, coordenadora estadual da mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Em sua fala, a desembargadora Ângela Issa Haonat destacou as ações desenvolvidas para combater os índices de violência e reforçou a importância do trabalho em equipe. “Apesar dos avanços legais e das campanhas de conscientização, os índices de violência doméstica continuam altos, revelando a necessidade de ações mais efetivas para combater esse crime. As autoridades em rede devem intensificar as ações de combate à violência doméstica, garantindo a punição dos agressores e a proteção das vítimas”, afirmou.

Para a magistrada Cirlene de Assis, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar atua na capacitação de todos os atores sociais envolvidos no combate à violência contra a mulher. “Frequentemente nos deparamos com situações que costumamos acreditar que ainda existem, e ficamos diante do desafio de como resolvê-las. Trabalhamos intensamente na capacitação para que magistrados(as), promotores(as), defensores(as) e advogados(as) possam atuar com uma percepção de gênero, pois o processo da violência contra a mulher é muito complexo”, lembrou.

Palestra

A palestra principal, ministrada pela advogada Priscila Madruga, abordou o tema “Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e as Práticas Institucionais: Um Diálogo Necessário”. Em sua exposição, a palestrante enfatizou a definição de violência, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), como o uso intencional da força ou poder que pode causar lesão, morte, dano psíquico ou privações. Ela também destacou a violência de gênero como uma forma de controle social baseada em uma matriz hegemônica, em que a força é usada para manter a dominação, principalmente nos lares. “Os casos de violência ocorrem majoritariamente dentro de casa, e isso é muito triste, refletindo uma falha no nosso sistema social. Esses índices não param de crescer, e algo precisa ser feito”, afirmou.

Debates

A Roda de Conversa foi realizada na data em que se comemora o Dia Internacional da Igualdade Feminina, instituído em 1973, em alusão à conquista do voto pelas mulheres nos Estados Unidos, após a aprovação da 19ª Emenda Constitucional, em 1920. Os debates contaram também com a presença da promotora de Justiça Munique Teixeira Vaz, coordenadora do Núcleo Maria da Penha do Ministério Público do Tocantins; da magistrada Edssandra Barbosa da Silva Lourenço, representando a Ouvidoria das Mulheres + do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins; da defensora pública Pollyana Lopes Assunção, do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher; da advogada Gizella Bezerra, da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ); e do professor André Vanderlei Cavalcante Guedes.



WORKSHOP DESENVOLVA SEU POTENCIAL DE LIDERANÇA



A Corregedoria Geral da Justiça (CGJUS), em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), realizou nos dias 19 e 20 de agosto de 2024, o Workshop “Desenvolva seu Potencial de Liderança”, voltado para servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense. Com os facilitadores Rudiney Moreira da Silva e Kátia Miranda de Oliveira, o objetivo da atividade foi aprimorar nos(as) participantes a capacidade de liderança, gestão de equipes, processos e metas. O Workshop também foi definido como um espaço para fomentar novas ideias, perspectivas e abordagens, fundamental para líderes que buscam na inovação a melhoria dos serviços prestados à população.

Entre os temas abordados, estavam: comunicação eficaz, resolução de conflitos, empatia, negociação e trabalho em equipe. Participando da capacitação, a desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral da Justiça, destacou que o curso contribuiu para aprimorar as habilidades dos(as) gestores(as) em busca de uma liderança cada vez mais eficaz. “As técnicas de liderança apresentadas são cruciais para desenvolver nosso trabalho e obter os melhores resultados no futuro”, avaliou.





WORKSHOP SANIDADE MENTAL E SEGURANÇA NOVAS PERSPECTIVAS COM JUSTIÇA RESTAURATIVA

Almejando discutir e aprofundar o entendimento sobre a interseção entre saúde mental e segurança pública, e como a justiça restaurativa pode proporcionar novos caminhos e soluções mais humanizadas, a Esmat realizou, no dia 8 de agosto de 2024, o Workshop “Sanidade Mental e Segurança – Novas Perspectivas com Justiça Restaurativa”. “Estamos vivenciando um momento histórico, um momento de reconhecimento dos direitos humanos”, afirmou o juiz de direito Allan Martins Ferreira, coordenador estadual da Política de Saúde Mental do Estado do Tocantins, ao abrir a programação falando sobre o “Processo de implantação da Política Antimanicomial no sistema de justiça do Tocantins”.

Com o tema “Protocolos de atendimento policial em apoio às ocorrências que envolvam pessoas com saúde mental debilitada (surto psicótico)”, o tenente-coronel (QOPM), João Leyde de Souza Nascimento, explicou como funcionam os atendimentos e abordagens de pessoas com saúde mental debilitada pela polícia. Em sua fala, ele frisou que cada caso é diferente do outro, e cada um possui um nível de complexidade e precisa de uma atuação multidisciplinar, com a necessidade de criação de protocolos em conjunto com a saúde.

O tema “Aplicações práticas para a prestação jurisdicional à pessoa com transtorno mental em conflito com a Lei” foi abordado por Wordney Carvalho Camarço, psiquiatra forense e médico psiquiatra do Núcleo de Acolhimento e Acompanhamento Psicossocial (NAPSI). Encerrando a programação, o médico psiquiatra forense Sergio Rodrigo Stella trouxe algumas perspectivas essenciais sobre a temática, como os aspectos legais e éticos na avaliação e no tratamento de pacientes, as definições de psiquiatria, periculosidade e imputabilidade.

Representando a juíza Silvana Maria Parfieniuk, coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), Lorena da Cruz Neves Pimenta Gutierrez, assessora administrativa, ficou responsável pela abertura do evento. Em resumo, o Workshop, direcionado especificamente aos(as) facilitadores(as) credenciados(as) ao Nupemec, teve como objetivo destacar a relevância da justiça restaurativa como uma abordagem mais humanizada, especialmente em contextos de saúde mental.



ESMAT E CEVID PROMOVEM CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO PESSOAL E DO EMPODERAMENTO FEMININO

A Esmat realizou, nos dias 13 e 20 de setembro de 2024, um workshop voltado para a capacitação de servidoras e magistradas do Poder Judiciário Tocantinense em defesa pessoal. A atividade foi solicitada pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid) e coordenada pela juíza Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira e pelo major José Ribamar Maciel Martins, da Asmil. O objetivo foi fornecer conhecimentos teóricos e práticos sobre técnicas eficazes e de fácil aprendizado, promovendo a autoconfiança, a segurança pessoal e a resiliência. Ao todo, quarenta mulheres participaram das atividades.

Para a juíza Cirlene, o workshop surge como uma oportunidade para despertar a autoestima e a valorização pessoal das mulheres. “Nosso objetivo é lançar uma semente para despertar a autoestima da mulher, promover sua valorização pessoal e fazer com que ela perceba que pode se defender, que é capaz de ter sua própria proteção”, compartilhou.

As atividades ocorreram no Quartel do 1º BPM, sob a orientação de Leonardo Rodrigues de Souza, instrutor de combate urbano. Durante o workshop, foram abordados temas como percepção do ambiente, perfil do agressor, aspectos psicológicos da violência doméstica, assédio sexual, tentativas de estupro, golpes traumáticos funcionais, saídas de estrangulamentos, capturas e ataques-surpresa.

Essa atividade está alinhada à Resolução nº 18, de 20 de julho de 2023, que instituiu o Programa de Proteção, Acolhimento Humanizado e Solidário às Mulheres do Poder Judiciário do Tocantins (PAHS). O programa visa estabelecer políticas, diretrizes e ações para prevenir e combater a violência doméstica e familiar contra magistradas e servidoras, por meio da implementação de um protocolo integrado de prevenção e de medidas de segurança.

Além disso, enriquecendo a programação, a Liga Universitária Tocantinense de Trauma e Emergência (Lutte) participou, oferecendo orientações de primeiros socorros às alunas. Os acadêmicos Heitor Trigilio da Silva, Maria Fernanda Nakano Rodrigues, Guilherme Magalhães Rezende, Renan Marques Dias de Sousa e Arthur Ramalho Nascimento contribuíram para o sucesso da iniciativa, ampliando o conhecimento das participantes sobre os cuidados imediatos em situações de emergência.





Palestra Setembro Amarelo®

*Promover saúde
e prevenir
doenças mentais*

A sociedade ainda hoje lida com a depressão e com o suicídio de maneira cautelosa. Essas questões permanecem estigmatizadas, não apenas por seu peso emocional, mas também porque desafiam o conforto das narrativas convencionais sobre saúde e bem-estar. Aristóteles, há séculos, já questionava: "Pode o ser humano tratar injustamente a si mesmo?" E foi durante a palestra realizada no dia 26 de setembro de 2024, no auditório do TJTO, que o senhor Antônio Geraldo da Silva, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), conduziu diversas reflexões sobre os estigmas em torno da saúde mental.

Abertura

Na abertura do evento, a desembargadora Ângela Prudente, vice-presidente do TJTO, ressaltou a importância de agir diante dos alarmantes dados sobre o suicídio, responsável por mais de setecentas mil mortes anualmente. "Esses números, por si sós, nos convocam à ação, mas é essencial lembrar que por trás de cada estatística há uma vida e uma história. O lema da nossa campanha, "Se precisar, peça ajuda!", reforça que buscar apoio é um ato de coragem, e a informação é o primeiro passo para compreendermos o que estamos enfrentando e para que possamos oferecer ajuda àqueles(as) que travam essa batalha interna diariamente", afirmou a desembargadora.



O psiquiatra Leonardo Baldara, presidente da Associação Tocantinense de Psiquiatria, enfatizou a gravidade dos transtornos mentais, apontando que "a Organização Mundial da Saúde estima que uma em cada oito pessoas sofre de algum transtorno mental. Essa é uma questão séria, que impacta diretamente a mortalidade entre os(as) jovens. Precisamos garantir que os(as) pacientes busquem ajuda e tenham acesso a diagnósticos adequados".

Na sequência, o psiquiatra Wordney Carvalho Camarço destacou a atuação do Núcleo de Acolhimento e Acompanhamento Psicossocial (Napsi), qualificando-o como um serviço de vanguarda.

Setembro Amarelo: promover saúde e prevenir doenças mentais

Em sua palestra, Antônio Geraldo da Silva, presidente da ABP, abordou a relevância da campanha Setembro Amarelo, a maior campanha antiestigma do mundo, que visa conscientizar a população de que o suicídio pode ser prevenido por meio da disseminação de informações corretas e responsáveis. Antônio sublinhou a importância de práticas preventivas, como o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, atividade física regular, alimentação adequada, fortalecimento de laços sociais e momentos de lazer.

Na ocasião, a Diretoria da Associação Tocantinense de Psiquiatria outorgou ao doutor Antônio Geraldo da Silva o título de associado honorário, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à psiquiatria.





XVII CONGRESSO INTERNACIONAL **EM DIREITOS HUMANOS** **O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAIS**

“Em homenagem aos professores IGREJA MATOS, NUNO MIGUEL e JOSÉ MOURAZ”

A décima sétima edição do Congresso Internacional em Direitos Humanos teve início no dia 2 e encerrou no dia 4 de outubro de 2024. No total, mais de quinhentas pessoas se inscreveram nas atividades descritas abaixo, que incluem seis minicursos. As atividades ocorreram nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) e na Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), abordando temas relevantes para o fortalecimento dos direitos humanos.

MINICURSOS

Com o auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) lotado, os palestrantes internacionais George Andreopoulos (EUA) e Mohamed Jaouhar (Marrocos) compartilharam suas experiências e visões sobre os desafios relacionados ao tema “Sistema penal e direitos humanos nas Américas e África”. O minicurso foi coordenado pelos professores doutores Tarsis Oliveira e Paulo Sérgio Soares.

Simultaneamente, as salas de aula da Esmat contaram com a presença de Herivelto Pereira Souza, professor do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília (UnB); Leilyane Masson, professora de Psicopatologia na Universidade Federal de Goiás (UFG); e Tiago Ravello, professor de Psicologia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Eles discutiram as intersecções entre “Psicanálise, Autoritarismo e Direitos Humanos”, em um intercâmbio coordenado pelo professor Carlos Mendes Rosa, do curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Outro tema debatido foi o processo de construção de uma sociedade mais inclusiva para todas as idades, foco do minicurso ministrado pela professora doutora Patrícia Medina e pelo discente do Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH), Wangles Martins de Carvalho, intitulado “Direitos humanos e políticas públicas gerontológicas: construindo uma sociedade para todas as idades”. Além disso, a egressa do PPGPJDH Silvânia de Carvalho e a discente Tainã Nunes Quixabeira mostraram como a comunicação pode ser uma ferramenta poderosa para a paz e à resolução de conflitos, no minicurso “Círculo de Construção de Paz como instrumento de comunicação interpessoal e prevenção de conflitos”.

No segundo dia, 3 de outubro, o minicurso sobre “Impacto das Novas Tecnologias nos Direitos Humanos”, ministrado pela doutora Liziane Oliveira e pelo doutor Valter Moura do Carmo, gerou discussões sobre as implicações das tecnologias emergentes para a proteção dos direitos humanos no contexto global. Em outra sala, os professores doutores Marcelo Fantinato (USP) e Marcelo Lisboa (UFT) conduziram o minicurso “Mineração de Processos: a ciência de dados e a ciência de processos”.





Encontro de Pesquisadores

Simultaneamente aos minicursos, a Esmat sediou o Encontro de Pesquisadores do Doutorado Interinstitucional em Direito (Dinter) em parceria com o Centro Universitário de Brasília. Esse encontro foi uma plataforma para discussões acadêmicas profundas e troca de experiências entre pesquisadores(as), com apresentações de temas das teses em desenvolvimento, além de reflexões sobre a elaboração de dissertações e dissertação de teses.



Exposição de Banners acadêmicos

Durante o evento, o hall do TJTO abrigou uma exposição de banners de alunos(as) de graduação da Universidade Federal do Tocantins (UFT), que apresentaram seus projetos relacionados a temas pertinentes aos direitos humanos. Os banners abordaram tópicos como o combate ao abuso infantil, crimes cibernéticos, medidas protetivas contra o feminicídio, direitos dos quilombolas, e a atuação do TJTO na prevenção de crimes, entre outros. Ao todo, foram expostos 24 banners, avaliados por uma banca composta por professores(as) e mestrandos(as) da Esmat.



Abertura

A cerimônia de abertura do Congresso contou com a participação da desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral de Justiça, e do desembargador João Rodrigues Filho. Ambos destacaram a importância da reflexão sobre os direitos fundamentais e o combate às violações de direitos humanos. A desembargadora Maysa ressaltou o papel do Judiciário na transformação social, enquanto o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, deu boas-vindas aos(as) participantes, enfatizando a necessidade de uma execução penal mais humanizada e a luta para superar a desordem jurídica no país.

“Ampliamos, evidentemente, a discussão sobre o tema por conta de que não há apenas um reconhecimento de Estado de Coisas Inconstitucional em relação única e exclusivamente ao tema prisional. O Estado de Coisas Inconstitucional está presente na sociedade brasileira e é uma luta de todos nós para superar a desordem, em prol de uma ordem constitucional efetiva, que garanta direitos fundamentais e promova o bem-estar de todos(as)”, pontuou o desembargador Marco.





A cerimônia também incluiu uma homenagem aos magistrados portugueses José Igreja Matos, Nuno Miguel Pereira Ribeiro Coelho e José António Mouraz Lopes, que foram agraciados com a Medalha do Mérito Acadêmico, em reconhecimento às suas contribuições ao fortalecimento do Judiciário no Tocantins. Durante a cerimônia, a quadrilha Cafundó do Brejo, tradicional em Palmas, apresentou uma dança ao som de “Amarelo Azul e Branco”, das cantoras Ana e Vitória, celebrando a cultura tocantinense.

Painéis

O segundo dia do Congresso foi marcado por uma palestra sobre o Sistema Prisional Brasileiro e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347, com os palestrantes desembargador Luís Geraldo Lanfredi e doutor Antônio Henrique Graciano Suxberger. Eles discutiram os desafios institucionais do sistema prisional e as ações necessárias para mudar a realidade das prisões no Brasil. O painel foi mediado pelo doutor Tiago Gagliano.



No encerramento do segundo dia, o doutor Mohamed Jaouhar, do Marrocos, e o doutor Valério Mazzuoli, do Brasil, discutiram os avanços e os desafios no sistema de proteção dos direitos humanos na África e nas Américas. Jaouhar apresentou um panorama da evolução dos direitos humanos em Marrocos, abordando o legado das “décadas de chumbo” e as reformas realizadas após o período de violência estatal. Mazzuoli, por sua vez, destacou o papel do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins como pioneiro na aplicação de tratados internacionais em decisões judiciais.



O terceiro e último dia do Congresso, 4 de outubro, iniciou com o painel sobre a criação de um Tribunal Constitucional Internacional, com a participação dos doutores George Andreopoulos e Thiago Matsushita. Eles discutiram os desafios e a necessidade urgente de estabelecer uma corte internacional dedicada à proteção dos direitos humanos. Este painel gerou reflexões sobre a implementação de sistemas jurídicos internacionais mais robustos e o controle de convencionalidade no Brasil.



Além disso, o painel sobre Inteligência Artificial e a Justiça Digital, que encerrou o evento, trouxe contribuições significativas de profissionais como Ana Carla Bliacheriene, Luciano Vieira de Araújo e Lauro Ishikawa. Eles exploraram os desafios e as oportunidades trazidas pela integração da IA no sistema Judiciário, com destaque para a atuação inovadora do Tribunal de Justiça do Tocantins na utilização dessas tecnologias.

A professora Ana Carla destacou a importância da integração da Inteligência Artificial (IA) na busca pela dignidade humana no sistema Judiciário. Enfatizou que a justiça digital e a IA não apenas representam uma realidade emergente, mas também um desafio significativo para a prestação jurisdicional.



Think Tanks

O Think Tank realizado na manhã do dia 4 de outubro foi uma oportunidade para especialistas discutirem possíveis reformas jurídicas e institucionais. A mediação ficou a cargo da professora doutora Liziane Oliveira (PPGPJDH), e o debate contou com a participação do desembargador José Manuel Igreja Matos (Portugal), doutor Lauro Ishikawa (FADISP/Brasil), doutor Thiago Matsushita (PUC-SP/Brasil), juíza Helvia Tulia (TJTO/Brasil), mestra Glacielle Torquato (TJTO/Brasil) e mestra Nayana Guimarães (TJTO/Brasil).

O Projeto Hórus também ganhou destaque como exemplo de uso da tecnologia para otimizar processos e trazer soluções inovadoras. Realizado nos últimos meses pela Esmat, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e a Startup Taqui, o projeto envolve cursos e oficinas focadas na utilização de IA Generativa no Poder Judiciário. Essa colaboração tem possibilitado o uso da inteligência artificial para processar grandes volumes de informações, aumentando a eficiência e a eficácia do sistema Judiciário.

Na sequência, o professor Luciano Vieira de Araújo compartilhou sua perspectiva sobre a aplicação da Inteligência Artificial no Judiciário. Enfatizou a importância de compreender as limitações e as potencialidades dessa tecnologia, destacando que a implementação de sistemas de IA deve ser guiada por princípios éticos e pela busca da justiça.

Dando continuidade ao debate, o doutor Lauro Ishikawa abordou o direito ao livre mercado tecnológico, ressaltando a importância da criação e do uso da tecnologia para fins econômicos lícitos dentro de um espaço constitucionalmente protegido. Alertou que qualquer legislação que desencoraje ou proíba o uso de tecnologias pode ser considerada inconstitucional, reafirmando que o uso da tecnologia deve promover o desenvolvimento nacional e regional, conforme disposto no artigo 219 da Constituição Federal.



I Encontro da Rede Estadual de Linguagem Simples

SIMPLESTOC

Conectar para Simplificar

REDE
SIMPLESTOC



Com o tema “Conectar para Simplificar”, o TJTO, por meio da Esmat, promoveu no dia 15 de outubro de 2024, o I Encontro da Rede Estadual de Linguagem Simples. Buscando alinhar suas ações ao lema “Justiça mais próxima e inovadora”, a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, presidente do TJTO, abriu as atividades do evento destacando a importância das parcerias com universidades. “Queremos chegar ao cidadão e à cidadã, mas, com nosso vocabulário jurídico, muitas vezes não conseguimos ser compreendidos(as)”, explicou.

Ainda na abertura do Encontro, o juiz Roniclay Alves de Moraes, coordenador da rede SimplestOC, reforçou a importância de criar uma cultura de linguagem simples desde a universidade. “A linguagem simples tem de vir do banco da faculdade. Temos de criar essa cultura. Criando essa cultura no berço, na faculdade, tenho certeza de que o trabalho que estamos fazendo aqui hoje, de fazer com que todos os nossos atos sejam pensados para quem vai receber aquele comunicado, vamos ter profissionais atentos(as) que pensam no impacto de cada comunicado”, afirmou.

Programação

O evento contou com a palestra da advogada Mônica Saraiva, especialista em escrita e criação, que atua como UX Writer e agente de Inovação e Linguagem no –Íris Laboratório de Inovação do Governo do Ceará. Com o tema “Linguagem Simples: construindo uma cultura entre as instituições públicas”, Mônica destacou que a simplificação vai além da remoção de termos complexos: trata-se de uma transformação cultural, em que instituições e agentes públicos trabalham juntos para estabelecer uma comunicação mais acessível e eficiente.

Para envolver as e os participantes de forma prática, o evento também contou com a dinâmica “Simplifique: o jogo da empatia linguística”, parte do programa TJDFT+SimplestOC. A atividade desafiou os(as) presentes a substituir vocabulário jurídico por expressões mais simples, promovendo um exercício colaborativo de tradução e acessibilidade.

O encontro também apresentou os(as) vencedores(as) do Prêmio SimplestOC 2024, que reconheceu iniciativas de comunicação clara em quatro categorias. Durante a cerimônia, Adelyse Moraes Lopes, UX Writer e coordenadora do Programa de Linguagem Simples do TJDFT, foi homenageada por sua contribuição ao SimplestOC. O juiz Roniclay Alves de Moraes entregou o certificado em reconhecimento ao compartilhamento de recursos inovadores, como o jogo Simplifique e modelos de mandados simplificados.

SEMINÁRIO DA PESSOA IDOSA NO PODER JUDICIÁRIO

Cenário Tocantinense: cuidando de quem cuidou!

Os Seminários da Pessoa Idosa do Judiciário Tocantinense de 2023 e 2024 consolidaram-se como eventos de grande relevância para o debate sobre os desafios e os direitos da população idosa no Tocantins. Ambos destacaram o papel do Poder Judiciário na promoção de um envelhecimento digno, com atividades que uniram conhecimento técnico, reflexões interinstitucionais e homenagens, promovendo um diálogo multigeracional e interdisciplinar.

I SEMINÁRIO DA PESSOA IDOSA NO JUDICIÁRIO TOCANTINENSE

Com o tema “Cenário Tocantinense: Cuidando de Quem Cuidou”, o evento, realizado em outubro de 2023, buscou compreender a realidade da população idosa no Estado, promovendo debates sobre direitos, cidadania e qualidade de vida. A desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral, destacou a importância de mapear as necessidades dessa parcela da população para aprimorar o atendimento pelo Judiciário.

A programação incluiu a apresentação da pesquisa “Realidade da População Idosa no Tocantins”, que traçou um perfil demográfico, social e epidemiológico da população idosa nos 139 municípios do Estado, além de identificar as comarcas com maiores índices de violência contra idosos(as). Painéis sobre saúde e proteção social abordaram questões como a rede de atendimento, a inclusão social e o impacto do idadismo estrutural, com a participação de especialistas do Ministério da Saúde, pesquisadores(as) do TJTO e representantes da Universidade da Maturidade (UMA/UFT).

O evento também trouxe à tona o debate sobre violência contra a pessoa idosa, com a participação de delegados(as) e especialistas, que enfatizaram a necessidade de políticas públicas e ações interinstitucionais para combater abusos e garantir a dignidade desse público. A palestra de abertura, ministrada pelo professor Vicente de Paula Faleiros, destacou a complexidade da violência contra idosos(as) e a importância de combater práticas discriminatórias.



II SEMINÁRIO DA PESSOA IDOSA NO JUDICIÁRIO TOCANTINENSE

Com o tema “O Poder Judiciário e a Construção de um Envelhecimento Digno”, a segunda edição, realizada em outubro de 2024, reforçou os debates iniciados no ano anterior, promovendo reflexões sobre os desafios do envelhecimento e a responsabilidade social das instituições.

A palestra de abertura foi conduzida pela juíza Monize da Silva Freitas Marques, do TJDF, que destacou o impacto do envelhecimento populacional e a necessidade de reestruturação de políticas públicas em áreas como saúde e mercado de trabalho. A palestrante também chamou a atenção para o papel do Judiciário em promover a inclusão ativa e combater preconceitos relacionados ao envelhecimento.

Os painéis e as mesas redondas aprofundaram discussões sobre autonomia, inclusão social e proteção à pessoa idosa. Representantes de instituições como a UMA/UFT, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Conselho Estadual da Pessoa Idosa debateram temas como a violência doméstica e patrimonial, a importância da educação intergeracional e o fortalecimento da rede de assistência social.

A programação incluiu também uma homenagem especial ao Dia Nacional da Pessoa Idosa, com o Medalhão Esmat entregue a Anestides Vendramini, mãe da corregedora-geral, representando a sabedoria e a contribuição da população idosa para a sociedade. O evento foi enriquecido por apresentações culturais, como a dança do grupo Flores do Ipê da UMA/UFT, que celebrou a vitalidade e a alegria da pessoa idosa.



Palestra

DIA DO SERVIDOR Conselhos Filosóficos para Ser Feliz



“Todos(as) são muito importantes para nós do Poder Judiciário. Vocês são fundamentais para a nossa população do Tocantins, porque são vocês que garantem o suporte necessário para que cada magistrado(a) assegure os direitos fundamentais dos(as) nossos(as) cidadãos(ãs) e o desenvolvimento do nosso Estado”, destacou a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), ao abrir a programação em homenagem ao Dia do Servidor (28/10). O evento foi realizado no dia 29 de outubro de 2024, no auditório do Tribunal de Justiça, sendo marcado pela alegria e descontração.

Ao parabenizar a todos(as) os(as) servidores(as) que assistiam ao evento, presencial ou virtualmente, a presidente do TJTO falou da grandeza de cada um em seus ofícios. “Nós lidamos com vida, com liberdade, com patrimônio, com família, com a honra das pessoas. Eu costumo dizer que, por trás de cada processo, tem uma vida. E nós nos dedicamos a essa vida”, ressaltou ao lembrar que, hoje, além da demanda judicial, que é crescente, há uma multiplicidade de funções que o Judiciário precisa oferecer, o que impõe uma carga considerável de responsabilidade sobre todos(as), enquanto servidores(as) públicos(as).



A felicidade depende de cada um

Durante o evento, realizado em parceria com a Esmat, os(as) servidores(as) tiveram a oportunidade de refletir sobre a felicidade e o bem-estar ao assistirem à palestra “Conselhos Filosóficos para Ser Feliz”, ministrada pela doutora Ana Paula Leobas Maracaípe, sobre o tema “Conselhos Filosóficos Para Ser Feliz”. Segundo a palestrante, todos(as) buscam a felicidade, mas nem todos(as) sabem como buscá-la. Baseada em fundamentos filosóficos, Ana Paula disse que a “felicidade não está nas conquistas externas”, pois elas não realizam o ser humano. “A felicidade vai depender da nossa vida”, afirmou. A palestra foi mediada por Tânia Mara Alves Barbosa, chefe da Divisão de Projetos e Gestão de Contratos da Diretoria de Gestão de Pessoas.

Um pouco de alegria

Da busca pela felicidade ao riso solto. Com o auditório do TJTO, o humorista Diogo Portugal fez o público dar boas gargalhadas com a apresentação de stand-up comedy, que envolveu diversas temáticas. Ao finalizar, ele disse que o riso é importante e faz bem à saúde. “É um alívio para o dia a dia, principalmente, porque sei que todos(as) aqui exercem funções importantes”.

Ainda durante a programação, a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, presidente do TJTO, a juíza auxiliar da Presidência, Rosa Maria Gazire Rossi, a diretora-geral Ana Carina Souto e a diretora de Gestão de Pessoas, Márcia Mesquita, entregaram os troféus aos vencedores do Torneio de Futebol do TJ. O time campeão foi o TJ/Corregedoria, representado pelos servidores, Roney Lopes e Leonardo Vogado; o time vice-campeão, Anexos 1 e 2, por Wagner William Voltolini; o título de goleiro menos vazado do time do TJ/Corregedoria, foi Ricardo de Oliveira Silva; e o artilheiro do time Anexos 1 e 2, Fábio Pereira de Souza Soares.

ESMAT REALIZA SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DA NATUREZA

Com debates que discutiram a relação entre o homem e o meio ambiente, com foco na proteção dos povos tradicionais, na transição energética e a relação entre natureza e Estado Constitucional, a Esmat em parceria com a Fadisp, promoveram no dia 5 de novembro de 2024, o Seminário Internacional “Derechos de la Naturaleza: Paz, Interculturalidad y Derechos Ambientales”.

O Seminário teve como foco central os direitos da natureza, com especial atenção à proteção e à valorização dos povos tradicionais, como indígenas e quilombolas, à preservação dos ecossistemas e à transição energética. O Tocantins, com sua rica diversidade cultural e ambiental, pode ser foco de pesquisas acadêmicas futuras. O evento representou também importante passo na construção de um futuro mais justo e sustentável, reunindo especialistas e promovendo a troca de conhecimentos em busca de soluções para os desafios socioambientais urgentes.

Na abertura, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, destacou a importância da Constituição Brasileira de 1988, que reconheceu os direitos dos povos originários em conjunto com a proteção ambiental, influenciando debates sobre a relação entre o homem e a natureza em todo o mundo. O desembargador frisou a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento atual, que explora os recursos naturais de forma insustentável “Nós já não podemos pensar mais em sistemas únicos exclusivamente de comando e de controle baseados na melhor tecnologia. Nós precisamos pensar no desenvolvimento de sistemas em que a educação ambiental, a discussão de problemas ambientais, a compreensão da natureza com mais profundidade, o respeito a todos os seres ocupem lugar fundamental na nossa vida”, afirmou.

Professores renomados da comunidade acadêmica nacional e internacional, como Andrea Pisaneschi, Giorgia Pavani, Elena Bindi, Giammaria Milani, Marina Faraco e Lauro Ishikawa debateram suas pesquisas acadêmicas sobre a mudança de paradigma do antropocentrismo, que idealiza a crença de que os humanos são a espécie mais importante do planeta e que todas as outras formas de vida e recursos naturais existem para servir às suas necessidades e propósitos para o reconhecimento do valor intrínseco da natureza.

Para o professor doutor Lauro Ishikawa, coordenador geral dos cursos da Escola de Direito da Alfa Educação (Unialfa/Fadisp), a busca por um “ponto de reversão” único para a crise ambiental é ilusória, pois enfrenta uma complexa cadeia de consequências do modelo insustentável atual. “A responsabilidade, portanto, é coletiva e exige uma abordagem interdisciplinar, com cada área contribuindo para garantir a proteção ambiental e o bem-estar das futuras gerações, conforme preconiza a Constituição Federal. A questão central não é simplesmente proteger por proteger, mas sim assegurar um futuro viável para as próximas gerações”, afirmou.



Seminário Internacional **Derechos de la Naturaleza: Paz, Interculturalidad y Derechos Ambientales**





RODA DE CONVERSA JUSTIÇA ITINERANTE: PROTEGENDO VOZES JOVENS DEPOIMENTOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

No dia 7 de novembro de 2024, a Esmat promoveu, em sua sede e também por meio da página da Escola no YouTube, a roda de conversa “Justiça Itinerante: Protegendo Vozes Jovens – Perspectivas e Desafios para a Implantação da Justiça Itinerante e Depoimento Sem Dano de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual”.

O evento contou com a presença do palestrante Adriano Gomes de Melo Oliveira, juiz titular do Juizado Especial da Infância e Juventude de Palmas; de Sidney Fiori Júnior, promotor de justiça; e dos debatedores, professor doutor Tarsis Barreto Oliveira, coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (UFT e Esmat); Elisa Maria Pinto de Souza Falcão Queiroz, defensora pública e coordenadora do Nudeca; Rita di Cássia Bartok, pedagoga responsável pelo projeto de implantação do Depoimento Especial no TJTO; e Andréa França de Paiva, assistente social da equipe do Depoimento Acolhedor Itinerante do TJPE.

Em sua fala, o juiz Adriano Gomes destacou a relevância do evento. “É importante termos diálogos tratando da questão da escuta especializada e o depoimento especial com atores que são envolvidos no dia a dia da prática, como a



Defensoria Pública, o Ministério Público e o Judiciário, para que possamos trocar experiências, dar mais ênfase à necessidade de celeridade e conseguirmos fazer prevalecer a prioridade absoluta da Infância e Juventude”, afirmou.

A roda de conversa teve como objetivo fortalecer e consolidar a formação de uma rede integrada de monitoramento e controle dos crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes, promovendo a articulação entre os principais atores envolvidos, como Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, Centros de Direitos Humanos, Conselhos Estaduais e Municipais, Secretarias de Saúde, Centros de Atenção Psicossocial, Secretarias de Educação, Instituições de Ensino Superior e representantes da sociedade civil organizada.





O STF E O DIREITO À SAÚDE: IMPACTO DAS TESES 1234 E 6 E DAS SÚMULAS VINCULANTES 60 E 61 NA JUDICIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS NO SUS



No dia 4 de novembro de 2024, a Esmat capacitou magistrados(as), assessores(as), servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, além de profissionais e agentes do sistema de justiça e saúde no Tocantins, para a compreensão e aplicação dos entendimentos do “Supremo Tribunal Federal (STF) e o direito à saúde: impacto das teses 1234 e 6, e das súmulas vinculantes 60 e 61 na judicialização de medicamentos no SUS”. Esses temas, relacionados ao fornecimento de medicamentos, visam aprimorar a atuação eficiente, garantir o acesso à saúde e equilibrar a responsabilidade do Estado com a sustentabilidade do sistema público de saúde.

Na abertura, a juíza Milene de Carvalho Henrique, coordenadora do evento, atual coordenadora geral dos três Núcleos de Apoio Técnico do Judiciário (NATJus): Natjus estadual, Natjus municipal de Palmas e Natjus municipal de Araguaína, lembrou que o evento tem a finalidade de capacitar profissionais de Direito, gestores(as) públicos(as) e agentes de saúde para compreenderem as nuances dessas decisões e aplicá-las de forma eficaz em suas respectivas áreas de atuação, sendo também fundamental discutir as implicações jurídicas e financeiras que essas decisões trazem para o Estado, equilibrando o princípio da dignidade humana com a limitação orçamentária e a sustentabilidade do sistema público de saúde.

O *Webinário* foi ministrado pelas juízas federais Ana Carolina Morozowski e Luciana da Veiga Oliveira, que ressaltaram a relevância desses temas para a concretização de direitos fundamentais, especialmente o direito à saúde previsto no art. 196 da Constituição Federal, e para o dever de o Estado assegurar que nenhum(a) cidadão(ã) seja privado(a) de tratamentos médicos adequados.



WEBINÁRIO

PROCESSOS DE DESLIGAMENTO DE CRIANÇAS
E ADOLESCENTES DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL



No dia 13 de novembro de 2024, a Esmat realizou o *Webinário* “Processos de Desligamento de Crianças e Adolescentes do Acolhimento Institucional”. A abertura foi conduzida pelo juiz Adriano Gomes de Melo Oliveira, coordenador estadual da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. A palestra abordou a construção da perspectiva da doutrina de proteção integral de crianças e de adolescentes, tratando de temas como acolhimento e desligamento institucional, reintegração familiar, colocação em família substituta, transição para a maioria e os elementos necessários para um desligamento institucional bem-sucedido.

Valdécio Carlos da Silva Júnior, assistente social no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo e palestrante do *Webinário*, destacou a importância do evento. “Entender a dimensão histórica é o ponto de partida de qualquer profissional que se proponha ao atendimento de crianças e de adolescentes no Brasil, para que a gente consiga entender o significado social da doutrina da proteção integral”, enfatizou.

Com carga horária de 3 horas-aula, o encontro foi aberto ao público, com foco principal em magistrados(as), servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, credenciados(as) no Grupo de Gerenciamento das Equipes Multidisciplinares, gestores(as) da Política de Acolhimento Institucional de crianças e de adolescentes, e equipes técnicas vinculadas a essa política.



O Seminário sobre os novos rumos da economia global ocorreu nos dias 8 e 9 de março de 2024, na Bahia, em uma parceria entre o Copedem e a Esmat. O evento reuniu autoridades, especialistas e representantes de diversas áreas para debater temas como transformação digital, inovação, desenvolvimento socioeconômico e os impactos éticos da inteligência artificial no Judiciário.

Na abertura, o desembargador Marco Villas Boas, presidente do Copedem e diretor geral da Esmat, destacou a importância do evento para a magistratura nacional e a relevância da parceria com o Instituto Memory. Ele ressaltou que o seminário tem gerado resultados significativos por meio de discussões de alta qualidade e painéis bem-estruturados.

Ao abordar o modelo de linguagem Gemini, desenvolvido pelo Google, o desembargador destacou o impacto da inteligência artificial generativa na sociedade, enfatizando a necessidade de limites éticos para seu uso no Direito. “Esta tecnologia tem potencial exponencial, impactando diretamente a economia, o desenvolvimento e todos os setores da sociedade. Contudo, é imprescindível discutir os limites éticos nas interações entre humanos e máquinas, especialmente no Judiciário,” afirmou.

A palestra inicial foi ministrada por Milton Larsen Burgese, diretor de computação para a América Latina no Google, com o tema “Aplicação de novas tecnologias – IA e Gemini”. Burgese discutiu a transformação digital e o impacto positivo da inteligência artificial responsável, destacando a contribuição da justiça para o desenvolvimento da sociedade. Ele também abordou o aumento exponencial da digitalização global, citando que, em apenas um minuto, são realizadas mais de 3 milhões de buscas no Google, evidenciando o avanço tecnológico sem precedentes.





O segundo dia explorou os caminhos da economia global em painéis que trataram de previdência, relações trabalhistas, financiamento de litígios, sustentabilidade e geopolítica global. Entre os destaques: Jarbas Antonio de Biagi, presidente da ABRAPP, falou sobre o papel socioeconômico da previdência complementar fechada; Gisaldo do Nascimento Pereira, da Federação Brasileira de Bancos, abordou a importância da negociação coletiva para a segurança jurídica; João Mendes, sócio da Prisma Capital, discutiu os efeitos do financiamento de litígios; Octavio de Barros, da OMR Barros Consultoria, analisou o cenário econômico e as perspectivas para as democracias liberais em um contexto de transformação tecnológica; Marcelo Takeyama, da ABECS, trouxe reflexões sobre o mercado de cartões; Adriano Ribeiro, da JBS, encerrou o dia apresentando boas práticas para a preservação de recursos naturais.

O seminário contou com a presença de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), como Luiz Alberto Gurgel de Faria e Sebastião Reis Junior, além do ministro Aloysio da Veiga, vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Desembargadores como Heraldo Oliveira, Marco Villas Boas e Jeronymo Villas Boas também participaram como presidentes de painéis.





Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro



ESMAT REALIZA EVENTO SOBRE COMBATE À CORRUPÇÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO

A Esmat realizou em 26 de novembro de 2024, o evento “Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro”, com o objetivo de aprimorar o conhecimento técnico e jurídico de magistrados(as), promotores(as), advogados(as), delegados(as) e servidores(as).

O encontro foi conduzido pelo promotor de justiça Cássio Roberto Conserino, que abordou temas como corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, autonomia do delito, práticas de compliance e o papel das instituições financeiras.

Em comentário, o juiz Wellington Magalhães, diretor adjunto da Esmat e coordenador da atividade, destacou a relevância da capacitação ante o cenário nacional. “A capacitação sobre este tema é de especial importância, considerando o crescente número de operações policiais e processos judiciais relacionados à lavagem de dinheiro no Brasil. Esse cenário exige dos(as) operadores(as) do Direito um domínio técnico aprofundado e uma visão estratégica para enfrentar os desafios que se apresentam. Por isso, este evento é mais que necessário”, afirmou.

Além de discutir crimes contra a administração pública, a palestra também abordou a autonomia do crime de lavagem de dinheiro, o papel das instituições financeiras e a importância das práticas de compliance.

Workshop ações COLETIVAS - TJTO -



Servidores(as) e magistrados(as) participaram, no dia 11 de novembro de 2024, de um evento que permitiu um debate sobre desafios e procedimentos relacionados à gestão de ações coletivas. O Workshop Ações Coletivas no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) possibilitou a discussão acerca dos impactos das ações coletivas no Judiciário, as melhores práticas na gestão desses processos, bem como o uso adequado dos cadastros e das ferramentas instituídos tanto pelo Conselho Nacional de Justiça quanto pelo TJTO.

Para o coordenador da atividade, juiz Márcio Soares Cunha, “o workshop teve como finalidade dar uma visão mais prática do gerenciamento dessas ações nos gabinetes, tanto nas decisões quanto para os(as) servidores(as), em relação às movimentações cartorárias”. A atividade foi conduzida pelo facilitador Vinícius Teixeira de Siqueira, que abordou normas e práticas fundamentais para a gestão de ações coletivas, incluindo a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, as Resoluções nº 339 do CNJ e nº 33 do TJTO, além da Portaria nº 187 do CNJ.

I SEMINÁRIO INTEGRADOR DO MESTRADO EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS

Nos dias 18 e 19 de novembro de 2024 foi realizado o I Seminário Integrador do Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, promovido pela Esmat em parceria com a UFT. O evento reuniu mestrandos(as), professores(as) e autoridades de Palmas e das turmas Fora de Sede (Roraima e Acre).

A abertura contou com a presença do desembargador Marco Vilas Boas, diretor geral da Esmat; da desembargadora Ângela Prudente, presidente do Conselho da Esmat; e dos professores doutores Tarsis Barreto e Antônio Carlos dos Santos, coordenadores do Programa e do evento, respectivamente. Participaram ainda os desembargadores Élcio Mendes, diretor da Esjud; e Lois Arruda, ambos discentes da turma Fora de Sede.

O desembargador Marco Villas Boas destacou o sucesso do Mestrado, a criação da turma especial para o Norte e a aprovação do Doutorado, previsto para 2025. “O diálogo com a academia resultou na criação de uma turma especial do mestrado em Direitos Humanos para o Norte do país, buscando suprir a carência histórica de formação *stricto sensu* na região. Apesar de o curso ter sido bem avaliado pela Capes, reconhece-se a necessidade de aprimorar a comunicação da produção acadêmica para alcançar melhores pontuações. O sucesso do programa é evidenciado pelo XVII Congresso Internacional em Direitos Humanos, com a participação de renomados especialistas internacionais, e pela presença significativa de mestrandos(as) do Acre e de Roraima, contribuindo para o enriquecimento do curso e o desenvolvimento da região”

O professor Tarsis Barreto ressaltou a contribuição dos(as) mestrandos(as) para os avanços na área de Direitos Humanos. Já o desembargador Élcio Mendes agradeceu a parceria com a Esmat, enfatizando o impacto positivo da troca de conhecimentos.

Sobre o Mestrado

A criação do programa de mestrado representa uma vitória na superação dos desafios enfrentados pela Região Norte no acesso à educação de alto nível. A iniciativa, que conta com o apoio da Capes, reflete uma mudança de paradigma na formação *stricto sensu* no Brasil, valorizando a diversidade regional e promovendo a inclusão. Desenvolvido pela Esmat em parceria com a UFT, o Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos atualmente encontra-se em sua 12ª turma acadêmica.





1º FÓRUM

FUNDIÁRIO DO TOCANTINS

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO



Em 25 de novembro de 2024, a Corregedoria-Geral da Justiça do Tocantins (CGJUS) realizou o I Fórum Fundiário do Tocantins, evento que abriu a programação da 2ª Semana de Regularização Fundiária – Solo Seguro. Autoridades, especialistas e gestores(as) públicos(as) discutiram os desafios e as estratégias da governança de terras no Estado.

Na abertura, a desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral da Justiça, destacou o papel transformador da regularização fundiária e o esforço conjunto necessário para promover a cidadania. O desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, corregedor eleito para o biênio 2025-2027, reforçou a função social da iniciativa, enquanto o juiz Wellington Magalhães, coordenador do Nupref, enfatizou o impacto do programa na garantia de segurança jurídica e dignidade para os(as) cidadãos(ãs).

A prefeita de Palmas, Cinthia Ribeiro, representando os 115 municípios parceiros, ressaltou a regularização como exemplo de política de Estado que transforma vidas.

Guia

Durante o evento, o Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária lançou a cartilha Segurança e Dignidade: um guia para prevenir ocupações irregulares e um vídeo institucional sobre a Regularização Fundiária Urbana (Reurb).

A cartilha, com 16 páginas divididas em sete capítulos, aborda os benefícios da Reurb, como segurança jurídica e melhoria na qualidade de vida, além de destacar os avanços trazidos pela Lei nº 13.465, de 2017. O material também reforça a importância de ações preventivas para evitar ocupações irregulares. O vídeo institucional, produzido em linguagem acessível, apresenta o passo a passo do trabalho realizado pelo Judiciário em parceria com municípios e cartórios, sendo uma ferramenta útil para sensibilizar a população e orientar as prefeituras sobre a Reurb.



Palestras e Debates

Richard Torsiano (FAO/ONU/Banco Mundial) abriu a programação ressaltando o papel do Judiciário na mediação de conflitos e na modernização de cartórios para enfrentar as raízes históricas da desigualdade fundiária. Na sequência, Vágmo Pereira Batista destacou a relação entre regularização fundiária e segurança alimentar, enfatizando o papel dos pequenos produtores na cadeia alimentar do país. Encerrando, Clícia Roquette abordou os desafios da Reurb, alertando para a necessidade de planejamento e cooperação para garantir resultados efetivos.

Mediadas pelo juiz Wellington Magalhães, as palestras conectaram experiências locais a debates globais, com a participação de debatedores como Edmundo Rodrigues Costa (Incra/TO) e Vânia Sousa (advogada em Araguaína/TO).

Selo “Quem Regulariza Dignifica”

Na ocasião, a CGJUS premiou os 40 municípios mais atuantes na Regularização Fundiária Urbana (Reurb) no Estado. A segunda edição do Selo de Responsabilidade Social “Quem Regulariza Dignifica” marcou o encerramento do I Fórum Estadual da Regularização Fundiária, destacando iniciativas que promovem cidadania e segurança jurídica para famílias tocantinenses.

O Selo foi entregue nas categorias Bronze, Prata, Ouro e Diamante, considerando critérios como o número de títulos regularizados, assinatura de termos de cooperação técnica com o Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária (Nupref) e criação de estruturas administrativas para viabilizar a Reurb.

Municípios premiados por categoria:

- **Bronze:** Augustinópolis, Buriti do Tocantins, Campos Lindos, Darcinópolis, Dois Irmãos, Itacajá, Lagoa da Confusão, Nova Olinda, Pedro Afonso, Ponte Alta do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional.
- **Prata:** Abreulândia, Gurupi, Nova Rosalândia, Pequizeiro, Piraquê, Presidente Kennedy, Rio Sono, Sampaio, Sítio Novo do Tocantins.
- **Ouro:** Carrasco Bonito, Novo Acordo, Pugmil, Tabocão, Taipas do Tocantins, Tupirama, Guaraí, Peixe.
- **Diamante:** Angico, Cariri do Tocantins, Lizarda, Marianópolis, Rio da Conceição, Santa Maria do Tocantins, Arraias, Dianópolis, Paranã, Araguaína, Palmas



SEMINÁRIO

EM COMEMORAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



Em alusão ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, comemorado no dia 3 de dezembro, o Poder Judiciário Tocantinense, por meio da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, em parceria com a Esmat promovem um evento, pelo quinto ano seguido, voltado para questões relacionadas à inclusão e ao empoderamento das pessoas com deficiência. Em 27 de novembro de 2023, o auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) contou com a presença de autoridades, especialistas e da comunidade, interessados na temática.

IV Edição

A quarta edição do Seminário demonstrou ser, mais uma vez, uma atividade importante no fortalecimento da conscientização da sociedade tocantinense, no fomento à adoção de práticas inclusivas, tecnológicas e arquitetônicas em diversos âmbitos da vida social, educacional e profissional para pessoas com deficiência.

Abertura

Durante a abertura, o desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho – presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário Tocantinense e coordenador do Evento – destacou as ações desenvolvidas pelo Judiciário no que tange à capacitação dos(as) servidores(as) e magistrados(as) sobre os aspectos ligados ao atendimento mais humanizado de pessoas com neurodiversidades.

“Precisamos entender que o acolhimento a todo tipo de diversidade é um ato importante para garantir o direito pleno de cidadania a qualquer pessoa digna de respeito. Temos realizado cursos visando à formação de servidores(as) para que desenvolvam habilidades em seu ambiente de trabalho e protocolos para atendimento mais humanizado de pessoas com neurodiversidade nas dependências do Poder Judiciário, já que elas muitas vezes não são aparentes”, expressou.

Na oportunidade, o desembargador prestou homenagens póstumas ao juiz Sândalo Bueno do Nascimento. Em fala, a desembargadora Ângela Haonat, diretora adjunta da Esmat, representando o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Escola, ressaltou a atuação do TJTO em iniciativas acessíveis e inclusivas. “Nosso Tribunal é reconhecido como um dos tribunais mais acessíveis e inclusivos no Brasil. Ele se empenha continuamente para manter essa posição e aprimorar as áreas de acessibilidade que ainda necessitam de melhorias. O Judiciário Tocantinense tem implementado estratégias conjuntas para assegurar a inclusão e a acessibilidade, a fim de remover e prevenir barreiras que possam interferir nos direitos de pessoas com deficiência, assegurando-lhes igualdade de oportunidades com as demais pessoas”, comentou.



A desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral da Justiça, também esteve presente e assinalou o comprometimento e a parceria da Corregedoria no desenvolvimento de políticas e práticas inclusivas. “Essa é uma iniciativa importante do Poder Judiciário, que visa dar cumprimento à Resolução nº 401 do Conselho Nacional de Justiça. É um tema comovente porque nos remete à conscientização, à busca constante de avançar na acessibilidade e inclusão, destacando a importância da igualdade de oportunidades para todas as pessoas; significa símbolo de respeito, cidadania, dignidade à pessoa humana. A Corregedoria é parceira nessa iniciativa e está aqui hoje juntando forças para que a cada dia fique afastada do ambiente Judiciário qualquer discriminação nesse sentido”, disse.

Estavam presentes, na Mesa de Honra, o doutor Deusiano Pereira de Amorim, secretário de Estado da Cidadania e Justiça, representando o governador Wanderlei Barbosa; o defensor público Neuton Jardim dos Santos, coordenador do Núcleo Aplicado das Minorias e Ações Coletivas (Nuamac, de Palmas), representando a Defensoria Pública do Estado do Tocantins; e o conselheiro estadual, doutor Domingos Rodrigues da Silva, representando a Ordem dos Advogados do Brasil — Seccional Tocantins.

Palestras

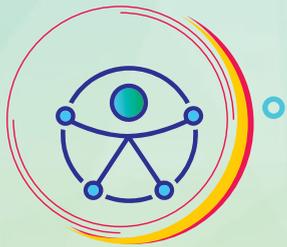
Desenvolvida pelo doutor Hugo Frota Magalhães Porto Neto, promotor de justiça do Ministério Público do Ceará, a primeira palestra com o tema A acessibilidade como direito fundamental das pessoas com deficiência e as tecnologias: cidades inteligentes e uma sociedade infoinclusiva abordou alguns exemplos de iniciativas de inclusão digital para pessoas com deficiência, além de apontar os benefícios de uma sociedade infoinclusiva para todos(as).

Coordenando a Mesa, o advogado Diamisblan Sopran emocionou o público ao agradecer o palestrante pelas suas contribuições para com a causa: “É uma honra estar mediando esta palestra sobre a pessoa com a deficiência. Só sabe o que é ser deficiente quem realmente vive essa situação. Todas as pessoas têm complacência, são solícitas, mas quem vive a deficiência é que realmente tem como dizer quem é e as dificuldades que realmente enfrenta. (...) um diploma não te traz a humanidade, o diploma te traz um pseudoconhecimento, mas a humanidade, o senso de empatia, isso é construído, e eu construí isso com o senhor [sobre o palestrante]”.

Ao falar sobre Inclusão Digital e Sociedade Infoinclusiva, Hugo afirmou que “quando falamos em educação inclusiva, temos de ter os instrumentais adequados para que aquela pessoa, seja com projeto educacional individual ou projeto político-pedagógico, para realmente desenvolver as suas habilidades”.

A segunda e última palestra foi sobre a arquitetura como promotora da inclusão e universalidade dos espaços para todos(as), com a arquiteta Adriana Dias, mestra e coordenadora do curso de Arquitetura do Centro Universitário de Palmas (Ceulp/Ulbra). Coordenando a Mesa, estavam as servidoras do TJTO Eva Portugal e Patrícia Idehara. Na ocasião, foi exposto aos presentes o Documentário “Habilidades Mágicas” sobre relatos das famílias das pessoas com neurodiversidades e práticas terapêuticas.





SEMINÁRIO

EM COMEMORAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL
DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
O PODER DA DIVERSIDADE E DA ACESSIBILIDADE
NO AMBIENTE CORPORATIVO



V Edição

Em 2024, a quinta edição do evento ocorreu no dia 2 de dezembro. Também realizado no auditório do TJTO, o encontro destacou temas como inclusão e acessibilidade no ambiente corporativo, promovendo reflexões e experiências práticas. O evento teve abertura conduzida pelo desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, que ressaltou o valor da escuta ativa e mencionou avanços legislativos, como a Lei nº 14.992, de 2024, focada na inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no mercado de trabalho.

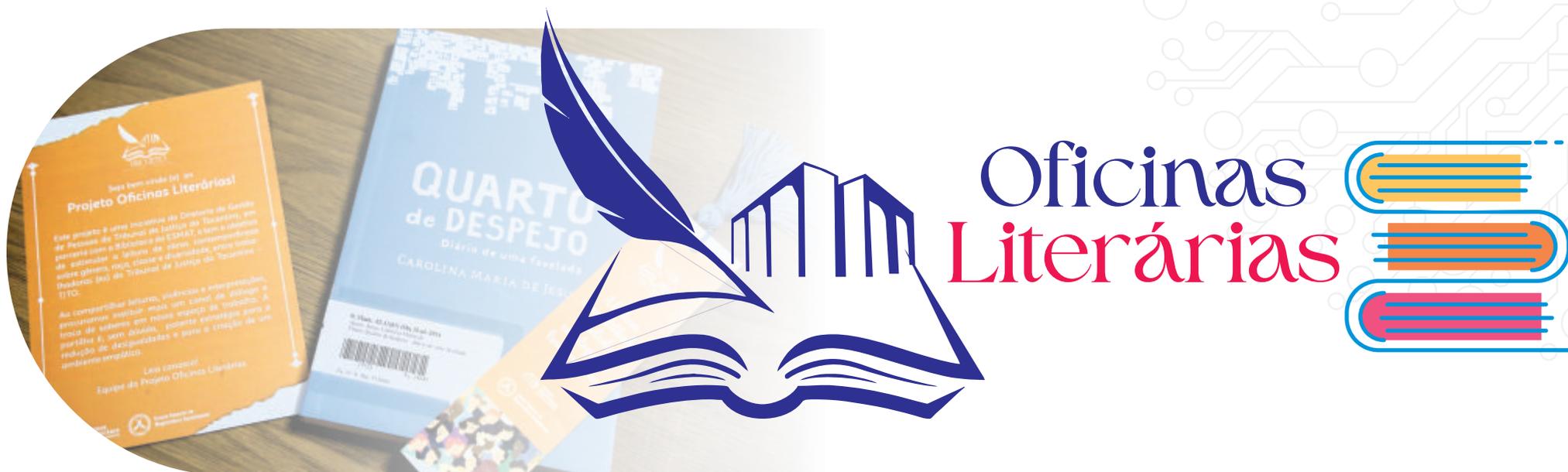
Já o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, destacou o impacto transformador do conhecimento; enquanto a desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral da Justiça, reforçou a importância de uma cultura inclusiva.

Compuseram a Mesa de Honra, a desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral da Justiça e presidente eleita do TJTO; Cleizenir Divina dos Santos, secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, representando o governador Wanderlei Barbosa; o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat; o desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão; o promotor de Justiça doutor Juan Rodrigo Carneiro Aguirre, assessor jurídico da Procuradoria-Geral de Justiça; o doutor Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves, primeiro subdefensor público-geral; e o doutor Domingos Rodrigues da Silva, presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência da OAB – Seccional Tocantins.

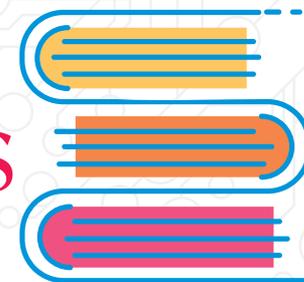
Programação

Marcelo Pires, CEO da Consolidar Diversidade nos Negócios, conduziu uma palestra sobre capacitismo e práticas de inclusão, destacando a necessidade de empatia e conexão humana. Após a palestra, os(as) participantes vivenciaram o Café Sensorial, uma dinâmica interativa que simulou desafios enfrentados por pessoas com deficiência. A atividade gerou reflexões sobre comunicação inclusiva e empatia.

Na Mesa-Redonda “Além das Barreiras”, profissionais com deficiência compartilharam desafios e conquistas no mercado de trabalho. O evento também marcou o lançamento do Dia “D” da Empregabilidade da Pessoa com Deficiência, coordenado pelo Sine e pela Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), com o objetivo de triplicar o número de vagas destinadas a pessoas com deficiência no Tocantins.



Oficinas Literárias



Ao longo de 2024, o projeto Oficinas Literárias, promovido pela Diretoria de Gestão de Pessoas (Digep) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), realizou quatro turmas de leitura e debate, explorando temas como desigualdade racial, opressões de gênero, sustentabilidade e cidadania. A iniciativa, voltada para magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as), buscou promover o pensamento crítico e fortalecer relações institucionais mais inclusivas.

Turma I – Reflexões sobre a Pobreza e a Mulher Negra

A primeira turma, realizada em abril, debateu a obra *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus. O relato autobiográfico da autora trouxe à tona questões como racismo, fome e exclusão social vivenciadas na favela do Canindé, em São Paulo, nos anos 1950 e 1960. Mediada por Bianca Pereira da Silva, mestra em Serviço Social, a oficina destacou a relevância de compreender a realidade das mulheres negras em situação de vulnerabilidade.

Turma II – Relações de Gênero e Raça

Desenvolvida em junho, a segunda turma discutiu *A Cor Púrpura*, de Alice Walker. Mediada por Cristina Vasconcelos, a oficina contou com a participação de servidores(as) e de estagiários(as) de diversas comarcas do Estado, ampliando o alcance do projeto. A obra fomentou debates sobre a condição da mulher negra, opressões de gênero e a importância do respeito nas relações humanas e institucionais.

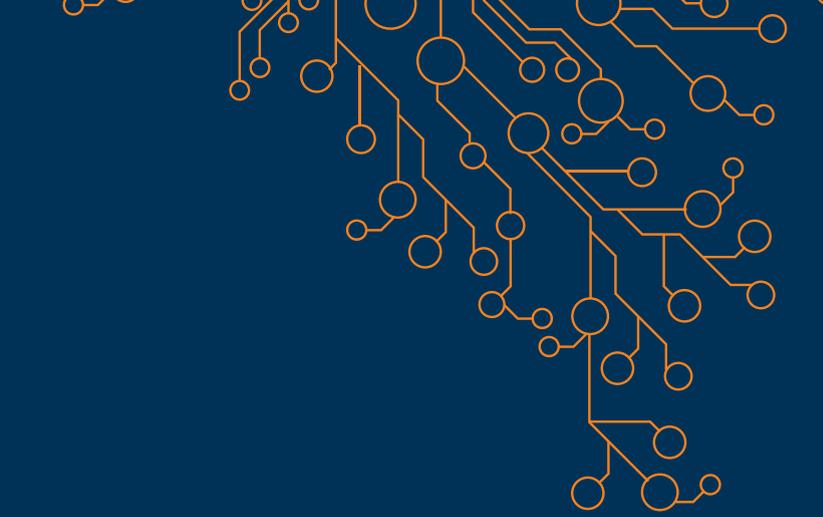
Turma III – Sustentabilidade e Povos Originários

A terceira turma, realizada em setembro, abordou as obras *Futuro Ancestral* e *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*, de Ailton Krenak. Os encontros, mediados por Eugislane Moreira Lima, doutora em Ciências do Ambiente e indígena do povo Karajá-Xambioá, exploraram a visão indígena sobre sustentabilidade e preservação ambiental. Os debates promoveram uma conexão com a perspectiva crítica e consciente sobre o papel dos povos originários na conservação do planeta.

Turma IV – Racismo, Gênero e Intolerância Religiosa

A última turma, desenvolvida em novembro, debateu *Hibisco Roxo* e *Para Educar Crianças Feministas*, de Chimamanda Ngozi Adichie. Mediados por Janaina Costa Rodrigues, os encontros destacaram questões como autoritarismo, identidade cultural e educação igualitária, promovendo um diálogo enriquecedor sobre valores inclusivos e respeito às diferenças. Além de promover discussões reflexivas, as Oficinas Literárias tiveram um caráter sustentável, com a doação dos livros utilizados para bibliotecas de Unidades Prisionais do Tocantins. Essa ação buscou ampliar o acesso à leitura e à reflexão crítica, contribuindo para a reintegração social de pessoas privadas de liberdade.

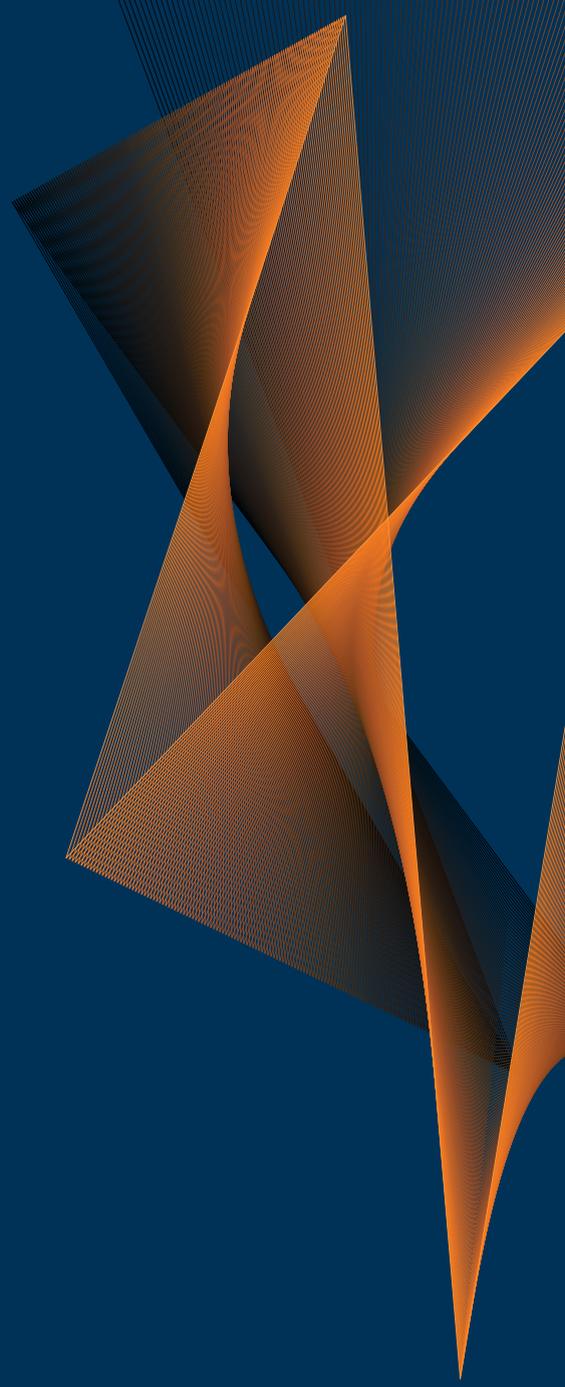
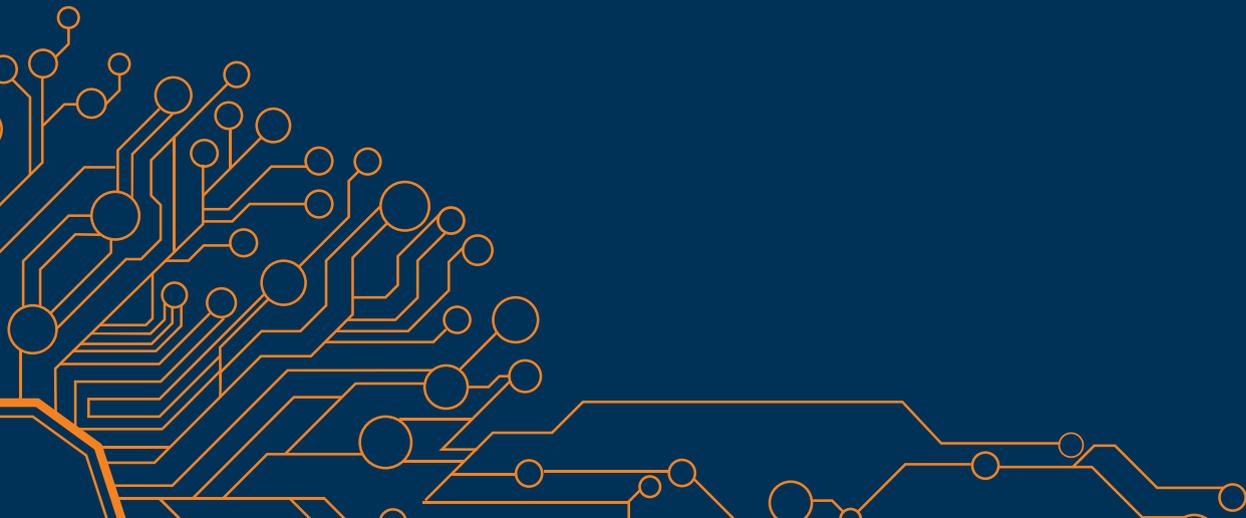




223



RELATÓRIO DE ATIVIDADES



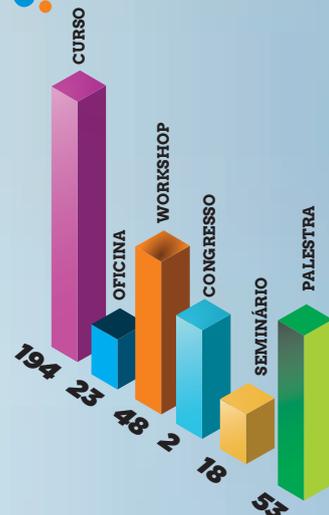
ESMAT EM NÚMEROS

CURSOS E EVENTOS

CAPACITADOS

SERVIDORES 1823 2023
MAGISTRADOS 111 2023

SERVIDORES 1878 2024
MAGISTRADOS 104 2024



CERTIFICAÇÕES

MAGISTRADOS

1373

SERVIDORES

12.744

ATIVIDADES REALIZADAS POR MODALIDADE DE ENSINO

CARGA HORÁRIA OFERTADA

6.204

PRESENCIAL 172

EaD 99

HÍBRIDA 67

PÓS-GRADUAÇÕES

LATO SENSU ESPECIALIZAÇÃO

- COMUNICAÇÃO JURÍDICA ESTRATÉGICA NA ERA DIGITAL
- PRÁTICA JUDICIÁRIA

STRICTO SENSU DOUTORADO

- DESENVOLVIMENTO REGIONAL ESMAT/UFT
- DIREITO ESMAT/PUC-RIO
- DIREITO ESMAT/UNICEUB
- GOVERNANÇA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL ESMAT/UFT

STRICTO SENSU MESTRADO

- PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL E DIREITOS HUMANOS ESMAT/UFT

AÇÕES REALIZADAS EIXOS TEMÁTICOS



DASHBOARD PLANO EXPOSITIVO 2023/2024

2023



ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
1	A NOVA FRONTEIRA JUDICIÁRIA: ENTENDENDO A IA GENERATIVA E O CHATGPT – ETAPA 2 – TURMA 1	4	37
2	A NOVA FRONTEIRA JUDICIÁRIA: ENTENDENDO A IA GENERATIVA E O CHATGPT – ETAPA 2 – TURMA 2	4	25
3	A NOVA FRONTEIRA JUDICIÁRIA: ENTENDENDO A IA GENERATIVA E O CHATGPT – ETAPA 2 – TURMA 3	4	36
4	A NOVA FRONTEIRA JUDICIÁRIA: ENTENDENDO A IA GENERATIVA E O CHATGPT – TURMA 1	8	59
5	A NOVA FRONTEIRA JUDICIÁRIA: ENTENDENDO A IA GENERATIVA E O CHATGPT – TURMA 2	8	59
6	A NOVA FRONTEIRA JUDICIÁRIA: ENTENDENDO A IA GENERATIVA E O CHATGPT – TURMA 3	8	53
7	A PEDAGOGIA JURÍDICA E O ASSESSORAMENTO TÉCNICO AO JUDICIÁRIO	45	49
8	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: METODOLOGIAS, DESAFIOS E GARANTIA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	80	78
9	APERFEIÇOAMENTO DA ABORDAGEM NO ACOLHIMENTO E ESCUTA CLÍNICA	4	83
10	APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS GISE – TURMA 1	8	31
11	APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS GISE – TURMA 2	8	01
12	APLICAÇÃO DOS PRECEDENTES QUALIFICADOS À ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS	8	11
13	ASPECTOS GERAIS SOBRE A POSSE E EXERCÍCIO NA ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL PELOS DELEGATÁRIOS	8	29
14	AUTOCONHECIMENTO NO TRABALHO – TURMA I	40	46
15	AUTOCONHECIMENTO NO TRABALHO – TURMA II	40	48
16	CÁLCULOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS	40	31
17	CAPACITAÇÃO DO PROTOCOLO BRASILEIRO DE ENTREVISTA FORENSE (PBEF) – TURMA I	120	64
18	CAPACITAÇÃO DO PROTOCOLO BRASILEIRO DE ENTREVISTA FORENSE (PBEF) – TURMA II	120	57

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
19	CAPACITAÇÃO PARA ATUAÇÃO NO PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR	80	59
20	CAPACITAÇÃO SOBRE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE BUSCA PATRIMONIAL NA EXECUÇÃO	8	60
21	COMISSÃO PERMANENTE DE HETEROIDENTIFICAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE	16	17
22	COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL DA PRÁTICA	4	190
23	CONHECENDO OS RECURSOS DO MOODLE	30	33
24	CONTRAMEDIDAS DE VIGILÂNCIA TÉCNICA	24	24
25	CONTRATAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS DE TIC CONFORME A RESOLUÇÃO CNJ Nº 468/2022	16	29
26	CREDENCIAMENTO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	16	32
27	CURSO BÁSICO DE PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA (PNL) – CONTRIBUIÇÕES DA PNL PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	40	37
28	DIÁLOGO ENTRE PSICANÁLISE E DIREITO	24	40
29	DIREÇÃO DEFENSIVA E EVASIVA – TURMA I	20	19
30	DIREÇÃO DEFENSIVA E EVASIVA – TURMA II	20	20
31	DO CONCEITO À IMPLEMENTAÇÃO: CAPACITAÇÃO PARA LABORATORISTAS DE INOVAÇÃO	24	16
32	EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CONSUMIDORES – MINHAS CONTAS EM DIA NO CEJUSC – TURMA 1	20	24
33	EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CONSUMIDORES – MINHAS CONTAS EM DIA NO CEJUSC – TURMA 2	20	12
34	EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CONSUMIDORES – MINHAS CONTAS EM DIA NO CEJUSC – TURMA 3	20	9
35	ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS – TURMA II	30	62
36	ELABORAÇÃO DE MINUTAS DE EMENTAS	40	40

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
37	ELABORAÇÃO DE SENTENÇA - PARTE 2	46	60
38	ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA EM MÃO DE OBRA	20	29
39	E-PROC 2023: CUMPRIMENTO DE ATOS DE COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS E DISPONIBILIZAÇÃO DE SALA PARA AUDIÊNCIAS E OITIVAS DE TESTEMUNHAS PELOS SERVIÇOS NOTARIAS - TURMA I	6	27
40	E-PROC 2023: CUMPRIMENTO DE ATOS DE COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS E DISPONIBILIZAÇÃO DE SALA PARA AUDIÊNCIAS E OITIVAS DE TESTEMUNHAS PELOS SERVIÇOS NOTARIAIS – TURMA II	6	17
41	ESTUDO SOCIAL, LAUDOS E PARECERES TÉCNICOS EM SERVIÇO SOCIAL	45	50
42	ÉTICA EM PESQUISA E ELABORAÇÃO DE PROJETOS PLATAFORMA BRASIL	24	36
43	FACILITAÇÃO GRÁFICA E VISUAL PARA REDESENHO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	16	20
44	FORMAÇÃO DE FORMADORES – TURMA IV	136	39
45	FUNDAMENTOS DA SEGURANÇA INSTITUCIONAL	5	126
46	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS TERCEIRIZADOS	28	29
47	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E ATOS DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA	16	30
48	GESTÃO ESTRATÉGICA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GESI)	45	30
49	GESTÃO TRIBUTÁRIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS: RETENÇÕES E ENCARGOS INCIDENTES NA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS (INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS E ISS)	20	45
50	GOOGLE WORKSPACE: O USO EFICAZ DOS RECURSOS NO TJTO – MÓDULO I – TURMA I	20	72
51	GOOGLE WORKSPACE: O USO EFICAZ DOS RECURSOS NO TJTO – MÓDULO I – TURMA II	20	72
52	GOOGLE WORKSPACE: O USO EFICAZ DOS RECURSOS NO TJTO – MÓDULO I – TURMA III	20	66
53	IMPLEMENTAÇÃO E APLICAÇÃO PRÁTICA DA LEI Nº 14.133/2021 NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS: ANÁLISE DA REGULAMENTAÇÃO INTERNA E PRINCIPAIS INSTITUTOS DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A NLLCA	14	57
54	INGLÊS AVANÇADO – TURMA I	60	12

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
55	INGLÊS AVANÇADO – TURMA II	75	15
56	INGLÊS BÁSICO	75	40
57	INGLÊS INTERMEDIÁRIO	60	23
58	INGLÊS INTRO	60	68
59	INOVAÇÃO E O PENSAMENTO DE DESIGN	41	38
60	INOVAÇÃO E PENSAMENTO DE DESIGNS MULTIPLICADORES	33	27
61	INTELIGÊNCIA EMOCIONAL – GESTÃO DAS EMOÇÕES – TURMA I	19	31
62	INTELIGÊNCIA EMOCIONAL – GESTÃO DAS EMOÇÕES – TURMA II	19	29
63	INTELIGÊNCIA EMOCIONAL – GESTÃO DAS EMOÇÕES – TURMA III	19	31
64	JUSTIÇA RESTAURATIVA NA ESCOLA – PARTE TEÓRICA	30	90
65	LIBRAS BÁSICO – TURMA I	60	65
66	LIBRAS BÁSICO – TURMA II	60	53
67	LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021	30	29
68	MATERIAL DIDÁTICO NA EAD: PRINCÍPIOS E PROCESSO DE PRODUÇÃO	30	27
69	MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – ETAPA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO - 2023	60	30
70	MENTORIA PARA LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	16	13
71	METODOLOGIA ESG – ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE NO SETOR PÚBLICO	24	25
72	METODOLOGIA ESG – ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE NO SETOR PÚBLICO – TURMA II	30	18

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
73	MINDFULNESS PARA O AUTOCUIDADO – TURMA 1	16	17
74	MINDFULNESS PARA O AUTOCUIDADO – TURMA 2	16	19
75	MINICURSO 1 – SISTEMA PENAL E DIREITOS HUMANOS	4	43
76	MINICURSO 2 – TOMADA DE DECISÃO E CREDIBILIDADE DO TESTEMUNHO	3	39
77	MINICURSO 3 – NIETZSCHE: CRITICA DA CULTURA E CRÍTICA DO FANATISMOS E DO FUNDAMENTALISMO	3	33
78	MINICURSO 4 – CAPITAL JURÍDICO E OS MEIOS DE AUTOCOMPOSIÇÃO DE CONFLITOS	3	16
79	NOVA FRONTEIRA DO JUDICIÁRIO - A REVOLUÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA PARA DESEMBARGADORES	12	52
80	PRÁTICA DE ELABORAÇÃO DE ESTUDO PRELIMINAR, DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA, TERMO DE REFERÊNCIA, COM BASE NA NOVA LEI DE LICITAÇÃO Nº 14.133/2021	30	30
81	PREPARATÓRIO PARA O TELETRABALHO – TURMA V	20	122
82	PREPARATÓRIO PARA O TELETRABALHO – TURMA VI	24	93
83	PRESERVAÇÃO DA VIDA: ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA – TURMA 1	10	20
84	PRESERVAÇÃO DA VIDA: ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA – TURMA 2	10	21
85	PRODUÇÃO E GRAVAÇÃO DE VIDEOAULAS	30	87
86	PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO	25	93
87	RECURSOS DINÂMICOS E CRIATIVOS EM SALA DE AULA	30	35
88	SEGURANÇA ORGÂNICA (SEGOR)	44	57
89	SEMANA DE SENSIBILIZAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS – TURMA CEM CASTRO ALVES	3	51
90	SEMANA DE SENSIBILIZAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS – TURMA CEM TIRADENTES	3	51

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
91	SEMANA DE SENSIBILIZAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS – TURMA ESCOLA ESTADUAL FREDERICO	3	57
92	SEMANA DE SENSIBILIZAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS – TURMA ESMAT	3	51
93	SEMANA DE SENSIBILIZAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS – TURMA RACHEL DE QUEIROZ	3	32
94	SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS (SINIC) – TURMA I	8	14
95	SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS (SINIC) – TURMA II	8	14
96	SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS (SINIC) – TURMA III	8	12
97	SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS (SINIC) – TURMA IV	8	13
98	SUORTE BÁSICO DE VIDA – TURMA 1	4	26
99	SUORTE BÁSICO DE VIDA – TURMA 2	4	20
100	TÉCNICAS DE PRODUÇÃO DA PROVA ORAL	24	31
101	TEORIA E PRÁTICA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NO BRASIL	16	60
102	TEORIA E PRÁTICA NOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS CÍVEIS, CRIMINAIS E DA FAZENDA PÚBLICA	23	52
103	TEORIA E PRÁTICA SOBRE A DOSIMETRIA DA PENA	20	48
104	TEORIA E PRÁTICA: O PSICÓLOGO NO CONTEXTO DO JUDICIÁRIO DO TOCANTINS	45	50
105	TOMADA DE DECISÃO E TECNOLOGIA	40	45
106	USABILIDADE E ALIMENTAÇÃO DOS DADOS CRIMINAIS NO SISTEMA E-PROC	3	39

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
1	1º ENCONTRO NACIONAL DE JUSTIÇA RESTAURATIVA NA EDUCAÇÃO	16	708
2	ABERTURA DA 23ª SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA COM O TEMA "JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO	2	79
3	"AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTALAÇÃO DE CASA ABRIGO EM GURUPI	4	154
4	CELEBRAÇÃO DOS 20 ANOS DA ESMAT – I CHÁ LITERÁRIO	4	48
5	DIA DO(A) SERVIDOR(A) DO PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE – PALESTRA CORAÇÕES SOLIDÁRIOS, AÇÕES TRANSFORMADORAS	3	215
6	GARTNER MEETING ON TOCANTINS – BRAZIL – PALESTRA AI GENRATIVE & CYBERSECURITY FOR PUBLIC SECTOR 2023	5	154
7	I ENCONTRO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DO PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE	8	58
8	I MARATONA DE INOVAÇÃO DO INOVASSOL COM O TEMA "PARA INOVAR NO SETOR PÚBLICO"	5	23
9	I SEMANA DE DIÁLOGOS SOBRE IGUALDADE E DIVERSIDADE – ATIVIDADE 1	5	157
10	I SEMANA DE DIÁLOGOS SOBRE IGUALDADE E DIVERSIDADE – ATIVIDADE 2	3	140
11	I SEMANA DE DIÁLOGOS SOBRE IGUALDADE E DIVERSIDADE – ATIVIDADE 3	3	109
12	I SEMINÁRIO DA PESSOA IDOSA NO PODER JUDICIÁRIO COM O TEMA "CENÁRIO TOCANTINENSE: CUIDANDO DE QUEM CUIDOU!"	6	763
13	II SEMANA DE PREVENÇÃO DO ASSÉDIO MORAL E O COMBATE À DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO	3	845
14	III SEMINÁRIO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL: MUDANÇAS CLIMÁTICAS E EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL	8	449
15	III WEBINÁRIO ADOÇÃO AMOR SEM IDADE COM O TEMA A SOCIALIZAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS NOS PROCESSOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	3	155
16	III WEBINÁRIO CIDADANIA E JUSTIÇA NO OLHAR INDÍGENA TOCANTINENSE – UM DIÁLOGO NECESSÁRIO E DE DIREITO	3	306
17	III WORKSHOP ESTADUAL DE ALTERNATIVAS PENAIAS: ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO DE DESAFIOS NO CAMPO DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	9	281
18	IV SEMINÁRIO EM COMEMORAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	3	445

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
19	OFICINA DE INOVAÇÃO: FAZENDO A INOVAÇÃO ACONTECER	16	30
20	OFICINA LET`S GOV – LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO	32	26
21	OFICINA LGPD: TEORIA E PRÁTICA	3	46
22	OFICINA SOBRE PRODUTIVIDADE COM FOCO NA PARAMETRIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FEMINICÍDIO	4	143
23	OFICINAS DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA	18	36
24	PALESTRA A PREVENÇÃO DO ASSÉDIO E O COMBATE À DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO	4	42
25	PALESTRA ADOECIMENTO NO AMBIENTE DE TRABALHO: É POSSÍVEL EVITAR? – TURMA I	3	41
26	PALESTRA ADOECIMENTO NO AMBIENTE DE TRABALHO: É POSSÍVEL EVITAR? – TURMA II	3	38
27	PALESTRA INOVAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO	3	495
28	PALESTRA MINDSET EM BUSCA DA FELICIDADE	2	336
29	PALESTRA O MUNDO OCULTO DAS FERIDAS EMOCIONAIS E AS DOENÇAS FÍSICAS	2	349
30	PALESTRA O PODER JUDICIÁRIO E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO TOCANTINS	2	79
31	PALESTRA PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 18 DE JANEIRO DE 2023 – REGULAMENTA A DISPENSA DO USO DE CARTAS PRECATÓRIAS	1	256
32	PALESTRA PROGRAMA PERMANENTE DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL E A SEMANA NACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – SOLO SEGURO – TURMA I	2	131
33	PALESTRA PROGRAMA PERMANENTE DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL E A SEMANA NACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – SOLO SEGURO – TURMA II	2	111
34	PALESTRA PROGRAMA PERMANENTE DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL E A SEMANA NACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – SOLO SEGURO – TURMA III	2	104
35	PALESTRA PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO E SISTEMAS DE JUSTIÇA	8	427
36	PALESTRA PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO	3	237

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
37	PALESTRA SAÚDE DO TRABALHADOR – TURMA I	4	39
38	PALESTRA SAÚDE DO TRABALHADOR – TURMA II	4	78
39	PALESTRA SEGURANÇA PARA QUÊ?	3	120
40	PALESTRA SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTROS: ASPECTOS GERAIS	2	52
41	PALESTRA TRABALHO E SAÚDE MENTAL	3	55
42	RODA DE CONVERSA DIVERSIDADE E INCLUSÃO COMBATE A LGBTQIAPN+FOBIA NO TRABALHO	5	39
43	RODA DE CONVERSA EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA	4	72
44	RODA DE CONVERSA GÊNERO, FEMINISMO E SEXUALIDADE, UM RECORTE SOBRE A HISTÓRIA E DEFINIÇÕES	4	35
45	RODA DE CONVERSA TELETRABALHO EXPERIÊNCIA DE SUCESSO COM SAÚDE E PRODUTIVIDADE – TURMA I	5	50
46	RODA DE CONVERSA TELETRABALHO EXPERIÊNCIA DE SUCESSO COM SAÚDE E PRODUTIVIDADE – TURMA II	3	32
47	SEMINÁRIO “A REPERCUSSÃO DO ESTÁGIO NA CARREIRA PROFISSIONAL” COM O TEMA AUTOCONHECIMENTO E AUTODESENVOLVIMENTO: FUNDAMENTOS PARA O CRESCIMENTO NA CARREIRA PROFISSIONAL	4	269
48	SEMINÁRIO COMBATE À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE E AOS CRIMES ELEITORAIS	6	154
49	SEMINÁRIO POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA	2	477
50	SEMINÁRIO SOBRE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS DE REGISTRO IMOBILIÁRIO	9	1109
51	SIMPÓSIO O DIREITO E A SAÚDE: EM FOCO A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE	8	344
52	VI SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS E VII ENCONTRO DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (CEJUSCS)	8	646
53	WEBINÁRIO PAINEL GESTÃO UNIDADES JUDICIÁRIAS	3	254
54	WEBINÁRIO ENTREGA VOLUNTÁRIA	4	118

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
55	WORKSHOP A PARTICIPAÇÃO SOCIAL ENQUANTO REQUISITO PARA A MANUTENÇÃO DA SAÚDE – TURMA I	7	18
56	WORKSHOP A PARTICIPAÇÃO SOCIAL ENQUANTO REQUISITO PARA A MANUTENÇÃO DA SAÚDE – TURMA II	7	21
57	WORKSHOP A PARTICIPAÇÃO SOCIAL ENQUANTO REQUISITO PARA A MANUTENÇÃO DA SAÚDE – TURMA III	7	23
58	WORKSHOP A PARTICIPAÇÃO SOCIAL ENQUANTO REQUISITO PARA A MANUTENÇÃO DA SAÚDE – TURMA IV	7	23
59	WORKSHOP COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA – CAPACITAÇÃO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS – TURMA XII	5	38
60	WORKSHOP DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	8	40
61	WORKSHOP GESTÃO DA MEMÓRIA E DOCUMENTAL DO PODER JUDICIÁRIO: CAMINHOS E DESAFIOS	4	59
62	WORKSHOP GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO PODER JUDICIÁRIO DO TOCANTINS: PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL NA PRÁTICA	3	26
63	WORKSHOP MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS E DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO – TURMA I	14	52
64	WORKSHOP MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS E DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO – TURMA II	14	42
65	WORKSHOP MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS E DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO – TURMA III	14	45
66	WORKSHOP MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS E DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO – TURMA I	14	32
67	VWORKSHOP MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS E DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO – TURMA V	14	47
68	WORKSHOP MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS E DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO – TURMA VI	14	47
69	WORKSHOP MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS E DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO – TURMA VII	14	45
70	WORKSHOP MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS E DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO – TURMA VIII	14	41
71	WORKSHOP ORIENTAÇÕES SOBRE MÓDULO DE CORREIÇÃO PRESENCIAL DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	4	83
72	WORKSHOP SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO CONCILIAR ESTES PROPÓSITOS? – TURMA I	15	16

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
73	WORKSHOP SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO CONCILIAR ESTES PROPÓSITOS? – TURMA II	15	21
74	WORKSHOP SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO CONCILIAR ESTES PROPÓSITOS? – TURMA III	15	25
75	WORKSHOP SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO CONCILIAR ESTES PROPÓSITOS? – TURMA IV	15	24
76	WORKSHOP SOBRE A USABILIDADE DO SISTEMA SICOR NAS CORREIÇÕES REALIZADAS PELA CGJUS – TURMA 1	3	21
77	WORKSHOP SOBRE A USABILIDADE DO SISTEMA SICOR NAS CORREIÇÕES REALIZADAS PELA CGJUS – TURMA 2	3	29
78	WORKSHOP SOBRE A USABILIDADE DO SISTEMA SICOR NAS CORREIÇÕES REALIZADAS PELA CGJUS – TURMA 3	3	27
79	WORKSHOP SOBRE A USABILIDADE DO SISTEMA SICOR NAS CORREIÇÕES REALIZADAS PELA CGJUS – TURMA 4	3	48
80	WORKSHOP SOBRE A USABILIDADE DO SISTEMA SICOR NAS CORREIÇÕES REALIZADAS PELA CGJUS – TURMA 5	3	58
81	WORKSHOP SOBRE A USABILIDADE DO SISTEMA SICOR NAS CORREIÇÕES REALIZADAS PELA CGJUS – TURMA 6	3	60
82	WORKSHOP SOBRE TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS – TPU – TURMA I	3	56
83	WORKSHOP SOBRE TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS – TPU – TURMA II	3	100
84	WORKSHOP SOBRE TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS – TPU – TURMA III	3	239
85	XV CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS COM O TEMA "POR UMA JUSTIÇA MAIS ACESSÍVEL E EFETIVA EM DEFESA DOS DIREITOS"	20	999
86	XVIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO GRUPO DE PESQUISA DIÁLOGO ACI – DIÁLOGO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL, COM O TEMA "SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE"	6	109

ORDEM	PÓS-GRADUAÇÕES LATO E STRICTO SENSU	MATRICULADOS
1	MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS TURMA IX (ESMAT/UFT)	30
2	MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS TURMA X (ESMAT/UFT)	16
3	MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS TURMA XI (ESMAT/UFT)	32
4	MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS TURMA NORTE (ESMAT/UFT/EJURR/ESJUD/EJE-RR)	11
5	DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (ESMAT/UFT)	11
6	DOUTORADO EM DIREITO (ESMAT/UNICEUB)	20
7	DOUTORADO EM DIREITO (ESMAT/PUC-RIO)	15
8	ESPECIALIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO JURÍDICA ESTRATÉGICA NA ERA DIGITAL (ESMAT)	50

2024



ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
1	A NOVA FRONTEIRA JUDICIÁRIA: ENTENDENDO A IA GENERATIVA E O CHATGPT – TURMA 4	12	59
2	A NOVA FRONTEIRA JUDICIÁRIA: USO DA IA GENERATIVA NA ADMISSIBILIDADE RECURSAL DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS	16	15
3	A PEDAGOGIA JURÍDICA E O ASSESSORAMENTO TÉCNICO AO JUDICIÁRIO – 2024	45	47
4	ABORDAGEM SISTÊMICA COMO MÉTODO ADEQUADO PARA O TRATAMENTO DE CONFLITOS NO ÂMBITO DO TJTO	8	39
5	ANÁLISE DE INTELIGÊNCIA (NÍVEL BÁSICO)	40	30
6	APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS (GISE) – TURMA 3	8	52
7	APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS (GISE) – TURMA 4	8	111
8	APERFEIÇOAMENTO EM MEDIAÇÃO FAMILIAR – TURMA I	20	20
9	APERFEIÇOAMENTO EM MEDIAÇÃO FAMILIAR – TURMA II	20	39
10	APERFEIÇOAMENTO EM MEDIAÇÃO FAMILIAR – TURMA III	20	28
11	APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, COM BASE NA IN 06/2023 DO TJ/TO	16	23
12	ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL	16	60
13	ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	36	49
14	ATENDIMENTO AO PÚBLICO NO CONTEXTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	24	50
15	AUTOMATIZAÇÃO DE LOCALIZADORES	3	85
16	CLÍNICA DO TRABALHO: TEORIA, MÉTODO E PRÁTICA	32	26
17	COMO GERIR E FISCALIZAR OS CONTRATOS DECORRENTES DAS LEIS 8.666/1993 E 14.133/2021 COM FUNDAMENTO NA LEGISLAÇÃO SOBRE O TEMA	20	40
18	COMO TRABALHAR EM E COM GRUPOS	20	21

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
19	CONHECENDO A ESMAT E SUA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL	20	45
20	CONSTRUÇÕES COM ACESSIBILIDADE	12	29
21	CONTA VINCULADA COM BASE NA LEI 14.133/2021 - ENFOQUE PRÁTICO	18	24
22	CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/21	16	22
23	CURSO BÁSICO DE FORMAÇÃO DE MEDIADOR AMBIENTAL	100	32
24	DA ORDEM DOS PROCESSOS NO ÂMBITO DO 2º GRAU DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS – DA ADMISSIBILIDADE AO JULGAMENTO	18	15
25	DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA COM O USO DO PROTOCOLO BRASILEIRO DE ENTREVISTA FORENSE (PBEF)	40	28
26	DESAFIOS DA LITIGÂNCIA: CAMINHOS PARA A MOLECULARIZAÇÃO DA TUTELA DE DIREITOS E O ENFRENTAMENTO DO ABUSO NO ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA	24	38
27	DESCOBRINDO O MEU SER COM O ENEAGRAMA	48	50
28	DESCOBRINDO O MEU SER COM O ENEAGRAMA – TURMA II	32	50
29	DESPERTAR	90	62
30	DIREITOS FUNDAMENTAIS E PERSPECTIVA DE GÊNERO NOS JULGAMENTOS: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS	20	57
31	DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021	16	30
32	EAD PRO – CURSO DE FORMAÇÃO PARA TUTORES	90	64
33	EDUCAJUS: JUSTIÇA E ESCOLA A SERVIÇO DA CIDADANIA	28	49
34	EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CONSUMIDORES – MINHAS CONTAS EM DIA NO CEJUSC – TURMA 4	20	8
35	EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CONSUMIDORES – MINHAS CONTAS EM DIA NO CEJUSC – TURMA 5	20	7
36	EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CONSUMIDORES – MINHAS CONTAS EM DIA NO CEJUSC – TURMA 6	20	5

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
37	EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CONSUMIDORES – MINHAS CONTAS EM DIA NO CEJUSC – TURMA 7	20	9
38	EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CONSUMIDORES – MINHAS CONTAS EM DIA NO CEJUSC – TURMA 8	20	23
39	ENGENHARIA DE PROMPT E APLICAÇÕES PRÁTICAS DA IA GENERATIVA (IA-GEN) NA JUSTIÇA: DA TEORIA À DECISÃO - TURMA 1	16	50
40	ENGENHARIA DE PROMPT E APLICAÇÕES PRÁTICAS DA IA GENERATIVA (IA-GEN) NA JUSTIÇA: DA TEORIA À DECISÃO – TURMA 2	16	59
41	EPROC 2024	24	599
42	ESTRUTURAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E INTERFACE DA ATUAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA E DO CONTROLE INTERNO DIANTE DA LEI Nº 14.133/2021	16	37
43	ESTUDO SOCIAL, LAUDOS E PARECERES TÉCNICOS EM SERVIÇO SOCIAL – 2024	45	49
44	EXCEL INTERMEDIÁRIO E AVANÇADO – TURMA I	70	26
45	EXCEL INTERMEDIÁRIO E AVANÇADO – TURMA II	70	25
46	FAMÍLIA ACOLHEDORA: CUIDADO E PROTEÇÃO NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO	20	100
47	FORMAÇÃO CONTINUADA EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA	16	45
48	FORMAÇÃO DE EXPOSITORES DA OFICINA DE PARENTALIDADE E DIVÓRCIO - GUARAI	36	12
49	FORMAÇÃO DE EXPOSITORES DA OFICINA DE PARENTALIDADE E DIVÓRCIO - PALMAS	36	12
50	FORMAÇÃO DE LABORATORISTAS	48	38
51	FORMAÇÃO DE LIDERANÇA FEMININA	87	15
52	FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA O ATENDIMENTO/RECEPÇÃO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU NEURODIVERGENTES	6	405
53	FORMAÇÃO INICIAL DE PROFISSIONAIS PARA A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA ANTIMANICOMIAL NO SISTEMA DE JUSTIÇA NO ESTADO DO TOCANTINS	25	988
54	FORMAÇÃO INICIAL DOS(AS) NOVOS(AS) SERVIDORES(AS) DO PODER JUDICIÁRIO	100	48

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
55	FORMAÇÃO INICIAL DOS(AS) NOVOS(AS) SERVIDORES(AS) DO PODER JUDICIÁRIO – TURMA II	51	28
56	FORMAÇÃO PARA COMISSÕES PERMANENTES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE	4	18
57	FORTALECENDO VÍNCULOS: REDES DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	45	17
58	FUNDAMENTOS E PRÁTICAS PARA DELEGATÁRIOS DE UNIDADES NOTARIAIS E DE REGISTRO NO ESTADO DO TOCANTINS	24	90
59	GESTÃO AO MEU FAVOR: ESTRATÉGIAS PARA RESULTADOS	14	114
60	GESTÃO AO MEU FAVOR: ESTRATÉGIAS PARA RESULTADOS – TURMA II	16	59
61	GESTÃO AO MEU FAVOR: ESTRATÉGIAS PARA RESULTADOS – TURMA III	16	59
62	GESTÃO AO MEU FAVOR: ESTRATÉGIAS PARA RESULTADOS – TURMA IV	16	48
63	GESTÃO DE PESSOAS, SAÚDE MENTAL E VALORIZAÇÃO	20	39
64	GESTÃO FINANCEIRA E HÁBITOS PESSOAIS: CONSTRUINDO UM FUTURO FINANCEIRO SÓLIDO	30	98
65	GESTÃO JUDICIÁRIA: FORTALECENDO COMPETÊNCIAS	12	79
66	GESTÃO PARA GABINETES	16	72
67	GOOGLE WORKSPACE: O USO EFICAZ DOS RECURSOS NO TJTO – TURMA IV	20	52
68	INTRODUÇÃO ÀS FERRAMENTAS ARCHIVEMATICA E ATOM	20	10
69	JUSTIÇA RESTAURATIVA NA ESCOLA – ETAPA PRÁTICA	40	18
70	JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS EXCEPCIONAIS	16	37
71	LABORATÓRIO PRÁTICO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA (IA-GEN) – APLICAÇÕES NO PODER JUDICIÁRIO - TURMA 1	16	47
72	LABORATÓRIO PRÁTICO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA (IA-GEN) – APLICAÇÕES NO PODER JUDICIÁRIO - TURMA 2	16	47

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
73	LIBRAS BÁSICO II – 2024 – TURMA I	45	17
74	MAPEAMENTO DE PROCESSOS E RISCOS – TEORIA E PRÁTICA	20	37
75	MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – ETAPA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO - 2023	60	30
76	MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – ETAPA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO – 2024	60	25
77	MEDIDAS DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL PARA MAGISTRADOS DO TJTO	4	53
78	MEDIDAS PROTETIVAS: PROTEÇÃO INTEGRAL, METODOLOGIAS, DESAFIOS E GARANTIA DE DIREITOS.	80	56
79	MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: PROTEÇÃO INTEGRAL, METODOLOGIAS, DESAFIOS E GARANTIA DE DIREITOS	42	71
80	MINICURSO - CÍRCULO DE CONSTRUÇÃO DE PAZ COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL E PREVENÇÃO DE CONFLITOS	3	60
81	MINICURSO - DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS GERONTOLÓGICAS: CONSTRUINDO UMA SOCIEDADE PARA TODAS AS IDADES	3	60
82	MINICURSO - MEMÓRIA E TOMADA DE DECISÃO NA ANÁLISE DO FATO E COLHEITA DA PROVA ORAL	3	70
83	MINICURSO - MINERAÇÃO DE PROCESSOS: A CIÊNCIA DE DADOS E A CIÊNCIA DE PROCESSOS	3	59
84	MINICURSO - O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NOS DIREITOS HUMANOS	3	70
85	MINICURSO - PSICANÁLISE, AUTORITARISMO E DIREITOS HUMANOS	3	74
86	MINICURSO - SISTEMA PENAL E DIREITOS HUMANOS NAS AMÉRICAS E ÁFRICA	3	392
87	NOÇÕES DE GAMIFICAÇÃO	12	22
88	OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)	6	17
89	PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS SEGUNDO A IN SEGESME Nº 052017Nº 982022, A REFORMA TRABALHISTA (ATUALIZADO PELA IN SEGESMP Nº 072018) E A NOVA LEI Nº 14.133/21	27	23
90	POLÍTICA JUDICIÁRIA DE ENFRENTAMENTO E APOIO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES E ATOS INFRACIONAIS	50	24

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
91	POLÍTICA JUDICIÁRIA DE ENFRENTAMENTO E APOIO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - 2024	80	56
92	PREPARATÓRIO PARA O TELETRABALHO – TURMA VII	24	104
93	PROCESSO CIVIL NA ATUALIDADE: PRÁTICAS E PERSPECTIVAS	70	80
94	PRÁTICAS EM GESTÃO DA MEMÓRIA: PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL E DIFUSÃO DA HISTÓRIA DA JUSTIÇA	15	62
95	RETENÇÕES DE IMPOSTO DE RENDA E PREVIDÊNCIA OFICIAL NA EMISSÃO DE ALVARÁS JUDICIAIS DECORRENTES DE PRECATÓRIOS/RPVS E DEPÓSITOS JUDICIAIS	32	198
96	REVISÃO, REAJUSTE E REACTUAÇÃO COM ENFOQUE APLICADO NOS CONTRATOS DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA	16	17
97	SIMPLESTOC: FORMAÇÃO PARA AGENTES DE LINGUAGEM SIMPLES	36	31
98	SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO – SNA	12	89
99	SUORTE BÁSICO DE VIDA – 2024 – TURMA I	4	24
100	SUORTE BÁSICO DE VIDA – 2024 – TURMA II	4	28
101	SUORTE BÁSICO DE VIDA – 2024 – TURMA III	4	30
102	SUORTE BÁSICO DE VIDA – 2024 – TURMA IV	4	29
103	TEORIA E PRÁTICA DA EXECUÇÃO FISCAL	12	48
104	TEORIA E PRÁTICA EM DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL	14	60
105	TEORIA E PRÁTICA PROCESSUAL NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	32	40
106	TEORIA E PRÁTICA: O PSICÓLOGO NO CONTEXTO DO JUDICIÁRIO DO TOCANTINS – 2024	45	47
107	TRIBUTAÇÃO DOS PRECATÓRIOS E OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR	30	50
108	TÉCNICA DE CORREIÇÃO JUDICIAL E ADMINISTRATIVA	24	30

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
109	TÉCNICA LEGISLATIVA: ELABORAÇÃO, REDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS	21	39
110	TÉCNICAS HACKER PARA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA ORGÂNICA I	40	35

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
1	1º MUTIRÃO POP RUA JUD TOCANTINS	12	471
2	ABERTURA DA III SEMANA DO JUDICIÁRIO DE PREVENÇÃO E DE ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO EM TODAS AS SUAS FORMAS	3	262
3	ABRIL INDÍGENA: CIDADANIA E JUSTIÇA NA CULTURA INDÍGENA TOCANTINENSE	4	136
4	CARAVANA VIRTUAL - NOTA TÉCNICA 16 - ASSINATURAS ELETRÔNICAS EM ATOS PROCESSUAIS E TRATAMENTO DE ANOMALIAS DA LITIGIOSIDADE	2	65
5	COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO	2	116
6	DIA DO SERVIDOR: PALESTRA CONSELHOS FILOSÓFICOS PARA SER FELIZ	3	576
7	DIREITOS HUMANOS, MEIO AMBIENTE E POVOS INDÍGENAS	3	698
8	ENCONTRO NACIONAL SOBRE AS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS DO PODER JUDICIÁRIO, COM O TEMA: "GARANTIR A PRECISÃO ESTATÍSTICA DOS DADOS JURÍDICOS: O PAPEL FUNDAMENTAL DA TPU"	10	798
9	I ENCONTRO DA REDE ESTADUAL DE LINGUAGEM SIMPLES – SIMPLESTOC: CONECTAR PARA SIMPLIFICAR	4	452
10	I ENCONTRO DOS REGISTRADORES, TABELIÃES E A CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS: "DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO"	10	391
11	I FÓRUM FUNDIÁRIO DO TOCANTINS – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	6	503
12	II SEMINÁRIO DA PESSOA IDOSA DO JUDICIÁRIO TOCANTINENSE COM O TEMA: O PODER JUDICIÁRIO E A CONSTRUÇÃO DE UM ENVELHECIMENTO DIGNO.	5	643
13	II SEMINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E O SERVIÇO REGISTRAL IMOBILIÁRIO NO TOCANTINS	4	499
14	II SIMPÓSIO O DIREITO E A SAÚDE: EM FOCO A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE	8	304
15	III SEMANA DO JUDICIÁRIO DE PREVENÇÃO E DE ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO EM TODAS AS SUAS FORMAS - OFICINA 1 – DISCRIMINAÇÃO RACIAL	3	53
16	III SEMANA DO JUDICIÁRIO DE PREVENÇÃO E DE ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO EM TODAS AS SUAS FORMAS - OFICINA 2 – DISCRIMINAÇÃO DE DIVERSIDADE SEXUAL	3	47
17	III SEMANA DO JUDICIÁRIO DE PREVENÇÃO E DE ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO EM TODAS AS SUAS FORMAS - OFICINA 3 – DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO	3	60

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
18	III SEMANA DO JUDICIÁRIO DE PREVENÇÃO E DE ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO EM TODAS AS SUAS FORMAS - PAINEL 2: COMISSÃO DE PREVENÇÃO E DE ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO E SUA ATUAÇÃO	3	445
19	III SEMANA DO JUDICIÁRIO DE PREVENÇÃO E DE ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO EM TODAS AS SUAS FORMAS - PAINEL 3 – DIGNIDADE HUMANA NO (PELO) TRABALHO: UM COMPROMISSO COM VOCÊ, O JUDICIÁRIO E A SOCIEDADE	4	351
20	III SEMANA DO JUDICIÁRIO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO EM TODAS AS SUAS FORMAS - PAINEL 1 - ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO: IMPACTOS SOBRE A SAÚDE MENTAL DA VÍTIMA E OS DESAFIOS DA LIDERANÇA	2	182
21	IV SEMINÁRIO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL COM O TEMA: ATUAÇÃO EM REDE EM PROL DO LIXÃO ZERO NO TOCANTINS	10	768
22	LANÇAMENTO OFICIAL DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO, ACOLHIMENTO HUMANIZADO E SOLIDÁRIO ÀS MULHERES DO PODER JUDICIÁRIO DO TOCANTINS (PAHS)	2	900
23	O STF E O DIREITO À SAÚDE: IMPACTO DAS TESES 1234 E 6 E DAS SÚMULAS VINCULANTES 60 E 61 NA JUDICIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS NO SUS	2	365
24	OFICINA 1: BOAS PRÁTICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA REGIÃO NORTE	1	17
25	OFICINA 1: EXCESSO DE LITIGÂNCIA E DEMANDAS REPETITIVAS: DESAFIOS PARA O JUDICIÁRIO BRASILEIRO	1	39
26	OFICINA 2: BOAS PRÁTICAS DA GOVERNANÇA FUNDIÁRIA REGIÃO NORDESTE	1	19
27	OFICINA 2: GESTÃO INTEGRADA DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DO TOCANTINS (GISE)	1	27
28	OFICINA 3: AS EXPERIÊNCIAS DA CGJ/AM PARA DIAGNOSTICAR E COMBATER OS LITÍGIOS PREDATÓRIOS	1	38
29	OFICINA 3: BOAS PRÁTICAS DA GOVERNANÇA FUNDIÁRIA REGIÃO CENTRO SUL	1	28
30	OFICINA 4: A EFETIVIDADE DOS INSTITUTOS DE DESJUDICIALIZAÇÃO DISPONIBILIZADOS AOS SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS.	1	28
31	OFICINA DE CADASTRAMENTO DOS PROCESSOS DE DIREITO DA SAÚDE PARA OS USUÁRIOS DO SISTEMA EPROC – TURMA I	2	76
32	OFICINA DE CADASTRAMENTO DOS PROCESSOS DE DIREITO DA SAÚDE PARA OS USUÁRIOS DO SISTEMA EPROC – TURMA II	2	176
33	OFICINAS LITERÁRIAS – 2024 – TURMA I	10	28
34	OFICINAS LITERÁRIAS – 2024 – TURMA II	10	28

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
35	OFICINAS LITERÁRIAS – 2024 – TURMA III	10	30
36	OFICINAS LITERÁRIAS – 2024 – TURMA IV	10	21
37	OFICINAS PRESENCIAIS DE DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT) - TURMA 1	2	37
38	OFICINAS PRESENCIAIS DE DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT) - TURMA 10	2	31
39	OFICINAS PRESENCIAIS DE DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT) - TURMA 11	2	23
40	OFICINAS PRESENCIAIS DE DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT) - TURMA 12	2	28
41	OFICINAS PRESENCIAIS DE DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT) - TURMA 13	2	29
42	OFICINAS PRESENCIAIS DE DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT) - TURMA 14	2	23
43	OFICINAS PRESENCIAIS DE DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT) - TURMA 2	2	36
44	OFICINAS PRESENCIAIS DE DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT) - TURMA 3	2	22
45	OFICINAS PRESENCIAIS DE DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT) - TURMA 4	2	26
46	OFICINAS PRESENCIAIS DE DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT) - TURMA 5	2	21
47	OFICINAS PRESENCIAIS DE DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT) - TURMA 6	2	18
48	OFICINAS PRESENCIAIS DE DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT) - TURMA 7	2	37
49	OFICINAS PRESENCIAIS DE DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT) - TURMA 8	2	25
50	OFICINAS PRESENCIAIS DE DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT) - TURMA 9	2	27
51	PAINÉIS TEMÁTICOS - ENCOGE 2024	2	139
52	PALESTRA - A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO PENAL E ECONOMIA DO CRIME	2	295

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
53	PALESTRA – ADOECIMENTO NO AMBIENTE DE TRABALHO: É POSSÍVEL EVITAR?	2	43
54	PALESTRA “TRABALHO E SAÚDE MENTAL”	2	58
55	PALESTRA DA SEMANA DA SAÚDE COM O TEMA “SAÚDE EM PRIMEIRO LUGAR: EQUILÍBRIO ENTRE TRABALHO E VIDA PESSOAL”	2	617
56	III ENCOPE – ENCONTRO DE JUÍZES E JUÍZAS CORREGEDORES(AS) PERMANENTES – CORREGEDORIAS LOCAIS COMO INSTRUMENTO PARA O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS DA JUSTIÇA ESTADUAL	4	214
57	PALESTRA SAÚDE DO TRABALHADOR – TURMA III	4	52
58	PALESTRA SAÚDE DO TRABALHADOR – TURMA IV	4	81
59	RODA DE CONVERSA – MARIA NAS COMUNIDADES: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E VIOLÊNCIA DE GÊNERO	3	166
60	RODA DE CONVERSA JUSTIÇA ITINERANTE: PROTEGENDO VOZES JOVENS – DEPOIMENTOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	4	152
61	SEMINÁRIO DOS JUIZADOS ESPECIAIS: DIREITOS DO CONSUMIDOR, RESPONSABILIDADE CIVIL, PERSPECTIVAS E DESAFIOS	6	349
62	SEMINÁRIO EM COMEMORAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA COM O TEMA “O PODER DA DIVERSIDADE E DA ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE CORPORATIVO”	5	673
63	SEMINÁRIO INTERNACIONAL “DERECHOS DE LA NATURALEZA: PAZ, INTERCULTURALIDAD Y DERECHOS AMBIENTALES”	7	376
64	SETEMBRO AMARELO®: PROMOVER SAÚDE E PREVENIR DOENÇAS MENTAIS	3	558
65	VII SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS E VIII ENCONTRO DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA (CEJUSCS)	8	283
66	WEBINÁRIO “PROCESSOS DE DESLIGAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL”	3	194
67	WEBNÁRIO AMOR EM AÇÃO COM O TEMA “AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS, DE ORIENTAÇÃO SEXUAL E DE IDENTIDADE DE GÊNERO NOS PROCESSOS DE ADOÇÃO”	4	170
68	WORKSHOP A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL	10	8
69	WORKSHOP A FUNÇÃO DE SUPERVISÃO E A FUNÇÃO DE LIDERANÇA: COMPORTAMENTOS QUE COMPÕEM CADA CONCEITO NA PRÁTICA	5	3
70	WORKSHOP A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E SUA INFLUÊNCIA NO ESTADO DE SAÚDE – TURMA I	10	20

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
71	WORKSHOP A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E SUA INFLUÊNCIA NO ESTADO DE SAÚDE – TURMA II	10	18
72	WORKSHOP AÇÕES COLETIVAS – TJTO	4	59
73	WORKSHOP COMO TRABALHAR, SE RELACIONAR E MANTER SAÚDE EMOCIONAL EM DIA! TURMA I	15	16
74	WORKSHOP COMO TRABALHAR, SE RELACIONAR E MANTER SAÚDE EMOCIONAL EM DIA! TURMA II	15	18
75	WORKSHOP DE DEFESA PESSOAL FEMININA - TURMA 1	8	20
76	WORKSHOP DE DEFESA PESSOAL FEMININA - TURMA 2	8	20
77	WORKSHOP DESENVOLVA SEU POTENCIAL DE LIDERANÇA	16	30
78	WORKSHOP DESENVOLVENDO PESSOAS PARA ALTA PERFORMANCE	5	50
79	WORKSHOP IDENTIDADE E CULTURA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	8	10
80	WORKSHOP IMPACTOS DO TELETRABALHO NOS NÍVEIS DE QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE MENTAL – TURMA I	4	29
81	WORKSHOP IMPACTOS DO TELETRABALHO NOS NÍVEIS DE QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE MENTAL – TURMA II	4	28
82	WORKSHOP IMPACTOS DO TELETRABALHO NOS NÍVEIS DE QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE MENTAL – TURMA III	3	32
83	WORKSHOP SOBRE “PRODUTIVIDADE COM FOCO NA PARAMETRIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FEMINICÍDIO	4	117
84	WORKSHOP: SANIDADE MENTAL E SEGURANÇA – NOVAS PERSPECTIVAS COM JUSTIÇA RESTAURATIVA	4	54
85	XVI CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS COM O TEMA JURISDIÇÃO E DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA IBÉRICO BRASILEIRA	20	629
86	XVII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS COM O TEMA “O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAIS”	20	998

ORDEM	PÓS-GRADUAÇÕES LATO E STRICTO SENSU	MATRICULADOS
1	ESPECIALIZAÇÃO EM PRÁTICA JUDICIÁRIA - PROGRAMA PRJUD (ESMAT)	100
2	MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS TURMA X (ESMAT/UFT)	16
3	MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS TURMA XI (ESMAT/UFT)	32
4	MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS TURMA XII (ESMAT/UFT)	15
5	MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS TURMA NORTE (ESMAT/UFT/EJURR/ESJUD/EJE-RR)	11
6	DOUTORADO EM DIREITO (ESMAT/UNICEUB)	20
7	DOUTORADO EM DIREITO (ESMAT/PUC-RIO)	15
8	DOUTORADO EM GOVERNANÇA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (ESMAT/UFT)	10



ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE



esmattjto



esmattjto



ESMAT-TJTO



(63) 99216-8770



esmat.tjto.jus.br



(63) 3218-4256

EXPEDIENTE

Direção: Ana Beatriz de Oliveira Pretto

Supervisão: Lily Sany Silva Leite

Arte e Diagramação: Roberto Pires / Michele Fogaça

Revisão Ortográfica: Maria Ângela Lopes

Redação: Wherbert Araújo / Francielly Oliveira

Fotos: Ednan Cavalcanti / Hodorley Canguçu

